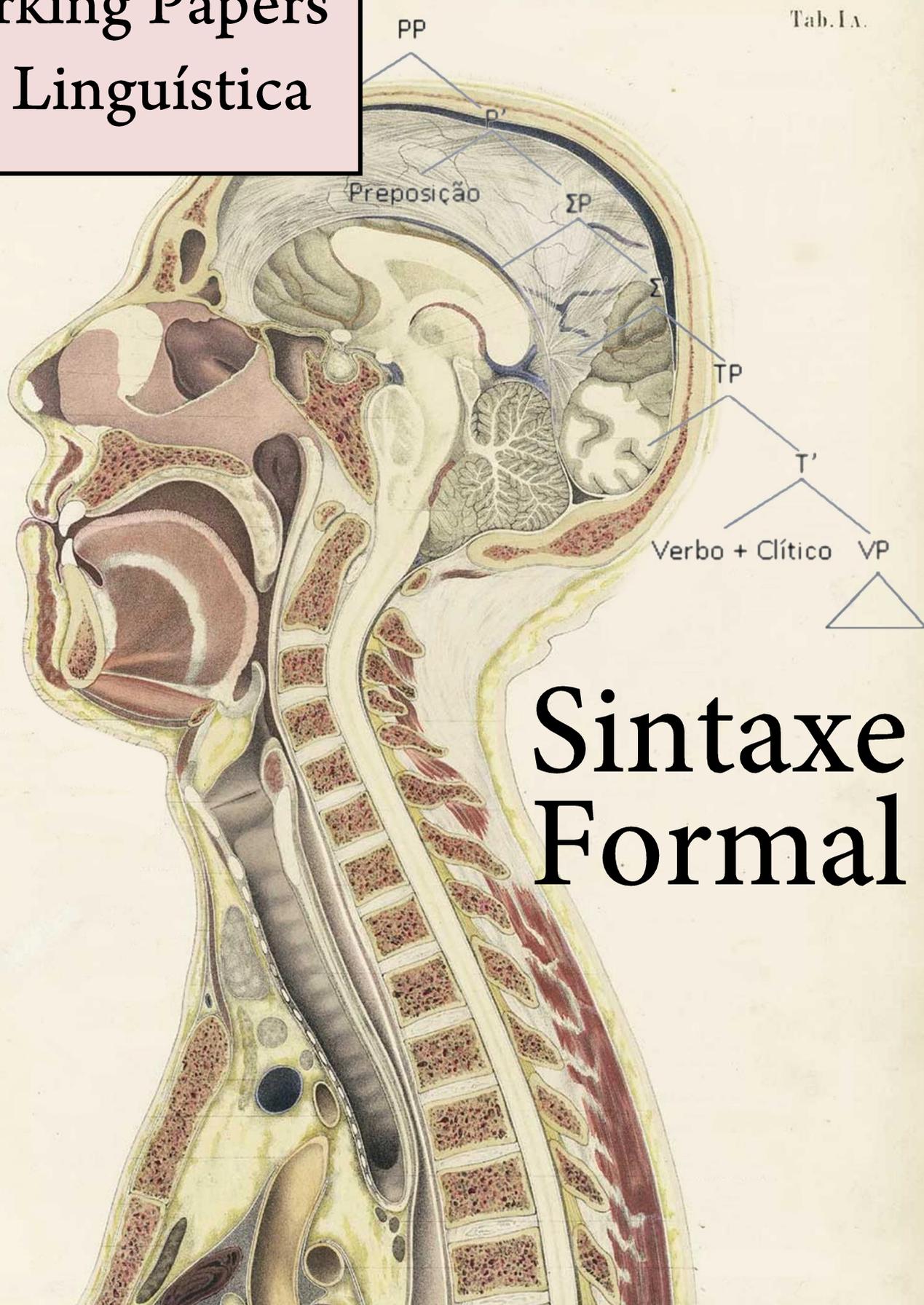


Working Papers
em Linguística

Tab. I.A.



Sintaxe Formal

Working Papers em Linguística, v. 17, n. 1, 2016

Centro de Comunicação e Expressão - CCE
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Florianópolis - SC - Brasil

Editora-chefe	Izete Lehmkuhl Coelho
Capa, Edição & Editoração	João Paulo Zarelli Rocha
Comissão Editorial	Núbia Ferreira Rech Sandra Quarezemin

Conselho Editorial

Adair Bonini, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Adriana Fischer, Centro Universitário de Brusque, Brasil
Aline Cacilda Koteski Emilio, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Ana Cláudia Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ana Paula Oliveira Santana, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
André Berri, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Clarice Nadir von Borstel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Cláudia Regina Brescancini, Pontifícia Universidade Católica – RS, Brasil
Cristiane Lazzarotto-Volcão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Cristine Gorski Severo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Edair Maria Gorski, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Edwiges Maria Morato, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Fabio Luiz Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Felício Wessling Margotti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Helena Guerra Vicente, Universidade de Brasília, Brasil
Heronides Maurílio de Melo Moura, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Izabel Christine Seara, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Josias Ricardo Hack, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Leandra Cristina de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Leonor Scliar Cabral, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Lucélio Dantas Aquino, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Luizete Guimarães Barros, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Magdiel Medeiros Aragão Neto, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Mailce Borges Mota, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Inêz Probst Lucena, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Izabel de Bortoli Hentz, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Teresa Santos Cunha, Universidade do Estado de Santa Catarina
Márluce Coan, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maurício Eugênio Maliska, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Monica Mano Trindade, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Morgana Fabiola Cambrussi, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
Nara Caetano Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Nelita Bortolotto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Nívea Rohling, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Otávio Goes de Andrade, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Renato Basso, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Roberta Pires de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Rodrigo Acosta Pereira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ronald Taveira da Cruz, Universidade Federal do Parnaíba Piauí, Brasil
Rosângela Hammes Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Rosely Xavier, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Simone Bueno Borges da Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Tarcisio de Arantes Leite, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Terezinha da Conceição Costa-Hübes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Vidomar Silva Filho, Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil
Werner Heidermann, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sumário

NÚMERO TEMÁTICO SINTAXE FORMAL

APRESENTAÇÃO	3
Núbia Ferreira Rech, Sandra Quarezemin	
ARTIGOS	
AS SENTENÇAS RELATIVAS COM NÚCLEO DO PB NOS DADOS DE ESCRITA DO LÁCIO-REF	6
Elisabete Baú, Rejane Camila Nickel, Ani Carla Marchesan	
CÓPULA INVARIÁVEL EM CLIVADAS INVERTIDAS: UM EXEMPLO DE GRAMATICALIZAÇÃO?	30
Damaris Matias Silveira	
A PRÓCLISE EM SENTENÇAS INFINITIVAS PREPOSICIONADAS EM PB	43
Marco Antonio Martins, Geison Luca de Sena Pereira	
A RELEVÂNCIA DO TRAÇO “GÊNERO SEMÂNTICO” NA REALIZAÇÃO DO OBJETO NULO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO	64
Gabriel de Ávila Othero, Mônica Rigo Ayres, Ana Carolina Spinelli, Camila Schwanke	
BREVE ESTUDO DA CATEGORIA DOS CLÍTICOS EM LÍNGUAS ROMÂNICAS	86
Luciano de Oliveira	
SINTAXE E ENTOAÇÃO DAS SMALL CLAUSES LIVRES E DAS SENTENÇAS EXCLAMATIVAS-WH: UM ESTUDO EXPERIMENTAL	119
Karina Zendron da Cunha	
PALAVRAS COMPOSTAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OCORRÊNCIAS NAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ALEMÃ	143
Marina Casaril, Meirielle Tainara de Souza	
A ORIENTAÇÃO DO MODAL DEÔNTICO PODER SIGNIFICANDO PERMISSÃO EM DIFERENTES ESTRUTURAS: UMA EVIDÊNCIA DOS DEÔNTICOS OUGHT-TO-BE	168
Carla Verônica D’Amato de Souza	
PROCESSAMENTO DE SENTENÇAS E TEORIA DO LABIRINTO EM ORAÇÕES RELATIVAS AMBÍGUAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: RESULTADOS PRELIMINARES	181
Aline Peixoto Gravina, Alice Ribeiro Dionizio	

APRESENTAÇÃO

Este número da revista *Working Papers em Linguística* tem como eixo temático a Sintaxe Formal, reunindo artigos que investigam fenômenos sintáticos ou de interface. Compreende nove artigos. O primeiro é de autoria de Elisabete Baú, Rejane Camila Nickel e Ani Carla Marchesan, vinculadas à Universidade Federal da Fronteira Sul. Em *As sentenças relativas com núcleo do PB nos dados da escrita do Lácio-Ref*, as autoras visam a apreender qual a estratégia de relativização mais empregada na língua escrita. Os dados analisados correspondem a 176 sentenças do Projeto Lácio-Ref, que consiste em corpus composto por textos que respeitam a norma culta.

Cópula invariável em clivadas invertidas: um exemplo de gramaticalização? de Damaris Matias Silveira, da Universidade Federal de Santa Catarina, é o segundo artigo deste número. Neste, é feita uma análise diacrônica de sentenças utilizadas para focalizar constituintes: as clivadas canônicas e as invertidas. Para esta pesquisa, foi utilizado o Corpus Histórico do Português *Tycho Brahe*, considerando o período do século XVI ao XIX. O artigo discute a gramaticalização da cópula das clivadas invertidas a partir da ausência de concordância temporal entre a cópula e o verbo da sentença encaixada.

O terceiro artigo deste número é de autoria de Marco Antônio Martins, da Universidade Federal de Santa Catarina, e de Geison Luca de Sena Pereira Francisco, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O artigo apresenta uma análise formal para a colocação dos clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas no português brasileiro. A proposta dos autores é a de que preposições ocupam o núcleo de CP e motivam mudanças nos valores atribuídos aos traços-phi e aos traços-V fortes nas categorias funcionais COMP, Tempo e Pessoa no PB.

O quarto artigo deste número – *A relevância do traço “gênero semântico” na realização do objeto nulo em português brasileiro* – é de autoria de Gabriel de Ávila Othero, Mônica Rigo Ayres, Ana Carolina Spinelli e Camila Schwanke, vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Este artigo aborda duas estratégias para o uso do clítico acusativo de terceira pessoa (o, a): (i) o uso do pronome tônico *ele, ela*; e (ii) o uso do objeto direto nulo. Os autores propõem que existe uma estratégia não marcada e outra marcada para retomada anafórica de objetos diretos em 3ª pessoa,

mostrando que o traço semântico do referente a ser retomado é relevante para cada opção.

Breve estudo da categoria dos clíticos em línguas românicas é de autoria de Luciano de Oliveira, da Universidade Federal de Santa Catarina. Este corresponde ao quinto artigo deste número. Esta pesquisa mostra que os clíticos não apresentam o mesmo comportamento nas diferentes línguas românicas. Os dados indicam que há línguas que privilegiam a próclise em situações em que outras privilegiam a ênclise; ou ainda há línguas que possuem clíticos locativos e genitivos/partitivos, ao contrário de outras. A pesquisa considerou dados das seguintes línguas neolatinas: o português brasileiro, o italiano, o espanhol e o francês.

O sexto artigo deste número é de autoria de Karina Zendron da Cunha, da Universidade Regional de Blumenau. *Sintaxe e entoação das small clauses livres e das sentenças exclamativas-wh: um estudo experimental* compara o comportamento entoacional das small clauses livres (SCLs) e das sentenças exclamativas-wh do português brasileiro, variedade de Curitiba-PR, e discute a sua relação com a sintaxe, a semântica e a pragmática. A partir da aplicação de experimentos de produção de fala, a autora constata diferença no comportamento entoacional das SCL e das exclamativas-wh, a qual pode estar relacionada ao fato de essas sentenças terem forças sentenciais diferentes.

O artigo de Marina Casaril e Meirielle Tainara de Souza, ambas da Universidade Federal de Santa Catarina, é o sétimo deste número e se intitula *Palavras compostas: uma análise comparativa das ocorrências nas línguas portuguesa e alemã*. Este artigo está na interface sintaxe e morfologia. Este estudo discute critérios determinantes para se considerar uma construção como uma palavra composta. É feita uma análise comparativa da ocorrência de palavras compostas no português brasileiro e no alemão, a partir de uma mesma notícia publicada no site de notícias *Deutsche Welle*, o qual é mundialmente conhecido e pode ser lido em 30 idiomas diferentes.

O oitavo artigo deste número é de autoria de Carla Verônica D'Amato de Souza, da Universidade Federal de Santa Catarina: *A orientação do modal deôntico "poder" significando permissão em diferentes estruturas: uma evidência dos deônticos ought-to-be*. A autora analisa a orientação do modal deôntico *poder* em construções com diferentes tipos de predicados sob o escopo do modal: inergativos, transitivos e inacusativos. A hipótese

investigada é a de que a permissão só pode recair sobre o sujeito da sentença se houver um participante agentivo no evento principal, descrito em VP; caso contrário, a orientação deste modal irá recair sobre o interlocutor.

Processamento de sentenças e teoria do labirinto em orações relativas ambíguas no português brasileiro: resultados preliminares é a contribuição de Aline Peixoto Gravina e de Alice Ribeiro Dionizio, ambas da Universidade Federal da Fronteira Sul. Este último artigo do número se insere na área da Psicolinguística em interface com a sintaxe e a semântica formais. A pesquisa é de natureza experimental e apresenta os resultados de um estudo de processamento de sentenças relativas ambíguas no português brasileiro. A investigação se centrou na análise da preferência Late Closure (LC) versus Early Closure (EC) e da influência de aspectos semânticos no processamento dessas sentenças ambíguas.

Finalmente, gostaríamos de expressar nossos agradecimentos àqueles que contribuíram para a construção deste número. Nosso muito obrigado aos autores, por terem confiado à comissão editorial convidada as suas produções; aos pareceristas, pela contribuição com a qualidade dos artigos; à comissão editorial permanente da revista Working Papers em Linguística, pela oportunidade de organizar um número na nossa área de atuação; por último, agradecemos ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo apoio.

Núbia Ferreira Rech

Sandra Quarezemin

Organizadoras

**AS SENTENÇAS RELATIVAS COM NÚCLEO DO PB
NOS DADOS DE ESCRITA DO LÁCIO-REF**

BP HEADED RELATIVES IN LÁCIO-REF'S WRITING DATA

Elisabete Baú

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul
beti.bau@gmail.com

Rejane Camila Nickel

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul
rejanecnickel@hotmail.com

Ani Carla Marchesan

Doutora pela UFSC e Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul
animarchesan@gmail.com

Resumo: As sentenças relativas representam um importante campo da sintaxe a ser explorado. Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em analisar as relativas com núcleo em dados da escrita do PB, verificando as modificações que elas vêm sofrendo. Para isso, 176 sentenças do Projeto Lácio-Ref foram analisadas, buscando verificar qual estratégia de relativização está sendo mais utilizada na escrita, para compará-las a demais pesquisas desenvolvidas sobre o assunto. Os resultados da pesquisa mostraram que a estratégia da relativa padrão é a mais utilizada nos dados analisados, corroborando os estudos de Bagno (2001) e Souza (2006). Através deste trabalho, percebe-se que, apesar das crescentes modificações da língua, ainda há uma grande preocupação com a forma padrão nas produções jornalísticas.

Palavras-chave: Sentenças relativas; Dados de escrita; Gramática gerativa.

Abstract: Relative clauses represent an important field to be explored in syntax. In this way, this work aims to analyze headed relative clauses in Brazilian Portuguese written data, verifying changes that it has been suffering. For this, 176 clauses from the Lacio-Ref Project were analyzed trying to verify which relativization strategy is more used in writing and then compare the results with other researches that were developed in this subject.

The results show the standard relative clause strategy is more used in the data, which agrees with Bagno (2001) and Souza (2006). Through this work, it can be asserted that, despite great modifications in the language, there is still great worry about the standard form in journalistic productions.

Keywords: Relative clauses; Written data; Generative grammar.

Introdução

Observar e analisar as construções da língua é algo que instiga e desafia os estudiosos. Perceber que ocorrem diferenças entre modalidades distintas (escrita e fala) possibilita uma análise mais apurada, uma vez que a língua escrita geralmente é mais conservadora que a língua falada e, desta forma, aproxima-se da norma culta, que é considerada, ao menos pela escola, a língua de prestígio, apesar de ser usada por uma minoria de falantes. (CORRÊA, 1999, p. 72).

As sentenças relativas (com núcleo nominal) são um exemplo de construção que apresenta diferenças nas modalidades escrita e falada. Elas se dividem entre as chamadas *relativas padrão*, como as que estão entre colchetes em (1), que são as construções de prestígio ensinadas na escola e mais frequentes na língua escrita; e as *relativas não padrão*, como as entre colchetes de (2), mais frequentes na língua falada (TARALLO, 1983; CORRÊA, 1999; VALER, 2008):

- (1) a. Este é o menino [de que Maria gosta].
b. Este é o menino [que Maria conhece].
c. Este é o menino [cujo pai está doente].

- (2) a. Este é o menino [que Maria gosta].
b. Este é o menino [que Maria gosta dele].
c. Este é o menino [que Maria conhece ele].

Vários trabalhos, com base em dados de fala coletados por meio de entrevistas (Cf. TARALLO, 1983; BAGNO, 2001; VALER, 2008, entre outros) mostram que, em português brasileiro (PB), as construções relativas não padrão (2) são as mais utilizadas.

No que diz respeito a dados de produção escrita, poucos estudos foram feitos. Os trabalhos desenvolvidos por Bagno (2001) e Mollica (2006), Souza (2006) e Cavalheiro e Conceição (2012) mostram que as relativas resumptivas (2b e 2C) e cortadoras (2a) também apresentam ocorrências em produções escritas, inclusive em meios de comunicação em que a norma culta prevalece, como em jornais de grande e média circulação em nosso país e produções acadêmicas. No entanto, esses usos ainda são poucos. Mesmo assim, de acordo com Mollica (2006), podemos dizer que os textos escritos carregam marcas da oralidade.

Desta forma, este trabalho objetiva averiguar quais são as estratégias de relativização mais utilizadas em dados de escrita (jornais) do PB e comparar os resultados dessa pesquisa com os trabalhos de Bagno (2001), Mollica (2006), Souza (2006) e Cavalheiro e Conceição (2012), como forma de dar continuidade a esses estudos. Para tanto, o foco desta pesquisa consiste na análise de dados de escrita, mais precisamente em textos de jornais retirados do Lácio-Ref, *corpus online* que faz parte do Lácio-Web, projeto que conta com a parceria entre o Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional (NILC) e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. As questões de pesquisa que pretendemos responder são:

- a) Quais são os tipos de relativas mais frequentes nos dados de escrita analisados?
- b) Como se comportam esses resultados em relação aos de Bagno (2001), Mollica (2006), Souza (2006) e Cavalheiro e Conceição (2012), que também analisaram dados de escrita?

Ao contrário de Bagno (2001), Mollica (2006) e Cavalheiro e Conceição (2012), nossa hipótese é que, apesar de as sentenças orais não-padrão (do tipo de 2) migrarem para a língua escrita, por questões de regularização paradigmática ou simplificação (Cf. MOLLICA, 2006); em textos jornalísticos, a opção mais frequente ainda são as construções relativa padrão, por ser uma esfera que contém textos com linguagem mais formal. Além disso, hipotetizamos, na esteira de Mollica (2006), que a relativa resumptiva (2b e 2c) é a mais estigmatizada na escrita – assim como na fala – e, por isso, terá pouca ou nenhuma ocorrência nos dados que serão analisados.¹

¹ Cabe destacar que as sentenças resumptivas são estigmatizadas por serem mais facilmente percebidas pelos falantes, diferentemente das cortadoras cujo corte da preposição realizado pelo usuário da língua não é percebido.

Este artigo está organizado em cinco seções. Na Seção 2, definimos as características das sentenças relativas que serão analisadas. Na sequência, Seção 3, mostramos algumas pesquisas já desenvolvidas, como as de Bagno (2001), Mollica (2006), Souza (2006) e Cavalheiro e Conceição (2012), que analisaram as realizações de sentenças relativas em dados de escrita. A metodologia adotada para este trabalho será apresentada na Seção 4 para que, na Seção 5, possamos analisar dos dados coletados, comparando-os às outras pesquisas desenvolvidas (aquelas descritas na Seção 3). Por fim, a seção 6 coloca nossas conclusões sobre o trabalho desenvolvido.

2 Características das relativas

As relativas analisadas neste trabalho são produções que ocorrem na fala e na escrita do PB atual: relativas padrão e relativas não-padrão (cortadoras e resumptivas). No entanto, antes de descrever as características dessas sentenças, precisamos definir o que estamos chamando de relativas.

As relativas² são sentenças encaixadas e como tal, são encaixadas como adjunto do nome (Cf. CHOMSKY, 1977):

- (3) a. João procurou a Maria [que vende trabalhos acadêmicos].
b. *João procurou que vende trabalhos acadêmicos.

Em (3a), a sentença encaixada, entre colchetes, estabelece uma relação de adjunção ao nome *Maria*, pois está na dependência desse nome (o que justifica a agramaticidade de 3b em que o nome foi apagado) e especifica esse nome, que é o núcleo da sentença matriz.

No entanto, de acordo com Marchesan (2008, p. 14), ser uma sentença encaixada não é fator determinante para classificá-la como relativa, já que há sentenças encaixadas que não são relativas:

² Não entraremos na discussão a respeito das características das relativas livres do tipo que está entre colchetes em (i), abaixo. Para uma discussão sobre tais sentenças, consultar Marchesan (2008; 2012).

(i) João encontrou [quem a Maria ama].

- (4) “Poucos imaginam [que a condutividade eletrônica de moléculas discretas possa atingir valores realmente impressionantes, sem paralelo na área de materiais]”. (JO-IF-JORUSP-cul-10mar03_01)

Em (4), o constituinte entre colchetes, apesar de ser encaixado na sentença matriz, não é uma relativa. É uma completiva, pois funciona como complemento do verbo *imaginar*. Para excluir do rol das relativas sentenças encaixadas como a de (4), temos que lembrar que, além de ser encaixada, as relativas estão na dependência de um núcleo nominal (também chamado de *pivô*, *núcleo*, *antecedente* etc.), e esse núcleo é compartilhado com a sentença matriz:

- (5) Feynman registrou a **frase** [que lhe deu o título de celebridade do ano].

Em (5), a sentença entre colchetes está encaixada no núcleo nominal *frase*. Esse é o constituinte compartilhado, pois faz parte do argumento interno de *registrar* e, ao mesmo tempo, é o argumento externo (sujeito) do verbo *dar*.

Esse constituinte compartilhado pode ser recuperado se dividirmos, por questões de interpretação, a sentença que contém uma relativa em duas sentenças simples (cf. MARCHESAN, 2008, p. 15):

- (6) a'. Feynman registrou **a frase**.
a". **A frase** lhe deu o título de celebridade do ano.

Através dessa estratégia, conseguimos recuperar o constituinte relativizado – o núcleo nominal *frase*. Observe que na sentença (5) não há repetição desse núcleo nominal *frase*, assim como não há repetição do núcleo nominal *Maria* em (7a), abaixo. Isso ocorre porque na relativa há uma categoria vazia (*ec*) na posição onde o núcleo nominal deveria estar localizado. Outra opção é a encaixada conter um pronome resumptivo (também chamado de pronome lembrete) no lugar da *ec*, como em (7b):

- (7) a. João conhece a **Maria_i** [que_i o Pedro ama **ec_i**].
b. João conhece a **Maria_i** [que_i o Pedro ama **ela_i**].

Nas sentenças acima, o núcleo nominal *Maria* é correferente à categoria vazia (*ec*), em (7a), e ao pronome resumptivo *ela*, em (7b); através do Spec do CP encaixado. O Spec do CP vai conter o pronome relativo *que*, se considerarmos esse morfema um pronome relativo (KATO, 1993), ou vai conter um Operador Nulo (ON), se o considerarmos um complementizador. (CHOMSKY, 1977).³

Outra característica das relativas é que o núcleo nominal deve estar adjacente ao pronome relativo, e esse pronome relativo deve estar na periferia esquerda da sentença, como mostram as sentenças em (8):

- (8) A **música** [**que** cantei na apresentação].
b. O **museu** [**que** visitei nas férias].

A única possibilidade de essa adjacência ser quebrada é quando há uma preposição entre o pronome relativo e o núcleo nominal:⁴

- (9) a. Escutei a música [**da** qual você me falou].
b. O museu [**do** qual falei] está em reformas.

Em (9a) e (9b), podemos perceber que entre o pronome relativo *qual* e os núcleos nominais *música* e *museu* existe as preposições *da* e *do* respectivamente. Note que as preposições de (9) são fruto de movimento. Elas são movidas para a periferia esquerda da sentença junto com o pronome relativo. Sendo assim, podemos dizer que a adjacência ocorre entre o núcleo nominal e a expressão wh (preposição mais pronome relativo).

³ Não entraremos na discussão sobre o *que* ser ou não pronome relativo. Sobre esse assunto, remetemos o leitor para os trabalhos de Chomsky (1977), Tarallo (1983) e Kato (1993). Neste artigo, por questões de uniformização, o morfema *que* será considerado um pronome relativo.

⁴ Nos dados de fala, talvez por questões de restrição de memória e/ou por fluxo de pensamento, Tarallo (1983, p. 80) acrescenta que pode haver entre o núcleo nominal e o pronome relativo um “material interveniente” (*intervening material*) que pode ser uma outra sentença relativa, uma pausa, uma sentença subordinada etc. Por oportuno, dois exemplos do autor:

(i) Mas se você encontrasse uma mulher que você gostasse muito dela, e que ela gostasse muito de você? (SP81-1-J-163)

(ii) O único higiênico que tinha lá era o Garanhão, o único, que ele fez um banheiro para ele de 12 metros quadrados. (SP81-1-11-258)

Esse tipo de ocorrência não se repete em dados de escrita.

Essa característica, exemplificada através das sentenças (8) e (9), faz com que excluamos do rol das relativas sentenças encaixadas como (10), abaixo, que contêm um constituinte compartilhado, apesar de não ter uma relativa:

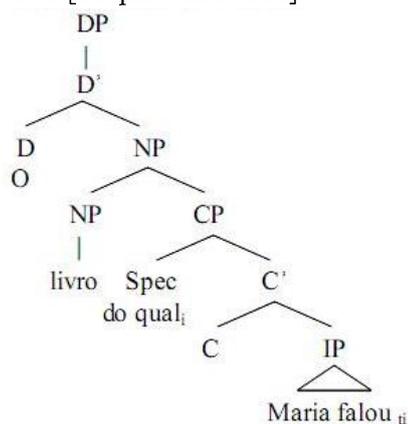
(10) João_i disse [que_i *ec*_i está procurando a Maria].

Em (10), apesar de haver um constituinte compartilhado (*João*), não podemos classificar a sentença entre colchetes como relativa, pois não há adjacência entre *João* e o *que*. A sentença encaixada está completando a grade argumental do verbo *dizer* (toda encaixada é argumento interno de *dizer*) e é, portanto, uma completiva. Tal afirmativa também pode ser confirmada devido ao fato de não conseguirmos dividir a sentença (10) em duas sentenças simples.

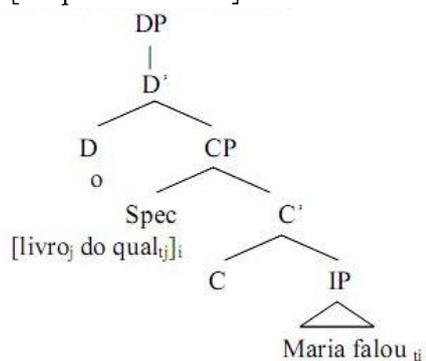
Quanto à função sintática, a relativa é considerada adjunto do nome, no Modelo Tradicional consolidado pelo trabalho de Chomsky (1977).⁵ Já o pronome relativo poderá exercer várias funções sintáticas. As mais recorrentes são as de sujeito (11a), objeto direto (11b), objeto indireto (11c), adjunto adverbial (11d) e adjunto adnominal (11e):

⁵ Na literatura sobre relativas, destacam-se duas análises: a primeira proposta por Ross (1967) e consolidada por Chomsky (1977), chamada de *Modelo Tradicional* ou *Standard* (representada em (i.a)), em que a relativa é vista como adjunto do nome; e a segunda, inicialmente proposta por Brame (1968), denominada *Modelo Raising* ou *Alçamento* (representada em (i.b)), em que a relativa é tida como complemento do determinante:

(i) a. O livro [do qual Maria falou].



b. O livro [do qual Maria falou].



De acordo com Áreas (2002), na década de 80, o Modelo Tradicional (i.a) destacou-se, tornando-se referência para os estudos sobre as sentenças relativas. Esse modelo caracteriza-se pelo fato de o alvo da relativização ser um NP e por haver movimento do pronome relativo para o Spec do CP (*wh-movement*). Esse NP não faz parte da estrutura de CP, ou seja, CP e NP se relacionam através de uma adjunção. Além disso, a relativa é vista como um **adjunto do nome**.

Devido à influência do trabalho de Kayne, nos anos 90, o Modelo *Raising*, iniciado por Brame (1968), voltou a ser utilizado para descrever os estudos das relativas, afirmando que a ordem dos constituintes

- (11) a. O garoto [que_i ec_i está doente] é meu irmão.
b. O garoto [que_i João criou ec_i] está doente.
c. O garoto [[de que]_i Maria gosta ec_i] está doente.
d. João chegou na casa no momento [[em que]_i a Maria saiu da loja ec_i]
e. Este é o pai [cujo_i garoto ec_i está doente].

Uma característica interessante que as sentenças de (11) revelam é que, apesar de serem correferentes, o núcleo nominal e a categoria vazia podem ter funções sintáticas distintas. Em (11b), por exemplo, o núcleo nominal *garoto* exerce a função sintática de sujeito na sentença matriz e, na sentença encaixada, de objeto direto.

Por fim, em PB, qualquer pronome relativo pode encabeçar uma relativa:

- (12) a. “[...] Aristóteles, [**para quem** a região 'supralunar' (o Universo) era constituída de uma substância chamada 'éter' e caracterizada por movimentos circulares e contínuos]”. (JO-IF-JORUSP-esp-17fev03).
b. “Carros muito pesados com cargas muito pesadas... trafeguem...acima quer dizer acima do peso [**para o que** ela (a rodovia) foi construída].”
(KATO, 2008 apud VALER, 2008, p. 21).
c. “Maria descobriu o valor [**por quanto** Pedro comprou o livro].”
(VALER, 2009, p. 6)
d. “Derrotado em 1932, [**quando** as tropas de Vargas sufocaram a Revolução Constitucionalista], o Estado buscou liderar o País através do conhecimento científico.” (JO-IF-JORUSP-esp-17fev03)
e. “Também a guerra fiscal direciona investimentos de maneira ineficiente, enviando-os para locais [**onde** apenas se mantêm competitivos enquanto subsidiados pelo governo].” (JO-IF-JORUSP-nac-10mar03_02)
f. João não gosta da forma [**como** Maria se veste].
g. O menino capturou o rato [**cujo** apelido é Mikey].

teria ligação direta com a estrutura hierárquica dos elementos. Assim, o que ocorre é um alçamento do NP alvo da relativização dentro da relativa, ou seja, o NP é alçado à Spec de CP. Por essa análise, a relativa passa a ser vista como um **complemento do determinante**.

Podemos observar que existem diferenças nos dois modelos. Uma quanto à estrutura sintática das relativas e outra relacionada ao alvo da relativização. Neste trabalho, não objetivamos verificar qual dos dois modelos é mais adequado ou responde a mais questionamentos. Desta forma, optamos por analisar as sentenças deste trabalho através do Modelo Tradicional (cf. (i.a)).

h. “Sobre uma colina, [**da qual** se avistavam Vila Mariana, São Caetano e a cidade, defronte ao Ipiranga; os irmãos Emídio, Panfílio e Bernardino Falchi fundavam, em 1890, uma indústria cerâmica.”

(JO-IF-JORUSP-cul-24fev03_01)

i. “Até São Pedro colaborou, porque não deparei com um único dia [**que** não fosse de sol].” (JO-IF-JORUSP-esp-10mar03)

Portanto, as seguintes características identificam as relativas do PB: são sentenças encaixadas e, como tal, são encaixadas como adjunto do nome; contêm um núcleo nominal na sentença matriz, que é correferente à categoria vazia da encaixada através do Spec do C; sempre devem estar adjacentes ao pronome relativo ou à expressão *wh*; contêm um pronome relativo que pode exercer várias funções sintáticas, dentre elas as de sujeito, objeto e adjunto; contêm um pronome relativo correferente ao núcleo nominal e estes têm funções sintáticas independentes; e podem ser introduzidas por qualquer pronome relativo: *quem*, *o que*, *quanto*, *quando*, *onde*, *como*, *cujo*, *qual* e *que*.

A partir dessas características, no PB, podemos identificar dois grupos de relativas: relativas padrão e relativas não padrão. Passaremos agora a descrever as características de cada uma delas de acordo com estudos realizados por Tarallo (1983), Áreas (2002) e Valer (2008).

2.1 Relativas Padrão

A relativa denominada padrão tem esse nome por corresponder às sentenças aceitas pela tradição gramatical. Elas podem ser DP ou PP e são divididas em:

(13) a) relativa padrão DP;

b) relativa padrão PP, que é subdividida em:

b1) relativa *pied piping*;

b2) e relativa *preposition stranding* ou relativa com preposição órfã.

A **relativa padrão DP**, segundo Valer (2008, p. 37), caracteriza-se por ter um pronome relativo encabeçando a sentença e uma categoria vazia (*ec*) correferente ao pronome relativo na posição de onde o pronome foi movido. Quanto à função sintática, o pronome relativo poderá ser sujeito ou objeto direto, funções compatíveis com o DP:

- (14) a. O aluno_i [[**que**]_i [DP *ec*]_i estudou para a prova].
b. João vendeu o carro_i [[**que**]_i a Maria comprou [DP *ec*]_i].
c. João encontrou a menina_i [[**a qual**]_i você conhecia [DP *ec*]_i].

Podemos observar em (14a) que o pronome relativo exerce a função sintática de sujeito da sentença encaixada e, nas sentenças (14b) e (14c), os pronomes *que* e *qual* funcionam como objeto direto dos verbos *comprar* e *conhecer* respectivamente.

No PB, parece que só os pronomes *que* e *qual* conseguem introduzir relativas padrão DP, porque eles têm natureza nominal.

A **relativa Padrão PP** contém uma expressão *wh* (preposição mais pronome relativo) como alvo da relativização. Essa preposição pode ser explícita ou implícita (mas não apagada). Elas podem ser subdivididas em relativa *pied piping* e relativa *preposition stranding*.

Na *pied piping*, a relativa é introduzida por um PP, ou seja, contém uma preposição antecedendo o pronome relativo, além de possuir uma categoria vazia correferente ao PP:

- (15) a. O menino [[**com quem**]_i a Maria conversou [PP *ec*]_i].
b. Maria descobriu o valor [[**por quanto**]_i Pedro comprou o livro [PP *ec*]_i].
c. Este documento não explica o propósito [[**para o que**]_i ele foi escrito [PP *ec*]_i].
d. Eu cheguei do lugar [[**de onde**]_i tu vieste [PP *ec*]_i]. (VALER, 2008, p. 37)
e. Aquela é a cantora [[**de cuja**]_i música [PP *ec*]_i todos gostam].

Nas sentenças entre colchetes de (15a) e (15d), os verbos *conversar* e *vir* exigem um complemento preposicionado e quando o pronome relativo se move para a periferia esquerda da sentença, ele leva consigo a preposição deixando, no lugar, uma [PP *ec*]. Nas sentenças entre colchetes (15b) e (15c), há dois pronomes relativos que funcionam como adjunto adverbial preposicionado e também levam a preposição para a periferia esquerda ao se moverem. Por fim, em (15e), o pronome *cujo* funciona como adjunto adnominal e, também, precisa levar a preposição para a periferia esquerda da sentença ao se mover.

Marchesan (2008), baseada nos traços semânticos de Mória (1992)⁶, afirma que os pronomes relativos *quem*, *quanto* e *o que* são subespecificados, já que incorporam os traços semânticos [+humano], [+quantia] e [+coisa] respectivamente. Essa característica faz com que esses pronomes não consigam ficar adjacentes ao núcleo nominal, como em (16) abaixo, que tem os mesmos traços semânticos:

- (16) a. *O menino [**quem** a Maria conversou [PP ec]].
b. *Maria descobriu o valor [**quanto** Pedro comprou o livro [PP ec]].
c. *Este documento não explica o propósito [**o que** ele foi escrito [PP ec]].

Para esses pronomes, a única possibilidade é a descrita em (15), em que entre o núcleo nominal e o pronome relativo há uma preposição. Outra opção de sentença relativa *pied piping* é com alguns pronomes relativos que, apesar de não apresentarem uma preposição explícita, pode ser percebida porque estão embutidas dentro do pronome. Nesse caso, os pronomes exercerão a função sintática de adjunto adverbial (compatível com um PP). Esse é o caso do pronome relativo *quando* (no momento em que), *onde* (no lugar que) e *como* (da forma que), como podemos observar em (17), abaixo. As sentenças encabeçadas por esses pronomes serão consideradas relativa padrão PP (*pied piping*) em nossa análise:

- (17) a. Derrotado em 1932, [**quando**/em que as tropas de Vargas sufocaram a Revolução Constitucionalista], o Estado buscou liderar o País através do conhecimento científico. (JO-IF-JORUSP-esp-17fev03)
b. Também a guerra fiscal direciona investimentos de maneira ineficiente, enviando-os para locais [**onde**/em que apenas se mantém competitivos enquanto subsidiados pelo governo]. (JO-IF-JORUSP-nac-10mar03_02)
c. Pedro não gosta da maneira [**como**/que/*em que Maria se comporta].

Em (17), os pronomes relativos *quando* e *onde* contêm uma preposição implícita que pode ser percebida facilmente. A exceção é o pronome *como*, que tem “cara” de adjunto adverbial de modo, mas parece rejeitar a preposição [*em que], conforme (17c).

⁶ As análises de Marchesan (2008) e Mória (1992) são feitas para as relativas livres, mas parecem se encaixar nos dados das relativas com núcleo.

Além desse, o pronome *onde*, ao contrário dos demais, pode ser precedido por uma preposição quando todo o PP funciona como objeto indireto, como mostrado em (15d), acima. Esses dois casos merecem um estudo mais aprofundado que deixaremos para pesquisas futuras.

Ao contrário da relativa *pied piping*, a relativa *preposition stranding* ocorre quando o movimento para a periferia esquerda da sentença é só do pronome relativo, deixando a preposição *in situ* (preposição órfã). Esse tipo de relativa é encontrado em línguas germânicas, como o inglês (18a) e línguas escandinavas; mas muito difícil em línguas românicas, como o PB (18b):

- (18) a. The person [[who] Mary talked **to**]. (ÁREAS, 2002, p. 112)
b. *Esse é o *restaurante* [**o qual** mais gosto **de**].

Na sentença (18a), somente o pronome relativo se move para a periferia esquerda da relativa, deixando a preposição sozinha (órfã) ao final da sentença, e não há agramaticalidade. No PB, não há preposição órfã, o que explica a agramaticalidade de (18b), em que a preposição *de* permanece *in situ*.

Apesar de esporádicos, de acordo com Áreas (2002), existem alguns exemplos de relativa *preposition stranding* em PB. Nessas sentenças, as preposições não regem elemento visível ou regem vestígio de elemento deslocado conforme (19a), abaixo:

- (19) a. Este é o texto [**que** nós discutimos **sobre**].
b. *Este é o texto [**o qual** nós discutimos **sobre**].
c. *Este é o texto [**sobre** que nós discutimos].
d. Este é o texto [**sobre o qual** nós discutimos]

A explicação de Áreas é que, quando a preposição possuir mais carga lexical, há chance de termos sentenças com preposição órfã em PB. Observe, no entanto, que a preposição só pode ficar órfã no PB se o pronome relativo utilizado for o *que* – conforme mostra a gramaticalidade de (19a) em oposição à agramaticalidade de (19b). Além disso,

surpreendentemente, o movimento da preposição *sobre* para a periferia esquerda da relativa só é possível se o pronome usado não for o *que* – conforme atestam as sentenças em (19c) e (19d). Um estudo mais detalhado sobre esse conjunto de sentenças precisa ser feito.

2.2 Relativas não padrão

As Relativas não padrão são aquelas que não estão em conformidade com os prescritos da Gramática Tradicional. Elas são divididas em relativas resumptivas DP ou PP e relativas cortadoras. De acordo com Mollica (2006), as sentenças resumptivas são fortemente estigmatizadas nas escolas por não representarem o padrão descrito nas gramáticas tradicionais.⁷

As **relativas resumptivas DP** ou **PP** são também conhecidas como **relativas com pronome lembrete** ou **copiadoras**, pois têm um pronome que retoma (lembra) o nome que foi relativizado, concordando com esse em gênero, número e pessoa:

- (20) a. A **menina** [que **ela** comprou o livro].
b. O **homem** [que eu falei **dele**].

Em (20), o pronome resumptivo é retomado por um DP *ela*, em (20a), e por um PP *dele*, em (20b). Observe que ambos retomam o núcleo nominal e concordam com ele em gênero, número e pessoa.

Uma característica interessante, apontada por Valer (2008), é que as relativas com pronome resumptivo só conseguem coocorrer com o pronome *que*:

- (21) a. *Aquela é a menina [pra **quem** eu comprei o livro pra **ela**].
b. Aquela é a menina [pra quem eu comprei o livro *ec*].
c. Aquela é a menina [**que** eu comprei o livro pra **ela**].

⁷ Conforme tratamos na nota de rodapé 3, as sentenças resumptivas, por serem facilmente percebidas pelos usuários da língua, são estigmatizadas. Com as cortadoras ocorre uma espécie de “surdez” do falante, já que o corte da preposição não é identificado por não estar sendo usado na língua.

As sentenças denominadas como **relativas cortadoras** caracterizam-se pelo apagamento da preposição regida pelo verbo.

(22) A menina [que eu viajei com].

Como podemos perceber, em (22), o verbo *viajar* exige como complemento uma preposição, porém há um apagamento da preposição na sentença (o pronome relativo *que* se moveu para a periferia esquerda).

3 Relativas em dados de escrita

No início deste trabalho, destacamos que um dos desafios com que os linguistas se deparam consiste na observação e análise das construções da língua. Dessa forma, nessa seção, apresentamos alguns estudos que também analisaram as realizações das relativas em dados de escrita para compará-los com os resultados da pesquisa aqui apresentada.

O primeiro que citaremos é o de Bagno (2001) cujo texto propõe a investigação das sentenças relativas que contêm um verbo que rege preposição. Ele utiliza dados do projeto Norma Urbana Culta (NURC), de jornais, além de analisar sentenças literárias e de revistas, a fim de exemplificar e justificar o uso das construções relativas mais produzidas por falantes cultos do PB (na escrita e na fala). O desaparecimento do pronome *cujo* (na escrita, mas principalmente na fala) é apresentado como um fator que demonstra que estamos transferindo características da fala para a escrita, mas, para o autor, o ensino deste pronome deve ser mantido nas escolas, “[...] porque ele ainda tem função na língua escrita mais monitorada.” (BAGNO, 2001, p. 86).

Outro resultado encontrado pelo autor é que “[...] a relativa cortadora veio para ficar.” (BAGNO, 2001, p. 92). Em sua análise com edições de jornais, ele encontrou 56 ocorrências do verbo *gostar* sem o auxílio da preposição *de*.⁸ Isso é um indício, segundo ele, de que estratégias inovadoras da língua vêm ganhando espaço, ocasionando mudanças na norma considerada padrão.

⁸ Não há dados percentuais, por isso, mantivemos o número fornecido pelo autor.

Por fim, o autor afirma, a partir da análise dos seus dados de fala e de escrita, que ainda existe uma preocupação (monitoramento) maior com a escrita, mas que ela apresenta alterações de acordo com características da fala.

Outro estudo é o de Mollica (2006, p. 167) que, em seu artigo, busca analisar inovações na escrita a partir de fenômenos que estão presentes na fala, mas que migram para a escrita. Para tanto, ela busca subsídios para desenvolver uma “Teoria da Mudança da Escrita com base nos postulados do variacionismo, lançados originalmente para o entendimento dos princípios da variação e da mudança linguística da fala.” Para este trabalho, ela analisa as construções *queístas*⁹ e as relativas cortadoras com base na Amostra de Produções Midiáticas de Jornais do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Como resultado, Mollica (2006, p. 169) observou 25% de *queísmos* e 10% de sentenças cortadoras na escrita jornalística contemporânea. Tais resultados permitem à autora concluir que “[...] a mesma realidade se verifica na fala, e a escrita simplesmente reflete os usos orais do português atual.”

Por sua vez, Souza (2006), “Partindo do pressuposto de que uma das principais fontes da língua escrita padrão são os textos jornalísticos, principalmente aqueles publicados nos jornais e revistas de grande circulação”, fez uma comparação das estratégias de relativização na escrita padrão do PB e do português europeu.¹⁰ O *corpus* do PB foi constituído por 75 textos de artigos assinados e não assinados dos anos de 2005, 2004, 2003 e 2002 dos jornais *Brasil* e *O globo*. Os pronomes relativos analisados foram: *o que* (mas foram excluídos aqueles em que esse pronome estava “nas funções sintáticas de sujeito, objeto direto ou predicativo”), *qual*, *quem*, *cujo*, *onde* e *quando*. Os resultados da pesquisa mostraram que, nos dados do PB, a estratégia de relativização padrão é a predominante: das 112 ocorrências encontradas, 106 (96% do total de casos) eram de relativa padrão PP. A não-padrão (cortadora e resumptiva) ficou com apenas 6 realizações, perfazendo 4% dos casos.

⁹ A autora chama de construções *queístas* o que denominamos neste artigo de completivas, como em (i) abaixo:

(i) “... é a mesma coisa que querer nos convencer **que** moramos na Suíça.”
(O Globo, 09-03-04 Cartas). (MOLLICA, 2006, p. 168)

Esse tipo de sentença, por não ser foco deste artigo, será deixado de lado.

¹⁰ Nessa descrição dos resultados encontrados por Souza (2006), deixamos de lado os dados do português de Portugal por não serem o foco deste artigo.

Em resumo, a análise dos dados revelou que: a) o morfema *que* é, indubitavelmente, o mais empregado, mesmo na língua escrita padrão; b) apesar da grande diferença entre a frequência de uso do *que* e do *onde*, este é o segundo morfema relativo mais empregado; c) o *qual* e *cujo* ainda são bastante empregados no português escrito padrão; d) o morfema *quando* também deve figurar no inventário dos relativos; e) o morfema *quem* é o menos empregado; f) as relativas por movimento, nas funções oblíquas, ainda predominam na modalidade escrita padrão tanto em Portugal quanto no Brasil. (SOUZA, 2006).

A autora conclui afirmando que

[...] a partir da análise empreendida [...] no tocante às estruturas de relativização, na modalidade escrita considerada padrão, a estratégia copiadora prototípica inexistente, e a estratégia cortadora, prestigiada e mais frequente na fala de pessoas com alto nível de escolaridade, é inexpressiva qualitativa e quantitativamente. Tais resultados comprovam que a norma dita culta do português do Brasil, estabelecida na segunda metade do século XIX e consolidada, principalmente, na primeira metade do século XX, ainda predomina na escrita formal. (SOUZA, 2006).

O último estudo sobre o assunto encontrado é o recente artigo de Cavalheiro e Conceição (2012), que tem por objetivo “apresentar resultados de um estudo das estratégias de relativização investigadas em 103 textos escritos e reescritos¹¹ por 16 sujeitos considerados altamente escolarizados – acadêmicos do [3º ano do] Curso de Letras/UFGD –, durante o ano de 2008.” Nessa pesquisa, os autores analisaram só as relativas formadas com o pronome *que* que deveria aparecer precedido de preposição (segundo os preceitos da Gramática Tradicional do PB). Os resultados da pesquisa mostraram que os sujeitos pesquisados usam os três tipos de relativização (padrão, cortadora e resumptiva¹²) e que a forma preferida é a relativa cortadora (169 ocorrências – 66%). Em segundo lugar, está a relativa padrão, com 49 ocorrências (20%) e, por fim, a resumptiva com 36 ocorrências (14%). Esses dados, segundo os autores, os levam “[...] a interpretar os usos dos sujeitos investigados nesta pesquisa, não como um erro ou como um simples

¹¹ 23 textos em primeira versão e 80 reescritos. Os textos reescritos tinham a finalidade de recuperar a qualidade discursiva de suas produções escritas, não em aspectos formais. Ou seja, ao corrigir o texto, o professor não ‘marcou’ ou ‘corrigiu’ os aspectos formais (estrutura sintática) do texto.

¹² No artigo, Cavalheiro e Conceição utilizam a denominação *copiadora*. Isso também ocorre no texto de Bagno. Aqui, vamos utilizar o termo *resumptiva* que vem sendo utilizado ao longo deste artigo.

desconhecimento da norma, mas como um reflexo na escrita do que já está consagrado na fala.” (CAVALHEIRO; CONCEIÇÃO, 2012, p. 144-145).

Podemos perceber que os resultados apresentados por Bagno (2001), Mollica (2006) e Souza (2006) estão em conformidade, diferentemente dos resultados obtidos na pesquisa de Cavalheiro e Conceição (2012). Tal diferença poderia, talvez, ser explicada pelo *corpus* que foi analisado por Cavalheiro e Conceição (2012): textos produzidos por acadêmicos do curso de Letras, e não produções jornalísticas, que normalmente procuram observar a norma padrão, como o *corpus* analisado pelos demais autores.

4 Metodologia

Este trabalho é de cunho teórico-bibliográfico e descritivo-explicativo. Ele consiste na revisão de literaturas de textos que tratam do objeto de estudo e na análise das estratégias de relativização encontradas no *corpus* selecionado para esta pesquisa.

O *corpus* para este estudo são os dados disponíveis no projeto Lácio-Web (LW), que teve início em 2002. Este é um projeto que conta com a parceria entre NILC (Núcleo Interinstitucional de Linguística Computacional) e FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP). O projeto Lácio-Web tem por objetivo divulgar e disponibilizar vários *corpora* do PB escrito de forma livre na *Web*. Ele é formado por seis *corpora* - Lácio-Ref, Lácio-Dev, Par-C, Comp-C, Mac-Morpho e Lácio-Sint.

Para nossa análise, utilizamos o **Lácio-Ref**, que consiste em *corpus* composto por textos que respeitam a norma culta. De acordo com o site da coleta dos dados, esse *corpus* conta, atualmente, com 8.291.818 textos. Porém, para o desenvolvimento deste trabalho, optamos por selecionar uma amostra do material que está disponível. Desta forma, analisamos os textos “Generalidades”, publicados em jornais de 2003.

Desse *corpus*, separamos as ocorrências de relativas, e a análise ocorreu seguindo os seguintes critérios:

- a) estratégia de relativização (padrão, cortadora ou resumptiva);
- b) tipo de verbo que ocorre nas relativas cortadoras;
- c) formas pronominais encontradas no processo de relativização: *quem, quanto, o que, como, quando, onde, que, qual e cujo*; e

d) função sintática do pronome relativo.

Os dados encontrados foram apresentados em tabelas e comparados com os encontrados por Bagno (2001), Mollica (2006), Souza (2006) e Cavalheiro e Conceição (2012).

5 Análise dos dados

Conforme dito, realizamos um recorte dos dados disponíveis e, desta forma, na análise dos textos “Generalidades”, encontramos 176 sentenças relativas, que estão representadas na Tabela 1:

Tabela 1 – Sentenças Relativas encontradas na análise

DP	PP			
Padrão	Padrão	Resumptiva	Cortadora	TOTAL
140	33	0	3	176
79,5%	18,8%		1,7%	100%

A Tabela 1 mostra que há uma maior preocupação com a escrita formal, já que o número de sentenças padrão (98,3%) é muito superior ao das relativas não padrão (1,7%). Foram encontradas 140 (79,5%) sentenças Padrão DP, 33 (18,8%) Padrão PP e apenas 3 (1,7%) sentenças Cortadoras. Resultados semelhantes foram observados nos trabalhos desenvolvidos por Bagno (2001) e Souza (2006), onde o número de produções padrão nos textos escritos representa o maior percentual.

Em relação às relativas PP, percebe-se que a estratégia de relativização mais utilizada foi a padrão PP, com 33 ocorrências, perfazendo 91,7% do total de 36 (100%) casos de relativas PPs registradas. Em segundo lugar, ficou a cortadora com apenas 3 (8,3%) ocorrências. Esse resultado corrobora o estudo feito por Souza (2006), que encontrou 96% dos casos de relativas padrão PP e apenas 5% de casos de sentenças cortadoras e resumptivas PP.

Através dessa análise, podemos observar que os resultados que obtivemos corroboram as pesquisas desenvolvidas por Bagno (2001), Mollica (2006) e Souza (2006), mas distanciam-se dos resultados obtidos na pesquisa de Cavalheiro e Conceição

(2012). Como afirmamos, essa diferença pode ter ocorrido pelo fato de o *corpus* analisado por Cavalheiro e Conceição (2012) apresentar textos produzidos por estudante do curso de Letras e não produções jornalísticas.

Os três casos de relativas cortadora encontrados estão abaixo:

- (23) a. É dessa emocionante saga migratória [que trata [*ec*] o livro de Franco Cenni, Italianos no Brasil – “Andiamo in ‘Mérica”,] cuja segunda edição foi lançada recentemente pela Edusp. (JO-IF-JORUSP-cul-24fev03_01)
b. Foi em 1878 [que os italianos Lodovico dal Porto e Francesco Casino fundaram na rua Monsenhor Andrade a primeira fábrica de massas alimentícias [*ec*] logo seguida de outras, igualmente pertencentes a italianos.] (JO-IF-JORUSP-cul-24fev03_01)
c. Mas foi em maio de 1926 [que o Barão larga o emprego [*ec*] e decide fundar seu próprio tablóide de circulação nacional,] A Manhã, que supera as fórmulas cansadas de O Malho, Fon-fon e Careta. (JO-IF-JORUSP-cul-24fev03_03)

Observe em (23) que, nos três casos, os verbos utilizados não são os mesmos encontrados por Bagno (2001) – *gostar*. Em dois (23b) e (23c) dos três casos encontrados em nossos dados, há o apagamento da preposição *em* ao contrário da explicação abaixo:

Ao explicar a omissão da preposição nos casos de relativa cortadora, em seus estudos linguísticos, Neves afirma: “Frequentemente, a **preposição** é omitida antes de **pronome relativo objeto indireto**, especialmente a **preposição de**, e especialmente com o verbo *gostar*” (2000, p. 381, grifo nosso). Vejamos o exemplo apresentado pela linguista: “Tomei banho, fiz a barba, coloquei a roupa * **QUE** eu mais gostava, camisa preta e calça jeans (OMT)”. (CAVALHEIRO; CONCEIÇÃO, 2012, p. 137).

Apesar de os nossos dados não confirmarem o encontrado por Bagno (2001), não podemos afirmar que essa seja uma tendência porque encontramos apenas 3 casos que podem ser considerados não representativos ou irrisórios em uma análise quantitativa.

As sentenças resumptivas não foram localizadas no *corpus* selecionado, diferentemente de Bagno (2001) e Cavalheiro e Conceição (2012), que apresentam um percentual significativo destas estruturas relativas, o que pode ser explicada pelo tipo de *corpus*

usado pelos autores: jornais e redações universitárias. Ao contrário, os dados deste estudo confirmam o resultado do trabalho desenvolvido de Souza (2006), que também analisou dados de textos jornalísticos e encontrou apenas 6 realizações (5%) de relativas não padrão (cortadoras e resumptivas). Talvez pelo fato de o nosso *corpus* ser composto por textos escritos em jornais e essa estratégia de relativização ser mais estigmatizada, não tenha sido muito usada.

Assim, concordamos com Souza (2006) que afirma,

Dentro desse quadro, é de se esperar que a primeira estratégia citada [padrão] seja a privilegiada nas práticas de ensino do vernáculo em detrimento das outras, embora não seja a mais usada na modalidade falada da língua, como já foi comprovado por várias pesquisas.

O presente estudo correlaciona-se à hipótese de Kato (2005) de que o vernáculo é um, e a língua portuguesa (escrita) ensinada nas escolas é outra; tese defendida também por Mattos e Silva (2004). Assim, não é difícil constatar que a estratégia preconizada pelas gramáticas normativas e pelos manuais de redação e estilo, quando é apre(e)ndida pelos nossos estudantes – principalmente os de ensino fundamental e médio –, processa-se com dificuldades visto que não faz parte do seu vernáculo.

A Tabela 2 apresenta os pronomes relativos e sua ocorrência em cada uma das estratégias de relativização analisadas.

Tabela 2 – Formas pronominais encontradas nos dados analisados

	Padrão	Resumptiva	Cortadora	TOTAL
Que	140	0	3	143 – 81,2 %
PP + que	5	0	0	5 – 2,8%
PP + qual	11	0	0	11 – 6,2%
Como	0	0	0	0
Onde	6	0	0	6 – 3,4%
Quando	2	0	0	2 – 1,1%
Cujo	8	0	0	8 – 4,5%
PP + quem	1	0	0	1 – 0,56%
O que	0	0	0	0
Quanto	0	0	0	0
TOTAL	173 – 98,3%	0	3 – 1,7%	

Como já era de se esperar, o pronome relativo mais utilizado foi o *que*, com 143 ocorrências, perfazendo 81,2% dos casos encontrados. Os dados de escrita encontrados aqui se assemelham aos dados de fala observados na análise realizada por Valer (2008), onde a preferência dos falantes também é pelo uso do pronome relativo *que*. Nessa análise de dados de fala de informantes florianopolitanos retirados do projeto VARSUL, a autora encontrou em 75% (1280), dos 1696 casos de estratégias de relativização, o uso do pronome relativo *que*, sendo 95% das estratégias relativas padrão, 100% das resumptivas e 100% das cortadoras.

A Tabela 2 também revela que o pronome *cujo* continua sendo empregado na escrita (8 realizações, perfazendo 4,5%), da mesma forma que tal dado foi apresentado por Bagno (2001).

Ao observarmos as funções sintáticas dos pronomes relativos, pudemos classificá-los como na Tabela 3:

Tabela 3 - Função sintática do pronome relativo

	Padrão DP	Padrão PP	Cortadora	Resumptiva	TOTAL
Objeto Direto	18	0	1	0	19 – 10,8%
Objeto Indireto	0	6	0	0	6 – 3,4%
Complemento de preposição (PP)	0	1	0	0	1 – 0,57%
Sujeito	121	0	0	0	121 – 68,7%
Adjunto Adnominal	1	9	0	0	10 – 5,7%
Adjunto Adverbial	0	17	2	0	19 – 10,8%
Predicativo	0	0	0	0	0
TOTAL	140 – 79,55%	33 – 18,7%	3 – 1,7%	0	

Através da análise da Tabela 3, constatamos que o maior índice de relativizações ocorre com o pronome relativo exercendo função sintática de sujeito, com 121 ocorrências, perfazendo 68,7% do total de estratégias de relativização encontradas. Em segundo, está a função sintática de objeto direto (10,8%). Nos dados de fala, Valer (2008) também encontrou essas mesmas funções sintáticas como as mais usadas.

Dentre as relativas PP, a função sintática de adjunto adverbial (10,8%) foi a mais recorrente. Em segundo lugar, encontramos o adjunto adnominal (5,7%). Dos dez casos de adjunto adnominal, nove se referem aos usos do pronome *cuj*, considerados arcaicos nos dados de fala. Em (24) apresentamos alguns exemplos do uso do pronome *cuj*, encontrados nos dados analisados, mostrando que esse uso ainda está presente na escrita do PB.

(24) a. O Projeto de Lei número 9, do governo anterior, [cujos argumentos [ec] estão sendo agora estudados], reforça a tese dos que acusam o PT de ter mudado o discurso quando assumiu o poder.

(JO-IF-JORUSP-nac-24fev03_01)

b. Estima-se que o montante de recursos movimentados por essas instituições, no ano de 2001, foi equivalente ao orçamento da USP. E há algumas [cujos rendimentos [ec] se restringem exclusivamente a cursos pagos]. (JO-IF-JORUSP-pes-24fev03)

Considerações finais

A produção escrita sempre teve uma grande preocupação em respeitar a norma culta da língua. Com o passar dos anos, a escrita aproximou-se muito da fala, realizando alguns fenômenos que despertaram o interesse dos pesquisadores linguistas, pois características que antes eram representadas somente pela fala, hoje já podem ser encontradas também na escrita.

Assim, este trabalho objetivou verificar quais são as estratégias de relativização mais frequentes nos dados de escrita dos textos “Generalidades”, publicados no Lácio-Ref, e comparar os resultados com outras pesquisas realizadas sobre as relativas em dados de escrita.

De maneira sintética, vimos que uma relativa é uma sentença encaixada como adjunto do nome. Ela possui um núcleo nominal na sentença matriz, que é retomado pela categoria vazia da encaixada através do Spec do C. Além disso, sempre deve estar adjacente ao pronome relativo ou à expressão *wh* podendo ser introduzida por qualquer pronome relativo que pode exercer várias funções sintáticas distintas e independentes.

Na sequência, analisamos os dados de escrita do projeto Lácio-Ref e constatamos que a quase totalidade dos dados encontrados são de relativas padrão. A utilização do pronome *cujo* também foi um fator que nos surpreendeu, uma vez que ele está praticamente em desuso no PB. O pronome mais frequente foi o *que*, assemelhando-se aos dados de fala apontados por Valer (2008).

De acordo com Bagno (2001), “a sentença relativa cortadora veio para ficar” (p. 92), pois ela está presente em várias sentenças, inclusive em meios de comunicação considerados de elite. Em nossa pesquisa, pudemos observar que esse aparecimento ocorreu de forma singela, mas demonstrando que as expectativas apresentadas pelo autor realmente estão ocorrendo na língua.

As análises realizadas puderam nos proporcionar a certeza de que ainda existe uma grande preocupação com a modalidade da escrita, procurando respeitar a norma padrão. Porém, através das leituras realizadas para este trabalho, nota-se que, cada vez mais, a escrita aproxima-se da fala, e esse fenômeno também ocorre com o uso das relativas.

Bibliografia

ÁREAS, E. K. N. *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo Raising*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BAGNO, M. Cores que eu não sei o nome. In: *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.

CAVALHEIRO, J. S.; CONCEIÇÃO, R. I. “Essa é a cor que eu gosto” ou “Essa é a cor de que eu gosto?": um estudo sobre o uso de orações relativas na escrita. *Revista ArReDia*, Dourados, v. 1, n. 1, p. 132-148, jul./dez. 2012. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/arredia/article/view/1775/1125>.

Acesso em: 3 ago. 2014.

CHOMSKY, N. On wh-movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T.; AKMAJIAN, A. (Ed.). *Formal Syntax*. New York: Academic Press, 1977. p. 71-132.

CORRÊA, V. R. Aprendendo a relativa padrão na escola. *Caderno de estudos linguísticos*, Campinas, v. 36, n. 71, p. 71-83, jan./jun. 1999.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 223-261.

MARCHESAN, A. C. *As relativas livres em português brasileiro e os Requerimentos de Compatibilidade*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91537/251008.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 set. 2013.

MOLLICA, M. C. Sobre os processos sintáticos que migram da fala para a escrita. In: 8th Hispanic Linguistics Symposium. *Proceedings...* Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2006. p. 167-171.

SOUZA, E. S. A. C. Estratégias de relativização na escrita padrão do português brasileiro e europeu. In: X Congresso Nacional de Linguística e Filologia. *Anais...*

Niterói: [s.n.], 2006. Não paginado. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xcnlf/17/10.htm>. Acesso em: 4 ago. 2014.

TARALLO, F. *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

VALER, S. Aspectos formais e semânticos das sentenças Relativas do PB. *Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, n. 11, p. 1-18, 2009. Disponível em: <http://www.letramagna.com/relativapb.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2014.

VALER, S. *As sentenças relativas com núcleo nominal nos dados de fala (projeto Varsul) de Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Data de submissão na OJS: 18/03/2016

Data de aceite registrado na OJS: 12/08/2016

CÓPULA INVARIÁVEL EM CLIVADAS INVERTIDAS: UM EXEMPLO DE GRAMATICALIZAÇÃO?

Invariable copula in inverted cleft sentences:
An example of grammaticalization?

Damaris Matias Silveira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal
de Santa Catarina
damysilveira@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa busca investigar diacronicamente as sentenças sintaticamente utilizadas para focalizar constituintes, as clivadas canônicas e invertidas. Tais sentenças caracterizam-se pelas sequências Cópula + Foco + que + IP e Foco + cópula + que + IP. O período considerado para a busca dessas sentenças é o que se estende do século XVI ao XIX, textos que compõem o *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. Tento apresentar uma discussão em torno da gramaticalização da cópula das clivadas invertidas através da maior evidência para o fenômeno: a ausência de concordância temporal entre a cópula e o verbo da sentença encaixada.

Palavras-chave: Construções clivadas; Gramaticalização; Concordância.

Abstract: The present research aims to investigate diachronically sentences used to syntactically focalize constituents, the canonical and inverted clefts one. Such sentences are characterized by the sequences copula + Focus + que + IP and Focus + copula + que + IP. The research period range from the 16th to the 19th century, utilizing texts that make up the *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. I try to present a discussion on the grammaticalization of the copula in inverted clefts through the most important evidence from the phenomenon: the absence of tense agreement between the copula and the verb of the subordinate clause.

Keywords: Cleft constructions; Grammaticalization; Agreement.

Introdução

O recurso da clivagem no português apresenta um campo fecundo para a pesquisa, em especial no âmbito da diacronia, visto que são poucos os estudos em torno do comportamento sintático dessas sentenças ao longo do tempo. Dispomos, entretanto, de análises significativas a respeito da evolução dessas sentenças, como Kato e Ribeiro (2006) e Kato (2009), sendo que, neste último, Kato trata com especial atenção da gramaticalização envolvendo sentenças clivadas

Sentenças clivadas invertidas apresentam relação de concordância temporal mais limitada entre a cópula e o verbo da sentença encaixada, quando este não se encontra no tempo presente, em comparação com as clivadas canônicas. Nesse caso, é bastante produtivo, em português brasileiro, sentenças clivadas invertidas sem a concordância mencionada acima, o que é defendido por Kato como resultado de gramaticalização:

(1) A Maria é que comeu o bolo.

Para melhor observar o comportamento da cópula em clivadas invertidas, foi feita, no presente estudo, uma busca em 16 textos anotados do *corpus* histórico do Português – *Tycho Brahe*. Desses textos foram retiradas as clivadas invertidas encontradas, bem como as clivadas canônicas. Todas as referências temporais aos dados correspondem ao nascimento do autor e não à data em que foram escritos.

O estudo aqui apresentado se trata da descrição dos dados encontrados no *corpus Tycho Brahe*, sendo que, o que pretendo é observar as ocorrências e levantar possíveis discussões que possam contribuir para estudos futuros, a fim de reforçar a idéia de gramaticalização da cópula nas sentenças clivadas invertidas ao longo do tempo.

2 Clivadas canônicas e invertidas

A clivagem é um recurso sintático utilizado pelo falante a fim de focalizar constituintes. Através desse processo são formadas sentenças clivadas, que apresentam a sequência Cópula + XP (foco) + *que* + IP na sua forma canônica:

(2) É a Maria que estuda linguística.

Apesar da existência de um padrão canônico para as clivadas, o foco da sentença pode aparecer anterior à cópula, resultando no que chamamos de clivadas invertidas, que apresentam a sequência Foco+cópula+*que*:

(3) A Jurema é que estuda linguística.

Através da clivagem, temos também as sentenças pseudo-clivadas, que se diferenciam das clivadas por apresentarem um elemento *Wh* no CP onde as clivadas alojam um complementizador. As sentenças estudadas nessa pesquisa, entretanto, serão as do padrão apresentado em (3), ou seja, as clivadas invertidas que trazem a sequência Foco + cópula + *que*, bem como as canônicas, como (2), para fins de comparação. Esses dois tipos de sentença serão úteis no levantamento de hipóteses, que podem contribuir em defesa da hipótese de gramaticalização.

3 Gramaticalização

Este estudo discute a idéia de gramaticalização da cópula em clivadas invertidas ao longo do tempo, ou seja, o modo como o verbo *ser* vai adquirindo ao longo do tempo, de maneira gradual, o caráter de elemento focalizador. Hopper e Traugott (1993) apontam para dois significados o termo *gramaticalização*. Um deles está relacionado com fenômeno da linguagem em si, e se refere aos estágios em que itens se tornam mais gramaticais ao longo do tempo. O outro sentido para o termo está ligado ao quadro de pesquisa e se refere à parte do estudo da mudança linguística que se concentra em questões como: de que forma itens lexicais vêm ao longo do tempo a desenvolver funções gramaticais?

O termo “gramaticalização” foi introduzido por Meillet (1912), onde o autor assume que as transformações gramaticais envolvem dois processos, um deles é a analogia, que é a composição de uma forma a partir do modelo de uma outra, como por exemplo a conjugação de um verbo a partir do modelo de um outro: *bebeu/fazeu*. Outro processo envolvido na gramaticalização é a atribuição de caráter gramatical a uma palavra que já

foi autônoma, que é o que pode supostamente ter ocorrido com a cópula das clivadas invertidas.

Hopper e Traugott (1993) chamam de *reanálise* o processo pelo qual as propriedades gramaticais e semânticas são modificadas, ou seja, as modificações comprometem o sentido do elemento. Segundo os autores, a reanálise é o processo mais importante tanto para a gramaticalização, quanto para os outros tipos de mudança, pois ela constitui um pré-requisito para o desenvolvimento da mudança através da analogia.

Lightfoot (2006) aponta para a relação entre semântica e a noção introduzida por Meillet, no sentido de que a gramaticalização está relacionada com a tendência de um item de sentido pleno, perder a carga significativa ao longo do tempo, passando a ser usado com funções gramaticais. Essa noção será muito importante para essa pesquisa, ou seja, a semântica do item estudado é imprescindível na tentativa de explicar a possibilidade de gramaticalização da cópula.

Mais precisamente, tentarei observar o que postula Meillet (1912): como um item perde a sua expressividade linguística autônoma e seu valor semântico, passando a elemento auxiliar e se tornando mais acessório -no caso do fenômeno aqui estudado, a ponto de poder ser apagado.

Este estudo compreende a necessidade de considerar tanto a sintaxe quanto a semântica na tentativa de discutir a gramaticalização da cópula. Gelderen (2004) mostra que a relação entre a gramaticalização e a gramática gerativa é um pouco conturbada. Os teóricos da teoria gerativa acreditam que a sintaxe é autônoma, enquanto os teóricos da gramaticalização veem tanto a função quanto o significado como fatores determinantes por trás da mudança linguística. Nesta pesquisa, é possível observar que há evidências sintáticas para a gramaticalização, que seria a ausência de concordância, mas, no âmbito da semântica, também encontramos respostas no que tange a perda de carga significativa do verbo. Além disso, a reanálise proposta aqui envolve uma importante mudança no significado do elemento. Isso será melhor explicado mais adiante.

Nessa perspectiva, irei assumir aqui que a gramaticalização envolve o processo pelo qual um item lexical adquire e efetua funções gramaticais ao longo do tempo. No caso desta pesquisa, esse item se trata da cópula nas sentenças clivadas invertidas e serão considerados para esta análise fatores sintáticos e semânticos envolvidos na gramaticalização desse elemento, seja por meio de evidências ou motivações para essa mudança.

Para a melhor compreensão do que vem a ser um termo lexical e um termo gramatical, retomo Hopper e Traugott (1993) que mostram a distinção comumente aceita entre palavras de conteúdo e palavras funcionais. As primeiras servem para se relacionar ou descrever coisas, ações e qualidades. Exemplos de palavras de conteúdo são nomes, verbos e adjetivos, que serão aqui tratados como ‘itens lexicais’. Já as palavras funcionais, doravante ‘itens funcionais’, servem para estabelecer relações entre termos nominais, ligar partes do discurso, indicar quais elementos do discurso já estão identificados ou não e para mostrar qual a proximidade que esses itens estão do falante. São exemplos, entre outros, de itens funcionais: conectivos, pronomes e demonstrativos.

No caso das clivadas invertidas, portanto, pretendo verificar a possibilidade de a cópula passar a ser um item mais funcional. Vale lembrar que o verbo *ser* não possui a mesma riqueza semântica que um verbo como *comer*, por exemplo, ainda mais se assumirmos que a cópula não atribui papel temático do mesmo modo que outros verbos. Em uma sentença como “*A Maria é bonita*”, não é a cópula que atribui papel temático a *A Maria*, mas sim o adjetivo *bonita*, enquanto que um verbo como *comer* atribui papel temático a um agente e um tema. A cópula já traz em si funcionalidade, mas no caso das clivadas invertidas, ela se torna ainda mais gramatical.

Portanto, a priori, a cópula já não é a melhor manifestação da lexicalidade de um verbo. Mesmo assim, ela ainda carrega traços de concordância temporal e pessoal como os demais verbos. Se nas clivadas a cópula realmente está em um processo de perda de concordância, ela se aproxima da invariabilidade e perde um traço importante do estatuto verbal, o que nos faz suspeitar, à esteira de Kato, que a cópula não tem a função de verbo, mas está gramaticalizada, desempenhando unicamente o papel de focalizador.

4 Invariabilidade da cópula = gramaticalização?

4.1 Dados

Conforme já mencionado, para melhor apreciação do fenômeno em questão, foi feita uma busca em 16 textos do *corpus Tycho Brahe*, cujos autores são nascidos entre os séculos XVI e XIX. O banco de dados disponibiliza de um total de 73 textos para pesquisa livre, sendo que 19 possuem anotação sintática, o que facilita buscas por sentenças com características específicas, onde se enquadram os textos usados neste estudo:

Tabela 1. Relação de textos do corpus *Tycho Brache* utilizados neste estudo

AUTOR	Ref.	Título
Século 16		
(1502-1579) PERO MAGALHÃES DE GANDAVO	g_008	História da Província de Santa Cruz
(1510-1583) FERNAO MENDES PINTO	p_001	Perigração
(1542-1606) DIOGO DO COUTO	c_007	Décadas
(1556-1632) LUIS DE SOUSA	s_001	A Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires
Século 17		
(1597-1665) MANUEL DE GALHEGOS	g_001	Gazeta
(1608-1697) ANTONIO VIEIRA	v_004	Sermões
(1658-1753) MARIA DO CEU	c_002	Vida e Morte de Madre Helena da Cruz
(1675-1754) ANDRE DE BARROS	b_001	Vida do apostólico padre Antonio Vieira
Século 18		
(1702-1783) CAVALEIRO DE OLIVEIRA	c_001	Cartas, Cavaleiro de Oliveira
(1705-1763) MATIAS AIRES	a_001	Reflexões sobre a Vaidade dos Homens
(1750-1839) MARQUESA D'ALORNA	a_004	Cartas, Marquesa de Alorna
(1757-1832) JOSE DANIEL RODRIGUES DA COSTA	c_005	Entremezes de Cordel
Século 19		
(1799 - 1854) J.B. DA SILVA L. DE ALMEIDA GARRETT	g_004	Theatro: Falar verdade a mentir; As Prophecias do Bandarra e Camões do Rocio
(1802-1881) MARQUES DE F. E ALORNA	a_003	Memórias do Marquês da Fronteira e Alorna
(1825-1890) CAMILO CASTELO BRANCO	b_005	Maria Moisés
(1836-1915) RAMALHO ORTIGAO	o_001	Cartas a Emília, Ramalho Ortigão

Destes textos foram extraídos dados de clivadas canônicas e invertidas, sendo que as relações de (não) concordância entre elas variaram entre:

- clivadas invertidas com concordância temporal de passado entre a cópula e o verbo da sentença encaixada:
 - (4) História **foi** que não *ficou* em segredo e chegou às orelhas da Rainha que, como tão grande católica, a estimou e nela renovou o gosto da boa eleição que fizera do prelado. (Pero Magalhães de Gandavo (n. 1502))

- clivadas invertidas com concordância temporal de presente entre a cópula e o verbo da sentença encaixada:

(5) Assim **é** que se *criam* os fortes. (Ramalho Ortigão (n.1836))

- clivadas invertidas sem concordância temporal entre a cópula e o verbo da encaixada:

(6) Ali **é** que ela *dormia*. (Camilo castelo Branco (n.1826))

Abaixo, específico o número de ocorrências das clivadas invertidas com e sem concordância encontradas nos textos:

Tabela 2. Ocorrências de clivadas invertidas e sem concordância encontradas no *corpus*¹

Texto (ano)	Concordância	Ausência de concordância	Total
1556	1	-	1
1608	3	1	4
1702	6	-	6
1705	19	-	19
1750	20	9	29
1757	3	3	6
1802	1	10	11
1826	5	3	8
1836	8	3	11

As clivadas invertidas com concordância temporal de passado desencadeiam papel importante nesta análise, pois são os exemplos encontrados no *corpus* onde melhor se pode observar a distância da gramaticalização, já que a cópula concorda com o verbo da sentença encaixada, e, portanto, carrega uma importante característica do estatuto de verbo, não sendo, portanto, invariável. Exemplos desse tipo foram muito raramente encontrados: apenas uma ocorrência no texto Luis de Sousa (n. 1556) e outra no de Ramalho Ortigão (n. 1836).

¹ Nos gráficos e tabelas de ocorrências de clivadas canônicas e invertidas deste estudo constam apenas os dados de textos que possuíam esses tipos de sentença.

Já os exemplos de invertidas com concordância de presente seriam casos ambíguos, pois a cópula pode estar concordando com o verbo, ou apresentando a forma invariável, sendo que a concordância seria coincidência, pelo fato do evento indicado pela encaixada estar no presente do mesmo modo que a invariabilidade da cópula tem a forma de presente. Considerando essa abrangência, esse foi o modelo mais encontrado ao longo dos séculos.

Quanto aos casos sem concordância, que são as ocorrências mais visíveis do que é defendido como gramaticalização, nos dados encontrados no *corpus Tycho Brahe*, as evidências não são tão significativas até metade do século XVIII. A partir daí é que os exemplos de invariabilidade da cópula começam a evoluir.

Para tentar explicar melhor o fenômeno e levantar possíveis hipóteses, foi feito o mesmo levantamento com relação às clivadas canônicas, verificando se, nos textos do *corpus*, a concordância nessas sentenças se verifica. O resultado foi o seguinte:

Tabela 3. Ocorrências de clivadas canônicas com e sem concordância encontradas no *corpus*

Texto (ano)	Concordância	Ausência de concordância	Total
1502	1	-	1
1556	2	-	2
1702	10	1	11
1705	2	-	2
1750	5	-	5
1757	1	-	1
1802	33	2	35
1826	9	-	9
1836	19	-	19

Como mostra a tabela, o comportamento das canônicas não foi o mesmo das invertidas nos textos do *corpus*. Nas clivadas canônicas, o uso de concordância é quase que total a não ser por três exemplos encontrados. Nesses exemplos a cópula estava no presente e o verbo da encaixada no futuro ou no passado. A comparação com as clivadas canônicas será importante no levantamento da discussão mais adiante.

4.2 Discutindo o fenômeno

Considerando a necessidade de mais dados para poder tirar conclusões mais sólidas a respeito do fenômeno da gramaticalização, é tarefa arriscada fazer muitas afirmações sobre o comportamento da cópula em clivadas invertidas o longo do tempo com base no *corpus*, em especial, se considerarmos a ambiguidade nas sentenças clivadas invertidas com concordância de presente, pois não sabemos se se trata de um verbo que concorda com a sentença encaixada, ou de uma cópula invariável, que também ocorre com a forma no presente do verbo *ser*.

O que pode mostrar a gramaticalização de forma mais explícita são os exemplos sem concordância, com cópula no presente e sentença encaixada no passado ou no futuro. Seguramente, pode-se dizer: é claramente evidente o aumento das ocorrências de clivadas invertidas a partir da segunda metade do século XVIII², e juntamente com isso o aumento de ocorrências sem concordância, ou seja, a inversão de clivadas e a invariabilidade da cópula são proporcionais. Podemos dizer que ausência de concordância temporal é uma característica, não exclusiva, mas que aparece mais tipicamente em clivadas invertidas. Os gráficos abaixo auxiliam a visualizar melhor a relação entre o tempo e as ocorrências entre as clivadas canônicas e invertidas:

² A evolução dessas sentenças a partir do século XVIII, em textos do corpus *Tycho Brahe*, fica mais evidente nos dados da análise diacrônica em torno das clivadas de Silveira (2014).

Gráfico 1. Concordância de clivadas canônicas ao longo do tempo

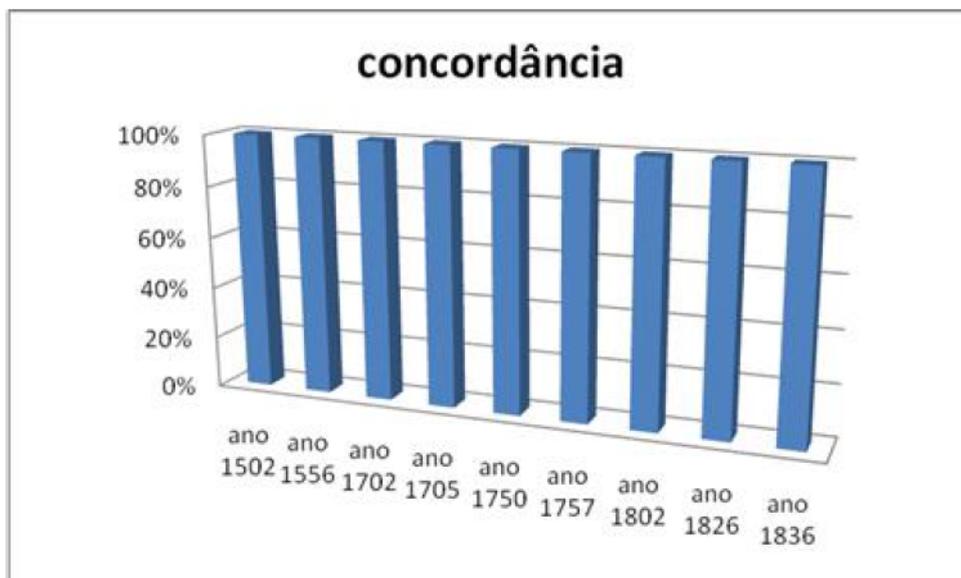
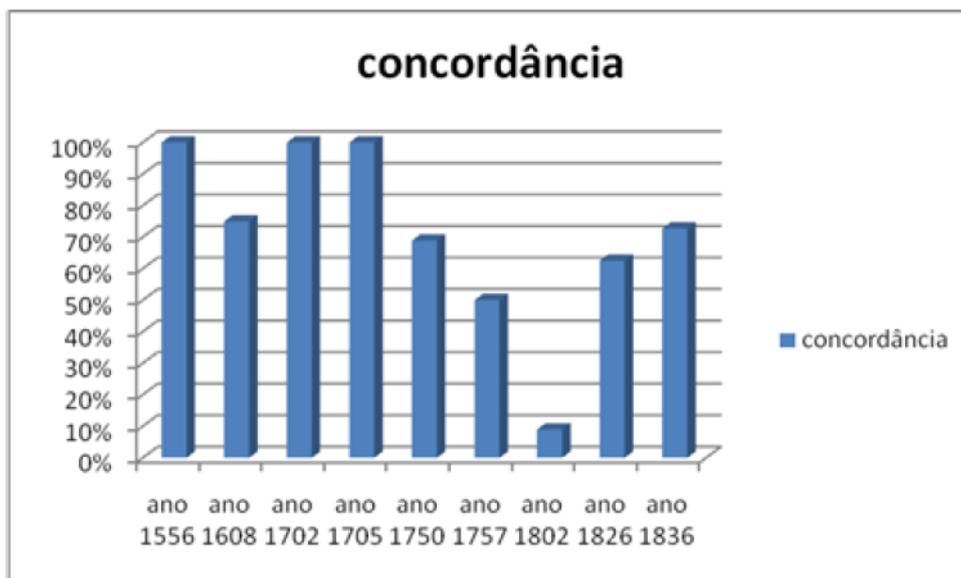


Gráfico 2. Concordância de clivadas invertidas ao longo do tempo



É claramente visível a diferença de relação de concordância entre canônicas e invertidas. A partir do texto do autor nascido em 1750 o número de evidências sem concordância se eleva, mas co-ocorrem com as invertidas com cópula e verbo da sentença encaixada no presente, que seriam ambíguas, como mencionado anteriormente. Haveria, portanto, possibilidades diferentes: se considerarmos que as sentenças ambíguas, na ver-

dade, não apresentam concordância, mas cópula invariável, então o aparecimento de casos sem concordância é significativo, nos textos do *corpus*, a partir das primeiras evidências desde o desaparecimento dos casos de concordância de passado (cópula no passado).

Por outro lado, se acreditarmos que muitos dos casos não se tratam de invariabilidade da cópula, mas de concordância temporal, então estaremos lidando com a coocorrência de sentenças cuja cópula foi gramaticalizada (observadas na ausência da concordância) e casos de concordância. Talvez isso nos auxilie como indício de que a possibilidade da cópula ter se gramaticalizado não acarrete a substituição total e imediata das formas com concordância, ou seja, não gramaticalizadas, o que poderia explicar a concordância de passado no texto do século XIX, a única encontrada em um espaço de tempo de quase 3 séculos no *corpus*, considerando o ano de nascimento do autor. Ou seja, as duas formas podem coocorrer por um espaço de tempo bastante razoável. Isso explicaria por que não é totalmente descartável, embora menos natural, a possibilidade de sentenças como (7):

- (7) A Maria **foi** que **comeu** o bolo.

Embora não sendo tratada nesse trabalho, a diferença da relação de concordância entre clivadas canônicas e invertidas ocorre também no português atual, no âmbito da concordância de pessoa, como aponta Kato (2009):

- (8) a. Sou eu que sou preguiçosa.
b. São as crianças que fazem barulho.
c. Eu é que sou preguiçosa / *EU sou que sou preguiçosa.
d. Nós é que fazemos o trabalho. / *NÓS somos que fazemos o trabalho.

Nas canônicas ainda restam resquícios de elemento lexical pela presença da concordância. Portanto, se a cópula está gramaticalizada, como afirma Kato, é nas invertidas que ela está mais distante do estatuto de verbo e, portanto, de item lexical.

Ainda em Kato, vemos a possibilidade de apagamento da cópula. A autora aborda, entretanto, esse apagamento em contexto de cópula em posição inicial da sentença:

- (9) a. Foi [FO PEDRO] que a Maria viu.
b. É [FO PEDRO] que a Maria viu.
c. [FO PEDRO] que a Maria viu.

Não entrando em discussões muito aprofundadas a respeito da origem do apagamento da cópula em clivadas, mas considerando a relevância de um estudo futuro, sugiro pensarmos se não é o caso de investigar se esse apagamento não decorre a partir das clivadas invertidas.

Pensando em termos empíricos e também nos dados diacrônicos deste estudo, é possível sugerir que, com a invariabilidade da cópula, que parece ocorrer mais tipicamente nas clivadas invertidas, considerando que ela é menos natural em canônicas, houve a reanálise de *é que* como expressão focalizadora, resultando posteriormente no apagamento que pode se dar na forma fonológica, visto que, embora a cópula seja um monossílabo tônico, ela perde a saliência prosódica para o foco, que a precede imediatamente, e aparece menos saliente que o próprio complementizador. Esta é uma questão que pode ser investigada na posteridade.

Considerações Finais

Neste estudo, foram analisadas sentenças clivadas invertidas em textos do *corpus* histórico do português, *Tycho Brahe*. Ciente da necessidade de mais dados para poder chegar a conclusões mais sólidas, foi feita a descrição dos dados e o levantamento de possíveis discussões futuras em torno da gramaticalização da cópula e do apagamento da mesma.

Foi visto que sentenças que apresentam concordância de presente poderiam ser consideradas ambíguas, pois podem se tratar de concordância propriamente dita, ou de cópula invariável, sendo a concordância mera coincidência. Essa ambiguidade pode difi-

cultar a descrição do fenômeno, visto que, não podemos saber em que momento as sentenças com concordância de presente passam a ser analisadas com cópula invariável focalizadora nos textos do *corpus*.

Mesmo diante de poucos dados, este estudo concorda com a análise de Kato (2009) e assume a gramaticalização da cópula, bem como assume perda de valor semântico, perda de autonomia, caráter acessório e apagamento opcional da mesma. O fenômeno da gramaticalização seria condicionado pela reanálise da cópula como elemento focalizador, totalmente dependente dos outros elementos da sentença, e não mais como verbo com conteúdo semântico e expressividade mais independentes.

Bibliografia

- GALVES, C.; FARIA, P. *Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese*. 2010. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>.
- GELDEREN, E. van. *Grammaticalization as Economy*. Amsterdam: John Benjamins, 2004.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: University Press, 1993.
- KATO, M. A.; RIBEIRO, I. *A evolução das estruturas clivadas no português: período V2*. In: LOBO, T.; RIBEIRO, I.; CARNEIRO, Z.; ALMEIDA, N. (Org.). *Para a história do português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 165-182.
- KATO, M. A. *Mudança de ordem e gramaticalização na evolução das estruturas de foco no Português Brasileiro*. Estudos Linguísticos, São Paulo, v. 38, n. 1, 2009, p. 375-385.
- LIGHTFOOT, D. *How New Languages Emerge*. Cambridge: University Press, 2006.
- MEILLET, A. *L'évolution des formes grammaticales*. Paris: F. Alcan, 1912.
- SILVEIRA, D. M. *Clivadas e pseudo-clivadas na história do português: uma análise diacrônica das estruturas de foco e implicações da gramática V2*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, 2014.

Data de submissão na OJS: 02/04/2016

Data de aceite registrado na OJS: 27/09/2016

A PRÓCLISE EM SENTENÇAS INFINITIVAS PREPOSICIONADAS EM PB

PROCLISIS IN INFINITIVE PREPOSITIONAL SENTENCES IN BP

Marco Antonio Martins

Docente do Programa de Pós-graduação em Linguística e do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas da Universidade Federal de Santa Catarina
marco.martins@ufsc.br

Geison Luca de Sena Pereira

Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte
geison_pereira@outlook.com

Resumo: Apresentamos, neste artigo, uma análise formal para a colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas no português brasileiro (PB). A análise se baseia no trabalho desenvolvido por Sena Pereira (2015) que aborda a colocação de clíticos nesse contexto na escrita brasileira dos séculos XIX e XX. Nossa proposta é que preposições que ocupam o núcleo de CP motivam mudanças nos valores atribuídos aos traços- ϕ e aos traços-V fortes nas categorias funcionais COMP, Tempo e Pessoa no PB. Defendemos que em tal configuração a próclise em PB é derivada do movimento do verbo para a categoria funcional *Tempo* em que há a associação de traços [+V] e traços [+AGR].³

Palavras-chave: Próclise; Sentenças infinitivas preposicionadas; Traços-V; Traços-AGR.

Abstract: We present in this paper a formal analysis of the placement of clitics in infinitive prepositional sentences in Brazilian Portuguese. The analysis is based on the work of Sena Pereira (2015), which discusses the placement of clitics in this context in the Brazilian writing of the nineteenth and twentieth centuries. Our proposal is that prepositions occupying the core of CP motivate changes in the values attributed to ϕ features and strong V features in functional categories COMP, Tense and Person in Brazilian Portuguese. We argue that, in such configuration, proclisis in Brazilian Portuguese is derived from verbal movement to the functional category Tense where the combination of [+V] and [+AGR] features are present.

Keywords: Proclisis; Infinitive prepositional sentences; V features; AGR features.

Introdução

O estudo da ordenação de constituintes nas línguas românicas tem ocupado um lugar de destaque em sintaxe diacrônica. Muitos são aqueles estudos relacionados à posição e à colocação de clíticos nas gramáticas do português: Martins (1994), Galves, Brito e Paixão de Sousa (2005) sobre o Português arcaico (PA) e no Português clássico (PC); Mateus et al. (2003) e Martins (2013) sobre o Português europeu (PE); Pagotto (1992), Shei (2003), Martins (2009; 2012), Carneiro (2005), Carneiro e Galves (2010) sobre o Português Brasileiro (PB)¹. Contudo, a maioria desses estudos abordam a colocação dos pronomes pessoais clíticos em todos os contextos sintáticos. Considerando a necessidade de uma análise para a colocação de clíticos num contexto específico que apresenta padrões diferenciados na história do português, apresentamos aqui uma proposta de análise formal para os padrões de colocação dos pronomes pessoais clíticos em um contexto bastante específico: sentenças infinitivas preposicionadas na escrita brasileira dos séculos XIX e XX. Seguimos a análise de Sena Pereira (2015) que se baseia na articulação de duas propostas teóricas: (i) a de Galves (2000; 2001) para a qual a colocação de clíticos está associada à relação existente entre os traços-phi e os traços V-fortes nas gramáticas do português; e (ii) a de Magro (2005) acerca dos diferentes estatutos categoriais que as preposições podem assumir na derivação das sentenças em português.

A análise está baseada nos pressupostos do programa minimalista da teoria gerativa (CHOMSKY, 1995, 1998) visto que um dos fatores importantes para a explicação da derivação da próclise e da ênclise em sentenças infinitivas preposicionadas nas gramáticas do português é a combinação de traços-phi a traços V-fortes nas gramáticas do PC, do PE e do PB. A proposta é a de que a mudança do estatuto categorial das preposições afeta a valoração dos traços-phi e V-fortes nas categorias COMP, Tempo e Pessoa na gramática do PB e essa modificação acarreta a mudança nos padrões de colocação dos pronomes pessoais clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas.

O artigo está assim organizado: na Seção 2, resumizamos os principais resultados de estudos que tratam da colocação de clíticos em sentenças infinitivas nas gramáticas do português; na Seção 3, apresentamos as duas propostas teóricas que foram articuladas

¹ Não faremos aqui uma retomada dos muitos estudos sobre o fenômeno da colocação dos pronomes pessoais clíticos no português.

para o desenvolvimento da análise; na Seção 4, apresentamos uma análise para a colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas em PB.

2 A colocação de pronomes clíticos em sentenças infinitivas em português

Para situar a análise que propomos, resumimos nesta seção, muito brevemente, resultados de trabalhos referentes à colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas nas gramáticas do português: Martins (1994) para o Português Antigo; Magro (2005) e Martins (2013) para o PE; e Schei (2003) para o PB.

Martins (1994) analisa a colocação de clíticos em sentenças com verbo no infinitivo extraídas de *corpus* formado por documentos notórios editados pela autora. De acordo com a análise da autora, a colocação de clítico em oração com predicador na forma infinitiva precedido pelas preposições *de*, *pera* e *a* apresenta diferentes padrões de ordenação em textos dos séculos XIII a XIV: (a) há próclise majoritária nas sentenças com verbos precedidos pela preposição *de*; (b) há variação livre em sentenças com a preposição *pera*; e (c) há ênclise categórica nas sentenças com a preposição *a*. Não obstante, nas palavras da autora, a colocação de clíticos em verbos regidos por essas preposições “virá a uniformizar-se posteriormente, passando a colocação dos pronomes complemento átonos a ser a mesma independentemente da preposição que introduz o infinitivo”. (MARTINS, 1994, p. 109). Os dados abaixo ilustram os padrões descritos acima com as preposições *de*, *pera* e *a*:

- (1) que nêgũu nõ seya ousado **de** LJ fazer mal.
- (2) nomée em as uída pessoa que seía clérigo mays chegado do línnhagê **pera** á dita sucessom e **pera** tragalLA assy cõmo de suso dito hé.
- (3) e obrigo-me per todos meus bões **a** cõpriLAS e a gaurdalas.

(MARTINS, 1994, p. 110-120)

A análise de Martins (1994) mostra que as sentenças infinitivas com verbos precedidos por preposição constituem um ambiente de variação já no período que compre-

ende os séculos XIII e XVI. Contudo, vale ressaltar que, nos dados em que o verbo é precedido pelas proposições *pera* e *a*, a colocação de clítico passa ser proclítica a partir do século XIV, juntando-se ao padrão instanciado nas sentenças com verbos precedidos pela preposição *de*. Apesar de considerar apenas a colocação de clíticos em sentenças infinitivas com verbos precedidos pelas preposições *pera*, *de* e *a*, a análise de Martins (1994) mostrou ainda que as sentenças infinitivas com verbo precedidos por preposição constituem um ambiente de variação durante os séculos XIII e XIV e que, a partir do século XIV, há uma forte tendência à anteposição do pronome pessoal clítico.

No que se refere ao PE, Magro (2005) apresenta uma análise de dados de fala oriundos do *Corpus Dialectal com Anotação Sintáctica (CORDIAL-SIN)*. De acordo com autora, no contexto das infinitivas preposicionadas em PE, ocorre variação na colocação de clíticos e essa variação está diretamente ligada ao tipo de preposição que antecede o verbo no infinitivo. Nos casos de oração com verbo precedido pelas preposições *a* e *em*, a ênclise é quase categórica e alcança percentuais de 75% e 95%. Já em sentenças com verbos precedidos pelas preposições *de*, *para*, *por* e *sem*, a próclise é o padrão, alcançando percentuais de 90,2%, 92,8%, 100% e 83,3%. Os altos índices de próclise no estudo de Magro (2005) no PE podem ser justificados pela ocorrência de sentenças com infinitivos flexionados antecidos por preposições que favoreçam a anteposição do clítico, pois de acordo com Martins (2013), todas as preposições, exceto *a* e *com*, favorecem a ênclise em PE.

Sobre dados do PB, Schei (2003) analisa e descreve a colocação de clíticos em romances escritos por autores brasileiros nascidos no século XX. Os resultados da autora apontam para o fato de este contexto também ser um ambiente de variação próclise (cIV)/ênclise (Vcl). Contudo, mesmo com taxas de ênclise que alcançam 53% em textos de um dos autores analisados, o percentual de ocorrência de próclise é mais elevado na maioria dos autores, alcançando 77% e 97%. Schei (2003) destaca o comportamento diferenciado do pronome clítico acusativo de terceira pessoa O/A. Nos textos da maioria dos autores, esse clítico aparece enclítico, exceto em textos de um dos autores que preferencialmente coloca o clítico anteposto ao verbo infinitivo. Retirados da amostra o clítico acusativo de terceira pessoa, tornou-se evidente na análise de Schei a predominância da colocação proclítica em sentenças infinitivas com verbo precedido por preposição no PB, com percentuais na média de 93%.

Apresentados alguns resultados de estudos sobre os padrões de colocação dos pronomes pessoais clíticos em português em sentenças infinitivas preposicionadas nas gramáticas do português, passemos à revisão de duas propostas teóricas que estão na base da análise que propomos neste artigo para a derivação da próclise nesse contexto em PB.

3 Revisitando as propostas de Galves (2000; 2001) e Magro (2005)

Como já dito, a análise que propomos é resultado da articulação teórica da proposta de Galves (2000; 2001) para a colocação de clíticos em sentenças finitas nas gramáticas do português e a proposta de Magro (2005) sobre o estatuto categorial das preposições. Detalharemos essas duas propostas nas subseções que seguem.

3.1 A proposta de Galves (2000; 2001): traços-phi, traços-V e as categorias COMP, Tempo e Pessoa nas gramáticas do português

A proposta de Galves (2000; 2001) busca explicar como a próclise em sentenças finitas é derivada nas gramáticas do português. A proposta é baseada em pressupostos do Programa Minimalista da gramática gerativa e trabalha com a hipótese de que dois parâmetros específicos diferem nos sistemas de concordância das línguas. Esses parâmetros são relativos à associação de (1) traços-phi (AGR) às diversas categorias funcionais como COMP, Tempo e Pessoa e de (2) traços-V fortes aos traços-phi. Galves assume que esses são os processos gramaticais que fazem com que a colocação de clíticos em PB seja majoritariamente proclítica em determinados contextos.

Galves parte do pressuposto de que AGR é, antes de mais nada, um conjunto de traços-phi:

Entre a noção puramente relacional e a definição de uma categoria, sempre que uma relação de concordância se estabelece, existe uma terceira via, já subjacente nos modelos anteriores, mas que parece particularmente pertinente explicitar no quadro minimalista. Consiste em definir AGR, antes de mais nada, como um conjunto de traços- ϕ . Esses traços- ϕ podem

constituir o núcleo de uma categoria funcional independente ou, ao contrário estar associados a uma outra categoria funcional. (GALVES, 2001, p. 222)

A proposta de Galves (2000; 2001) está baseada inicialmente em três hipóteses: (a) os clíticos pronominais são feixes de traços-phi e assim correspondem à realização de AGR; (b) os clíticos pronominais podem ser gerados em posição argumental e, em seguida, sofrer adjunção ao verbo, ocorrendo assim a colocação proclítica; e (c) em ênclise, o clítico é morfológicamente associado ao verbo, formando uma unidade morfológica com seu hospedeiro. Essas hipóteses apontam para duas assunções interessantes:

- I. Ao considerar que os clíticos pronominais são feixes de traços-phi, relacionam-se esses elementos diretamente à ocorrência de AGR nas categorias funcionais. Essa análise se opõe à proposta de que os clíticos são determinantes. Segundo Galves, conceber os clíticos pronominais como determinantes é problemático, pois os determinantes são categorias associadas à referência, logo a ausência de referência característica de alguns clíticos não poderia ser explicada. Com isso, Galves (2000; 2001), baseada em Rizzi (1990), assume que os clíticos são feixes de traços-phi.
- II. Próclise e ênclise possuem naturezas distintas, pois a próclise é vista como o resultado da adjunção do clítico ao verbo após a partícula átona ser gerada em posição argumental, enquanto a ênclise, por outro lado, forma uma unidade morfológica com o verbo, ou seja, nesse caso, o clítico é visto como uma partícula de concórdância que faz parte da morfologia verbal.

Dada a natureza distinta dos clíticos pronominais em próclise ou ênclise, basta-nos assumir com Galves quais são os fatores que legitimam e motivam cada uma dessas colocações. Para a autora, a colocação enclítica ou proclítica depende da maneira que os parâmetros destacados anteriormente (a associação de traços-phi às categorias funcionais e a associação de traços-phi a traços-V fortes) se realizam na derivação e, também, da relação Especificador/Núcleo estabelecida por um dado elemento para aonde o verbo é deslocado.

A relação Especificador/Núcleo estabelecida em uma categoria ocorre devido à associação de traços-phi. Quando ocorre compatibilidade, os traços-phi ficam na posição de Especificador da categoria a qual estão vinculados, exigindo que um elemento faça a

checagem desse traço, pois os traços-phi não são interpretáveis nos módulos de interface. De acordo com Galves (2000; 2001), essa relação Especificador/Núcleo é incompatível com a ocorrência de ênclise por causa da ocorrência de traços-phi na categoria que hospeda o verbo. A incompatibilidade entre a ênclise e a relação Especificador/Núcleo é assim explicada por Galves:

A propriedade comum à topicalização e às orações infinitivas é que o núcleo que contém o verbo e o clítico não entra em nenhuma relação de Especificador/Núcleo. Em orações infinitivas, não há sujeito lexical para concordar e, em construções topicalizadas, [...], o tópico está fora de CP. Se acreditarmos nessa similaridade entre esses dois casos de ênclise, podemos formular a seguinte generalização: a ênclise é incompatível com a existência de uma relação Especificador-Núcleo que envolve o núcleo que contém o clítico. (GALVES, 2001, p. 251).

Galves assume assim uma generalização a partir da observação de dois contextos em que a colocação de clítico se dá obrigatoriamente de forma enclítica. Essa generalização consiste na incompatibilidade da ênclise com a relação de Especificador/Núcleo; ou seja, se o pronome clítico estiver junto a um verbo em uma categoria com a necessidade de preencher a posição de Especificador com algum elemento, a ênclise não é lícita. Segundo Galves, o fator que possibilita a existência da relação Especificador/Núcleo é a associação de traços-V fortes aos traços-phi de AGR. Com isso, propõe que a colocação próclítica ou enclítica ocorre, basicamente, a partir das seguintes regras: (1) a próclise ocorrerá se o clítico for adjungido a um verbo localizado em um núcleo dotado de traços-ARG e (2) a ênclise ocorrerá se o verbo, em *Spell-out*, não conter ARG.

Além da natureza dos traços-phi e das condições para ocorrência de próclise e ênclise, Galves (2000; 2001) assume a existência de uma categoria funcional existente entre CP e TP que possui, assim como outras categorias funcionais, traços [+ interpretáveis]: Pessoa². A autora prevê também que a essa categoria Pessoa estão associados traços-phi [-interpretáveis] que devem ser checados por meio do movimento de um elemento que possua traços-phi.

² Não apresentaremos aqui, por fugir à proposta do artigo a ontologia por trás da postulação dessa categoria na proposta de Galves (2000; 2001). Para isso remetemos o leitor aos textos de Galves.

Considerando essas condições específicas para a ocorrência de próclise ou ênclise e a existência de uma categoria funcional *Pessoa* entre CP e TP, as diferenças atestadas na colocação dos pronomes clíticos nas gramáticas do português devem ocorrer devido a diferenças nos valores atribuídos aos traços-V, responsáveis pela movimentação do verbo, e os traços-AGR nas categorias funcionais COMP, Tempo e Pessoa. Os valores atribuídos a esses traços em COMP, Tempo e Pessoa em PC, PE e PB estão especificados no esquema abaixo retirado de Galves (2001, p. 253):

PC: COMP: [+V]/[-AGR]	PE: COMP: [-V]/[+AGR]	PB: COMP: [-V]/[-AGR]
Pessoa: [+V]/[+AGR]	Pessoa: [+V]/[-AGR]	Pessoa: [-V]/[-AGR]
Tempo: [-V]/[+AGR]	Tempo: [-V]/[-AGR]	Tempo: [+V]/[+AGR]

De acordo com a proposta de Galves (2000; 2001), o que possibilita a relação Especificador/Núcleo é a associação de traços-V fortes [+V] e de traços [+AGR]. Considerando essa asserção e o esquema acima, em PE a relação Especificador/Núcleo não vai ser estabelecida em nenhuma das categorias funcionais visto que não há em nenhuma delas traços-V fortes associados a traços [+AGR]. Logo, essa ausência da associação de traços-V a traços-AGR nas categorias funcionais COMP, P e T licencia apenas a ênclise em PE. Em PB, por sua vez, há traços-V fortes associados a traços [+AGR] em T, condição em que a próclise é licenciada.

A incompatibilidade da ênclise com a relação de Especificador/Núcleo fica mais clara nas derivações abaixo, retiradas de Galves (2001, p. 230):

- (4) XP [_{CP} V-cl [_{IP}...]] - relação Esp/N
- (5) [_{CP} XP cl-V [_{IP}...]] + relação Esp/N, a próclise é derivada
- (6) * [_{CP} XP V-cl [_{IP}...]] + relação Esp/N, a ênclise é bloqueada

em (4), a ênclise é licita apenas pelo fato de o elemento [XP] que antecede o verbo ser realizado fora dos domínios de CP; em (5), a relação Especificador/Núcleo é estabelecida por meio da presença de um elemento [XP] na posição de especificador de CP, e o

padrão é a próclise; em (6) há a uma estrutura em que a ênclise não pode ser licenciada quando a relação Especificador/Núcleo é estabelecida.

Ainda sobre o esquema de distribuição de traços em COMP, *Pessoa* e *Tempo* proposto por Galves, vemos que, em PC, o verbo sobe até COMP, visto que esta é uma característica das línguas-V2, porém, antes de subir a COMP, o verbo passa pela categoria *Pessoa* em que há presença de traços AGR, licenciando a relação Especificador/Núcleo para esta categoria. Os exemplos abaixo ilustram a forma como se dá a colocação de clíticos em sentenças escritas no século XVIII, retirados de Galves (2001, p.217):

(7) O amigo Pedro Antonio *me disse* ultimamente que V.M me remetia mais tabaco [...].
(Gusmão)

(8) O ar *parece-me* bastante benigno. (marquês do Lavradio)

De acordo com a proposta e Galves, o fato de PC possuir traços [+V] e traços [+AGR] na categoria *Pessoa* e de a relação Especificar/Núcleo ser estabelecida na estrutura da sentença, a próclise é licenciada. Contudo, vemos que apesar disso há no exemplo (8) a ocorrência de um caso de ênclise e isso se deve à “disponibilidade de duas posições para o sintagma pré-verbal, sujeito ou não sujeito [na estrutura da sentença]: uma posição interna à oração e uma posição externa à oração”. (GALVES, 2001, p. 219). Em (7) há um caso em que o elemento pré-verbal está interno à sentença, logo o padrão de colocação é a próclise; em (8), a ênclise é licenciada pelo fato de o elemento [XP] que antecede o verbo estar em uma posição externa à sentença e o verbo estar alçado a COMP.

Em PE, por sua vez, a única categoria que possui traços-V fortes [+V] é a categoria *Pessoa* e essa não tem traços AGR. Dessa forma, o único padrão possível de colocação de clíticos nesse contexto é a ênclise, como podemos observar em (9).

(9) Paulo *viu-me*.

A ênclise é licenciada pois o verbo é alçado à categoria *Pessoa* e lá não há a relação Especificador/Núcleo devido à ausência de traços [+AGR] associados aos traços-V, logo a ênclise é obrigatória.

Em PB, o verbo não sobe para *Pessoa*, pois nessa categoria não há traços-V fortes e com isso, o verbo fica na categoria *Tempo* em que há traços-V fortes associados a traços [+AGR], licenciando a próclise, conforme (10).

(10) Paulo *me viu*.

A próclise nesse contexto é licenciada em PB devido à associação entre traços [+V] e [+AGR] na categoria *Tempo* em que a relação Especificador/Núcleo é estabelecida.

A proposta de Galves (2000; 2001) explica a colocação de clíticos em sentenças finitas nas gramáticas do português – PC, PE e PB. Nos valeremos na proposta da autora para respaldar nossa análise para a colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas em PB.

3.2 A proposta de Magro (2005): o estatuto categorial das preposições em português

A proposta de Magro (2005) para a colocação de clíticos em sentenças infinitivas do PE, tendo em vista dados retirados do *corpus* CORDIAL-SIN³, baseia-se na hipótese de que os elementos que introduzem as orações infinitivas possuem estatutos categoriais diferentes. Magro assume que as preposições possuem dois estatutos: (a) núcleo de um sintagma preposicional (PP), configurando-se como uma verdadeira preposição, e (b) núcleo de um CP, funcionando como um complementizador. Em estruturas derivadas com preposições do primeiro caso, a categoria CP não é projetada, visto que o elemento que está encabeçando a oração infinitiva é a projeção máxima de um núcleo preposicional, de um PP. Já no segundo caso, CP é projetado visto que o seu núcleo está ocupado por uma preposição com estatuto de complementizador, núcleo de CP.

³ O CORDIAL-SIN (*Corpus* Dialectal com Anotações Sintáticas) é um *corpus* elaborado desde 1999 pelo Grupo de Estudos de Dialectologia do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Esse *corpus* é formado por excertos de fala espontânea ou semi-dirigida, transcritos ortograficamente a partir de gravações de inquéritos dialectais realizados entre os anos 70 e os anos 90.

Da proposta de Magro (2005), consideremos com mais vagar duas hipóteses centrais: (1) as preposições que favorecem a ênclise e a subida de clítico são as verdadeiras preposições e as preposições que favorecem a próclise e não favorecem a subida de clítico são complementizadores; (2) há duas entradas lexicais em uma só gramática para itens como as preposições: uma entrada para verdadeiras preposições e outra para preposições com função de complementizadores.

Concordaremos, por enquanto, com Magro em relação à primeira hipótese, visto que acreditamos que as verdadeiras preposições podem ser aquelas em que favorecem a colocação enclítica em PE, enquanto as preposições que ocupam o núcleo de COMP favorecem a próclise. Com o objetivo de identificar quais preposições verdadeiras (núcleo de PP) e quais não verdadeiras (núcleo de CP), retomaremos os resultados empíricos obtidos por Magro (2005). As preposições em PE que apresentam maior percentual de ênclise são *a* e *em*. As demais preposições apresentam-se em sentenças majoritariamente com próclise. Dessa forma, temos como verdadeiras as preposições *a* e *em* – núcleos de um PP – e como complementizadoras as preposições *de*, *para*, *por* e *sem* – núcleos de CP. Diante disso, seguindo a proposta de Magro (2005), a derivação das sentenças com verdadeiras preposições se realizaria como em (11):

$$(11) V_{MAT} [_{PP} a/em [_{\Sigma} \Sigma [_{TP} [_{T} [V_{inf+T}] cl]$$

A categoria Σ não possui nenhum conteúdo lexical e também não é licenciada pela sua relação com CP, o que motivaria a derivação da ênclise. Nesse caso, segundo Magro (2005), a ênclise é o padrão de colocação, sendo derivada no componente morfológico. Isso ocorre devido à presença de uma verdadeira preposição, ou seja, de uma preposição que ocupa o núcleo de PP – “*a/em*”, visto que, na ausência de material lexical em ΣP , a única forma de legitimar essa categoria é a relação dela com CP. Dessa forma, estando CP ausente na derivação fica inviável a legitimação de ΣP , e, logo, a próclise não é lícita pois essa está associada à legitimação de Σ . Podemos exemplificar os casos de ocorrência com preposição verdadeira e ênclise nas sentenças (12) e (13) retiradas de Magro:

(12) Faz mal ao organismo estar *a cozê-lo*.

(13) A baleia da *em tombar-se* de lado e a gente vê que está na hora de morrer.

Observe-se que a ênclise se dá preferencialmente com as preposições *a* e *em* em PE. Sendo esse o padrão de colocação favorecido pelas verdadeiras preposições, entendemos, seguindo a proposta de Magro (2005), que *a* e *em* possam ser consideradas verdadeiras preposições em PE. A próclise, por sua vez, é derivada quando a presença de CP na derivação permite que haja relação entre essa categoria e a categoria funcional Σ . Essa relação ocorre com o movimento de Σ para CP. Isso permite a legitimação de Σ ; logo a próclise é o padrão de colocação de clíticos em sentenças, como a representada em (14) e exemplificam os dados de (15) a (18), com a preposições não verdadeiras.

(14) $V_{MAT} [_{CP} de [_{\Sigma} \Sigma [_{TP} [_{T} cl [V_{inf+T}]]]$


Movimento de
 Σ para C

(15) O animal via que não era capaz *de me dar* saída, voltou-se contra mim.

(16) A cilha tem duas fivelas e depois tem uma correia *para se apertar*.

(17) Ora, ficaram muito contentes *por lhe amostrar* a sua casa.

(18) Dizia que andava há não se quantos dias *sem se deitar*.

Observe-se que as preposições que figuram a próclise são as preposições *de*, *para*, *por* e *sem*. Magro (2005) mostra que a próclise com essas preposições é muito recorrente, o que a leva a considerar que essas preposições não são verdadeiras preposições em PE, mas estariam associadas a CP.

Não desenvolveremos a segunda hipótese levantada por Magro (2005) neste artigo porque ela não está diretamente associada à proposta que teceremos na próxima seção para a colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas em PB.

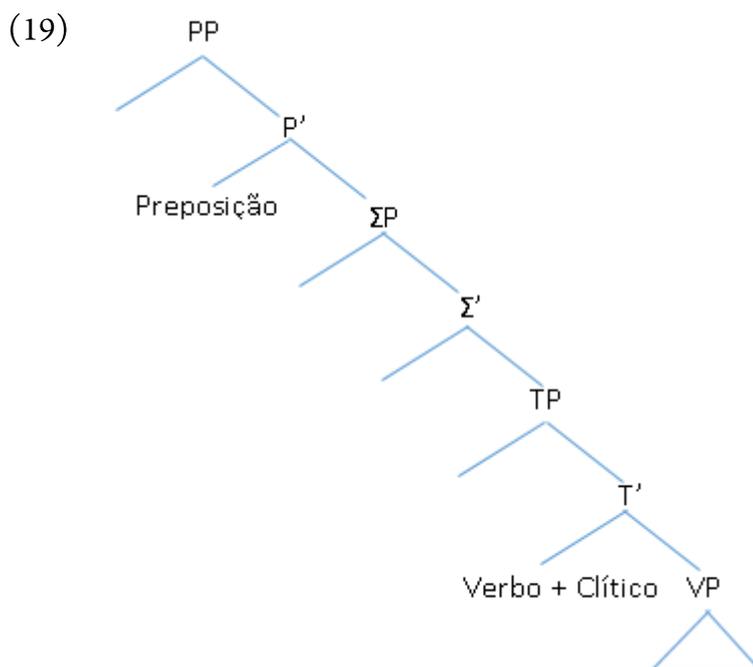
4 Uma proposta para a colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas nas gramáticas do português

Nesta seção, apresentaremos uma proposta teórica para explicar como se dá a colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionada em PB. Essa proposta segue

aquela delineada em Sena Pereira (2015) e está fundamentada nas propostas de Galves (2000; 2001) e de Magro (2005), brevemente revisadas acima.

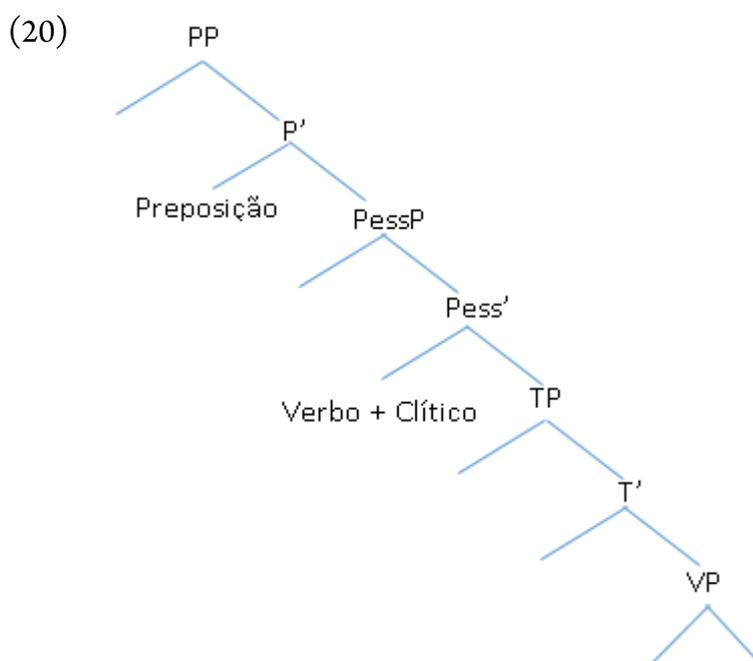
Magro (2005) assume que, quando há a ocorrência de uma verdadeira preposição, ou seja, de uma preposição que ocupe o núcleo de um PP, a ênclise é o padrão em PE, visto que a categoria funcional localizada acima de TP não é licenciada nem pela presença de um item lexical nem pela relação dessa categoria com COMP. Na análise, a autora considera que a categoria que se localiza logo acima de TP é a categoria funcional Σ . A análise toma por base a proposta desenvolvida em Costa e Martins (2003; 2004) que define Σ como uma categoria funcional forte responsável pela codificação de aspectos relativos à polaridade e à ênfase. Na análise aqui proposta, consideraremos que a categoria funcional situada acima de TP é a categoria *Pessoa*, assim como é proposto por Galves (2000; 2001).

Nesse caso, a ênclise é derivada no componente morfológico, ou seja, o clítico é ligado/adjungido ao verbo morfológicamente, como podemos ver em (19):



De acordo com Magro, a derivação expressa em (19) obriga a ênclise, pois a categoria funcional Σ não é licenciada por não haver material lexical a ela associado e por COMP não estar presente na derivação. A próclise ocorreria em sentenças em que a preposição fosse núcleo de CP.

Como não consideraremos a categoria funcional Σ nesta análise, e sim a categoria *Pessoa* (como proposto por Galves, 2000; 2001), defendemos que o licenciamento de Σ não é significativo para a derivação da próclise ou da ênclise. O que determinará a derivação de uma ou outra colocação do pronome pessoal clítico é a associação de traços-V fortes aos traços [+AGR] na categoria funcional *Pessoa* no PB. Nesse caso, a estrutura expressa em (19), tal qual proposta por Magro (2005), passaria, *a priori*, a ser aquela em (20) em que substituímos ΣP por *PessP*:



A ocorrência da categoria funcional *Pessoa* tem em seu núcleo o verbo movido com o clítico adjungido. Note-se que a preposição ocupa o núcleo de um sintagma preposicional, e logo, seguindo a análise de Magro (2005), a presença da preposição em sua posição canônica é um fator que obriga a ocorrência da ênclise em PE. Neste caso, a ênclise será a única opção de colocação do pronome pessoal clítico, conforme já dito, como um processo morfofonológico.

No que se refere ao PB, considerando a relação entre traços-V e traços-phi para uma derivação como em (20), assumimos aqui que a ocorrência de uma verdadeira preposição na sentença não desencadeia nenhuma mudança na configuração de traços na categoria *Pessoa*, de forma que tal categoria possui traços do tipo [+V] e [-AGR]. Como

vimo na proposta de Galves (2000; 2001) essa configuração de traços não licencia uma relação de Especificador/Núcleo e a ausência dessa relação permite a derivação da ênclise em sentenças com uma estrutura como em (20).

A proposta que apresentamos aqui para a derivação da próclise em sentenças infinitivas preposicionadas no PB está baseada principalmente na diferença entre preposições verdadeiras e preposições que desempenham a função de complementizador. Defendemos que, em PB, em estruturas em que a preposição ocupa a posição de núcleo de CP, a distribuição de traços [AGR] e de traços-V ocorre como no esquema a seguir, adaptado da proposta de Galves (2000; 2001):⁴

PE: COMP: -V/+AGR
Pessoa: +V/+AGR
Tempo: -V/-AGR

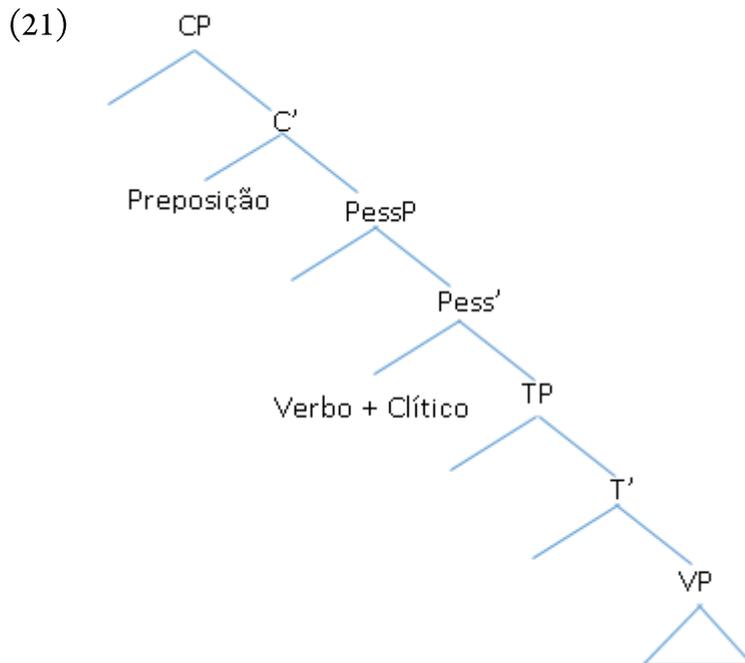
PB: COMP: -V/-AGR
Pessoa: +V/-AGR
Tempo: +V/+AGR

Por não ser objetivo deste artigo, não entraremos em detalhes da proposta para o PE.

Em PB, a mudança de [-V] para [+V] em *Pessoa* nas sentenças infinitivas preposicionadas⁵, devido à presença da preposição em núcleo de CP, faz com que o verbo se movimente para o núcleo de PessP. Com isso, o verbo estaria em uma categoria em que os traços [AGR] não estão associados ao traço-V forte; ou seja, temos uma configuração traçal de [+V; -AGR], conforme esquema acima. Logo, apenas a ênclise é licenciada como recurso de um processo morfofonológico. Neste ponto, vemos que a previsão de próclise feita por Magro (2005) para as sentenças em que a preposição tem o estatuto categorial de complementizador em PE não é repetida em PB devido a mudança na valoração dos traços-V e dos traços-AGR em PB. Com isso, nas sentenças em que a preposição ocupa o núcleo de CP, propomos que a derivação da ênclise ocorre como em (21) a seguir:

⁴ A proposta de Galves (2000; 2001) trata da colocação de clíticos em sentenças finitas, porém, neste artigo, adotamos também essa proposta para explicar a colocação de clíticos em sentenças infinitivas. Entendemos que a categoria *Pessoa* está presente nas construções com infinitivo flexionado no PB.

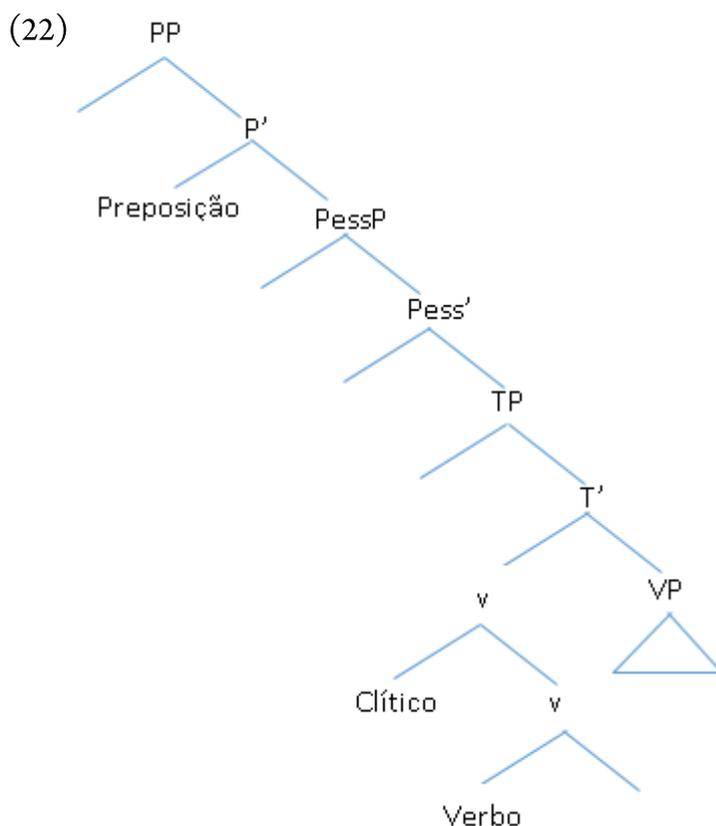
⁵ A motivação dessa mudança nas infinitivas preposicionadas fica como uma discussão a ser feita em outro momento. Não entraremos em detalhes neste artigo.



É a presença da preposição no núcleo de CP, ou seja, de uma preposição com estatuto de complementizador, que força a colocação enclítica em sentenças infinitivas devido à mudança no valor do traço [-V] para [+V] na categoria *Pessoa* em PB. Ou seja: a configuração traçal estabelecida pela presença de uma preposição com o estatuto de complementizador inibe a relação Especificador/Núcleo e licencia a ênclise em PessP no PB.

Observe-se que a proposta desenvolvida por Sena Pereira (2015) diverge do que é proposto por Magro (2005) ao sugerir que o estatuto categorial das preposições que está associado à derivação da ênclise em PB é, justamente, aquele em que as preposições são núcleos de CP. Para Magro, esse contexto licenciaria a próclise em PE, mas o que vemos em PB, segundo Sena Pereira, é o licenciamento da ênclise devido à configuração traçal motivada pela ocorrência de uma preposição com função de complementizador.

A mudança dos valores dos traços-V e dos traços-AGR não ocorre quando a preposição ocupa o núcleo de um PP, como podemos ver em (22):



A preposição ocupa sua posição canônica que é a posição correspondente ao núcleo do sintagma preposicional. Nesse caso, não há mudança de valores quanto aos traços-V em PessP. Com isso, a derivação da próclise se dá de forma semelhante à ocorrida com as sentenças finitas, ou seja, o verbo não alcança categorias mais altas que *Tempo* em PB, mantendo-se nos domínios de TP onde há traços-V fortes e traços [+AGR]. Isso torna a ênclise ilícita nesse contexto.

Diante do que expomos até agora, vemos que a proposta que estamos desenvolvendo nos permite identificar dois tipos de movimentos do verbo em PB: (a) um movimento do verbo para PessP decorrente da presença de uma preposição não verdadeira; e (b) um movimento do verbo para TP decorrente da presença de uma verdadeira preposição.

Com isso, vemos que a hipótese de que as preposições que favorecem a ênclise são as verdadeiras preposições e as que favorecem a próclise têm o estatuto de complementador não contribuem para a nossa proposta, visto que essas diretrizes são compatíveis apenas com o PE. As mudanças nos valores dos traços V-fortes e traços-phi mostram que,

para o PB, as preposições verdadeiras favorecem a próclise, seguindo assim a tendência proclitizadora característica de PB. Por outro lado, as preposições com estatuto de complementizador favorecem a ênclise, visto que, nesse contexto, a categoria funcional *Pessoa* passaria a ter traços [+V], forçando o verbo a se movimentar para os domínios dessa categoria em que não há traços de AGR associados aos traços verbais. Isso torna a ênclise lícita nesse contexto em PB.⁶

Essa análise mostra que a colocação de clíticos está associada às diferentes valorações dos traços-phi e V-fortes e às diferentes marcações categoriais das preposições em PB. Vemos, também, com essa análise, que PB se diferencia de PE tanto no que se refere aos valores dos traços AGR e V na categoria *Pessoa* como na marcação do estatuto categorial das preposições.

Considerações finais

A proposta apresentada neste artigo, baseada em Sena Pereira (2015) busca uma explicação para a colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas em PB. A maioria das propostas anteriormente desenvolvidas para explicar como se dá a colocação de clítico em sentenças do português não contemplam, ou não aprofundam, de maneira particularizada, a ordenação do pronome átono em sentenças infinitivas. Vale ressaltar que Sena Pereira (2015) não propõe uma explicação isolada para a colocação de clítico em sentenças infinitivas preposicionadas. A proposta está diretamente relacionada a de Galves (2000; 2001) que explica a colocação de clíticos em sentenças finitas. A diferença presente na proposta de Sena Pereira (2015) se baseia na mudança da valoração dos traços-phi e traços V-fortes diante dos estatutos categoriais que as preposições podem assumir na derivação em PB.

Diante do que foi exposto, parece que em PB as preposições que funcionam como complementizadores, ou seja, ocupam o núcleo de CP, ocasionam uma mudança no valor dos traços pertencentes à categoria funcional *Pessoa*. Dessa forma, em PessP, há a ocorrência de traços [+V] associados aos traços [+AGR], o que ocasionaria a próclise nesse contexto. Por outro lado, a presença da preposição em núcleo de PP ocasiona uma

⁶ Admitimos que não explicamos aqui a que se devem essas diferenças em relação ao estatuto das preposições e a colocação pronominal em PE e em PB. Esse é um ponto em aberto que precisa ser investigado em outro momento.

mudança no valor dos traços-V na categoria PessP, de [-V] para [+V] e essa mudança motivaria a ênclise, pois o verbo seria alçado para a posição de núcleo de PessP e não estaria associado a traços AGR, logo a ênclise seria lícita.

Por fim, vale ressaltar a importância deste estudo que traz a discussão acerca da ordenação de pronomes clíticos em um contexto específico. Ressaltamos, no entanto, que a colocação de clíticos em sentenças infinitivas preposicionadas em português configura-se em um objeto de estudo que ainda carece de muita pesquisa.

Bibliografia

CARNEIRO, Z. *Cartas brasileiras (1809-1904): um estudo linguístico-filológico*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2005.

CHOMSKY, N. *O Conhecimento da Língua: Sua Natureza, Origem e Uso*. Porto: Caminho, 1994.

COSTA, J.; MARTINS, A. M. *Clitic placement across grammar components. Comunicação apresentada no Going Romance*. Nijmegen: Nijmegen University, 2003.

_____. *What is a strong functional head?* Comunicação apresentada no Lisbon Workshop on Alternative Views on the Functional Domain. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2004.

CYRINO, S. M. L. Mudança sintática. In: MARTINS, M. A.; TAVARES, M. A. (Org.). *História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade – 1924 a 1944*. – Natal, RN: EDUFRN, 2012.

_____. Mudança sintática e português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba; TORRES MORAIS, Maria Aparecida; LOPES, Ruth; CYRINO, Sonia Maria Lazzarini (Org.). *Descrição, história e aquisição do Português Brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007.

GALVEZ, C. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, A; TORRE MORAIS, M. A.; LOPES, R; CYRINO, S. (Org.). *Descrição, história e aquisição do Português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Agreement, predication and pronouns in the history of portuguese. In: COSTA, J. *Portuguese Syntax: New comparative studies*. New York: Oxford University press, 2000.

_____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

GALVES, C; NAMIUTI, C; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHÄFER-PRIEB, B. (Org.) *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Turbigen: Calapinus, 2006.

GALVES, C.; CARNEIRO, Z. *Varição e Gramática: colocação de clíticos na história do português brasileiro*. Revista Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, 2010.

CYRINO, S. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007.

KROCH, A. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variations and Change*, v. 1, p. 199-244, 1989.

_____. Syntactic Change. In: Baltin & Collins (eds.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts: Blackwell, 2001.

_____. *Mudança sintática*. Tradução de Silvia Cavalcante. 2003. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/kroch>.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008

LIGHTFOOT, D. *The development of language: Acquisition, change, and evolution*. Malden, MA: Blackwell, 1999.

_____. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. Grammatical Approaches to Syntactic Change. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (Org.). *The handbook of historical linguistics*. Hoboken: Blackwell, 2003.

LUCCHESI, D. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.

MAGRO, C. *Introdutores de orações infinitivas: o que diz a sintaxe dos clíticos*. Associação Portuguesa de Linguística, 2005. Disponível em: http://www.clul.ul.pt/files/catarina_magro/trabalho_ID.pdf.

MATEUS, M. H. M; BRITO, A. M; DUARTE, I; FARIA, I. H. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MARTINS, A.M. *Clíticos na história do português*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1994.

_____. Posição dos pronomes clíticos pessoais. In: RAPOSO, E; BACELAR, M.F; MOTA, M. A; SEGURA, L.; MENDES, A. (Org.). *Gramática do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkia, 2013.

MARTINS, M. A. Gramática ou gramáticas do português brasileiro? O problema da implementação na mudança sintática. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, v. 32, p. 9-27, 2013.

MARTINS, M. A. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. *A colocação de pronomes clíticos na escrita brasileira: para o estudo das gramáticas do Português*. Natal: EDUFRN, 2012.

MARTINS, M. A.; COELHO, I. L.; CAVALCANTE, S. R. de O. Variação e Gerativismo. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: contexto, 2015. (No prelo).

NAMIUTI-TEMPONI, C. Uma reflexão gerativista sobre a dimensão dinâmica de mudanças sintáticas na diacrônia do português. In: *XVI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina (ALFAL)*, Alcalá de Henares. Obras Coletivas de Humanidades 28. Actas del XVI Congreso Internacional de la ALFAL. Alcalá de Henares: UAH: Universidade de Alcalá de Henares, 2011.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua barroca: sintaxe e história do português nos 1600*. Campinas. Unicamp, 2004.

PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

POLLOCK, J. *Verv Movement, Universal Grammar, and the Structure IP*. The MIT press, 1989. Disponível em: <http://babel.ucsc.edu/~hank/pollock.pdf>.

ROBINSON, J.; LAWRENCE, H.; TAGLIAMONTE, S. *GoldVarb: a multivariate analysis application for Windows*. Department of Language and Linguistic Science: University of York, 2001. Disponível em: <http://www.york.ac.uk/depts/lang/webstuff/goldvarb/>.

SHEI, A. *A colocação pronominal do português brasileiro: a língua literária contemporânea*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

TARALLO, F. L. *A pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. (Princípios 9).

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Ed.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.

_____. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

Data de submissão na OJS: 18/07/2016

Data de aceite registrado na OJS: 16/08/2016

A RELEVÂNCIA DO TRAÇO “GÊNERO SEMÂNTICO” NA REALIZAÇÃO DO OBJETO NULO EM PORTUGUÊS BRASILEIRO¹

THE IMPORTANCE OF THE ‘SEMANTIC GENDER’ FEATURE
IN THE NULL OBJECT IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Gabriel de Ávila Othero
Docente do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
gabriel.othero@ufrgs.br

Mônica Rigo Ayres
Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
monicarigoayres@hotmail.com

Ana Carolina Spinelli
Mestranda em Linguística pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
camilaschwanke@gmail.com

Camila Schwanke
Bolsista IC, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
camilaschwanke@gmail.com

Resumo: Desde, pelo menos, o século XIX, o uso do clítico acusativo de terceira pessoa (*o, a*) em português brasileiro cedeu espaço para duas estratégias: (a) o uso do pronome tônico *ele, ela* ou (b) o uso do chamado objeto direto nulo. Partindo da hipótese básica de Creus e Menuzzi (2004) sobre o traço semântico do referente ter papel central para o condicionamento da retomada anafórica com pronome ou com objeto nulo, defendemos a ideia de que existe uma estratégia não marcada e outra marcada em se tratando da retomada anafórica para objetos diretos em 3ª pessoa. Através de reanálises de testes propostos por Creus e Menuzzi e aplicações de novos testes, procuramos mostrar que a estratégia marcada é a utilização de um pronome e a estratégia não marcada, o uso de categoria vazia na posição de objeto, sendo o traço semântico do referente a ser retomado relevante para cada opção.

Palavras-chave: Objeto direto; Retomada anafórica; Objeto nulo; Português brasileiro.

¹ Agradecemos a Eduardo Correa Soares, Sergio Menuzzi e aos pareceristas anônimos da revista por comentários a versões preliminares deste texto. Todas as inconsistências ainda presentes no texto são de nossa completa responsabilidade.

Abstract: Since the XIX century (at least), the use of third person accusative clitic (*o, a*) in Brazilian Portuguese (BP) has yielded to two strategies, (a) the use of tonic pronouns *ele, ela* or (b) the use of a null object. Assuming Creus e Menuzzi's (2004) hypothesis (i.e. the relevant feature that triggers the null object strategy is the semantic gender of the referent), we will argue here that there is a marked and an unmarked strategy (the null object being the unmarked one). By a reanalysis of tests originally proposed by C&M, we propose and apply new tests, arguing that the marked strategy is the use of a pronoun and the unmarked strategy is the null object, and the semantic feature of the referent is relevant to each strategy.

Keywords: Direct object; Anaphor; Null object; Brazilian Portuguese.

Introdução

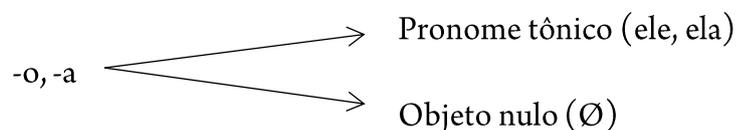
Uma característica da gramática do português brasileiro (PB) é a possibilidade da realização de um elemento vazio (cuja natureza ainda é alvo de discussão, Cf. RAPOSO, 1986; GALVES, 1989; KATO, 1993; CYRINO, 1994; PANITZ, 2015, por exemplo) como objeto direto anafórico de 3ª pessoa, como ilustram os exemplos abaixo.

- (1) Você já ouviu [o novo álbum do Chico]_i? Eu ouvi \emptyset _i e achei \emptyset _i muito bom.
- (2) O João me deu [um livro]_i, mas eu não consegui ler \emptyset _i ainda.

Estudos recentes (SCHWENTER, 2006; 2014; CASAGRANDE 2007; 2012, FIGUEIREDO SILVA, 2009; CYRINO; MATOS, 2016, por exemplo) têm mostrado que, em se tratando de retomada de um referente de 3ª pessoa na função de objeto direto, o PB adota *duas* estratégias predominantes: ora permite o uso de um *pronome pleno* ('ele\ela'), ora de um *objeto nulo* (como ilustramos nos exemplos 1 e 2). O pronome clítico ('-o\ -a') tem baixo índice de ocorrência como estratégia de realização de objeto em PB (Cf. referências já citadas, além de NUNES, 1993; e MONTEIRO 1994).² Em outras

² Gramáticas recentes do português (como CASTILHO, 2010; BAGNO, 2011; PERINI, 2016, por exemplo) reconhecem o baixo uso do clítico em PB e, por se tratar de gramáticas de consulta, acabam oficializando o processo de "extinção" do clítico em posição de objeto.

palavras, a forma átona cedeu espaço para estas duas estratégias de preenchimento da posição de objeto anafórico de 3ª pessoa.³



Neste artigo, buscaremos elucidar três perguntas sobre o uso de pronomes e objetos nulos na retomada anafórica do objeto de 3ª pessoa (tal como mostramos nos exemplos 1 e 2):

1. O uso de pronome *versus* objeto nulo é um fenômeno de variação livre ou distribuição complementar?
2. Se estamos diante de um fenômeno de distribuição complementar, qual é o fator gramatical condicionador de uma estratégia ou de outra?
3. Entre essas duas estratégias, há uma que pode ser considerada *menos marcada* na língua?

Nossas hipóteses são as seguintes:

1. Trata-se de um caso de distribuição complementar.
2. Há, basicamente, dois fatores condicionadores. São os traços do antecedente de *animacidade* e *especificidade*. Alternativamente, é possível que apenas um traço seja relevante, o traço de *gênero semântico* do antecedente.
3. A estratégia do objeto nulo deve ser a menos marcada.

Vejamos essas três hipóteses nas seções a seguir. Na seção 2, detalhamos as hipóteses (1) e (2), apresentando os três testes com falantes nativos de PB que aplicamos. Na seção 3, desenvolveremos a hipótese (3). Finalmente, na seção destinada às Conclusões, apresentamos as respostas para as três perguntas que propusemos acerca das estratégias de retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa em PB,

³ Cf. Cyrino (1993; 1994) para uma abordagem diacrônica do fenômeno. Cyrino (2003), contudo, argumenta que a queda dos clíticos e o aparecimento do objeto nulo não têm uma correlação necessária e podem ser considerados fenômenos motivados independentemente.

2 Detalhando as hipóteses (1) e (2)

Assumindo que *seja o caso de distribuição complementar* (hipótese 1) entre pronomes e categorias vazias (cf. DUARTE, 1989; 1993, CYRINO, 1993; 1994; 2003, SCHWENTER, 2006; 2014 por exemplo), precisamos verificar quais são os fatores que condicionam o uso de pronomes *versus* categorias vazias (hipótese 2). As explicações mais aceitas (até então) dizem respeito a traços semânticos e “pragmáticos” do antecedente: em sendo o antecedente *+animado* e *+específico*, teremos retomada anafórica com *pronome*; em sendo o antecedente *-animado* e *-específico*, teremos retomada anafórica com *objeto nulo* (cf. referências mencionadas neste parágrafo). Veja os exemplos:

- (3) Sempre que eu busco [a minha filha]_i na escola, eu encho ela_i \??Ø_i de beijos. [+a, +e]
(4) A Maria deixou [um livro]_i aqui e nunca mais encontrou ??ele_i \Ø_i. [-a, -e]

Se, por um lado, parece que temos classes naturais com os referentes marcados positivamente [+a, +e] (condicionam pronome) e negativamente [-a, -e] (condicionam objeto nulo), por outro não conseguimos encontrar classes naturais quando há combinação desses traços. Apesar de os traços de animacidade e especificidade serem relevantes para o condicionamento do tipo de objeto anafórico (se um pronome ou um objeto nulo), sua interação nem sempre é clara (algo já reconhecido na literatura, cf. CREUS; MENUZZI, 2004, PIVETTA, 2015, por exemplo). Isso pode ser visto nos exemplos abaixo:

- (5) Se eu encontrar [um aluno que consiga resolver esse problema]_i, eu contrato ele_i \Ø_i imediatamente para trabalhar em meu projeto de pesquisa. [+a, -e]
(6) Você já leu [o último livro do Chomsky]_i? Eu vou ler ele_i \Ø_i nas férias. [-a, +e]

Creus e Menuzzi (2004, p. 158) apresentam uma tabela sistematizando esse problema (sintetizando resultados de Cyrino 1994), justamente para mostrar que os ante-

cedentes [+a, +e] parecem formar uma classe natural (que favorecem a retomada anafórica com pronome), ao passo que os antecedentes [-a, -e] também formam uma classe natural (que favorecem a retomada anafórica com objeto nulo). O problema reside nos antecedentes com os traços [+a, -e] e [-a, +e] (que mostramos nos exemplos (4) e (5)). Aqui, a estratégia de retomada anafórica não é categórica e é pouco polarizada.⁴

Tabela 1 – Anáfora de objeto em PB: distribuição sincrônica atual de PrPls e ONs

Antecedentes	Distribuição		Padrão Idealizado
	PrPls	ONs	
[+a, +e]	100%	-	PrPl/*ON
[+a, -e]	57%	43%	PrPl/ON
[-a, +e]	13%	87%	ON/*PrPl
[-a, -e]	7%	93%	ON/*PrPl

Veja que quando há uma combinação assimétrica dos traços, i.e. referentes [+a, -e] e [-a, +e], encontramos um problema. Não obtemos uma distribuição polarizada com nenhuma combinação entre esses traços. Quando o referente carrega os traços [+a, +e] (primeira linha da tabela), o objeto anafórico é categoricamente realizado pelo pronome pleno. Por outro lado, quando o referente apresenta o traço [-a] (repare na última e na penúltima linha), sua retomada tem a tendência de ser feita por uma categoria vazia (objeto nulo), não importando, nesse caso, o traço de especificidade. E há uma complicação no caso de antecedentes [+a, -e]: aqui não há uma tendência bem marcada (em 57% dos casos, um antecedente com esses traços foi retomado por um pronome pleno; em 43% dos casos, por um objeto nulo). Isso sugere, então, que *não temos uma classe natural opositiva clara*, i. e. não podemos opor, de um lado os antecedentes [+a] aos [-a]; tampouco os referentes que apresentam o traço [+e] podem se opor aos referentes [-e]. Em resumo, nem apenas o traço de animacidade explica os fatos adequadamente, nem o traço de especificidade, nem a combinação desses traços parecem explicar toda a história.

⁴ Aqui temos as siglas PrPL (pronome pleno) e ON (objeto nulo).

Alternativamente, há uma segunda hipótese, que tenta responder ao mesmo problema, usando apenas um único traço do antecedente: é a hipótese do *gênero semântico*⁵, de Creus e Menuzzi (2004). Nas palavras dos autores:

É claro que, destes dois traços [animacidade e especificidade], o que tem papel central é o de animacidade, já que é ele que configura as generalizações básicas do sistema; o traço de especificidade parece ser relevante, na verdade, apenas para uma classe de antecedentes. Assim, parece-nos que a explicação do sistema de anáfora de objeto em PB (...) precisa identificar no traço de animacidade aquele aspecto essencial que, ao mesmo tempo que traça as generalizações básicas, prevê também a possibilidade de alternativa para os antecedentes animados não-específicos. A nosso ver, o aspecto fundamental do traço de animacidade é que ele está associado com distinções de gênero semântico. (CREUS; MENUZZI, 2004, p. 160).

Por que o gênero semântico? Continuemos com Creus e Menuzzi (2004, p. 161, doravante C&M):

Do ponto de vista conceitual, a hipótese que associa os pronomes plenos do PB à presença de gênero semântico, e objetos nulos à ausência de gênero semântico é mais natural que a hipótese análoga baseada na distinção de animacidade: afinal, a diferença básica entre as formas *ele/ela* e os objetos nulos é que as primeiras portam especificações de gênero, enquanto que os últimos são justamente não-especificados para gênero (bem como para número, mas nisso os ONs [objetos nulos] não diferem significativamente dos PrPls [pronomes plenos], já que os últimos podem ou não portar a flexão de número). Ou seja, a escolha entre ONs e PrPls resultaria, basicamente, de um processo de concordância entre antecedente e forma anafórica: antecedentes com gênero semântico favorecem o uso de PrPls porque estas são as formas anafóricas especificadas para gênero; e antecedentes sem gênero semântico favorecem o uso de ONs precisamente porque ONs não possuem especificação para gênero semântico.

⁵ O gênero semântico refere-se ao sexo natural que pode ser identificado na referência de um substantivo (menina/menino; gato/gata; boi/vaca). Cf. Camara Jr. (1970) para uma distinção entre *gênero semântico* e *gênero gramatical*. Schwindt (2015, 2016) aponta para o fato de que uma minoria absoluta de substantivos em português (cerca de 5% dos substantivos) têm o gênero semântico marcado.

Para corroborar sua hipótese, C&M realizaram um teste com 13 falantes, todos alunos de Mestrado em Linguística na PUC-RS. O teste trazia a seguinte orientação: “Marque a opção que você considera a mais natural, espontânea e usual na conversação coloquial. Se as duas possibilidades forem igualmente boas, marque ambas.” (C&M, p. 163). Os falantes, então, liam as sete frases seguintes e assinalavam qual era a “mais natural” (ambas poderiam ser marcadas). Aqui estão as frases do teste de C&M):

- a) Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo {__/ela}.
- b) Sabe que ontem Maria encontrou um menino chorando e consolou {__/ele}.
- c) Toda vez que o Márcio percebe que sua filha teima, ele repreende {__/ela}.
- d) Olha aqui: se eu me deparasse com uma menina bem bonita, eu beijava {__/ela}.
- e) Quando aquele rapaz loiro passou por aqui, a minha prima cumprimentou {__/ele}.
- f) Se eu encontrar um profissional capaz de fazer isso, eu contrato {__/ele} na hora.
- g) Quando viu alguns turistas que estavam jogando lixo nas ruas, o policial xingou {__/eles}.

Essas frases traziam antecedentes com o traço [+gs] (gênero semântico) e [-gs], como aparece na Tabela 2 (C&M, p. 164):

Tabela 2 – Distribuição das frases-teste por categorias de antecedentes

Frases-Teste	Antecedentes	Classe
(a) e (f)	<i>alguma pessoa cega, um profissional</i>	[+a, -e, -gs]
(b) e (d)	<i>um menino, uma menina</i>	[+a, -e, +gs]
(c) e (e)	<i>sua filha, aquele rapaz</i>	[+a, +e, +gs]
(g)	<i>alguns turistas</i>	[+a, -e, -gs]

Fonte: C&M, p. 164.

Ainda que com algumas deficiências (falaremos delas a seguir), o teste apresentou resultados interessantes (C&M, p. 165):

Tabela 3 – Ocorrências de ONs e PrPIs segundo o tipo de antecedente

Classe do Antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[+a, -e, -gs]	24/37 (64,9%)	13/37 (35,1%)
[+a, -e, +gs]	09/31 (29,0%)	22/31 (71,0%)
[+a, +e, +gs]	08/31 (25,8%)	23/31 (74,2%)
ant. da frase (g)	09/16 (56,3%)	07/16 (43,7%)

Fonte: C&M, p. 165.

Pode-se ver, aqui, que os antecedentes [+a, -e] realmente não formam uma classe natural, como já havia também aparecido no trabalho de Cyrino (1994) e como Pivetta (2015) retoma.⁶ Por outro lado, os antecedentes [+gs] parecem, de fato, formar uma classe natural, em oposição aos [-gs]. E podemos propor, juntamente com C&M, uma generalização gramatical interessante: *se o antecedente tiver o gênero semântico marcado ([+gs]), sua retomada será feita por um pronome; se o antecedente tiver o gênero semântico não marcado ([-gs]), sua retomada será feita por uma categoria vazia (objeto nulo)*. Interessante, mas o teste mostra apenas uma tendência, nem categórica nem definitiva.

Ainda sobre o teste, acreditamos que ele tenha três limitações que podem ter afetado o resultado, quais sejam: (i) o teste foi feito com poucos falantes (apenas 13); (ii) o teste foi feito com falantes com algum conhecimento em Linguística, sintaxe e gramática (mestrandos em Linguística); (iii) o teste deixou claro seu objetivo aos informantes (julgar frases com pronome *versus* com objetos nulos).

Por isso, resolvemos replicar o teste de C&M, superando essas três limitações. Na verdade, realizamos três outros testes. Vamos a eles:

⁶ Pivetta replicou o trabalho de Cyrino (1994/1997), para testar a hipótese do gênero semântico. Ou seja, ela buscou o mesmo corpus e analisou as mesmas ocorrências de retomadas anafóricas de objetos nulos que Cyrino (1994/1997) apresenta. Entretanto, o principal problema do trabalho de Pivetta foi que, justamente no tipo bastante crucial de retomada anafórica do objeto (a retomada de referentes com os traços [+animado, -específicos]), não foi possível alcançar resultados satisfatórios, em virtude do baixo número de ocorrências no corpus da pesquisa - apenas oito ocorrências.

2.1 Teste 1

Primeiramente, replicamos o teste de C&M com mais informantes: 130⁷. E esses informantes não poderiam ter conhecimentos aprofundados em sintaxe ou em gramática (fizemos o teste com alunos do primeiro ano do curso de Letras da UFRGS). Além disso, os informantes não poderiam saber sobre o que o teste se tratava. Por isso, usamos frases distratoras, na proporção de duas distratoras para cada frase a ser testada (que foram as mesmas de C&M, cf. nosso teste no anexo deste artigo⁸). Finalmente, o teste não foi feito apenas com uma resposta do tipo “natural/não natural”. Usamos uma escala de magnitude, com valores de 0 (frase muito ruim) a 10 (frase muito boa).⁹ O resultado que obtivemos foi o seguinte:

Tabela 4 – Resultado do teste de escala de magnitude

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[-gs, +a, -e]	9,2	9,2
[+gs, +a, -e]	6,8	8,1
[+gs, +a, +e]	5,9	8,8

Lembre-se de que usamos as mesmas frases de C&M (cf. mais acima); por isso, as combinações de traço que obtivemos foram essas três (anteriores [-gs, +a, -e], [+gs, +a, -e] e [+gs, +a, +e]). Vamos à discussão dos resultados desse teste. Primeiramente, analisando a segunda coluna da tabela (‘Objetos Nulos’), repare que as frases que *favoreceram o objeto nulo* foram aquelas cujo antecedente tinha o gênero semântico não marcado [-gs], conforme previram C&M. As frases com objeto nulo em que os antecedentes tinham o traço [-gs] receberam nota significativamente superior (9,2 em média) comparadas às frases em que os referentes eram do tipo [+gs], independente do fato de todos esses antecedentes serem animados, [+a].

⁷ Escolhemos o número de 130 informantes porque representa 10 vezes mais informantes que o teste original de C&M.

⁸ Usamos as mesmas frases de C&M, com exceção da frase (g), que “não foi controlada devidamente e deu resultados inesperados”, de acordo com Sergio Menuzzi (em comunicação pessoal). Por recomendação do próprio Menuzzi, deixamos a frase (g) de fora por ora.

⁹ Sobre as vantagens (e desvantagens) de utilizar testes com escala de magnitude para obter julgamento de aceitabilidade e gramaticalidade, cf. Sprouse (2007).

Contudo, ao contrário das previsões de C&M, as frases com pronomes plenos foram todas bem aceitas, recebendo boas notas (notas médias acima de 8,1), independentemente da natureza de seu antecedente ([-gs, +a, -e], [+gs, +a, -e] ou [+gs, +a, +e]). Ora, acreditamos que isso aconteça porque o objeto nulo está se firmando como uma estratégia *default*, não marcada em português: quando o antecedente for [-a], a preferência é pelo uso do objeto nulo (na verdade, isso não está em jogo aqui, cf. os trabalhos de Duarte e Cyrino já citados). Entretanto propomos – e aqui está a novidade – que, *quando o referente for animado, ele também deve ser retomado por um objeto nulo, a menos que tenha seu gênero semântico marcado*, i.e., a menos que o referente tenha o traço [+gs]. A marcação com o objeto nulo é, então, uma inovação do PB (Cf. CYRINO 1994) e, ao mesmo tempo, o padrão não marcado de retomada anafórica para objetos de 3ª pessoa (como argumentaremos de maneira mais detalhada na seção 3). A alta aceitabilidade da retomada por pronome pleno se dá porque, acreditamos, os falantes ainda conservam a influência de seu grau de escolarização. Como o objeto nulo é a estratégia inovadora, acreditamos que os falantes com alto grau de instrução tenham a tendência a aceitar o pronome como estratégia de retomada anafórica de objeto (Oliveira (2007), através de análises de textos escolares de diferentes etapas do ensino formal, mostra, por exemplo, que o uso do pronome, pleno e clítico, nessa posição começa a aparecer nos dados textuais apenas nas séries finais). Um segundo ponto interessante nos nossos resultados foi verificar que a classe [+a, -e], problemática nas análises de Cyrino (1994) e Pivetta (2015), pôde ser explicada em termos de gênero semântico, conforme previram C&M.

Após realizarmos esse primeiro teste, decidimos aplicar mais dois testes, cada um com 100 informantes.

2.2 Testes 2 e 3

Nosso segundo teste foi uma réplica fidedigna do teste de C&M. Utilizamos as mesmas frases e a mesma instrução (cf. mais acima) propostas por C&M. A diferença foi que realizamos o teste com a ferramenta Survey Monkey (surveymonkey.com) e aplicamos a 100 informantes, via internet. Vejamos os resultados:

Tabela 5 – Resultado do primeiro teste

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[-gs, +a, -e]	58%	41%
[+gs, +a, -e]	37%	62%
[+gs, +a, +e]	32%	67%

Obtivemos aqui resultados semelhantes aos testes anteriores: o referente [-gs] tem a tendência de condicionar a retomada com o objeto nulo; o referente [+gs], com o pronome pleno. Para eliminar a suspeita de que a ordem das frases pudesse estar influenciando as respostas dos falantes, realizamos um terceiro teste, invertendo a ordem das frases e consultamos 100 outros informantes. No primeiro teste, os informantes viam as frases nesta ordem (uma frase com objeto nulo seguida de uma frase com retomada anafórica pronominal):

- a) Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo.
- b) Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo ela.

- c) Sabe que ontem Maria encontrou um menino chorando e consolou.
- d) Sabe que ontem Maria encontrou um menino chorando e consolou ele.

No segundo teste, invertemos, então, a ordem, e os informantes viam as frases como segue (uma frase com um pronome pleno e a outra com um objeto nulo):

- a) Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo ela.
- b) Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo.

- c) Sabe que ontem Maria encontrou um menino chorando e consolou ele.
- d) Sabe que ontem Maria encontrou um menino chorando e consolou.

Os resultados que obtivemos foram os seguintes:

Tabela 6 – Resultado do segundo teste

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[-gs, +a, -e]	49%	50%
[+gs, +a, -e]	30%	69%
[+gs, +a, +e]	23%	76%

Os resultados diferiram pouco dos testes anteriores (especialmente, com os antecedentes [-gs, +a, -e]). Entretanto, aqui a proposta básica de C&M se manteve: (i) antecedentes [+gs] favorecem o uso de pronomes plenos na retomada anafórica; e (ii) a problemática classe dos antecedentes do tipo [+a, -e] pode ser explicada em termos de gênero semântico (ainda que, como mencionamos, este último teste não deixou claro o julgamento de aceitabilidade para frases com antecedentes [-gs, +a, -e]).

2.3 Conclusões parciais sobre as hipóteses (1) e (2)

Com base nos resultados que obtivemos de nossos testes, conseguimos realizar uma análise contrastiva usando cada traço do antecedente (animacidade, especificidade e gênero semântico) para verificar qual desses traços é, de fato, relevante para a formação de classes naturais gramaticais que influenciam o condicionamento do objeto nulo em PB – e verificar se os pronomes e o objeto nulo estão de fato em relação de distribuição complementar como estratégia de retomada anafórica de objeto direto em 3ª pessoa.

2.3.1 Animacidade

Se o traço de animacidade fosse o fator condicionador do objeto nulo, como defende Duarte (1989), por exemplo, e se pudéssemos encontrar um contraste entre referentes [+a] e [-a], relevante à gramática do PB no que toca ao uso do objeto nulo, esperaríamos que os antecedentes [+a] se comportassem como uma classe natural. Entretanto, não foi isso que encontramos. Veja os resultados dos testes, isolando o traço de animacidade dos antecedentes:

Tabela 7 – Comparação dos resultados do traço [+a] no teste de escala de magnitude

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[+a]	9,2	9,2
[+a]	6,8	8,1
[+a]	5,9	8,8

Tabela 8 – Comparação dos resultados do traço [+a] obtidos com os testes 2 e 3

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[+a]	53%	46%
[+a]	34%	65%
[+a]	28%	71%

Veja como os antecedentes animados se comportam de maneira díspar, ora favorecendo o uso de pronomes plenos, ora favorecendo o objeto nulo (cf. a segunda e a terceira linhas das três das três tabelas acima). Ou seja: o traço de animacidade, como anteciparam C&M, Schwenter (2006) e Cyrino, não pode ser o (único) responsável pela explicação da distribuição da retomada anafórica de objeto em PB.

2.3.2 Animacidade e especificidade

Seguindo a proposta dos trabalhos de Schwenter (2006) e Cyrino (1994), poderíamos esperar que os traços de animacidade e especificidade fossem, em conjunto, o fator condicionador de objeto nulo em PB. Dessa forma, poderíamos esperar que os antecedentes [+a, -e] formassem uma classe natural por oposição aos antecedentes [+a, +e]. Contudo, essa expectativa também contraria o que encontramos em nossos testes.

Tabela 9 – Comparação dos resultados dos traços [+a, -e] no teste de escala de magnitude

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[+a, -e]	9,2	9,2
[+a, -e]	6,8	8,1
[+a, +e]	5,9	8,8

Tabela 10 – Comparação dos resultados dos traços [+a, -e] obtidos com os testes 2 e 3

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[+a, -e]	53%	46%
[+a, -e]	34%	65%
[+a, +e]	28%	71%

Repare como os antecedentes [+a, -e] se comportam, também, de maneira errática, ora favorecendo a retomada por pronome pleno, ora favorecendo a retomada por objetos nulos. Por isso, não podemos afirmar que esse tipo de antecedente forme uma classe natural, de comportamento gramatical relevante para o condicionamento do objeto nulo em PB.

2.3.3 Gênero semântico

Se a tese de C&M estiver correta – e acreditamos que esteja essencialmente correta –, então conseguiremos ver, nos dados abaixo, uma distribuição regular do condicionamento de objeto nulo em PB, com base apenas em um único traço semântico do referente: seu gênero semântico. Vejamos.

Tabela 11 – Comparação dos resultados do traço [+gs] no teste de escala de magnitude

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[-gs]	9,2	9,2
[+gs]	6,8	8,1
[+gs]	5,9	8,8

Tabela 12 – Comparação dos resultados do traço [+gs] obtidos com os testes 2 e 3

Classe do antecedente	Objetos Nulos	Pronomes Plenos
[-gs]	53%	46%
[+gs]	34%	65%
[+gs]	28%	71%

O que nossos dados apontam de maneira bastante clara *não diz respeito ao condicionamento do objeto nulo* em si, mas ao condicionamento do uso do pronome pleno na retomada anafórica de antecedentes *com gênero semântico*, [+gs]. Ou seja, analisando os resultados de nossos testes, podemos perceber que, se um antecedente tem o traço [+gs], há uma forte tendência para que ele seja retomado por um pronome – e não por um objeto nulo (veja, nas linhas 2 e 3 de cada tabela, como os antecedentes [+gs] favorecem o uso de pronomes plenos). Por outro lado, se um antecedente não tiver o gênero semântico marcado, sua retomada ora é feita com um pronome, ora com uma categoria vazia.

Isso indica, entre outras coisas, que há uma tendência à distribuição complementar, mas ela não é categórica (confirmando parcialmente a hipótese 1). E o que condiciona o uso de pronome *versus* objeto nulo na retomada anafórica de objetos diretos de 3ª pessoa seja, de fato, o traço de gênero semântico do antecedente (confirmando a hipótese 2) – cf. também o trabalho de Ayres (2016), que aponta nessa mesma direção.

3 Retomando a hipótese (3): o objeto nulo como estratégia não marcada

Nossa ideia básica é relativamente simples: baseamo-nos no fato já bastante conhecido de que o objeto direto prototípico (nas línguas humanas, de maneira geral) é um referente *não animado* ou não humano (assim como o sujeito prototípico é um referente animado). Há diversos argumentos que sustentam essa ideia – ela não é nova (Cf. HOPPER; THOMPSON, 1980; COMRIE, 1989; DOWTY, 1991; VAN VALIN, 1997; SCHWENTER, 2006, entre outros). Para Company (2002, p. 206), por exemplo

[...] a DO refers very frequently to inanimate beings, things or abstract concepts, fully affected by the action of the verb; a DO usually has neither energy nor volition and it usually undergoes some change of state, provoked by the energy of the agent via the transitivity of the verb. A thing is easier to change than a human being, therefore a non-human entity seems to represent the prototype of a DO better than a human one.¹⁰

Em sendo assim, temos em PB uma estratégia relativamente inovadora (cf. NUNES, 1993, CYRINO 1994) para a retomada de objetos (prototipicamente inanimados e, portanto, sem gênero semântico): a retomada anafórica com uma categoria vazia, *o objeto nulo*. Defendemos que essa é a estratégia *default*, não marcada. Ela é mais frequente (Cf. DUARTE, 1989; TARALLO, 1996; SCHWENTER; SILVA, 2002), tem menos material linguístico (\emptyset) e é mais comum na produção de crianças em fase de aquisição da linguagem (Cf. CASAGRANDE, 2007; AYRES, 2016).

¹⁰ “[...] um objeto direto frequentemente se refere a seres inanimados, coisas ou conceitos abstratos, plenamente afetados pela ação do verbo; um objeto direto geralmente não tem nem energia ou volição e ele geralmente sofre alguma mudança de estado, provocada pela energia do agente através da transitividade do verbo. Um objeto é mais fácil de mudar do que um ser humano; por isso, uma entidade não humana parece representar o protótipo do objeto direto melhor do que uma entidade humana.” Tradução nossa.

Por outro lado, caso o sistema depare com um caso *atípico*, i.e. com um objeto direto anafórico cujo referente tem o traço [+gs], usa-se o *pronome*. Trata-se da conhecida condição de *Elsewhere* (Cf. ANDERSON, 1969; KIPARSKY, 1973; ARONOFF, 1976): o uso de uma forma mais específica se aplica antes de uma forma mais genérica (a forma menos marcada, objeto nulo, sendo a menos específica).

O sistema, assim, se regulariza: o gênero semântico atua como gatilho para o uso de um pronome em posição de objeto, não apenas com referentes de 3ª pessoa, mas também para objetos exofóricos, de 1ª e 2ª pessoas (que, obviamente, por situações discursivas, são sempre marcados positivamente para o traço de gênero semântico). Assim, o

BP is that it is a variety that displays a “split” system of marking anaphoric DOs. All animate (mainly human) and specific anaphoric DOs are preferentially encoded overtly, while all others are preferentially encoded as null objects. (SCHWENTER, 2006, p. 26).¹¹

Na verdade, ajustando um pouco o trecho de Schwenter, o sistema opera com objetos anafóricos [+gs] sendo codificados preferencialmente por pronomes e objetos anafóricos [-gs] sendo codificados preferencialmente por elementos vazios.¹² Veja a Tabela 16, de Schwenter (2006, p. 26), que também merece um ajuste:

Tabela 13 – Preferências de retomada anafórica do objeto em relação ao referente

	Preferencialmente manifesto	Preferencialmente nulo
1ª pessoa	sim	não
2ª pessoa	sim	não
3ª pessoa [+a, +e]	sim	não
Toda as outras 3 ^{as} pessoas	não	sim

¹¹ PB é uma variedade que apresenta um sistema ‘dividido’ de marcação de objetos diretos anafóricos. Todos os objetos anafóricos animados (principalmente os +humanos) e específicos são preferencialmente codificados de maneira explícita, enquanto que todos os outros são preferencialmente codificados como objetos nulos. Tradução nossa.

¹² Repare que Schwenter quase chega à mesma conclusão de C&M quando fala de referentes “animados (principalmente os +humanos)” que servem como elementos condicionadores de retomada anafórica pronominal.

Schwenter usa, na última linha, o rótulo ‘todas as outras 3^{as} pessoas’ (“All other 3rd person”), o que engloba as combinações [+a, -e], [-a, +e] e [-a, -e], algo bastante problemático, como argumentamos ao longo do texto.¹³ Afinal, estamos colocando na mesma categoria referentes animados, não animados, específicos e não específicos. Em aceitando a tese de que o gênero semântico é o traço responsável por essa divisão, a tabela funciona de maneira mais intuitiva:

Tabela 14 – Preferências de retomada anafórica do objeto em relação ao referente reformulada

	Preferencialmente manifesto	Preferencialmente nulo
1 ^a pessoa	sim	não
2 ^a pessoa	sim	não
3 ^a pessoa [+gs]	sim	não
3 ^a pessoa [-gs]	não	sim

Na verdade, ela funciona de maneira ainda mais simples e intuitiva, uma vez que, agora, conseguimos explicar absolutamente todas as pessoas do discurso com base na mesma propriedade gramatical, o gênero semântico do referente:

¹³ Schwenter (p. 26-27) mesmo percebe que há algo de “estranho” com essa categoria (‘todas as outras 3^{as} pessoas’). Ele diz (p. 26-27): “O que é provavelmente mais surpreendente sobre essa esquematização é a categorias “outros” de 3^a pessoa que mais se assemelha ao protótipo para os objetos diretos (...), e é precisamente essa classe de objetos diretos anafóricos que tende a aparecer (na conversação, pelo menos) codificado como objeto nulo.” Trecho original: “What is perhaps most striking about this configuration is that it is the “other” 3rd person category that most closely resembles the prototype for direct objects described in the quote from Company above, and it is precisely this class of anaphoric DOs that tends to appear (in conversational discourse, at least) as null objects.”

Schwenter apenas não declara que o objeto prototípico justamente não é um referente animado e, por isso, a categoria é estranha, já que, ali, entram referentes animados. Ora, com a ideia do traço de gênero semântico como o traço relevante para a retomada anafórica, podemos explicar essa distribuição de maneira mais clara. Veja as tabelas que mostraremos a seguir.

Tabela 15 – Preferências de retomada anafórica do objeto em relação ao traço de gênero semântico do referente

	Preferencialmente manifestos	Preferencialmente nulos
Referentes [+gs]	sim	não
Referentes [-gs]	não	sim

E aqui conseguimos ver o funcionamento (ainda que não categórico, como já alertamos ao longo do texto) da distribuição entre referentes [+gs] e [-gs] no que toca a estratégias de retomada anafórica e uso de objeto nulo em PB.

Conclusões

Com este texto, nos propusemos a responder três questionamentos sobre as estratégias de retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa em PB:

1. O uso de pronome *versus* objeto nulo é um fenômeno de variação livre ou de distribuição complementar?
2. Se estamos diante de um fenômeno de distribuição complementar, qual é o fator gramatical condicionador de uma estratégia ou de outra?
3. Entre essas duas estratégias, há uma que pode ser considerada *menos marcada* na língua?

As respostas a que chegamos podem ser resumidas abaixo:

1. Trata-se de um caso de distribuição, ainda que não categórica. Ou seja: há contextos que favorecerem o uso de pronome na retomada anafórica e há contextos que favorecem a categoria vazia na posição de objeto (como detalhamos abaixo).
2. Há, na literatura sobre o assunto, uma hipótese bastante testada e que explica (até certo ponto) os contextos em que o pronome é favorecido em detrimento da categoria vazia e vice-versa. É a hipótese dos traços de animacidade e especificidade do (re)metemos o lei-

tor à literatura discutida nas seções anteriores). Contudo, há uma hipótese que nos pareceu dar conta de mais casos (especialmente os casos problemáticos, em que a distribuição complementar entre categoria vazia e pronome não estava clara, cf. seção 2 e subseções ali apresentadas), a hipótese do gênero semântico do antecedente. De acordo com essa hipótese – que foi confirmada em nossos testes com julgamentos de falantes –, os antecedentes com gênero semântico marcado (substantivos como *o menino*, *a professora*, etc.) favorecem o uso de pronome como estratégia de retomada anafórica na função de complemento do verbo; inversamente, os referentes com gênero semântico não marcado (a maioria dos substantivos do português, cf. nota 5) favorece o objeto nulo. Além de essa hipótese ter se mostrado mais adequada do que a hipótese que trata dos traços de animacidade e especificidade do antecedente (ou, ao menos, tão boa quanto ela), ela é *mais simples*, já que envolve apenas um único traço do antecedente. Aplicando a navalha de Occam, ficamos com essa segunda hipótese como a melhor para explicar a distribuição entre pronomes e categoria vazia na retomada anafórica do objeto em PB – não apenas de 3ª pessoa, mas de 1ª e 2ª pessoas também, como apontamos na seção 3.

3. Finalmente, a gramática do PB conta com essas duas estratégias (pronome e categoria vazia), em que a segunda estratégia parece ser a *menos marcada* na língua (a estratégia que está se confirmando como *default* na gramática do PB), no seguinte sentido: ela é mais frequente, envolve menos material linguístico e é a mais comum em dados de aquisição da linguagem.

Bibliografia

ANDERSON, S. R. *West Scandinavian vowel systems and the ordering of phonological rules*. Tese (Doutorado) – Department of Foreign Literatures and Linguistics, Massachusetts Institute of Technology, 1969.

ARONOFF, M. *Word formation in generative grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.

AYRES, M. R. *Aspectos condicionadores do objeto nulo e do pronome pleno em português brasileiro: uma análise da fala infantil*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

CAMARA JR, J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CASAGRANDE, S. *A aquisição do objeto direto anafórico em português brasileiro*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COMPANY, C. C. Grammaticalization and category weakness. In: WISCHER, I.; DIEWALD, D. (Ed.). *New reflections on grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2002.

COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

CREUS, S.; MENUZZI, S. M. Sobre o papel do gênero semântico na alternância entre objetos nulos e pronomes plenos em português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, Florianópolis, v. 3, n. 1-2, p. 149-176, 2004.

CYRINO, S. M. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

_____. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

_____. Para a história do Português Brasileiro: a presença do objeto nulo e a ausência dos clíticos. *Letras de Hoje*, v. 38, n. 1, 2003.

CYRINO, S. M.; MATOS, G. Null objects and VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese. In: WETZELS, L.; COSTA, J.; MENUZZI, S. *The handbook of Portuguese linguistics*. Oxford: Blackwell, 2016.

DOWTY, D. Thematic proto-roles and argument selection. *Language*, v. 67, n. 3, 1991.

DUARTE, M. E. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

_____. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. V. *O objeto nulo no português rural baiano. Teoria temática e elipse de DP*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Bahia, 2009.

GALVES, C. O objeto nulo em português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 17, 1989.

HOPPER, P. J., THOMPSON, S. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, p. 251-299, 1980.

KATO, M. The distribution of pronouns and null elements in object position in Brazilian Portuguese. In: ASHBY, W. J. et al. (Ed.) *Linguistic perspectives on the Romance languages*. Amsterdam: John Benjamins, 1993.

KIPARSKY, P. "Elsewhere" in phonology. In: ANDERSON, S. R.; KIPARSKY, P. (eds.) *A festschrift for Morris Halle*. Austin: Holt, Rinehart and Winston, 1973.

MONTEIRO, J. L. *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza : EUFC, 1994.

NUNES, J. M. Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

OLIVEIRA, S. M. Objeto direto nulo, pronome tônico de 3ª pessoa, SN anafórico e clítico acusativo no português brasileiro: uma análise de textos escolares. *ReVEL*, v. 5, n. 9, 2007.

PANITZ, E. P. Null objects in Brazilian Portuguese, revisited. *Caderno de Squibs: temas em estudos formais da linguagem*, v. 1, n. 1, 2015.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.

PIVETTA, V. *Objeto direto anafórico no português brasileiro: uma discussão sobre a importância dos traços semântico-pragmáticos – animacidade/especificidade vs. gênero semântico*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

RAPOSO, E. P. On the null object in European Portuguese. In: JAEGGLI, O., SILVA-CORVALÁN, C. (Ed.). *Studies in Romance Linguistics*. Foris, Dordrecht, 1986.

SCHWENTER, S. A. Null objects across South America. *Selected proceedings of the 8th Hispanic Linguistics Symposium*. Somerville: Cascadilla Press, 2006.

_____. Two kinds of differential object marking in Portuguese and Spanish. *Portuguese-Spanish interfaces: Diachrony, synchrony, and contact*, 2014.

_____; SILVA, G. Anaphoric Direct Objects in Spoken Brazilian Portuguese: Semantics and Pragmatics. *Revista Internacional de Linguística Iberoamericana*, v. 1, n. 2, 2003.

SCHWINDT, L. C. Exponência de gênero e classe temática e produtividade em português brasileiro. *III Colóquio Brasileiro de Morfologia*, 2015.

_____. Morfofonologia de gênero e classe temática em português brasileiro. *XXXI Encontro Nacional da ANPOLL, UNICAMP*, 2016.

SPROUSE, J. *A program for experimental syntax: finding the relationship between acceptability and grammatical knowledge*. Tese (Doutorado) – Department of Linguistics, University of Maryland, 2007.

TARALLO, F. Turning different at the turn of the century: 19th century Brazilian Portuguese. In: GUY, G. et al. (Ed.) *Towards a social science of language: papers in honor of William Labov*. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

VAN VALIN, R. D.; LAPOLLA, R. J. *Syntax*. Cambridge: CUP, 1997.

Anexo

Teste de escala de magnitude com 130 informantes:

Leia as frases abaixo com atenção e atribua a elas um valor de 0 (zero) a 10 (dez), em que **0** seja atribuído para uma frase mal formada no seu dialeto e **10** para uma frase adequada para sua fala cotidiana.

Exemplos:

- a. As meninas chegaram cedo para a festa. 10
- b. A meninas chegou cedo para a festa. 0

1. Toda vez que o Márcio percebe que sua filha teima, ele repreende.
2. Pessoal, a gente vai querer que o João nos procure ou não?
3. Sabe que ontem Maria encontrou um menino chorando e consolou ele.
4. Adoram todos os amigos do João comer chocolate.
5. Quando viu alguns turistas que estavam jogando lixo nas ruas, o policial xingou eles.
6. Se eu encontrar um profissional capaz de fazer isso, eu contrato na hora.
7. Aí cês chegaram com aquele bolo e eu tive que parar com meu regime.
8. Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo.
9. Aquela barriga ali, só com regime.
10. Todo mundo diz que o Grêmio vai perder, mas eu num sei não, acho que vai ganhar o jogo.
11. As guria que eu conheci estudavam no curso de Psicologia.
12. Cuidado! Caiu as coisa tudo no chão!
13. Sabe que ontem Maria encontrou um menino chorando e consolou.
14. Se eu encontrar um profissional capaz de fazer isso, eu contrato ele na hora.
15. A Ana boceja nas tardes de domingo.
16. Quando aquele rapaz loiro passou por aqui, a minha prima cumprimentou.
17. De que a Maria encontrou o professor que dá aula?
18. Depois que a Maria viu cês fazendo aquele bolo, tentou imitar.

19. Olha aqui: se eu me deparasse com uma menina bem bonita, eu beijava.
20. Tu se importa se eu se atrasar um pouco?
21. Então, a gente nos liga amanhã, certo?
22. Essa janela venta muito no verão.
23. Eu finalmente descobri quem me entregou para o professor.
24. Toda vez que o Márcio percebe que sua filha teima, ele repreende ela.
25. Ficou sabendo que o João da Silva suicidou?
26. Meu carro furou o pneu pela terceira vez ontem.
27. O livro que o João mais gosta é “O Senhor dos Anéis”.
28. De quem o João viu a menina que falou?
29. Esse queijo aqui corta muito fácil. É uma delícia!
30. O Pedro me disse que faz isso para vocês, se vocês quiser.
31. O queijo que o rato comeu era do vizinho.
32. O tio da vizinha do amigo do cunhado do colega da Maria faleceu.
33. Olha aqui: se eu me deparasse com uma menina bem bonita, eu beijava ela.
34. Quando eu vejo alguma pessoa cega querendo atravessar a rua, eu ajudo ela.
35. Depois que a Maria viu cês fazendo aquele bolo, tentou imitar vocês.
36. Quando aquele rapaz loiro passou por aqui, a minha prima cumprimentou ele.
37. Ontem eu liguei pra minhas amiga, e combinei de sair com elas.
38. Presta atenção aqui ó: tu não me derruba esta água no chão de novo, viu?
39. Qual livro tu conhece o professor que escreveu?
40. Quando viu alguns turistas que estavam jogando lixo nas ruas, o policial xingou.
41. O queijo que o rato que o gato que o cachorro pegou matou comeu era do vizinho.
42. Todo mundo diz que o Inter vai perder, mas eu não sei num, acho que vai ganhar o jogo.

Data de submissão na OJS: 27/07/2016

Data de aceite registrado na OJS: 06/11/2016

BREVE ESTUDO DA CATEGORIA DOS CLÍTICOS EM LÍNGUAS ROMÂNICAS¹

BRIEF STUDY OF THE CATEGORY OF CLITICS IN ROMANCE LANGUAGES

Luciano de Oliveira

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal
de Santa Catarina

lucioliv1975@gmail.com

Resumo: Os clíticos (ou pronomes pessoais átonos) são elementos que podem indicar, dentre outros constituintes, argumentos internos do verbo. No entanto, eles não apresentam o mesmo comportamento que os DPs (ou PPs) que recebem o papel temático atribuído pelo verbo, o que se deve principalmente ao fato de os clíticos não ocuparem a mesma posição sintática que aqueles constituintes. Também não apresentam estritamente o mesmo comportamento nas várias línguas, havendo, por exemplo, aquelas que privilegiam a próclise em situações em que outras os colocam em ênclise ao verbo, ou ainda línguas que possuem clíticos locativos e genitivos/partitivos, ao contrário de outras. Neste trabalho, são consideradas línguas neolatinas, dentre elas o português brasileiro, o italiano, o espanhol e o francês, em testes que comprovam brevemente o caráter nuclear dos clíticos.

Palavras-chave: Sintaxe; Clíticos; Línguas românicas.

Abstract: Clitics (or unstressed personal pronouns) are elements that can indicate, among other constituents, internal verbal arguments. However, they do not exhibit the same behavior as the DPs (or PPs) that receive the thematic role assigned by the verb, which is mainly due to the fact that clitics do not occupy the same syntactic position that those constituents do. Also they do not have strictly the same behavior in different languages: for example, there are languages that put clitics on proclisis in situations where other languages put them at enclisis to the verb, or languages that have locative and gen-

¹ O presente artigo representa parte da pesquisa desenvolvida e apresentada pelo autor em sua dissertação de mestrado em Oliveira (2016).

itive / partitive clitics, unlike others. In this work, Romance languages, among them Brazilian Portuguese, Italian, Spanish and French, are taken in consideration in tests that briefly prove the nuclear character of clitics.

Keywords: Syntax; Clitics; Romance languages.

Introdução

De acordo com Dubois et al. (2006, p. 489), **pronomes** são “palavras que se empregam para reenviar a ou substituir uma outra já utilizada no discurso (emprego anafórico), ou para representar um participante na comunicação, um ser ou um objeto presentes no momento do enunciado (emprego dêitico)”. No seu uso anafórico, os pronomes costumam servir à substituição de nomes (ou de DPs), mas também à de adjetivos e à de sentenças, como nos exemplos dados abaixo:

- (1) Tu és [corajoso]_i? – Sim, eu [o]_i sou.
- (2) Vais [escrever à tua mãe]_i? – Pretendo fazê-**[Io]**_i.

(adaptado de DUBOIS et al., 2006, p. 489).

Neste trabalho, serão considerados somente os pronomes pessoais.²

Os **clíticos** (ou clíticos pronominais) constituem uma (sub)classe de palavras dentro do que a GT (Gramática Tradicional) chama de pronomes pessoais átonos (DUBOIS et al., 2006, p. 112-113), podendo apresentar formas diferentes de acordo com o caso que lhes é atribuído: acusativo, dativo, locativo, etc. Dessa forma, respeitando-se a Gramática Gerativa, clíticos podem ser os pronomes (ou clíticos pronominais) ou os anafóricos (que correspondem, na GT, aos pronomes reflexivos).

De acordo com Kanthack (2002, p. IX), clíticos “são elementos que, na maioria das vezes, correspondem a um argumento interno do verbo; porém, nas sentenças, eles não ocupam a posição de um verdadeiro argumento. Eles ocorrem, normalmente, adjacentes

² Para a GT, distinguem-se entre os pronomes os pessoais, os possessivos, os demonstrativos, os relativos, os indefinidos e os interrogativos.

a um verbo, o que os caracteriza como elemento nuclear”. Dessa forma, são aqui realizados testes para a caracterização da categoria dos clíticos, tendo por base o trabalho de Kanthack (2002). Para isso, são fornecidos dados nas quatro línguas, com o objetivo de demonstrar que os clíticos e os DPs (ou PPs) que exercem a função de complementos verbais são categorias que apresentam propriedades diferentes entre si, não podendo, principalmente, um clítico ocupar na sentença a mesma posição que um DP (ou PP) ocupa e vice-versa. Mostra-se, com isso, que os clíticos devem ser alojados, na arquitetura na sentença, em um núcleo próprio, dentro de IP (pois podem ser comparados a afixos verbais).

Para a realização dos testes, procurou-se, em princípio, utilizar dados obtidos a partir de obras publicadas (livros e artigos) para as quatro línguas mencionadas. Quando isso foi possível, as fontes foram referenciadas. Para os dados em que foi necessário realizar alguma alteração (como destaques ou inclusão de índices que não havia no original), incluiu-se “adaptado de” à esquerda da especificação da fonte (como já verificado nas sentenças em (1-2)).

No entanto, nem sempre os dados necessários puderam ser localizados nas fontes mencionadas acima. Nesse caso, o autor deste trabalho os criou, a partir do seu conhecimento sobre as línguas estudadas. Dessa forma, as sentenças que não têm a fonte indicada são de inteira responsabilidade do autor. No caso das sentenças em PB, uma vez que o autor é brasileiro, sua intuição foi considerada suficiente para o julgamento de (a)gramaticalidade das mesmas; em se tratando do italiano, do espanhol e do francês, uma vez que o autor não tem essas línguas como L1, as sentenças foram submetidas à avaliação de informantes que tinham cada uma das três línguas em questão como línguas maternas (para que uma avaliação mais confiável de (a)gramaticalidade fosse obtida). A orientação dada a esses informantes foi de sempre avaliar as sentenças com base na variedade padrão de cada língua.

2 A categoria dos clíticos

Os testes apresentados a seguir têm como objetivo justificar a inclusão dos clíticos em uma categoria diferente da dos argumentos internos dos verbos com os quais eles ocorrem.

2.1 Os testes para a análise da categoria dos clíticos

Kanthack (2002, p. 6-21), tendo por base vários autores, dentre eles Kayne (1975), Zwicky (1977), Cardinaletti e Starke (1994) e Silveira (1997)³, realiza uma série de testes que permitem chegar à conclusão de que:

- os clíticos não se comportam como DPs lexicais ou pronomes não-clíticos: não podem ocorrer em posições argumentais ou não-argumentais, nem ocorrer como item isolado ou coordenado, assim como também não podem receber acento contrastivo ou serem modificados (pelo uso conjunto com advérbios, por exemplo). Todas essas propriedades são, entretanto, legitimadas para os DPs lexicais ou para os pronomes não-clíticos;
- da mesma forma, os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos não se comportam como os clíticos: as posições que os clíticos podem ocupar na sentença não são as mesmas que os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos podem ocupar.

A seguir serão realizados, para as quatro línguas envolvidas neste trabalho, os mesmos testes que Kanthack (2002) realizou para o PB.

2.1.1 Os clíticos não se comportam como DPs lexicais ou pronomes não-clíticos

Nas seções a seguir será verificado que sentenças gramaticais com o uso de DPs lexicais e pronomes não-clíticos se tornam agramaticais se forem colocados, nas mesmas posições em que estes DPs e pronomes ocorrem, clíticos que possam corresponder a esses elementos.

2.1.1.1 Um clítico não ocorre em posição argumental

Mesmo correspondendo a um argumento interno de um verbo, os clíticos não podem ocorrer em uma posição-A, como revelam as sentenças em (3-6). Nestes grupos, as sentenças (a) têm na posição de argumento interno um DP lexical, as (b), um pronome tônico e as (c), um clítico:

³ As referências bibliográficas completas destas quatro obras podem ser obtidas em Kanthack (2002).

- (3) a. O João visita sempre **a Maria**.
b. O João visita sempre **ela**.
c. *O João visita sempre **a**.
- (4)_I⁴ a. Gianni vede spesso **Maria**.
G. vê(P3) frequentemente M.
“O G. vê frequentemente a M.”
b. Gianni vede spesso **lei**.
G. vê(P3) frequentemente ela
“O G. vê frequentemente ela.”
c. *Gianni vede spesso **la**.
G. vê(P3) frequentemente a(cl.acc.)
“*O G. vê frequentemente a.”
- (5)_E a. Juan la encuentra siempre **a María**.
J. a(cl.acc.) encontra(P3) sempre a(prepar.) M.
“O J. encontra sempre a M.”
b. Juan la encuentra siempre **a ella**.
J. a(cl.acc.) encontra(P3) sempre a(prepar.) ela
“O J. encontra sempre ela.”
c. *Juan la encuentra siempre **la**.
J. a(cl.acc.) encontra(P3) sempre a(cl.acc.)
“*O J. encontra sempre a.”

⁴ Já que haverá exemplos de várias línguas neste trabalho, na indicação de número desses exemplos será usado um índice para identificar a língua em questão, sendo:

I – para o italiano;

E – para o espanhol;

F – para o francês;

PE – para o português europeu.

Quando não houver índice, a língua será o PB.

Para a glosa das sentenças em línguas que não o português, serão indicadas entre parênteses as classes gramaticais de algumas palavras (para clíticos e pronomes não-clíticos, também o caso), o gênero (quando não coincidir com o gênero em PB) e, para os verbos finitos, a pessoa gramatical (de P1 a P6). No caso dos nomes próprios (excetuando-se nomes de lugares), para evitar traduções, serão usadas somente suas iniciais nas glosas e nas sentenças equivalentes em português.

A tradução dessas sentenças será apresentada tendo como base o PB padrão.

A agramaticalidade será indicada pelo uso de asterisco (*) diante da sentença; dúvidas no julgamento de gramaticalidade serão indicadas com os sinais ? ou ??.

(6)_F a. Jean voit quelquefois **Marie**.

J. vê(P3) às-vezes M.

“O J. às vezes vê a M.”

b. Jean voit quelquefois **elle**.

J. vê(P3) às-vezes ela

“O J. às vezes vê ela.”

c. *Jean voit quelquefois **la**.

J. vê(P3) às-vezes a(cl.acc.)

“*O J. às vezes vê a.”

Como é possível ver nos quatro conjuntos de sentenças acima, em que são usados advérbios para separar o verbo dos elementos destacados⁵, um DP e um pronome tônico ocupam a posição de argumentos internos dos verbos em sentenças gramaticais (sentenças (a, b), respectivamente), o mesmo não acontecendo com o clítico acusativo. Dessa forma, todas as três sentenças (c) são agramaticais.

Considerando agora como argumentos internos um PP, as sentenças em (7-10) mostram o que ocorre com os complementos das preposições:

(7) a. O João dá uma bala sempre pra **Maria**.

b. O João dá uma bala sempre pra **ela**.

c. *O João dá uma bala sempre pra **lhe**.

d. O João dá uma bala sempre pra **mim**.

e. *O João dá uma bala sempre pra **me**.

(8)_I a. Gianni dà una caramella sempre a **Maria**.

G. dá(P3) uma bala sempre a(prepos.) M.

“O G. dá uma bala sempre à M.”

b. Gianni dà una caramella sempre a **lei**.

c. *Gianni dà una caramella sempre a **le**.

d. Gianni dà una caramella sempre a **me**.

e. *Gianni dà una caramella sempre a **mi**.

⁵Tal teste costuma ser usado na literatura da área para demarcar a fronteira entre VP e IP na derivação das sentenças. A posição à direita do advérbio é uma posição mais baixa na derivação, correspondendo a uma posição temática.

- (9)_E a. Juan le da un caramelo siempre a **María**.
J. lhe(cl.dat.) dá(P3) um bala(masc.) sempre a(prepos.) M.
“O J. dá uma bala sempre à M.”
- b. Juan le da un caramelo siempre a **ella**.
c. *Juan le da un caramelo siempre a **le**.
d. Juan me da un caramelo siempre a **mí**.
e. *Juan me da un caramelo siempre a **me**.
- (10)_{Fa} Jean donne un bonbon toujours à **Marie**.
J. dá(P3) um bala(masc.) sempre a(prepos.) M.
“O J. dá uma bala sempre à M.”
- b. Jean donne un bonbon toujours à **elle**.
c. *Jean donne un bonbon toujours à **lui**.⁶
d. Jean donne un bonbon toujours à **moi**.
e. *Jean donne un bonbon toujours à **me**.

As sentenças em (7-10) permitem verificar que, como complementos de preposições, somente são licenciados os DPs lexicais (sentenças (a)) e os pronomes tônicos (e, consequentemente, não-clíticos, sentenças (b, d)). Nas sentenças (b) se encontram os pronomes tônicos de terceira pessoa singular e, nas (d), de primeira. Os clíticos (no caso, dativos, posicionados após uma preposição) não podem ocorrer nessa posição, como as sentenças (c, e) mostram em todas as quatro línguas.

2.1.1.2 Um clítico não ocorre em posição não-argumental

Será admitido para esse teste que os elementos topicalizados⁷ nas sentenças ocupam uma posição não-A, assim como fez Kanthack (2002, p. 9):

⁶ Em francês há também o pronome tônico *lui* (não-clítico), que corresponde a “ele” e faz com que a sentença seja gramatical. No entanto, aqui está sendo considerado o clítico dativo, que tem a mesma forma que aquele, o que justifica a agramaticalidade.

⁷ Um constituinte topicalizado constitui uma informação claramente compartilhada pelos interlocutores da situação de comunicação. O tópico, em termos prosódicos, é marcado por uma pausa entre o elemento topicalizado e seu comentário, o que geralmente é representado graficamente pela vírgula. Dessa forma, o termo topicalizado recebe um destaque na sentença:

(i) a. Você tem visto o Alex?

- (11) a. **A Maria**, o João encontra sempre na escola.
b. **Ela**, o João encontra sempre na escola.
c. ***A**, o João encontra sempre na escola.
- (12)_I a. **Maria**, Gianni la vede spesso.
M. G. a(cl.acc.) vê(P3) frequentemente
“A M., o G. a vê frequentemente.”
b. **Lei**, Gianni la vede spesso.
c. ***La**, Gianni la vede spesso.
- (13)_{Ea} a. **A María**, Juan la encuentra siempre.
a(prepos.) M. J. a(cl.acc.) encontra(P3) sempre
“A M., o J. a encontra sempre.”
b. **A ella**, Juan la encuentra siempre.
c. ***La**, Juan la encuentra siempre.
- (14)_{Fa} a. **Marie**, Jean la voit quelquefois.
M. J. a(cl.acc.) vê(P3) às-vezes
“A M., o J. às vezes a vê.”
b. **Elle**, Jean la voit quelquefois.
c. ***La**, Jean la voit quelquefois.

Mais uma vez, como indicado pelas sentenças agramaticais (c) de (11-14), o clítico não pode ocupar uma posição de tópico, ao contrário dos DPs lexicais (sentenças (a)) e dos pronomes tônicos (sentenças (b)); ou seja, os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos podem ocupar posições não argumentais, ao contrário dos clíticos.

2.1.1.3 *Um clítico não pode ocorrer como um item isolado*

Como uma resposta curta a uma pergunta, por exemplo, os DPs e os pronomes tônicos podem ser usados (como nas sentenças (a) e (b), respectivamente, de (15-18)),

b. [_{Top} O Alex], eu encontrei com ele na festa ontem.

porém não os clíticos. Isso porque eles não podem ser foco de informação⁸, como atestam as sentenças (c) dos quatro grupos:

- (15) a. Quem você viu na festa? **O João**.
b. Quem você viu na festa? **Ele**. / **Você**.
c. Quem você viu na festa ? ***O**. / ***Te**.

- (16)_I a. Chi hai visto? **Gianni**.
quem tens(P2) visto / G.
“Quem você viu?” “O G.”
b. Chi hai visto? **Lui**. / **Te**.
c. Chi hai visto? ***Lo**. / ***Ti**.

- (17)_{Ea}. ¿A quién viste? **A Juan**.
a(prepar.) quem viste(P2) / a(prepar.) J.
“Quem você viu?” “O J.”
b. ¿A quién viste? **A él**. / **A ti**.
c. ¿A quién viste? ***Lo(*Le)**. / ***Te**.

- (18)_{Fa}. Qui as-tu vu ? **Jean**.
quem tens(P2)-tu visto / J.
“Quem você viu?” “O J.”
b. Qui as-tu vu ? **Lui**. / **Toi**.
c. Qui as-tu vu ? ***Le**. / ***Te**.

⁸ Pode-se considerar que uma parte do enunciado (um sintagma, um constituinte lexical, uma sílaba, um grupo entoacional ou parte dele) se encontra focalizado se a informação que ele fornece não está pressuposta no contexto de comunicação em que tal enunciado se encontra. Um exemplo de par pergunta-resposta, em que se verifica focalização na resposta, é apresentado a seguir:

- (i) a. Quem a Maria beijou?
b. A Maria beijou [_{Foc} o Alex].

Como se nota em (i), é o contexto que possibilita a identificação do foco em uma sentença (a partir do emprego do operador interrogativo “quem” em (ia)). Em termos de prosódia, o foco será marcado por algum tipo de acentuação.

Uma vez que o foco, de modo geral, veicula informação não pressuposta no contexto, atribuindo um valor a uma variável geralmente ligada a um operador interrogativo, a parte do enunciado (ou do contexto) que é dada como pressuposta pelos interlocutores é, justamente, a pressuposição. Em (i), pode-se dizer que a pressuposição é “A Maria beijou alguém.”

Nos quatro grupos acima, as respostas nas sentenças (b) contêm pronomes tônicos (não-clíticos) de terceira e de segunda pessoas do singular (P3 e P2); as respostas (c), clíticos nas mesmas pessoas.

2.1.1.4 *Um clítico não pode ser coordenado*

Os grupos (19-22) revelam que o clítico não pode ser coordenado com um DP lexical (sentenças (a)), com um pronome não-clítico (sentenças (b)) ou com outro clítico (sentenças (c)). Ao contrário, pode haver naturalmente coordenação entre dois DPs (sentenças (d)), entre dois pronomes não-clíticos (sentenças (e)) ou entre um DP e um pronome não-clítico (sentenças (f)):

(19) a. *O Pedro emprestou-**me** e **para a Maria** o livro.

b. *O Pedro emprestou-**me** e **para ela** o livro.

c. *O Pedro **me** e **lhe** emprestou o livro.

d. O Pedro emprestou o livro para **o João e a Maria**.

e. O Pedro emprestou o livro para **ele e ela**.⁹

f. O Pedro emprestou o livro para **o João e ela**.

(20)_I a. *Gianni **mi** ha prestato il libro e **a Maria**.

G. me(cl.dat.) tem(P3) emprestado o(art.) livro e a(prepos.) M.

“O G. me emprestou o livro e para a M.”

b. *Gianni **mi** ha prestato il libro e **a lei**.

c. *Gianni **mi** e **le** ha prestato il libro.

d. Gianni ha prestato il libro **a Maria e a Pietro**.

e. Gianni ha prestato il libro **a lei e a lui**.

f. Gianni ha prestato il libro **a Maria e a lui**.

⁹ Há em PB, no entanto, uma assimetria entre os pronomes de terceira pessoa (P3 e P6) e os demais, uma vez que uma sentença como (i) teria sua aceitabilidade no mínimo duvidosa:

(i) ?O Pedro emprestou o livro para eu e (para) ela.

Hantack (2002, p. 114) propõe essa assimetria também para os clíticos (para detalhes, consultar a referida obra).

- (21)_{EA}. *Juan **me** prestó el libro y **a María**.
J. me(cl.dat.) emprestou(P3) o(art.) livro e a(preop.) M.
“O J. me emprestou o livro e para a M.”
- b. *Juan **me** prestó el libro y **a ella**.
c. *Juan **me y le** prestó el libro.
d. Juan les prestó el libro **a María y a Pedro**.
J. lhes(cl.dat.) emprestou(P3) o(art.) livro a(preop.) M. e a(preop.) P.
“O J. emprestou o livro para a M. e para o P.”
- e. Juan les prestó el libro **a ella y a él**.
f. Juan les prestó el libro **a María y a él**.
- (22)_{FA}. *Jean **m'a** prété le livre et **à Marie**.
J. me(cl.dat.) tem(P3) emprestado o(art.) livro e a(preop.) M.
“O J. me emprestou o livro e à M.”
- b. *Jean **m'a** prété le livre et **à elle**.
c. *Jean **me** et **lui** a prété le livre.
d. Jean a prété le livre **à Marie et à Pierre**.
e. Jean a prété le livre **à elle et à lui**.
f. Jean a prété le livre **à Marie et à lui**.

2.1.1.5 *Um clítico não pode receber acento contrastivo*

Um clítico não pode veicular foco contrastivo, recebendo, assim, acento. Isso é exemplificado nas sentenças (a, b) de (23-26). Ao contrário, os DPs e os pronomes não-clíticos podem ser acentuados, como nas sentenças (c, d, e, f) destes grupos (o uso das maiúsculas indica a acentuação ou focalização contrastiva):

- (23) a. *O João **ME** emprestou o livro, e não **TE** emprestou.
b. *O João **ME** viu, e não **O** viu.
c. O João emprestou o livro para **MIM**, e não para **ELE**.
d. O João emprestou o livro para **A MARIA**, e não para **O PEDRO**.
e. O João viu a **MIM**, e não **VOCÊS**.
f. O João viu **A MARIA**, e não **O PEDRO**.

- (24)_I a. *Gianni **MI** ha prestato il libro, e non **GLIEL**'ha prestato.
G. me(cl.dat.) tem(P3) emprestado o(art.) livro e não lhe(cl.dat.)-
o(cl.acc.)-tem(P3) emprestado
“*O G. ME emprestou o livro, e não LHE emprestou.”
- b. *Gianni **MI** ha visto, e non **LA** ha vista.
G. me(cl.acc.) tem(P3) visto e não a(cl.acc.) tem(P3) vista
“*O G. ME viu, e não A viu.”
- c. Gianni ha prestato il libro **A ME**, e non **A LEI**.
- d. Gianni ha prestato il libro **A MARIA**, e non **A PIETRO**.
- e. Gianni ha visto **ME**, e non **LEI**.
- f. Gianni ha visto **MARIA** e non **PIETRO**.
- (25)_Ea. *Juan **ME** prestó el libro, y no **SE LO** prestó.
J. me(cl.dat.) emprestou(P3) o(art.) livro e não lhe(cl.dat.) o(cl.acc.) em-
prestou(P3)
“*O J. ME emprestou o livro, e não LHE emprestou.”
- b. *Juan **ME** vio, y no **LA** vio.
J. me(cl.acc.) viu(P3) e não a(cl.acc.) viu(P3)
“*O J. ME viu, e não A viu.”
- c. Juan me prestó el libro **A MÍ**, y no **A ELLA**.
- d. Juan le prestó el libro **A MARÍA**, y no **A PEDRO**.
- e. Juan me vio **A MÍ**, y no **A ELLA**.
- f. Juan la vio **A MARÍA**, y no **A PEDRO**.
- (26)_Fa. *Jean **M'**a prété le livre, et ne **LE LUI** a pas prété.
J. me(cl.dat.)-tem(P3) emprestado o(art.) livro e não o(cl.acc.) lhe(cl.dat.)
tem(P3) não emprestado
“*O J. ME emprestou o livro, e não LHE emprestou.”
- b. *Jean **M'**a vu, et ne **L'**a pas vue.
J. me(cl.acc.)-tem(P3) visto e não a(cl.acc.)-tem(P3) não vista
“*O J. ME viu, e não A viu.”
- c. Jean a prété le livre **À MOI**, et pas **À ELLE**.
- d. Jean a prété le livre **À MARIE**, et pas **À PIERRE**.
- e. Jean a vu **MOI**, et pas **ELLE**.
- f. Jean a vu **MARIE**, et pas **PIERRE**.

Em (23-26) foram empregados os clíticos dativos (ou combinados/contraídos) nas sentenças (a) e os acusativos nas sentenças (b).

Como Kanthack (2002, p. 11) menciona, para alguns falantes de PB uma sentença como (23a) poderia ser considerada aceitável, ainda que esteja sendo assumido que o clítico não pode receber acento contrastivo. Entretanto, quando submetidas as sentenças (24-26) aos informantes nativos para as demais línguas, todos concordaram com a agramaticalidade quando era considerada a focalização no clítico.

2.1.1.6 *Um clítico não pode ser modificado*

Os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos podem ser modificados por advérbios associados ao foco, como “somente” e “também” (como é possível verificar nas sentenças (a, b, d, e) de (27-30)), o que não acontece com os clíticos (sentenças (c, f)):

- (27) a. O João viu somente **o Pedro**.
b. O João viu somente **ele**.
c. *O João viu somente **o**.
d. O João levou à festa também **a Maria**.
e. O João levou à festa também **ela**.
f. *O João levou à festa também **a**.
- (28)_I a. Gianni ha visto soltanto **Pietro**.
G. tem(P3) visto somente P.
“O G. viu somente o P.”
b. Gianni ha visto soltanto **lui**.
c. *Gianni ha visto soltanto **lo**.
d. Gianni ha portato alla festa anche **Maria**.
G. tem(P3) levado a(pre.)-a(art.) festa também M.
“O G. levou para a festa a M. também.”
e. Gianni ha portato alla festa anche **lei**.
f. *Gianni ha portato alla festa anche **la**.

(29)_{Ea}. Juan vio solo **a Pedro**.

J. viu(P3) somente a(prepar.) P.

“O J. viu só o P.”

b. Juan vio solo **a él**.

c. *Juan vio solo **lo**.

d. Juan llevó a la fiesta también **a María**.

J. levou(P3) a(prepar.) a(art.) festa também a(prepar.) M.

“O J. levou para a festa a M. também.”

e. Juan llevó a la fiesta también **a ella**.

f. *Juan llevó a la fiesta también **la**.

(30)_{Fa}. Jean a vu seulement **Pierre**.

J. tem(P3) visto somente P.

“O J. viu só o P.”

b. Jean a vu seulement **lui**.

c. *Jean a vu seulement **le**.

d. Jean a amené à la fête **Marie** aussi.

J. levou(P3) a(prepar.) a(art.) festa M. também

“O J. levou para a festa a M. também.”

e. Jean a amené à la fête **elle** aussi.

f. *Jean a amené à la fête **la** aussi.

Aqui se concluem os testes que mostram que os clíticos não compartilham as propriedades que os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos possuem. Na seção seguinte, será realizado o contrário: serão analisadas as posições que os clíticos podem ocupar na sentença e para as quais os DPs e os pronomes não clíticos não são licenciados.

2.1.2 Os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos não se comportam como os clíticos

A seguir poderá ser verificado que as propriedades atribuídas aos clíticos não são verificadas para os DPs lexicais e pronomes não-clíticos que possam corresponder aos clíticos em questão.

2.1.2.1 *A posição de um clítico objeto antes do verbo finito é imprópria para um DP lexical (ou PP) ou para um pronome não-clítico*

Conforme é possível ver em (31-34), somente o clítico é licenciado na posição pré-verbal, de tal forma que somente as sentenças (a, d) são gramaticais nas línguas analisadas:

- (31) a. O Pedro **a** beijou na festa.
b. *O Pedro **a Maria** beijou na festa.
c. *O Pedro **ela** beijou na festa.
d. O Pedro **lhe** emprestou o livro.
e. *O Pedro **à Maria** emprestou o livro.
f. *O Pedro **a ela** emprestou o livro.
- (32)_I a. Gianni **l'**ha incontrata per strada.
G. a(cl.acc.)-tem(P3) encontrada por(prepar.) rua
“O G. a encontrou na rua.”
b. *Gianni **Maria** ha incontrato per strada.
c. *Gianni **lei** ha incontrato per strada.
d. Gianni **le** ha prestato il libro.
G. lhe(cl.dat.) tem(P3) emprestado o(art.) livro
“O G. lhe emprestou o livro.”
e. *Gianni **a Maria** ha prestato il libro.
f. *Gianni **a lei** ha prestato il libro.
- (33)_Ea. Juan **la** vio por la calle.
J. a(cl.acc.) viu(P3) por(prepar.) a(art.) rua
“O J. a viu na rua.”
b. *Juan **a María** vio por la calle.
c. *Juan **a ella** vio por la calle.
d. Juan **le** prestó el libro.
J. lhe(cl.dat.) emprestou(P3) o(art.) livro
“O J. lhe emprestou o livro.”
e. *Juan **a María** prestó el libro.
f. *Juan **a ella** prestó el libro.

- (34)_{Fa}. Jean **l'**a trouvée dans la rue.
J. a(cl.acc.)-tem(P3) encontrada dentro a(art.) rua
“O J. a encontrou na rua.”
- b. *Jean **Marie** a trouvée dans la rue.
c. *Jean **elle** a trouvée dans la rue.
d. Jean **lui** a prêté le livre.
J. lhe(cl.dat.) tem(P3) emprestado o(art.) livro
“O J. lhe emprestou o livro.”
- e. *Jean **à Marie** a prêté le livre.
f. *Jean **à elle** a prêté le livre.

Nos quatro grupos acima, nas sentenças (a, b, c) foram considerados clíticos, DPs/PPs e pronomes não-clíticos na função de objeto direto e, nas sentenças (d, e, f), na função de objeto indireto.

2.1.2.2 *A posição intermediária de um grupo verbal ocupada pelo clítico também é imprópria para um DP lexical ou um pronome não-clítico*

Esta é uma propriedade que não pode ser verificada de maneira uniforme em todas as línguas aqui analisadas, uma vez que em algumas delas o clítico não é licenciado na posição intermediária do grupo verbal. Assim sendo, inicialmente serão apresentados nos grupos de sentenças (35-37) os exemplos para o PB:

- (35) a. O Pedro está **me** incomodando muito.
b. *O Pedro está **a Maria** incomodando muito.
c. *O Pedro está **ela** incomodando muito.
- (36) a. O teu irmão deverá **me** visitar no mês que vem.
b. *O teu irmão deverá **a Maria** visitar no mês que vem.
c. *O teu irmão deverá **ela** visitar no mês que vem.

- (37) a. O João tinha **me** visto na festa.
b. *O João tinha **a Maria** visto na festa.
c. *O João tinha **ela** visto na festa.

Ao realizar esse teste, Kanthack (2002, p. 14) conclui que somente o clítico pode ocupar a posição intermediária em uma perífrase verbal, ou seja, estar diante do gerúndio (35a), do infinitivo (36a) ou do particípio (37a) nas construções com dois verbos (e estar acoplado a essas formas verbais). Os DPs lexicais (sentenças (b) de (35-37)) e os pronomes não-clíticos (sentenças (c)) não são licenciados nessas posições.

Esse teste não pode ser realizado em italiano e em espanhol porque, nessas línguas, o clítico somente pode ocupar as posições após o segundo verbo ou, às vezes, diante do primeiro (em casos de sequências verbais em que o primeiro verbo é funcional, possibilitando assim o alçamento do clítico¹⁰). Isso pode ser verificado nas sentenças em (38-43):

- (38)_I a Gianni **le** sta dicendo la verità.
G. lhe(cl.dat.) está(P3) dizendo a(art.) verdade
“O G. está lhe dizendo a verdade.”
b. *Gianni sta **le** dicendo la verità.
c. Gianni sta dicend**ole** la verità.
(39)_I a Gianni **la** può visitare quando vuole.
G. a(cl.acc.) pode(P3) visitar quando quer(P3)
“O G. pode visitá-la quando quiser.”
b. *Gianni può **la** visitare quando vuole.
c. Gianni può visitar**la** quando vuole.

¹⁰ O alçamento do clítico é, para efeitos deste trabalho, o principal fenômeno de transparência que indica a aplicação da regra de reestruturação. O fenômeno da reestruturação é verificado em sequências verbais em que o segundo verbo (o mais encaixado) é infinitivo e o verbo matriz é um verbo funcional, geralmente um verbo modal, aspectual ou de movimento. Dessa forma, tem-se na sentença não uma estrutura bifrasal, mas sim monofrasal, constituindo um único domínio. No alçamento do clítico, esse elemento pode “subir” da sua posição acoplado ao verbo mais encaixado para a posição na qual se acopla ao verbo matriz. Entretanto, tal fenômeno não é verificado em todas as línguas, como ocorre no francês, que não apresenta alçamento do clítico (e o PB tem perdido essa característica). Mais detalhes sobre a reestruturação sentencial podem ser obtidos em Cinque (2006).

- (40)_Ia Gianni **I'**aveva incontrata alla festa.
G. a(cl.acc.) tinha(P3) encontrada a(prepar.)-a(art.) festa
“O G. a tinha encontrado na festa.”
b. *Gianni aveva **I'**incontrata alla festa.
c. *Gianni aveva incontrata**la** alla festa.
- (41)_Ea. Juan **le** está diciendo la verdad.
J. lhe(cl.dat.) está(P3) dizendo a(art.) verdade
“O J. está lhe dizendo a verdade.”
b. *Juan está **le** diciendo la verdad.
c. Juan está diciénd**ole** la verdad.
- (42)_Ea. Juan **la** puede visitar cuando quiera.
J. a(cl.acc.) pode(P3) visitar quando quiser(P3)
“O J. pode visitá-la quando quiser.”
b. *Juan puede **la** visitar cuando quiera.
c. Juan puede visitar**la** cuando quiera.
- (43)_Ea. Juan **la** había encontrado en la fiesta.
J. a(cl.acc.) tinha(P3) encontrado em a(art.) festa
“O J. a tinha encontrado na festa.”
b. *Juan había **la** encontrado en la fiesta.
c. *Juan había encontrá**ola** en la fiesta.

Como é possível concluir pela observação das sentenças nos seis grupos acima, nem o italiano nem o espanhol licenciam o clítico entre os verbos (dada a agramaticalidade de todas as sentenças (b) nesses grupos). Nas duas línguas, o clítico pode assumir a posição antes do primeiro verbo (sentenças (a)), mas a posição após o segundo verbo é licenciada somente se esse verbo estiver no gerúndio (sentenças (38c, 41c)) ou no infinitivo (sentenças (39c, 42c)).

Em francês não é possível a construção perifrástica com gerúndio, como acontece em português, em italiano e em espanhol. Assim, o teste da posição do clítico entre um verbo finito e um gerúndio não pode ser realizado em francês (já que esta construção não existe nessa língua). Em (44, 45) são apresentados os testes para sentenças com construções verbais envolvendo infinitivo e particípio passado em francês:

(44)_{FA} *Jean **la** peut visiter quand il le voudra.

J. a(cl.acc.) pode(P3) visitar quando ele(nom.) o(cl.acc.) quererá(P3)

“O J. pode visitá-la quando ele quiser.”

b. Jean peut **la** visiter quand il le voudra.

c. *Jean peut visiter **la** quand il le voudra.

(45)_{FA} Jean **l'**avait rencontrée à la fête.

J. a(cl.acc.) tinha(P3) encontrada a(prepos.) a(art.) festa

“O J. a tinha encontrado na festa.”

b. *Jean avait **la** rencontrée à la fête.

c. *Jean avait rencontrée **la** à la fête.

Dessa forma, em francês, o clítico somente pode se encontrar entre dois verbos quando houver um verbo finito e um infinitivo (como em (44b)) e somente diante do primeiro verbo quando se tratar de um verbo auxiliar e um particípio passado (como em (45a)).

Sendo o francês, assim como o PB, uma língua que licencia clíticos entre verbos, o teste descrito no título desta seção (2.1.2.2) pode ser aplicado nessa língua:

(46)_{FA} Jean peut **la** visiter quand il le voudra.

J. pode(P3) a(cl.acc.) visitar quando ele(nom.) o(cl.acc.) quererá(P3)

“O J. pode visitá-la quando ele quiser.”

b. *Jean peut **Marie** visiter quand il le voudra.

c. *Jean peut **elle** visiter quand il le voudra.

Como é possível verificar, o teste em francês confirma o resultado previsto: somente um clítico pode ocupar a posição entre verbos, dada a gramaticalidade de (46a) e a agramaticalidade de (46b, c).

Apesar das assimetrias notadas acima no que se refere ao posicionamento do clítico em relação a sentenças contendo sequências verbais nas línguas analisadas, é possível concluir o seguinte: se algum elemento for licenciado em uma posição intermediária (entre verbos) em uma língua, em um determinado contexto, somente o clítico poderá ser esse elemento; DPs lexicais e pronomes não-clíticos não poderão ocorrer entre verbos.

2.1.2.3 *A posição pós-verbal de um clítico é diferente da posição de um DP lexical ou de um pronome não-clítico*

Essa é uma propriedade que não pode ser verificada tão facilmente em algumas línguas como o é em português, pois, naquelas, dependendo da situação, o clítico não é licenciado após o verbo (em ênclise, à direita do verbo). Assim sendo, são apresentados em (47) exemplos no PB, baseados em Kanthack (2002, p. 15):

- (47) a. ?A Joana quer abraçar-**me** sempre.
a'. *A Joana quer abraçar sempre **me**.
b. A Joana quer abraçar **o João** sempre.
b'. A Joana quer abraçar sempre **o João**.
c. A Joana quer abraçar **ele** sempre.
c'. A Joana quer abraçar sempre **ELE** (e não aquele outro).

Com o teste efetuado em sentenças com estrutura idêntica às de (47), Kanthack (2002, p. 15) conclui que, em posição pós-verbal em PB, o clítico deve sempre estar adjacente ao verbo, como comprova a agramaticalidade de (47a'), pois o clítico não pode se encontrar separado do verbo (no caso, pelo advérbio “sempre”). Já os DPs lexicais e os pronomes podem se encontrar adjacentes ao verbo ou separados dele por outros elementos (por exemplo, por um advérbio, como confirma a gramaticalidade de (47b, b', c, c')).

Nas demais línguas consideradas aqui, esse teste só pode ser realizado em determinadas condições, pois a ênclise é licenciada diferentemente em cada língua. Quando se tem somente um verbo finito (no indicativo ou no subjuntivo, em geral), em nenhuma das três línguas pode haver ênclise, sendo possível somente a próclise, como atestado em (48-50):

- (48)_I a Gianni **le** telefona tutti i giorni.
G. lhe(cl.dat.) telefona(P3) todos os(art.) dias
“O G. telefona para ela todos os dias.”
b. *Gianni telefona **le** tutti i giorni.
- (49)_{Ea} Juan **le** telefona todos los días.
J. lhe(cl.dat.) telefona(P3) todos os(art.) dias
“O J. telefona para ele(a) todos os dias.”
b. *Juan telefona **le** todos los días.
- (50)_{Fa} Jean **lui** téléphone tous les jours.
J. lhe(cl.dat.) telefona(P3) todos os(art.) dias
“O J. telefona para ele(a) todos os dias.”
b. *Jean téléphone **lui** tous les jours.

Dada a especificidade das línguas consideradas com relação ao licenciamento do clítico na posição pós-verbal, na sequência o teste será executado somente em italiano. Nessa língua, a ênclise só é possível:

1. quando há na sentença uma sequência verbal com dois verbos, sendo o segundo um gerúndio ou um infinitivo (como visto na seção anterior, em (38c, 39c, 40c));
2. quando o verbo da sentença se encontra no imperativo (afirmativo ou negativo), em algumas pessoas;
3. com as formas impessoais utilizadas sozinhas (infinitivo, gerúndio e participípio).

Sendo assim, as sentenças em (51-53) ilustram os testes para o italiano, nestas condições:

- (51)_I a. Gianni vuole veder**la** sempre.
G. quer(P3) ver-a(cl.acc.) sempre
“G. quer vê-la sempre.”
a'. *Gianni vuole vedere sempre **la**.
b. Gianni vuole vedere **Maria** sempre.
b'. Gianni vuole vedere sempre **Maria**.
c. ?Gianni vuole vedere **lei** sempre.
c'. Gianni vuole vedere sempre **lei**.
- (52)_I a. Ascolta**lo** sempre! / Non ascoltar**lo** mai!
escuta(P2)-o(cl.acc.) sempre / não escutes(P2)-o(cl.acc.) nunca
“Escuta-o sempre!” / “Não o escutes nunca!”
a'. *Ascolta sempre **lo**! / *Non ascoltare mai **lo**!
b. Ascolta **Gianni**, sempre! / Non ascoltare **Gianni**, mai!
b'. Ascolta sempre **Gianni**! / Non ascoltare mai **Gianni**!
c. Ascolta **lui**, sempre! / Non ascoltare **lui**, mai!
c'. Ascolta sempre **lui**! / Non ascoltare mai **lui**!
- (53)_I a. Gianni raccontava l'accaduto guardando**la** fissamente.
G. contava(P3) o(art.) acontecido olhando-a(cl.acc.) fixamente
“O G. estava contando a estória olhando-a fixamente.”
a'. *Gianni raccontava l'accaduto guardando fissamente **la**.
b. Gianni raccontava l'accaduto guardando **Maria** fissamente.
b'. Gianni raccontava l'accaduto guardando fissamente **Maria**.
c. Gianni raccontava l'accaduto guardando **lei** fissamente.
c'. Gianni raccontava l'accaduto guardando fissamente **lei**.

Como se pode ver em (51-53), os mesmos resultados que Kanthack (2002, p. 15) encontrou para o PB são verificados no italiano: na posição pós-verbal, somente o clítico não pode ser separado do verbo por outro elemento (no caso, por um advérbio), tendo que permanecer adjacente a esse verbo (como atestam a gramaticalidade das sentenças

(a) e a agramaticalidade das sentenças (a')). Para os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos, no entanto, há a possibilidade de ocorrerem separados do verbo por outro elemento sentencial, como mostram as sentenças (b, b', c, c').

Com base nos testes realizados anteriormente, é possível concluir que a posição que os clíticos ocupam é imprópria para os DPs lexicais e para os pronomes não-clíticos, assim como estes dois últimos ocupam posições impróprias para os clíticos. Na seção seguinte, ainda seguindo o que foi realizado por Kanthack (2002, p. 16-21), serão realizados outros testes, com o objetivo de comprovar que os clíticos apresentam comportamento nuclear.

2.1.3 O clítico é um núcleo

Com base em todos os testes executados nas seções anteriores, é possível concluir que, assim como assume Sportiche (1998), os clíticos são núcleos que necessitam de uma base verbal para se incorporar, conclusão a que Rizzi (2000, p. 108) também chega. Já os DPs lexicais e os pronomes não-clíticos são considerados projeções máximas, o que justifica a diferença de comportamento verificada entre eles e os clíticos.

A seguir serão realizados mais testes para confirmar o caráter de núcleo dos clíticos.

2.1.3.1 O clítico necessita de uma base verbal à qual possa se incorporar

Por ser um elemento átono, o clítico deve ocorrer adjacente a uma outra palavra. Mas essa palavra não pode ser de qualquer natureza. A seguir é apresentado o teste para o PB, considerando sentenças com um e com dois verbos (adaptado de KANTHACK, 2002, p. 17), as quais se encontram em (54, 55):

- (54) a. O meu pai **me** mandava flores.
b. *O meu pai-**me** mandava flores.
c. ?O meu pai mandava-**me** flores.
d. *O meu pai mandava **me** flores.
e. *O meu pai mandava flores-**me**.

- (55) a. O meu pai podia **me** mandar flores.
b. ?O meu pai podia mandar-**me** flores.
c. *O meu pai podia-**me** mandar flores.
d. ??O meu pai **me** podia mandar flores.
e. *O meu pai-**me** podia mandar flores.
f. *O meu pai podia mandar **me** flores.

Nas sentenças dos dois grupos acima, quando considerada a ênclise a um termo, emprega-se um hífen, o qual não é usado se está sendo considerada a próclise. Assim, Kanthack (2002, p. 17) chega à conclusão de que, em PB, os clíticos somente podem ocorrer adjacentes a um verbo, como constatado para o verbo *mandar* em (54a), em que se tem a próclise, e em (54c), onde há ênclise para esse mesmo verbo (não pode haver adjacência do clítico a um substantivo, como verificado pela agramaticalidade das sentenças (54b, d, e) em relação aos nomes *pai* e *flores*). Quando há dois verbos (uma sequência verbal), como em (55), a autora conclui que o clítico pode se colocar em ênclise ou em próclise em relação ao segundo verbo (sentenças (55a, b)) ou em próclise com relação ao primeiro (sentença (55d)), ainda que haja dúvidas quando à aceitabilidade de (55b, d) em PB (mas essas duas últimas sentenças são completamente aceitáveis em PE). Qualquer outra possibilidade é considerada agramatical em PB (como em (55c, e, f)).

As demais línguas consideradas aqui revelam especificidades no posicionamento do clítico em relação ao verbo, como já indicado nos testes realizados na Seção 2.1.2.¹¹ Em (56-58) é realizado o teste para essas línguas, considerando-se um único verbo finito nas sentenças:

- (56)_I a. Mia madre **mi** – dava dei baci.¹²
minha mãe me(cl.dat.) dava(P3) uns(part.) beijos
“A minha mãe me dava beijos.”

¹¹ Para mais detalhes acerca das especificidades de colocação dos clíticos nas línguas consideradas neste trabalho, consulte-se Oliveira (2016, p. 82-84).

¹² Nas sentenças gramaticais dos grupos (56-58), o traço maior e entre espaços (–) indica que o clítico não é escrito junto à base considerada. Por exemplo:

(i)_I Mia madre **mi** – **dava** dei baci. (56a) = Mia madre **mi dava** dei baci.

- b. *Mia madre-**mi** dava dei baci.
- c. *Mia madre dava **mi**-dei baci.
- d. *Mia madre dava dei-**mi** baci.
- e. *Mia madre dava dei **mi**-baci.
- f. *Mia madre dava dei baci-**mi**.

(57)_Ea. Mi madre **me** – daba besos.

minha mãe me(cl.dat.) dava(P3) beijos

“A minha mãe me dava beijos.”

- b. *Mi madre-**me** daba besos.
- c. *Mi madre daba **me**-besos.
- d. *Mi madre daba besos-**me**.

(58)_Fa. Ma mère **me** – donnait des bisous.

minha mãe me(cl.dat.) dava(P3) uns(part.) beijos

“A minha mãe me dava beijos.”

- b. *Ma mère-**me** donnait des bisous.
- c. *Ma mère donnait **me**-des bisous.
- d. *Ma mère donnait des-**me** bisous.
- e. *Ma mère donnait des **me**-bisous.
- f. *Ma mère donnait des bisous-**me**.

Os três grupos de sentenças acima revelam que, nas três línguas, o clítico somente pode ter por base um verbo, ao qual ele deve permanecer adjacente. Em italiano (sentenças em (56)) e em francês (sentenças em (58)) é possível notar que o clítico não pode ter por base nem um substantivo (sentenças (b, e, f)), nem o partitivo que pode ser usado diante desse termo (sentenças (c, d)). Em espanhol, por não haver partitivos, nas sentenças em (57) foi testado somente o substantivo como base, em (b, c, d), o que também levou a concluir que o substantivo não serve como base para o clítico.

Além de se incorporar somente a um verbo, o clítico não pode se encontrar separado deste, de forma que entre eles não pode haver outro elemento, como um advérbio, por exemplo. Esse é o próximo teste a ser realizado.

2.1.3.2 *Um advérbio não pode ocorrer entre o clítico e o verbo*

De acordo com Kanthack (2002, p. 18-19) e como indicado indiretamente acima (nos testes da Seção 2.1.2.3), não é possível que um advérbio se posicione entre o clítico e sua base verbal, à qual ele se encontra incorporado.

Na obtenção de exemplos para a realização desse teste, serão incluídos advérbios a sentenças gramaticais dos grupos (54-58). Isso porque nesses grupos já foram identificadas as bases verbais (em itálico em (59-62)) às quais os clíticos estão incorporados.

- (59) a. O meu pai sempre **me** *mandava* flores.
b. *O meu pai **me** sempre *mandava* flores.
c. O meu pai podia sempre **me** *mandar* flores.
d. *O meu pai podia **me** sempre *mandar* flores.
- (60)_I a. Mia madre **mi** *dava* sempre dei baci.
minha mãe me(cl.dat.) *dava*(P3) sempre uns(part.) beijos
“A minha mãe sempre me *dava* beijos.”
b. *Mia madre **mi** sempre *dava* dei baci.
c. Mia madre **mi** *voleva* sempre dare dei baci.
d. *Mia madre **mi** sempre *voleva* dare dei baci.
e. Mia madre *voleva* sempre *darmi* dei baci.
f. *Mia madre *voleva* *dare* sempre **mi** dei baci.
- (61)_E a. Mi madre siempre **me** *daba* besos.
minha mãe sempre me(cl.dat.) *dava*(P3) beijos
“A minha mãe sempre me *dava* beijos.”
b. *Mi madre **me** siempre *daba* besos.
c. Mi madre siempre **me** *quería* dar besos.
d. *Mi madre **me** siempre *quería* dar besos.
e. Mi madre siempre *quería* *darme* besos.
f. *Mi madre *quería* *dar* siempre **me** besos

- (62)_{Fa}. Ma mère **me** *donnait* toujours des bisous.
minha mãe me(cl.dat.) dava(P3) sempre uns(part.) beijos
“A minha mãe sempre me dava beijos.”
- b. *Ma mère **me** toujours *donnait* des bisous.
c. Ma mère voulait toujours **me** *donner* des bisous.
d. *Ma mère voulait **me** toujours *donner* des bisous.

As sentenças nos quatro grupos acima comprovam que o clítico não pode estar separado de sua base por um advérbio, pois está incorporado a essa base (um verbo). Sempre que essa separação acontece, a sentença se torna agramatical, como indicado nas sentenças (b, d, f) desses grupos.

Continuando os testes para a confirmação do caráter nuclear do clítico, na próxima seção será considerada a impossibilidade de o clítico se posicionar à esquerda de uma negação sentencial.

2.1.3.3 O clítico não pode ser linearizado à esquerda de uma negação sentencial

Mioto (1992, p. 68ss.) afirma que o *não* é um núcleo que está sempre adjacente a um verbo. Somente um elemento de natureza nuclear pode se posicionar entre o verbo e a negação, sendo esta o núcleo mais à esquerda do complexo. Dessa forma, admitindo o caráter nuclear do clítico, este não pode “pular” a negação e se posicionar à esquerda dela. Kanthack (2002, p. 19) menciona que esse argumento é construído a partir do alçamento do clítico, no qual o clítico se move de uma sentença para outra mais alta, como no exemplo fornecido pela autora em (63):

- (63) a. A Maria podia **te** ajudar nos trabalhos da escola.
b. ??A Maria **te** podia ajudar nos trabalhos da escola.
(KANTHACK, 2002, p. 19)

Com a presença da negação no verbo mais encaixado, o clítico não poderia pular essa negação, como a autora exemplifica em (64):

- (64) a. A Maria podia não **te** ajudar nos trabalhos da escola.
b. *A Maria **te** podia não ajudar nos trabalhos da escola.

(KANTHACK, 2002, p. 20)

A presença da negação no verbo mais encaixado (como em (64)) comprova que aí se tem um domínio ao qual o primeiro verbo da sequência verbal não pertence, o que invalida também o alçamento do clítico indicado em (64b).

A execução desse teste nas demais línguas é apresentada em (65-67). Nesses grupos, as sentenças (a, b) são construídas com a negação no verbo mais alto, mas as (b) apresentam alçamento do clítico; as (c, d) apresentam a negação no verbo mais encaixado, sendo que as (d) apresentam o movimento do clítico por sobre a negação.

- (65)_I a. Mia sorella non poteva aiutarmi.
minha irmã não podia(P3) ajudar-me(cl.acc.)
“A minha irmã não podia me ajudar.”
b. Mia sorella non **mi** poteva aiutare.
c. *Mia sorella poteva non aiutarmi.
d. *Mia sorella **mi** poteva non aiutare.

- (66)_{Ea}. Mi hermana no podía ayudarme.
minha irmã não podia(P3) ajudar-me(cl.acc.)
“A minha irmã não podia me ajudar.”
b. Mi hermana no **me** podía ayudar.
c. *Mi hermana podía no ayudarme.
d. *Mi hermana **me** podía no ayudar.

- (67)_{Fa}. Ma sœur ne pouvait pas **m'**aider.
minha irmã não podia(P3) não me(cl.acc.) ajudar
“A minha irmã não podia me ajudar.”
b. *Ma sœur ne **me** pouvait pas aider.
c. *Ma sœur pouvait ne pas **m'**aider.
d. *Ma sœur pouvait **me** ne pas aider.

Em (65, 66), as sentenças (a, b) são gramaticais pois o italiano e o espanhol apresentam o fenômeno de alçamento do clítico, e nessas línguas o clítico não se eleva acima da negação. (67b) é agramatical porque o francês não apresenta este fenômeno. Nos três grupos, todas as sentenças (c, d) são agramaticais, o que confirma os fatos de o clítico não poder se alçar por sobre a negação (sentenças (d)) e de a negação não poder se localizar no segundo verbo (sentenças (c)). Além disso, a comparação das sentenças (c) com (64a) revela mais uma assimetria do PB com relação às demais línguas analisadas aqui, pois, como dito anteriormente, em PB é possível a negação no segundo verbo da sequência verbal.

Finalmente, para esse teste, Kanthack (2002, p. 20-21) menciona que o advérbio, por ser um elemento de natureza diferente em relação à negação e ao clítico, não pode quebrar a adjacência entre os núcleos negação-clítico-verbo. Dessa maneira, resta comprovar que o advérbio não pode se posicionar entre a negação e o clítico (uma vez que já foi comprovado nas seções anteriores que o advérbio não pode se interpor entre o clítico e o verbo). O exemplo dado pela autora é o indicado em (68):

- (68) a. *A Maria não sempre **te** podia ajudar nos trabalhos da escola.¹³
b. ??A Maria sempre não **te** podia ajudar nos trabalhos da escola.

(KANTHACK, 2002, p. 20)

¹³ No entanto, a substituição de “não” por “nem” em (68a) faria a sentença ser mais aceitável em PB: “?A Maria nem sempre te podia ajudar nos trabalhos da escola.” Isso indica que o “nem” não tem o mesmo valor de negação que o “não”.

Para as demais línguas, esse teste é apresentado em (69-71), sendo que as sentenças (a) de (69, 70) possuem a negação e o clítico no verbo mais alto; em (71a) somente a negação está no verbo mais alto, pois o clítico não é licenciado diante do primeiro verbo em francês, uma vez que nessa língua não se tem alçamento do clítico.

- (69)_I a. Mia sorella non **mi** voleva aiutare volentieri.
minha irmã não me(cl.acc.) queria(P3) ajudar com-prazer
“A minha irmã não queria me ajudar de bom grado.”
b. *Mia sorella non volentieri **mi** voleva aiutare.
- (70)_Ea. Mi hermana no **me** quería ayudar temprano.
minha irmã não me(cl.acc.) queria(P3) ajudar cedo
“A minha irmã não queria me ajudar cedo.”
b. *Mi hermana no temprano **me** quería ayudar.
- (71)_Fa. Ma sœur ne voulait pas **m'**aider volontiers.
minha irmã não queria(P3) não me(cl.acc.)-ajudar com-prazer
“A minha irmã não queria me ajudar de bom grado.”
b. *Ma sœur ne volontiers voulait pas **m'**aider.
c. *Ma sœur ne voulait volontiers pas **m'**aider.
d. Ma sœur ne voulait pas volontiers **m'**aider.
e. *Ma sœur ne voulait pas **me** volontiers aider.

Todas as sentenças (b) desses três grupos são agramaticais, o que comprova o fato de o advérbio não poder se interpor entre a negação e o clítico; (71e) é agramatical porque o advérbio está separando o clítico da sua base verbal (o verbo lexical, em segunda posição na sequência verbal). A gramaticalidade de (71d) pode ser justificada pelo fato de a negação ser atribuída ao verbo mais alto, e o clítico estar em adjacência ao mais baixo (o que indica a não aplicação da regra de reestruturação em francês). Assim, não há como o advérbio se interpor entre a negação e o clítico.

Resumindo, como base em todos os testes realizados até aqui, é possível concluir que o clítico é um núcleo, diferentemente dos DPs lexicais, dos pronomes não-clíticos e dos advérbios, que se comportam como uma projeção máxima.

De acordo com a proposta de Sportiche (1998), os clíticos projetariam então um sintagma CliticP, o qual teria o seu núcleo ocupado pelo próprio clítico. Essa projeção se encontraria dentro de IP (uma vez que é possível dizer que o clítico se comporta da mesma forma que uma desinência verbal, adjacente ao verbo).

Considerações finais

A realização dos testes para a caracterização da categoria dos clíticos possibilitou uma série de conclusões. A primeira foi a constatação, nas demais línguas além do PB, das conclusões a que Kanthack (2002) já havia chegado no seu trabalho sobre o PB: de que os clíticos não se comportam como DPs/PPs lexicais ou como pronomes não-clíticos (relativamente a os clíticos não poderem ocupar as posições que aqueles constituintes ocupam na sentença, não poderem ocorrer como item isolado, receber acento contrastivo ou serem modificados por advérbios), assim como os DPs/PPs e os pronomes não-clíticos não poderem ocupar as mesmas posições sentenciais que os clíticos ocupam. Além disso, ficou comprovado nas quatro línguas o caráter nuclear do clítico, o qual se incorpora ao verbo assim como uma desinência verbal o faz: a não-possibilidade de ocorrência de elementos entre o clítico e o verbo, como advérbios ou até mesmo uma negação sentencial, foi esclarecedor nesse sentido.

Com relação ao teste de acento contrastivo (Seção 2.1.1.5), ficou clara a importância de uma análise translinguística para a validação do teste: limitando-se ao PB (como realizado por Kanthack (2002)), houve dúvidas sobre a agramaticalidade das sentenças em (23a, b), pois para alguns falantes não haveria problema em aceitar que os clíticos possam receber acentuação contrastiva. Entretanto, na avaliação dos informantes para as demais línguas, sentenças com estruturas semelhantes a (23a, b) (as quais se localizam nos grupos (24-26)) foram todas consideradas agramaticais para a focalização contrastiva do clítico. Aliás, considerando que o objetivo da Sintaxe Gerativa é levantar as características da GU, uma análise envolvendo várias línguas é sempre bem-vinda.

O momento de maior complexidade na execução dos testes nesta pesquisa foi a verificação das posições de ocorrência dos clíticos nas diversas línguas (Seção 2.1.2). Isso porque, como foi demonstrado, cada língua licencia clíticos em posições diferentes em relação ao verbo ou à sequência verbal, segundo o tempo verbal empregado ou a ocorrência ou não de alçamento do clítico (o que indica a aplicação da regra de reestruturação). Entretanto, uma conclusão interessante pode ser obtida a partir desse fato: as línguas neolatinas analisadas apresentam preferência pela posição proclítica para o clítico. Isso vai ao encontro do que se verifica atualmente para o PB oral: a admissão da próclise sem restrições.

Ao final dos testes, foi indicada a proposta de representação para a categoria dos clíticos, segundo Sportiche (1998): o clítico ocupa o núcleo da projeção CliticP, a qual se localiza dentro de IP. Dessa forma, o clítico pode ser encarado como tendo a mesma natureza de uma desinência verbal, devendo incorporar-se a um verbo.

Bibliografia

CINQUE, Guglielmo. “Restructuring” and Functional Structure. In: _____. *Restructuring and Functional Heads: The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 4. New York: Oxford University Press, 2006, p. 11-63.

DUBOIS, Jean et al. *Dicionário de Linguística*. Direção e coordenação geral da tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

KANTHACK, Gessilene Silveira. *Clíticos no Português Brasileiro*. Tese (Doutorando em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002, 174 p. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/83641/187806.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2016.

MIOTO, Carlos. *Negação Sentencial no Português Brasileiro e Teoria da Gramática*. Tese (Doutorando em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1992, 246 p.

OLIVEIRA, Luciano de. *Estudos dos Clíticos e das Construções com Clitic Dislocation em Línguas Neolatinas*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016, 169 p. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PLLG0639-D.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.

RIZZI, Luigi. Some Notes on Romance Cliticization. In: _____. *Comparative Syntax and Language Acquisition*. London: Routledge, 2000, p. 102-131.

SPORTICHE, Dominique. *Partitions and Atoms of Clause Structure: Subjects, Agreement, Case and Clitics*. New York: Routledge, 1998.

Data de submissão na OJS: 31/08/2016

Data de aceite registrado na OJS: 19/10/2016

SINTAXE E ENTOAÇÃO DAS *SMALL CLAUSES* LIVRES E DAS SENTENÇAS EXCLAMATIVAS-WH: UM ESTUDO EXPERIMENTAL

SYNTAX AND INTONATION OF FREE SMALL CLAUSES AND
WH-EXCLAMATIVE SENTENCES: AN EXPERIMENTAL RESEARCH

Karina Zendron da Cunha
Professora do Departamento de Letras da Universidade Regional de Blumenau
kzcunha@furb.br

Resumo: O objetivo desta pesquisa é comparar o comportamento entoacional das *small clauses* livres (SCLs) e das sentenças exclamativas-wh do português brasileiro, variedade de Curitiba-PR, e discutir a sua relação com a sintaxe, a semântica e a pragmática. Nossa hipótese é que as SCLs e as sentenças exclamativas-wh têm comportamentos entoacionais diferentes e que essa diferença pode estar relacionada ao fato de essas sentenças terem forças sentenciais diferentes. Com o intuito de testar nossa hipótese, desenvolvemos um experimento de produção de fala no qual coletamos 288 sentenças para análise. Utilizamos o programa PRAAT e o *script* MOMEL/INTSINT para a análise dos dados e, para a análise estatística das médias de F0, aplicamos o teste de Wilcoxon. Os resultados revelaram que o comportamento entocional das SCLs e das exclamativas-wh é diferente, o que confirma nossa hipótese.

Palavras-chave: Sentenças exclamativas-wh; Small clauses livres; Força sentencial; Entoação; Interfaces da gramática.

Abstract: The goal of this paper is to compare the intonational behavior of Brazilian Portuguese free small clauses (FSC) and wh-exclamative clauses, in the Curitiba-PR variety. We also intend to discuss the relationship between intonational behavior and syntax, semantic and pragmatics. Our hypothesis is that FSC and wh-exclamatives sentences have different intonational behavior, because they have different sentential forces. To test our hypothesis, we carried out a speech production experiment. We collected 288 sentences for analysis. The software PRAAT and the script MOMEL/INTSINT were used to data analysis. To the statistical analysis, we applied

Wilcoxon test. The results showed that the intonational behaviour of FSC and wh-exclamative sentences is different. Therefore, we confirm our hypothesis.

Keywords: Wh-exclamative sentences; Free small clauses; Sentential force; Intonation; Grammar interfaces.

Introdução

Nesta pesquisa, pretendemos comparar o comportamento entoacional de duas construções do PB pouco estudadas: as *Small Clauses Livres* (doravante SCLs) e as sentenças exclamativas-wh. Além disso, pretendemos discutir a relação entre o comportamento entoacional, a sintaxe, a semântica e a pragmática dessas sentenças.

As SCLs, de acordo com Kato (2007), são sentenças que ocorrem apenas com adjetivos do tipo *individual level*, com sujeito sistematicamente posposto e sem a presença visível da cópula. Já as sentenças exclamativas-wh caracterizam-se por apresentar um elemento-wh ('que', 'como' e 'quanto') em seu início e por estarem relacionadas a um sentido de surpresa, de imprevisibilidade e de grau extremo (assim como as SCLs, uma vez que essas características devem se aplicar a qualquer exclamação). A seguir, em (1a) e (1b), apresentamos exemplos de uma SCL e de uma exclamativa-wh, respectivamente.

- (1) a. Inteligente esse menino!
b. Como é lindo aquele homem!

De acordo com Zanuttini e Portner (2003), qualquer sentença pode ser tornar uma exclamação, mas há alguns tipos sentencias cuja forma linguística está ligada diretamente à uma modalidade sentencial exclamativa, ou seja, há sentenças com força sentencial e força ilocucionária exclamativa, mas há também sentenças com força ilocucionária exclamativa, mas com força sentencial de outro tipo (interrogativa ou declarativa, por exemplo). As últimas não são sentenças exclamativas, são apenas exclamações.¹

¹ Os exemplos marginais apresentados por Zanuttini e Portner (2003, p. 3), em que a força ilocucionária é exclamativa, mas a força sentencial não é, são os seguintes:

- (i) He's so cute! (declarativa)
[Ele é tão bonitinho!]
(ii) Isn't he the cutest thing! (interrogativa)
[Ele não é a coisa mais bonitinha?!]

Há alguns autores, como Vinet (1991), Sibaldo (2009a; 2009b; 2016), Pereira (2014), Zendron da Cunha (2012) e Zendron da Cunha e Carpes (2015), que defendem a hipótese de que as SCLs, assim como as exclamativas-wh, são sentenças exclamativas. Já outros, como Alonso-Cortés (1999), Zanuttini e Portner (2003) e Zendron da Cunha (2016), acreditam, direta ou indiretamente, que não, ou seja, que as SCLs são apenas exclamações.

Neste trabalho, defendemos, assim como Alonso-Cortés (1999), Zanuttini e Portner (2003) e Zendron da Cunha (2016), que as SCLs, diferentemente das exclamativas-wh, não têm força sentencial exclamativa, mas apenas força ilocionária exclamativa. Para isso, discutiremos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das SCLs e das exclamativas-wh e, além disso, apresentaremos uma reanálise dos resultados de um experimento de produção de fala, com dados de sujeitos residentes em Curitiba-PR, já apresentado em Zendron da Cunha (2012).² Nosso objetivo é comparar o comportamento entoacional das SCLs e das exclamativas-wh do PB, variedade curitibana. Além disso, pretendemos relacionar os resultados obtidos nesse estudo com os de Zendron da Cunha (2016), que analisou o comportamento entoacional de SCLs e de sentenças exclamativas-wh do PB, variedade florianopolitana.

Nossa questão é a seguinte: as SCLs e as sentenças exclamativas-wh do PB, variedade curitibana, têm o mesmo comportamento entoacional? Nossa hipótese é a de que as SCLs e as sentenças exclamativas-wh têm comportamentos entoacionais diferentes e que essa diferença pode estar relacionada ao fato de essas sentenças terem forças sentenciais diferentes.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na Seção 2 faremos uma revisão de literatura a respeito de aspectos sintáticos, semânticos, pragmáticos e entoacionais das SCLs e das exclamativas-wh; na Seção 3 apresentaremos a metodologia do experimento de produção de fala; na Seção 4 apresentaremos os resultados do experimento de produção de fala; concluiremos com a discussão teórica e com as perspectivas para investigações futuras.

² Incluímos, em nosso estudo, uma análise estatística dos dados. Parte dos dados apresentados em Zendron da Cunha (2012) já foi analisado por Zendron da Cunha e Seara (2014) e Zendron da Cunha e Carpes (2015). Entretanto, nesses estudos uma questão foi deixada de lado: há semelhanças entre o comportamento entoacional das SCLs e das exclamativas-wh? Este artigo pretende dar conta desse aspecto.

2 Revisão de literatura

Nesta seção faremos uma revisão de literatura a respeito dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos das exclamativas-wh e das SCLs, nas Subseções 2.1 e 2.2, respectivamente, e, na Subseção 2.3, retomaremos as principais pesquisas sobre o comportamento entoacional dessas sentenças.

2.1 Exclamativas-wh

É consenso na literatura a respeito das exclamativas que as sentenças exclamativas-wh têm força sentencial exclamativa. Em um quadro formal de análise, há autores, como Gutiérrez-Rexach (1996), que postulam um operador exclamativo nulo adjunto de CP, o qual daria conta da modalidade exclamativa da sentença. Essa proposta é adotada com variantes por Villalba (2003), Castroviejo (2006) e Rett (2008) e também aparece adaptada às propostas cartográficas em Gutiérrez-Rexach (2001; 2008). Nessa abordagem, a força sentencial está codificada diretamente na estrutura sintática.

Por outro lado, há autores, como Zanuttini e Portner (2003), que derivam a força sentencial exclamativa indiretamente. Zanuttini e Portner (2003), apesar de defenderem que uma sentença com força sentencial exclamativa deva ter, em sua estrutura sintática, um operador-wh e um operador factivo abstrato, argumentam a favor da hipótese de que a força sentencial é derivada a partir de um componente semântico. Essa proposta se diferencia das primeiras, já que, nesta, a força sentencial não é codificada diretamente na estrutura sintática.

Neste artigo, seguiremos essa segunda abordagem para os dados do PB por acreditarmos, assim como Zendron da Cunha (2016), que a força exclamativa é pragmática, e não sintática. Por isso, faremos, a seguir, um pequeno resumo da proposta de Zanuttini e Portner (2003) para as exclamativas.

Para Zanuttini e Portner (2003), um tipo sentencial é definido de acordo com a forma gramatical e com o uso conversacional, por isso, para uma sentença ser um tipo exclamativo, não basta que haja um traço gramatical na estrutura sintática, pois ela precisa que sua denotação tenha as duas propriedades de significado propostas por eles. Assim, em relação à forma gramatical, além de uma exclamativa necessitar, na estrutura

sintática, de um operador-wh e de um operador factivo abstrato, ela precisa denotar um conjunto de proposições alternativas (resultado da estrutura operador-variável) e ser factiva, ou seja, seu conteúdo proposicional deve ser pressuposto (resultado da presença do operador factivo). Em relação ao uso conversacional, Zanuttini e Portner (2003) valem-se do conceito *widening*, que significa que as exclamativas ampliam o domínio de quantificação para o operador-wh, que dá origem a um conjunto de proposições alternativas para a sentença. *Widening*, que explica os aspectos do significado das exclamativas geralmente descritos como “surpresa”, “imprevisibilidade” e “grau extremo”, não está codificado na sintaxe, mas é derivado a partir da denotação da sentença.

Logo, uma sentença que denote um conjunto de proposições alternativas e seja factiva, de acordo com Zanuttini e Portner (2003), não pode ter nenhum outro tipo de força sentencial (assertiva, interrogativa ou imperativa, por exemplo), a não ser a exclamativa.

Zanuttini e Portner (2003) afirmam que há pelo menos três propriedades que distinguem uma sentença com força sentencial exclamativa de outras sentenças, quais sejam: (i) factividade, (ii) implicatura escalar e (iii) incapacidade de funcionar no par pergunta/resposta. Com base nessas características, os autores propõem testes semânticos capazes de identificar quando estamos diante de uma sentença com força sentencial exclamativa.

Zendron da Cunha (2016) aplicou esses testes semânticos às exclamativas-wh com wh ‘que’, ‘como’ e ‘quanto’ do PB e chegou à conclusão de que essas sentenças, assim como as exclamativas-wh de outras línguas, têm força sentencial exclamativa.

Veja a seguir, na Subseção 2.2, as propriedades gerais das SCLs.

2.2 *Small Clauses* livres

Ao contrário do que acontece para as exclamativas-wh, para as SCLs do PB, não há consenso na literatura a respeito da força sentencial que teriam essas sentenças. Sibaldo (2009a; 2009b; 2016), apesar de considerar as SCLs como exclamativas, não assume para a estrutura sintática dessas sentenças nenhum traço sintático exclamativo. Kato

(2007), por sua vez, assume que a derivação das SCLs é a mesma das sentenças clivadas, mas não discute nada a respeito da modalidade sentencial das SCLs.

Para outras línguas românicas há autores, como Vinet (1991), que defende que as características semânticas³ do predicado das SCLs do francês funcionam como um operador exclamativo, e Hernanz (2001), que defende que o predicado das SCLs do espanhol tem propriedades que funcionariam como o elemento-wh das exclamativas-wh. Já Munaro (2006), apesar de chamar as SCLs do francês, do espanhol e do italiano de sentenças exclamativas, não se posiciona claramente a favor ou contra a hipótese de que as SCLs são um tipo sentencial exclamativo. De acordo com alguns testes aplicados por Munaro (2006), as SCLs do italiano, ao contrário das exclamativas-wh dessa língua, não contêm a pressuposição de factividade, considerada por Zanuttini e Portner (2003) como característica fundamental para que uma sentença tenha força sentencial exclamativa. Todavia, o autor não deixa claro se esse é um fator decisivo para determinar se as SCLs do italiano são um tipo sentencial exclamativo.

Alonso-Cortés (1999), em sua análise das SCLs do espanhol, assume, assim como Zanuttini e Portner (2003), que o tipo exclamativo se define levando em consideração, conjuntamente, propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas. Para Alonso-Cortés (1999), uma sentença exclamativa deve conter um elemento-wh e a condição de sinceridade – que parece ser equivalente ao que Zanuttini e Portner (2003) chamam de pressuposição de factividade. A conclusão de Alonso-Cortés (1999) é que as SCLs não são um tipo sentencial exclamativo, uma vez que o deslocamento do predicado para o início da sentença não funciona da mesma maneira que o operador-wh das exclamativas-wh. Nessa mesma linha, Zendron da Cunha (2016) assume que as SCLs do PB não são sentenças exclamativas, mas apenas exclamações, uma vez que elas não apresentam elementos básicos que devem estar presentes em uma sentença exclamativa, como a estrutura-wh operador-variável e o operador factivo. Além disso, as SCLs, não passam nos testes semânticos de factividade, implicatura escalar e incapacidade de funcionar no par pergunta/resposta propostos por Zanuttini e Portner (2003), ao contrário das exclamativas-wh (ZENDRON DA CUNHA, 2016).

³ Vinet (1991) assume que o predicado de uma SCL deve ser do tipo *individual level* e avaliativo. Para uma discussão mais aprofundada a respeito dessas propriedades, remetemos o leitor ao trabalho de Zendron da Cunha (2016).

2.3 Propriedades Prosódicas das SCLs e das sentenças exclamativas-wh

Poucos trabalhos tratam do comportamento entoacional das SCLs e das exclamativas-wh do PB. O primeiro de que se tem notícia é o de Moraes (2008), que analisa uma exclamativa-wh com wh ‘como’, variedade carioca. Esse autor assume que as exclamativas-wh apresentam início ascendente seguido de uma queda contínua até o final da sentença, apresentando, portanto, um padrão descendente (notação ;L+;L*+L%). Oliveira (2014) também encontra padrão descendente no final da sentença para as exclamativas-wh com ‘como’ e ‘que’ no falar conquistense.

Já para Zendron da Cunha e Seara (2014), que analisam as exclamativas-wh do PB, variedade curitibana, nem sempre as exclamativas-wh apresentam padrão descende. As autoras chegaram à conclusão de que há pelo menos dois comportamentos entoacionais diferentes para as exclamativas-wh: um para as exclamativas-wh com elemento ‘como’, e outro para as exclamativas-wh com elementos ‘que’ e ‘quanto’. Para as primeiras, o padrão é descendente, já para as últimas, há um valor de F0 alto sobre o foco que vai caindo ao longo da sentença e sobe sobre a sílaba tônica final.

Em relação ao comportamento entoacional das SCLs, há o trabalho de Zendron da Cunha e Carpes (2015), que comparam o comportamento entoacional das SCLs e das sentenças clivadas do PB, variedade curitibana, e chegam a conclusão de que essas sentenças apresentam curvas entoacionais diferentes. Apesar de ambas as curvas serem descendentes, os valores de F0 são significativamente maiores nas SCLs do que nas clivadas nos três pontos-alvo analisados. As autoras relacionaram esse resultado ao fato de SCLs e clivadas pertencerem a modalidades sentenciais diferentes.

Outro trabalho que analisa o comportamento entoacional das SCLs e das sentenças exclamativas-wh do PB, é Zendron da Cunha (2016), que analisou a variedade florianopolitana. Zendron da Cunha (2016) chega à conclusão de que há comportamentos entoacionais diferentes para essas sentenças. A análise em questão divide as exclamativas-wh em exclamativas com wh ‘que’, ‘como’ e ‘quanto’ e as SCLs em SCLs com predicado composto por ‘muito+adjetivo’, DP e apenas *adjetivo*. Os resultados dessa pesquisa revelam que há três comportamentos entoacionais diferentes para as exclamativas-wh, de acordo com o elemento-wh presente na estrutura, e três para as SCLs, dependendo da composição do seu predicado.

Para as exclamativas-wh foram analisados quatro pontos-alvo (*WH*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*). De acordo com Zendron da Cunha (2016), no ponto-alvo *WH*, houve diferenças entre todos os tipos de exclamativa-wh. O valor mais alto de F0 (st) nesse ponto-alvo foi o da exclamativa com ‘como’, seguido pela com ‘que’ e pela com ‘quanto’, respectivamente. Em relação aos tons atribuídos pelo INTSINT, nas exclamativas com ‘como’ encontramos mais tons altos nesse ponto-alvo do que nas exclamativas com ‘que’ e ‘quanto’. No ponto-alvo *foco*, houve diferenças entre ‘como’ e ‘que’ e ‘como’ e ‘quanto’. Nesse ponto-alvo, o valor de F0 para a exclamativa com ‘como’ foi significativamente menor do que para a com ‘que’ e a com ‘quanto’. Esse resultado foi também corroborado pela distribuição de tons feita pelo INTSINT, que revelou haver, para as exclamativas com wh ‘como’, menos tons altos no ponto-alvo *foco*. No ponto-alvo *sílaba tônica final*, houve diferenças significativas entre as exclamativas com ‘quanto’ e ‘que’ e entre as com ‘quanto’ e ‘como’. O valor de F0 para a exclamativa com ‘quanto’, nesse ponto-alvo, foi significativamente maior do que para as com ‘que’ e ‘como’. Esse resultado também foi corroborado pela distribuição de tons feita pelo INTSINT, que revelou haver mais tons altos e de subida suave para a exclamativa com wh ‘quanto’ do que para as exclamativas com ‘que’ e ‘como’. Além disso, o experimento de produção de fala revelou que o valor de F0 encontrado no ponto-alvo *foco* das exclamativas-wh foi maior do que o valor de F0 nos demais pontos-alvo (*WH*, *X* e *sílaba tônica final*), a única exceção foi a exclamativa-wh com wh ‘como’, pois não houve diferença significativa no valor de F0 entre os pontos-alvo *WH* e *foco*.

Para as SCLs também foram analisados quatro pontos-alvo (*Pré-foco*, *foco*, *X* e *sílaba tônica final*) e os resultados, de acordo com Zendron da Cunha (2016), revelaram que, no ponto-alvo *pré-foco*, encontramos diferenças entre as SCLs com predicado composto por *DP*, por um lado, e as SCLs cujo predicado é composto por ‘muito+adjetivo’ e por apenas um *adjetivo*, por outro. O valor mais alto de F0 nesse ponto-alvo foi o da SCL com predicado composto por *DP*. Em relação aos tons atribuídos pelo INTSINT, todos os tipos de SCLs apresentaram mais tons médios nesse ponto-alvo. No ponto-alvo *foco*, houve diferenças entre as SCL com predicado composto por ‘muito+adjetivo’ e com predicado composto por *DP*. Nesse ponto-alvo, o valor de F0 para a SCL com predicado composto por ‘muito+adjetivo’ foi significativamente maior do que para a SCL com predicado composto por *DP*. No ponto-alvo *X*, houve diferenças significativas entre as SCLs com predicado composto por apenas um *adjetivo* e por

‘muito+adjetivo’. O valor de F0 foi mais alto para a segunda. Por fim, no ponto-alvo *sílaba tônica final*, foram encontradas diferenças significativas entre as SCLs com predicado composto por apenas um *adjetivo* e por ‘muito+adjetivo’. O valor de F0 foi mais alto para a primeira. Esse resultado foi também corroborado pela distribuição de tons feita pelo INTSINT, que revelou haver mais tons altos e de subida suave para a SCL cujo predicado é composto por apenas um *adjetivo*. O experimento de produção de fala também revelou que o valor de F0 no ponto-alvo *foco* das SCLs foi maior do que o valor de F0 nos demais pontos-alvo (*Pré-foco, X e sílaba tônica final*). Além disso, tanto nas SCLs com predicado composto por ‘muito+adjetivo’, como nas SCLs com predicado composto por apenas *DP*, o valor de F0 encontrado foi significativamente menor no ponto-alvo *sílaba tônica final* do que no ponto-alvo *X*, diferentemente do que ocorreu nas SCLs com predicado composto por apenas um *adjetivo*, para as quais a média de F0 subiu.

Além disso, ao comparar o comportamento entoacional das exclamativas-wh com ‘que’ e ‘como’ com as SCLs com predicado composto por apenas um *adjetivo*, os resultados de Zendron da Cunha (2016) mostraram que houve diferenças significativas nos valores de F0 no ponto-alvo *foco*, cuja média de F0 (st) foi significativamente maior nas SCLs.

A seguir, na Seção 2, apresentaremos a metodologia do experimento de produção de fala.

2. Metodologia

Nesta seção, apresentaremos a metodologia utilizada no experimento de produção de fala conduzido nesta pesquisa.

Para este experimento, foram gravadas seis informantes do sexo feminino, brasileiras, residentes em Curitiba-PR, que não apresentavam nenhum distúrbio de articulação, ressonância ou fonação. Essas informantes produziram 6 sentenças exclamativas-wh e 6 SCLs. Além disso, foram gravadas 40 sentenças distratoras. Cada sentença foi gravada quatro vezes para cada informante, somando 288 sentenças para análise. A seguir, em (2) e (3), apresentamos as sentenças analisadas.

- (2) SCLs
- a. Inteligente esse menino!
 - b. Linda a sua meia!
 - c. Muito cuidadoso o seu jardineiro!
 - d. Horrroso o namorado da Maria!
 - e. Uma merda as novelas da Globo!
 - f. Muito bonito o anel da Maria!
- (3) Sentenças Exclamativas-wh
- a. Que alto que ele é!
 - b. Como é lindo aquele homem!
 - c. Quanto doce a Maria come!
 - d. Quanto homem nesse lugar!
 - e. Como é lindo o Léo e a Maria!
 - f. Quanto livro que você comprou!

As sentenças em (2) e (3) foram apresentadas às informantes, em ordem aleatória e em diferentes contextos situacionais⁴, como o mostrado em (4).

- (4) Maria está em um restaurante esperando atendimento. Passa por ela um garçom muito bonito. Maria então comenta com Joana:
- **Como é lindo aquele homem!**

As informantes foram orientadas a lerem o contexto silenciosamente e pronunciarem apenas a sentença-alvo, destacada em negrito. Essa metodologia, proposta por Seara e Figueiredo Silva (2007), é chamada de leitura dirigida e visa a coleta de dados de fala menos controlada, apesar de lida.

Os dados do experimento foram gravados em uma sala com tratamento acústico no Laboratório LeFon, na Universidade Federal do Paraná. Para a gravação foram utilizados o *software* Audacity 1.3 e o microfone Sennheiser E838, com taxa de

⁴ Os contextos utilizados para as SCLs e para as sentenças exclamativas-wh estão disponíveis no Anexo 1.

amostragem de 44100 Hz por 16 bit. Esse microfone opera em uma faixa de 40 Hz a 17,000 Hz.

A análise dos dados, por sua vez, foi feita com o *software* PRAAT, versão 5.1.38, e o *script* MOMEL/INTSINT for PRAAT, versão 10.3. O MOMEL (MOdélisation de MELodie), segundo Celeste (2007), foi proposto por Hirst em 1983 com o objetivo de reduzir a curva de F0 a pontos-alvo. Os dados gerados pelo MOMEL servem como *input* para o sistema de transcrição INTSINT (INternational Transcription System for INTonation).⁵ O INTSINT usa oito símbolos ortográficos abstratos para representar os pontos-alvo obtidos pelo MOMEL: T (*top*/alto), M (*mid*/médio), B (*bottom*/baixo), H (*higher*/mais alto), S (*same*/igual ao anterior), L (*lower*/mais baixo), U (*upstep*/subida suave), D (*downstep*/descida suave). Esses símbolos são de três tipos: (1) T, M e B, que são tons absolutos para cada falante – T e B são os alvos mais altos ou os pontos mais baixos, respectivamente, para cada falante, representando dessa forma a tessitura da fala; (2) H, S e L são os tons relativos que, diferentemente dos tons absolutos, são definidos de acordo com o segmento tonal anterior; (3) U e D são os tons relativos iterativos – da mesma forma que os tons relativos descritos em (2), eles são definidos com base no ponto anterior, mas são usados em casos de mudanças mais sutis nos valores de F0 dos pontos envolvidos.

Estudos como os de Celeste (2007), Hirst (2011) e Celeste e Reis (2012) têm mostrado que o *script* MOMEL/INTSINT pode ser considerado um bom programa de análise da curva de F0.

Voltando aos dados desta pesquisa, nossa questão é se as SCLs e as sentenças exclamativas-wh do PB, variedade curitibana, têm o mesmo comportamento entoacional. Nossa hipótese (H) é a de que as SCLs e as sentenças exclamativas-wh têm comportamentos entoacionais diferentes e que essa diferença pode estar relacionada ao fato de essas sentenças terem forças sentenciais diferentes. Dessa forma, a hipótese nula (H₀) para H é a de que as SCLs e as sentenças exclamativas-wh têm o mesmo comportamento entoacional.

⁵ Hirst (2011) chama a atenção do leitor para o fato de que o objetivo do INTSINT é bastante diferente do objetivo do sistema ToBI (Tone and Break Indices), por exemplo, que assume um inventário de padrões entoacionais para as línguas em estudo.

Para a análise de F0, consideramos como variável dependente a frequência fundamental (F0), medida em Hertz, e como variáveis independentes os pontos-alvo (*foco*, *X* e *sílabo tônica final*)⁶ nas SCL e nas exclamativa-wh. Para a análise estatística desses dados, levamos em consideração o fato de estarmos diante de uma diferença entre os grupos de variáveis independentes que são os pontos-alvo nas sentenças em questão. Nosso objetivo foi verificar se existem diferenças significativas entre as médias de F0 nos tipos de sentenças em análise nesses pontos-alvo.

Utilizamos o programa SPSS⁷ para a análise estatística de F0. Para testar nossa hipótese, aplicamos um teste de diferença para comparação de grupos independentes. Como nossos dados seguiram uma distribuição não-normal⁸, o teste estatístico escolhido para a análise foi o teste de Wilcoxon, que é um teste não-paramétrico. Com ele, verificamos se houve diferenças na variável dependente analisada de acordo com duas condições experimentais diferentes (SCLs e sentenças exclamativas-wh). Aqui fizemos três contrastes dois a dois: a. ponto-alvo *foco*; b. ponto-alvo *X*; e c. ponto-alvo *sílabo tônica final*. Consideramos como *output* do teste o valor do Teste de Wilcoxon (*Z*) e o nível de significância de 5% ($p < 0.05$), valor convencional em pesquisas sociais. (MARTINS, 2011; BARBETTA, 2014).

Para a análise de tons, consideramos como variável dependente a porcentagem de tons atribuídos pelo INTSINT (T, H, B, L, U, D, M) e, como variáveis independentes os pontos-alvo sentenciais (*foco*, *X* e *sílabo tônica final*) nas SCLs e nas exclamativas-wh.

A seguir apresentaremos os resultados do experimento de produção de fala e a discussão.

⁶ Em uma sentença como 'Inteligente esse menino!', *foco* está sobre a palavra 'inteligente', na maior parte das vezes sobre a sílaba tônica 'gen', *X* está sobre a palavra 'esse' e a *sílabo tônica final* sobre 'ni', em 'menino'.

⁷ SPSS Statistic 22.0 for Mac. Polar Engineering and Consulting, copyright 1989-2013.

⁸ Para verificar a distribuição das variáveis intervalares da amostra, fizemos uma análise exploratória dos dados, a qual levou em consideração média, mediana, curtose e assimetria. Além disso, aplicamos os testes de normalidade Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilks, os quais testam a hipótese nula de que a distribuição da variável é aproximadamente normal. Para esses testes, consideramos também o nível de significância convencional de 5% ($p < .05$). No Anexo 2 estão disponíveis as tabelas relativas à análise exploratória dos dados e aos testes de normalidade.

3 Resultados e discussão

Nesta seção, apresentaremos os resultados do experimento de produção de fala. Primeiramente, apresentaremos os resultados relativos às médias de F0 em cada um dos pontos-alvo das sentenças (*foco*, *X* e *sílaba tônica final*) e, em seguida, os resultados relativos à distribuição de tons. Por fim, discutiremos os resultados levando em consideração a literatura a respeito do tema. As médias de F0 (Hertz) para o ponto-alvo *foco* são apresentadas na Tabela 1, a seguir.

Essas frases traziam antecedentes com o traço [+gs] (gênero semântico) e [-gs], como aparece na Tabela 2 (C&M, p. 164):

Tabela 1 – Média de F0 (Hertz) do ponto-alvo *foco* nas SCLs e exclamativas-wh

Ponto-alvo FOCO			
	SCL (<i>n</i> = 143) Média (DP)	Exclamativa-wh (<i>n</i> = 144) Média (DP)	Z
F0 (Hz)	300 (60)	294 (64)	-1,125 ^a

^ap = .261

Como podemos notar na Tabela 1, as médias de F0 praticamente não mudam no ponto-alvo *foco* se compararmos SCLs e exclamativas-wh. Esse resultado é confirmado pelo teste de Wilcoxon ($Z = -1,125$, $p = .261$), que não mostrou diferenças significativas entre a média de F0 desses dois tipos de sentença no ponto-alvo em questão.

Na Tabela 2 apresentamos os resultados da média de F0 no ponto-alvo X.

Tabela 2 – Média de F0 (Hertz) do ponto-alvo X nas SCLs e exclamativas-wh

Ponto-alvo X			
	SCL (<i>n</i> = 142) Média (DP)	Exclamativa-wh (<i>n</i> = 142) Média (DP)	Z
F0 (Hz)	187 (38)	199 (41)	-2,720 ^{***}

^{***}p < .001

A primeira vista, não parece haver muita diferença entre a média de F0 das SCLs e das exclamativas-wh, mas o teste de Wilcoxon revela que há diferenças significativas entre essas médias ($Z = -2,720$, $p < .01$), ou seja, a média de F0 do ponto-alvo X nas sentenças exclamativas-wh é significativamente maior do que nas SCLs.

Por fim, na Tabela 3, apresentamos os resultados das médias de F0 para o ponto-alvo *sílaba tônica final*.

Tabela 3 – Média de F0 (Hertz) do ponto-alvo X nas SCLs e exclamativas-wh

Ponto-alvo X		
SCL	Exclamativa-wh	Z
($n = 142$)	($n = 142$)	
Média (DP)	Média (DP)	
F0 (Hz) 175 (49)	209 (66)	-7,626***

*** $p < .001$

A Tabela 3 nos revela que a média de F0 no ponto-alvo *sílaba tônica final* é maior nas sentenças exclamativas-wh do que nas SCLs. Esse resultado é confirmado pelo Teste de Wilcoxon ($Z = -7,626$, $p < .001$), que comprova que essa diferença entre as médias de F0 é significativa.

Os resultados apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3 nos mostram que o comportamento entocional das SCLs e das sentenças exclamativas-wh é diferente. No ponto-alvo *foco* não há diferenças entre as médias de F0, mas nos pontos-alvo X e *sílaba tônica final* a média de F0 das exclamativas-wh é significativamente maior do que nas SCLs.

Analisaremos agora os resultados relativos à distribuição de tons para verificar se eles vão na mesma direção apontada pela análise das médias de F0.

As Figuras 1 e 2, a seguir, apresentam a distribuição de tons para os três pontos-alvo (*foco*, X e *sílaba tônica final*) das SCLs e das sentenças exclamativas-wh, respectivamente.

Figura 1. Gráfico da porcentagem de atribuição de tons alto, médio, baixo, subida suave e descida suave para os pontos-alvo analisados nas *Small Clauses* Livres

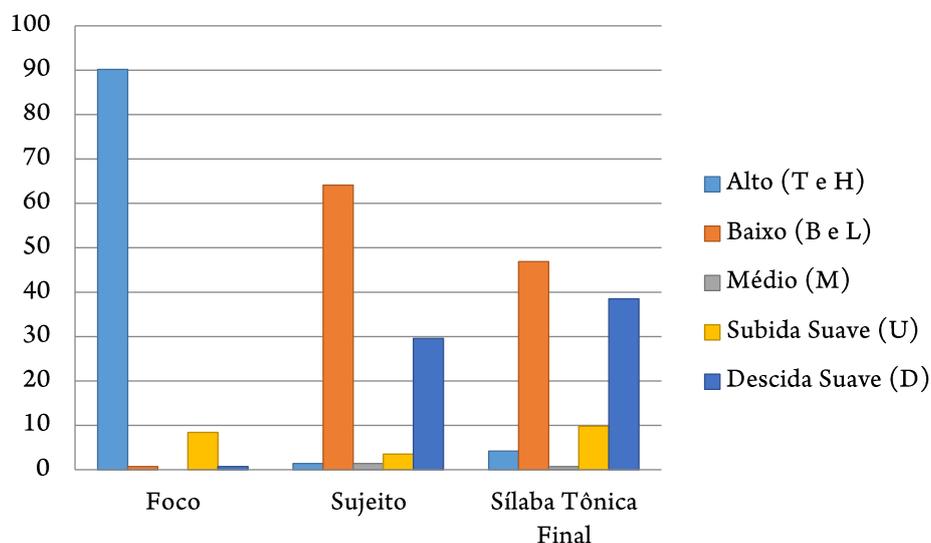
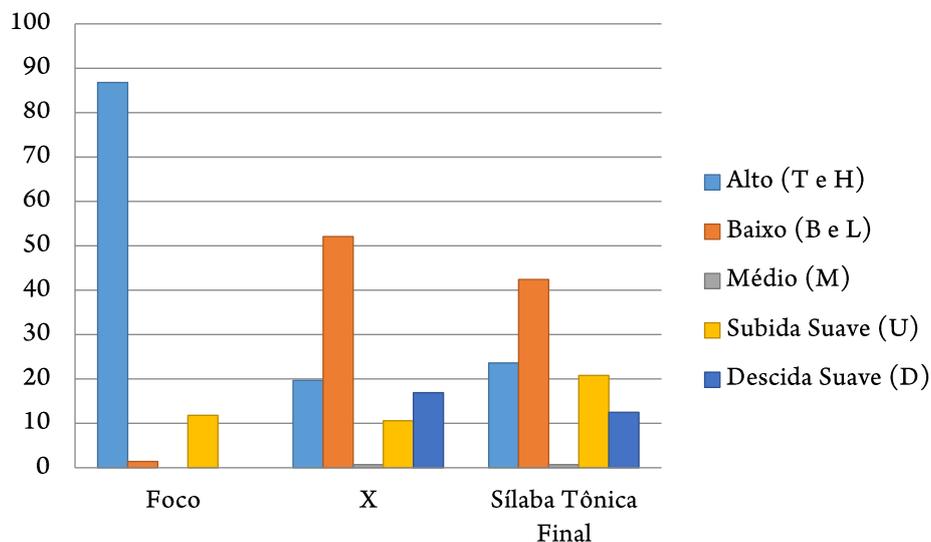


Figura 2. Gráfico da porcentagem de atribuição de tons alto, médio, baixo, subida suave e descida suave para os pontos-alvo analisados nas *Small Clauses* Livres



No ponto-alvo *foco*, como podemos verificar nas Figuras 1 e 2, há uma predominância de tons altos, tanto para as SCLs (90,2%) quanto para as exclamativas-wh (86,8%), o que reflete o resultado relativo à análise de F0 apresentado na Tabela 1, já que em ambas as sentenças a média de F0 é igualmente alta. Veja, nas Figuras 3 e 4, que representam as curvas prototípicas das SCLs e das sentenças exclamativas-wh, que a curva de F0 é sempre bastante elevada sobre o ponto-alvo *foco*.

No ponto-alvo *X*, por sua vez, encontramos mais tons baixos e de descida suave tanto nas SCLs quanto nas exclamativas-wh. Todavia, nas exclamativas-wh encontramos cerca de 30% de tons altos e de subidas suaves, enquanto nas SCLs há menos de 5%. Esse comportamento também favorece a análise de F0, apresentada na Tabela 2 para o ponto-alvo *X*, já que para as exclamativas-wh a média de F0 é significativamente maior do que para as SCLs.

Por fim, no ponto-alvo *sílaba tônica final*, encontramos mais tons baixos e de descida suave nas SCLs (esses tons somam mais de 85%) e nas exclamativas-wh (esses tons somam mais de 60%). Entretanto, assim como ocorreu no ponto-alvo *X*, encontramos uma porcentagem bastante alta de tons altos e de subida suave no ponto-alvo *sílaba tônica final* nas exclamativas-wh (44,4%), mas o mesmo não ocorreu nas SCLs (14%). Esse resultado também vai ao encontro do resultado apresentado na Tabela 3 para as medias de F0, uma vez que a média de F0 das exclamativas-wh é significativamente maior do que a das SCLs no ponto-alvo em questão.

Tendo isso em vista, confirmamos nossa hipótese de que as SCLs e as sentenças exclamativas-wh do PB, variedade curitibana, têm comportamentos entoacionais diferentes e rejeitamos a hipótese nula (H_0). Esse resultado reforça a análise apresentada por Zendron da Cunha (2016), que mostrou que as SCLs e as exclamativas-wh do PB, variedade florianopolitana, têm comportamentos entoacionais diferentes.

Veja agora, nas Figuras 3 e 4, exemplos de curvas prototípicas de uma SCL e de uma sentença exclamativa-wh, respectivamente.

Figura 3. Contorno de F0 com valores de F0 e indicação de notação tonal da sentença ‘Inteligente esse menino!’ realizada pelo INTSINT

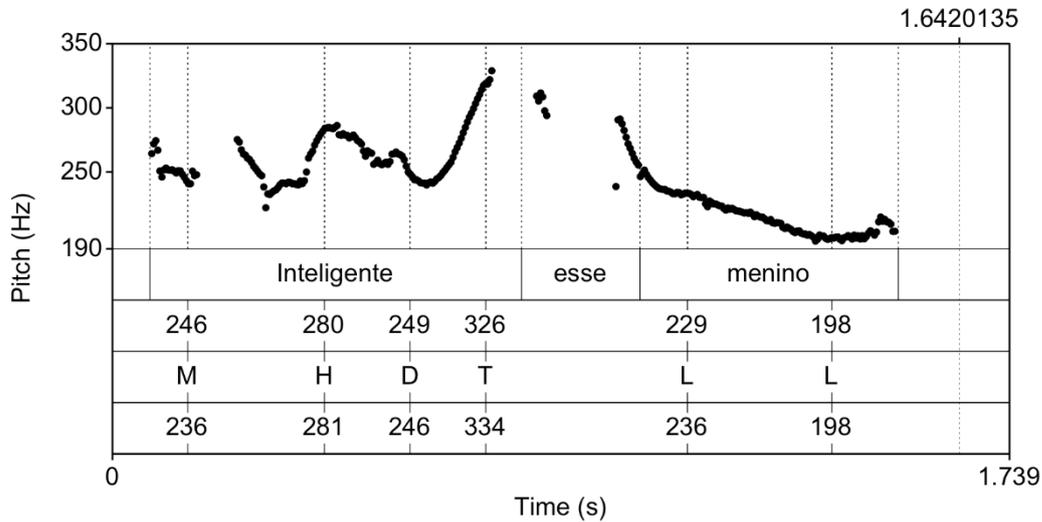
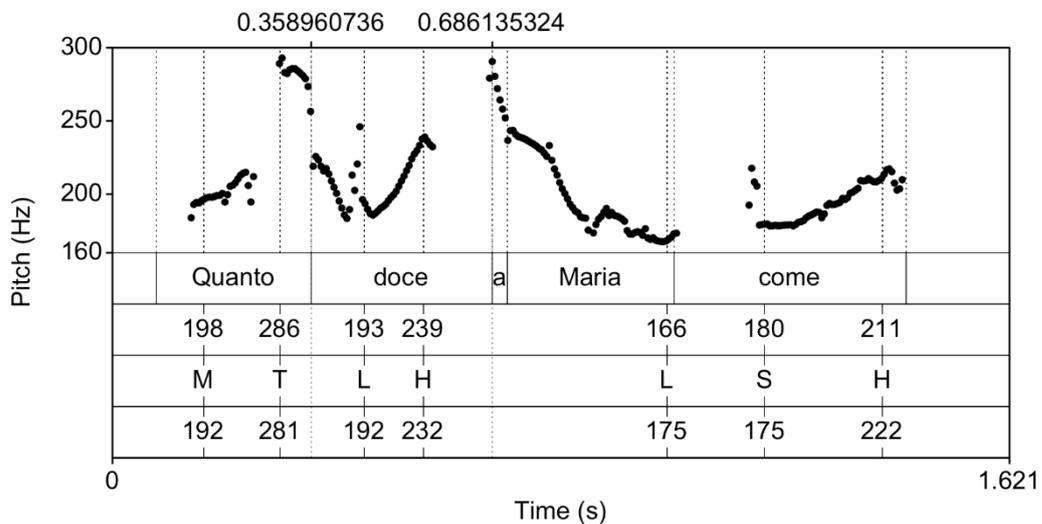


Figura 4. Contorno de F0 com valores de F0 e indicação de notação tonal da sentença ‘Quanto doce a Maria come!’ realizada pelo INTSINT

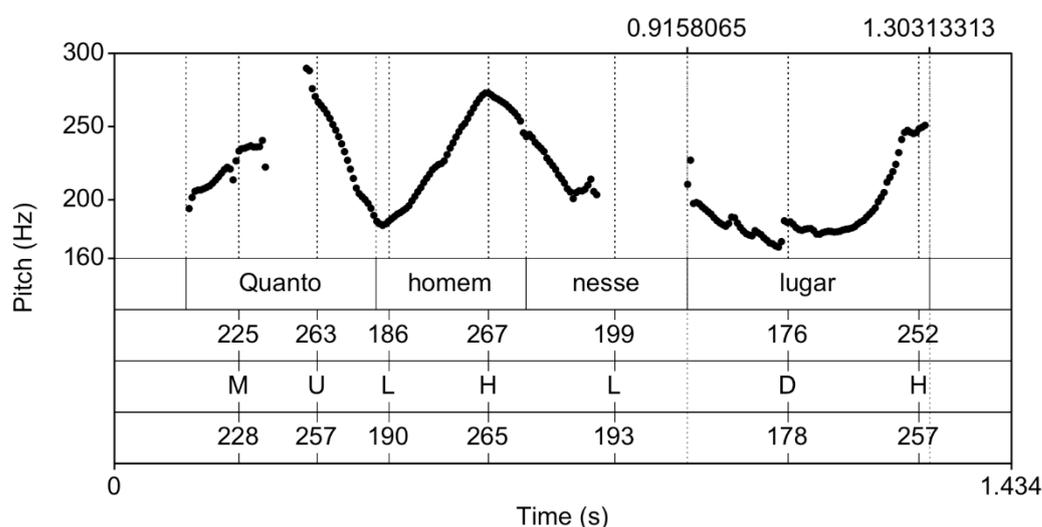


Na Figura 3, temos a curva de F0 com os valores de F0 e a notação tonal da sentença ‘Inteligente esse menino!’ produzida pela informante 6, na primeira repetição. Observe que essa curva é representativa das SCLs, uma vez que a sentença apresenta tom alto sobre o foco (H em ‘inteligente’), tom baixo sobre X (L) e tom baixo sobre a sílaba tônica

final (L em 'menino'). Já na Figura 4, temos uma curva representativa de uma exclamativa-wh. A sentença 'Quanto doce a Maria come!', produzida pela segunda informante, na terceira repetição, apresenta tom alto sobre o foco (H em doce), tom baixo sobre X (L em Maria) e tom baixo sobre a sílaba tônica final (S em come).

Apesar de essas serem as curvas prototípicas, vimos que as exclamativas-wh também apresentam uma porcentagem considerável de tons altos e de subida suave no ponto-alvo *sílaba tônica final* nas exclamativas-wh (44,4%), por isso, na Figura 5, apresentamos um exemplo de uma sentença que segue esse comportamento.

Figura 5. Contorno de F0 com valores de F0 e indicação de notação tonal da sentença 'Quanto homem nesse lugar!' realizada pelo INTSINT



Na Figura 5, a sentença do exemplo é 'Quanto homem nesse lugar!', produzida pela segunda informante, na terceira repetição. Nessa curva, diferentemente da curva prototípica apresentada na Figura 4, temos tom alto sobre a sílaba tônica final (H em lugar).

Observe que, apesar de no ponto-alvo *sílaba tônica final* das exclamativas-wh termos predominantemente tons baixos, na curva prototípica apresentada na Figura 4 há uma leve subida do contorno no final da sentença, diferentemente do que vemos no exemplo da Figura 3, para as SCLs. Essa observação é interessante principalmente se levarmos em consideração que, para os dados da variedade florianopolitana, como

descrito em Zendron da Cunha (2016), as exclamativas-wh com wh ‘que’, ‘quanto’ e ‘como’ apresentam subida significativa da F0 do ponto-alvo X para o ponto-alvo *sílaba tônica final*, diferentemente das SCLs, que apresentaram queda significativa do ponto-alvo X para o ponto-alvo *sílaba tônica final*⁹, o que parece reforçar ainda mais nossa hipótese de que as SCLs e as sentenças exclamativas-wh têm comportamentos entoacionais diferentes.

Esses resultados, além de confirmarem nossa hipótese a respeito do comportamento entoacional dessas sentenças, também reforçam nosso argumento de que as SCLs e as sentenças exclamativas-wh têm forças sentenciais diferentes, pois tanto na variedade curitibana quanto na variedade florianopolitana (ZENDRON DA CUNHA, 2016), encontramos, para as SCLs, uma curva descendente com tons baixos sobre a sílaba tônica final da sentença, e, para as exclamativas-wh, uma curva com aumento de F0 e com incidência tons ora baixos, ora altos na sílaba tônica final da sentença. Esse fato dá suporte ao nosso argumento de que SCLs e exclamativas-wh, apesar de serem exclamações, ou seja, apesar de ambas terem força ilocucionária exclamativa, têm forças sentenciais diferentes. Enquanto as SCLs são sentenças declarativas com estrutura de focalização, as exclamativas-wh são sentenças exclamativas. Como vimos na revisão de literatura, há propriedades sintáticas e semânticas essenciais para que uma sentença tenha força sentencial exclamativa, como a presença de uma estrutura operador-variável, que dá origem a um conjunto de proposições alternativas, e de um operador factivo, responsável pela pressuposição de factividade do conteúdo proposicional (ZANUTTINI; PORTNER, 2003), que estão presentes nas exclamativas-wh, mas não estão presentes nas SCLs do PB (ZENDRON DA CUNHA, 2016).

Dessa forma, os resultados do experimento de produção reforçam a análise apresentada por Zendron da Cunha (2016) e sugerem que o comportamento entoacional dessas sentenças é definido pela força sentencial, e não pela força ilocucionária.

⁹ Esse comportamento se aplica às SCLs com predicado composto por ‘muito+adjetivo’, como ‘Muito cuidadoso o seu jardineiro’, e com predicado composto por DP, como em ‘Uma merda as novelas da Globo!’. As SCLs com predicado composto por apenas um *adjetivo*, como ‘Inteligente esse menino!’, por sua vez, apresentaram, assim como as exclamativas-wh, subida da F0 do ponto-alvo X para o ponto-alvo *sílaba tônica final*.

Considerações finais

Os resultados apresentados neste artigo mostraram que o comportamento entoacional das SCLs e das sentenças exclamativas-wh do PB, variedade curitibana, são diferentes, o que confirma a hipótese do estudo. Esses resultados vão ao encontro dos resultados apresentados em Zendron da Cunha (2016) para as SCLs e sentenças exclamativas-wh do PB, variedade florianopolitana, o que reforça o argumento de que o comportamento entoacional dessas sentenças está relacionado à força sentencial, uma vez que estamos diante de dois tipos sentenciais: (i) as SCLs, que são sentenças declarativas com estrutura de focalização e (ii) as sentenças exclamativas-wh, que são sentenças exclamativas.

Sendo assim, acreditamos que o que está em jogo para definir o comportamento entoacional dessas sentenças é a força sentencial, a forma, e não a força ilocucionária, já que tanto SCLs quanto exclamativas-wh são exclamações, ou seja têm força ilocucionária exclamativa. O fato de encontramos essas diferenças para mais uma variedade do PB, a curitibana, reforça nosso argumento.

Sugerimos, para trabalhos futuros, que o experimento de produção de fala conduzido nesta pesquisa seja replicado para outras variedades do PB, para que se possa verificar se há peculiaridades regionais que influenciam na caracterização do contorno entoacional das SCLs e das exclamativas-wh.

Bibliografia

- ALONSO-CORTÉS, A. Las construcciones exclamativas. La interjección y las expresiones vocativas. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Ed.). *Gramática Descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso*. v. III. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 3993-4050.
- BARBETTA, P. A. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 9. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.
- CASTROVIEJO, E. *Wh-Exclamatives in Catalan*. 2006. Dissertation (Doctoral) – Departament de Lingüística General, Universitat de Barcelona, Barcelona, 2006.
- CELESTE, L. C. *MOMEL e INTSINT: Uma contribuição à metodologia do estudo prosódico do Português Brasileiro*. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CELESTE, L. C.; REIS, C. Análise entonativa formal: INTSINT aplicado ao português. *Journal of speech sciences*, v. 2, p. 3-21, 2012. Disponível em: <http://www.journalofspeechsciences.org>. Acesso em: 23 ago. 2013.

GUTIÉRREZ-REXACH, J. Spanish root exclamatives at syntax/semantics interface. *Catalan Journal of Linguistics*, v. 7, p. 117-133, 2008. Disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/CatalanJournal/article/view/128412/176727>. Acesso em: 5 ago. 2016.

_____. Spanish exclamatives and the interpretation of the left periphery. In: Y.D'Hulst et al. (Ed.). *Romance Languages and Linguistic Theory 1999*, Amsterdam, John Benjamins, 2001, p. 167-194.

_____. The Semantics of Exclamatives. In: GARRETT, E.; LEE, F. (Ed.). *Syntax at Sunset. UCLA Working Papers in Linguistics*, p. 146-162, 1996.

HERNANZ, M. L. ¡En bonito lío me he metido! Notas sobre la afectividad en español. *Moenia*, v. 7, p. 93-109, 2001.

HIRST, D. The analysis by synthesis of speech melody: from data to models. *Journal of Speech Sciences*, v. 1, n. 1, p. 55-83, 2011. Disponível em:

<http://www.journalofspeechsciences.org>. Acesso em: 11 dez. 2011.

KATO, M. Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese. *DELTA*, v. 23, PUC-SP, São Paulo, p. 85-111, 2007.

MARTINS, C. *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS*. Braga: Psiquilibríos, 2011.

MORAES, J. A. The pitch accents in Brazilian Portuguese: analysis by synthesis. *Speech Prosody*, 4, 2008, Campinas. *Proceedings...*, Campinas, 2008. p. 389-397. Disponível em: <http://sprogis.isle.illinois.edu/sp2008/papers/8inv.pdf>. Acesso em 10 ago. 2014.

MUNARO, N. Verbless exclamatives across Romance: standard expectations and tentative evaluations. *Working Papers in Linguistics*, v. 16, p. 185-209, 2006.

OLIVEIRA, J. S. N. *Análise acústico-perceptual das frases exclamativas e interrogativa realizadas por falantes de Vitória da Conquista/BA*. 95 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2014.

PEREIRA, B. K. Exclamativas com 'que+s': checagem de traços C e D. XVII In: *Anais do XVII Congresso Internacional da ALFAL*. Congresso Internacional Asociación de Lingüística y Filología de América Latina – ALFAL 2014. João Pessoa, 2014. p. 2750-2760.

RETT, J. A. *Degree modification in natural language*. Dissertation (Doctor of Philosophy), 2008.

SEARA, I. C.; FIGUEIREDO SILVA, M. C. Metodologia para descrição da entoação na interface sintaxe-fonologia. *Revista Intercâmbio*, v. XVI, 2007.

SIBALDO, M. A. Semelhanças e diferenças entre duas sentenças exclamativas do português brasileiro. *Gragoatá*, v. 21, n. 40, p. 113-132, 2016. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/381/539>. Acesso em: 27 jul. 2016.

_____. *A sintaxe das small clauses livres do Português Brasileiro*. 2009. 202 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009a.

_____. Qual a estrutura das Small Clauses Livres do Português Brasileiro? *Revista Letras*, Curitiba, n. 78, p. 125-145, maio-ago. 2009b. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/15920>. Acesso em: 30 ago. 2016.

VILLALBA, X. An exceptional exclamative sentence type in Romance. *Lingua*, v. 113, p. 713-745, 2003. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.503.7320&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 2 ago. 2016.

VINET, M. T. French non-verbal exclamative constructions. *Probus*, v. 3, n. 1, p. 77-100, 1991.

ZANUTTINI, R., PORTNER, P. Exclamative clauses: at the syntax-semantics interface. *Language*, v. 79, n. 1, p. 39-81, 2003. Disponível em: <http://www9.georgetown.edu/faculty/portnerp/nsfite/excl-paper.pdf>. Acesso em: 21 set. 2010.

ZENDRON DA CUNHA, K. *Sentenças exclamativas em português brasileiro: um estudo experimental de interface*. 2016. 450p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ZENDRON DA CUNHA, K.; CARPES, D. R. P. Small clauses livres e sentenças clivadas: comportamento entoacional e sintaxe. *Diadorim*, v. 17, n. 2, Prosódia e Acústica, p. 107-125, 2015. Disponível em: <http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br/index.php/revistadiadorim>. Acesso em: 3 fev. 2016.

ZENDRON DA CUNHA, K.; SEARA, I. C. O padrão entoacional das exclamativas-WH em português brasileiro. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, v. 18, n. 2, p. 211-229, 2014. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2015/04/13-CUNHA-E-SEARA.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2016.

_____. *Sentenças exclamativas em português brasileiro: padrão entoacional e sintaxe*. 2012. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, 2012. Disponível em: <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080//dspace/handle/1884/27360>. Acesso em: 4 jan. 2013.

Anexo 1

Os contextos utilizados no experimento foram os seguintes:

1. Surpresa ao conhecer o namorado da Maria, Joana diz:
– **Que alto que ele é!**
2. Maria está em um restaurante esperando atendimento. Passa por ela um garçom muito bonito. Maria então comenta com Joana:
– **Como é lindo aquele homem!**
3. Helena tem muita inveja do namoro de Maria e Léo. Um certo dia vê Maria comendo uma barra de chocolate na cantina e comenta com Léo:
– **Quanto doce a Maria come!**
4. Helena e Joana saem juntas para uma balada “mulheres *free*”. Ao chegar no local Joana se espanta:
– **Quanto homem nesse lugar!**
5. Joana estava passeando com um amigo na praça quando viu Léo e Maria passarem de mãos dadas. Admirada com a felicidade do casal, Joana exclama:
– **Como é lindo o Léo e a Maria!**
6. Maria chega em casa cheia de sacolas da livraria. Sua filha admirada exclama:
– **Quanto livro que você comprou!**
7. A professora Soraia nunca havia notado o desempenho brilhante do aluno João. Ao corrigir uma de suas redações, a professora, pasma com tamanha criatividade, exclama:
– **Inteligente esse menino!**
8. Durante toda a cerimônia Maria não tirou os olhos da meia de Joana. Ao encontrá-la depois, exclama:
– **Linda a sua meia!**
9. João, admirado com a beleza do jardim de Maria, comenta:
– **Muito cuidadoso o seu jardineiro!**
10. Em meio às fofocas, Helena comenta com Joana:
– **Horroroso o namorado da Maria!**
11. Maria assiste todo dia às novelas da globo contra a vontade de Léo. Em uma discussão entre os dois, Léo exclama:
– **Uma merda as novelas da Globo!**
12. Joana pergunta para Helena se Maria está noiva. Helena responde que sim e diz para Joana dar uma olhada no anel que Léo deu para Maria. Joana surpreendida exclama:

– Muito bonito o anel da Maria!

Anexo 2

Tipo de sentença	<i>Small Clause Livre (SCL)</i>			<i>Sentença Exclamativa-wh</i>		
	Foco	X	Tônica Final	Foco	X	Tônica Final
N	143	142	143	144	142	144
Média	300,09	186,53	174,73	294,46	198,55	209,34
Mediana	294	188,5	166	298	203	192,5
DP	59,799	37,898	48,76	63,901	41,05	66,054
Mínimo	188	126	106	158	127	109
Máximo	482	362	410	446	299	436
Curtose	-0,376	2,054	8,002	-0,526	-0,478	1,389
Erro	0,403	0,404	0,403	0,401	0,404	
Assimetria	0,31	0,793	2,348	0,051	0,227	1,11
Erro	0,203	0,203	0,203	0,202	0,203	0,202

Testes de Normalidade						
	Kolmogorov-Smirnov ^a			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
SCLFoco	,069	140	,200*	,983	140	,072
SCLX	,096	140	,003	,937	140	,000
SCLTonicaFinal	,137	140	,000	,786	140	,000
WHFoco	,047	140	,200*	,988	140	,281
WHX	,068	140	,200*	,973	140	,008
WHTonicaFinal	,101	140	,001	,927	140	,000

*. Este é um limite inferior da significância verdadeira.

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Data de submissão na OJS: 06/11/2016

Data de aceite registrado na OJS: 23/11/2016

PALAVRAS COMPOSTAS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS OCORRÊNCIAS NAS LÍNGUAS PORTUGUESA E ALEMÃ¹

Syntax and intonation of free small clauses and
Wh-exclamative sentences: an experimental research

Marina Casaril
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal
de Santa Catarina
marinacasaril@gmail.com

Meirielle Tainara de Souza
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de
Santa Catarina
meiri.letras@gmail.com

Resumo: O presente artigo expõe uma análise comparativa da ocorrência de palavras compostas no português brasileiro em comparação com as formas compostas no alemão. Para isso, discutimos os critérios determinantes para considerarmos uma construção como uma palavra e seus desdobramentos para as palavras compostas. Em seguida, apresentamos o estudo a partir da análise de uma mesma notícia de um portal reconhecido mundialmente, o qual cria conteúdo em vários idiomas. Selecionamos a mesma notícia em língua portuguesa e língua alemã e verificamos, nesse mesmo contexto, a ocorrência dos compostos em cada uma das línguas.

Palavras-chave: Formação de palavras; Palavras compostas; Alemão-português; Morfologia.

Abstract: Este artigo expone un análisis comparativo de ocurrencia de palabras compuestas en portugués brasileño en comparación con las formas compuestas en alemán. Para tal efecto, discutimos los criterios determinantes para así considerar una construcción como una palabra y sus despliegues para las palabras compuestas. A seguir,

¹ Artigo apresentado para a disciplina de Morfologia, do programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade Federal de Santa Catarina.

presentamos el estudio a partir del análisis de una misma noticia de un portal reconocido a nivel mundial y que ofrece contenido en varios idiomas. Seleccionamos la misma noticia en lengua portuguesa y alemana y verificamos, en ese mismo contexto, la ocurrencia de los compuestos en cada una de las lenguas.

Keywords: Formación de palabras; Palabras compuestas; Alemán-portugués; Morfología.

Introdução

Partindo dos estudos realizados dentro da área da Linguística destinada aos estudos da estrutura, da formação e da classificação das palavras, a Morfologia, optamos por realizar um mapeamento acerca de um processo de formação de palavras - a composição. Desse modo, observaremos a ocorrência de palavras compostas nas línguas portuguesa e alemã. Esse mapeamento será feito a partir de duas notícias (em anexo), publicadas em um portal alemão, o qual também mantém uma versão brasileira. Desse modo, selecionamos uma mesma notícia que veicula o mesmo assunto, nas duas línguas, a fim de verificar e comparar a frequência dessas palavras nas duas línguas.

Pretendemos com o presente artigo refletir acerca do conceito de palavra, o qual colaborará para determinar quais são as palavras compostas presentes nas notícias selecionadas para análise; observar quantitativamente as palavras compostas presentes nas notícias em português e alemão; mapear comparativamente a frequência da composição em cada uma das línguas; elaborar hipóteses que justifiquem a maior ou menor frequência das palavras compostas em cada uma das línguas; e refletir acerca das influências que colaboram para a criação ou não de novas palavras compostas.

Para a realização desta pesquisa, foi selecionada uma notícia em língua alemã e a sua versão brasileira, em língua portuguesa do Brasil. A escolha temática foi aleatória, respeitando o critério de ser a mesma notícia, no mesmo dia, publicada no site em alemão e na versão do site em português² para o Brasil. O portal selecionado para a pesquisa foi o conhecido site de notícias *Deutsche Welle*, o qual pode ser lido em 30 idiomas diferentes. Vale destacar que o portal em outras línguas não é constituído de traduções

² O site também oferece português para a África, que apresenta alguns aspectos distintos do português brasileiro.

do alemão, mas sim, versões autônomas para língua alvo, alcançando dezenas de países, de todos os continentes.

Selecionada a notícia e feita a leitura de cada uma delas nas línguas investidas, foram mapeadas e divididas em tabelas as palavras compostas, em cada um dos textos, nas duas línguas, para análise, a fim de comparar a frequência em cada uma das línguas.

Assim, dividimos o artigo em cinco seções: o conceito de palavra, o conceito de composição, a composição no alemão, as palavras compostas selecionadas e a análise dos compostos. Desse modo, pretendemos responder nossos objetivos a partir dos conceitos que definimos como norteadores deste trabalho, buscando fazer um comparativo das ocorrências de compostos nas línguas portuguesa e alemã.

2 O conceito de palavra

O conceito de palavra, dentro da morfologia, está longe de ser um consenso. Por isso, partimos dos critérios elencados por Spencer (1991) e Basílio (1987, 2009), os quais serão decisivos para identificarmos se determinada construção é ou não uma palavra. Para isso, precisamos criar uma hierarquização que sirva como base para nossa análise de palavras supostamente compostas.

Antes disso, vale destacar que algumas abordagens teóricas tentaram definir a palavra com apenas um conceito. Um deles, muito difundido, é o conceito de Bloomfield (1926), que considera a palavra como a unidade mínima livre. Porém, segundo Basílio,

Esta definição focaliza a palavra como unidade da estrutura do enunciado: dado um enunciado, podemos segmentá-lo em palavras a partir desta definição de potencialidades. Assim, não são abarcados, dentre outros, a dificuldade prática de reconhecer palavras eventualmente pronunciadas em sequência não interrompida no decorrer do ato de fala, nem o problema teórico de se distinguir palavras de suas diferentes manifestações de caráter flexional.

Dentro destes limites, a definição é eficiente; mas naufraga, no momento em que focalizamos a questão da composição. (BASÍLIO, 2009, p. 10).

Considerando que o escopo do nosso estudo é a composição, não podemos partir desse conceito definitivo de palavra. Buscamos aqui, primeiramente, entendê-la como

uma unidade lexical associada a “(a) um significado ou conjunto de significados; (b) um conjunto de propriedades sintáticas; (c) um conjunto de propriedades morfológicas; e (d) um conjunto de determinações de uso” (BASÍLIO, 2009, p. 10). Ou seja, é necessário muito mais que um conceito, e sim, critérios, para determinarmos se uma construção pode ou não ser considerada uma palavra. Portanto, podemos dizer que se trata de uma discussão muito complexa e que pode trazer muito mais elementos do que aqueles que apresentamos aqui. Porém, nesse momento, optamos por apresentar algumas considerações e critérios que consideramos mais relevantes para que possamos realizar a nossa análise.

Basílio (2009) nos inquieta com um exemplo muito interessante para orientar a discussão acerca das palavras compostas. A questão que é levantada aqui é: há muitas palavras que consideramos compostas por critérios semânticos ou sintáticos. Mas, será que elas são compostas do ponto de vista morfológico? O exemplo em questão é: “óculos escuros”. Semanticamente, cada uma das bases tem seu significado específico e, quando juntas, elas não apresentam um novo significado, pelo contrário, mantém justamente o significado das partes, é transparente. Mesmo assim, designa um objeto específico, um ser único no mundo, portanto, temos aqui uma unidade lexical. Porém, devemos destacar que a concordância de gênero e número permanecem nessa construção. Ou seja, “a evidência do mecanismo de concordância e da possibilidade de substituição de um dos elementos por outro semanticamente equivalente nos desautoriza a considerar a sequência como um composto morfológico”. (BASÍLIO, 2009, p. 17). Desse modo, é possível que “óculos escuros” seja substituído por “óculos pretos”, ou seja, apresenta uma variação, o que descarta seu caráter de palavra composta do ponto de vista morfológico.

O critério que consideramos mais importante de todos é a integridade lexical. Para nós, esse critério é determinante no momento de testes de uma palavra. Trata-se de um critério morfossintático que prioriza a unidade de um constituinte. Porém, o plano semântico tem grande importância nesse parâmetro, pois, sua unidade de sentido não permitirá a inserção de outras palavras entre aquelas que constituem a composta. Como exemplo, temos a palavra “cordão umbilical”. Nenhum elemento pode ser inserido entre as duas bases de maneira que ainda faça sentido. Isso prova a integridade lexical da palavra. Da mesma maneira, não podemos inserir nenhuma palavra entre “óculos escuros”, sem que o sentido seja modificado.

Além disso, uma maneira de testarmos a “palavra nova” é verificando se ela apresenta algum tipo de variação, conforme já exposto acima, com o exemplo de Basílio (2009). Não havendo variação, eis mais um critério que confirma a criação da nova palavra. A prosódia será nosso último critério, o qual é fonológico. Aqui, teremos duas (ou mais) palavras fonológicas, pois, elas manterão seu acento próprio, ou seja, não serão dependentes na pronúncia. Dados esses critérios, apresentamos as noções de composição e, nossa análise, levará em consideração essa hierarquia para definirmos se as palavras que encontramos nos textos analisados podem ou não ser consideradas compostas.

3 O conceito de composição

Assim como o conceito de palavra, a composição como processo de formação de palavras também não constitui consenso. Vários autores buscam definir a composição, de acordo com a sua filiação teórica. Vale destacar que, atrelado a esse conceito, é preciso definir o conceito de palavra. Em resumo, é necessário delinear a noção de composição para classificarmos uma palavra como composta, bem como é fundamental assumirmos uma concepção de palavra para que possamos categorizá-la de acordo com seu processo de formação.

Cientes de que a composição pode ocorrer em quatro planos: o morfológico, o semântico, o sintático e o fonológico, evidenciamos que nosso foco está no plano morfológico, todavia, poderão aparecer em nossa análise palavras compostas originadas por motivações preponderantes que ultrapassam esse limite, dado o conceito de palavra que assumimos. Além disso, consideramos que todos os planos coocorrem, impossibilitando um posicionamento rígido e inflexível acerca dos conceitos. Desse modo, apresentamos, primeiramente, algumas definições de composição.

De acordo com a gramática tradicional, Bechara (2009, p. 355) expõe que “a composição consiste na criação de uma palavra nova de significado único e constante, sempre e somente por meio de dois radicais relacionados entre si”. Para o autor, “a linguagem se realiza historicamente mediante sistemas de isoglossas comprovados numa comunidade de falantes, conhecidos com o nome de línguas”. (BECHARA, 2009, p. 28). Todavia, se consideramos a língua como viva e mutável, não podemos assumir essa conceituação como determinante para o presente trabalho. Isso porque, um significado

“único e constante” impõe uma limitação no uso da língua, que não é o que pretendemos em nossa análise. Porém, a relação de junção de dois elementos identificáveis pelo falante nos pode ser útil para chegarmos a um “consenso”, pelo menos dentro de nossa pesquisa.

O segundo conceito que consideramos importante parte da gramática funcionalista. Nessa perspectiva, a língua é vista como um multissistema. Isso significa que quatro sistemas a compõem: léxico, semântica, discurso e gramática. Restringimo-nos, aqui, ao léxico, definido por Castilho como “um inventário (i) de categorias e subcategorias cognitivas; e (ii) de traços semânticos inerentes”. (CASTILHO, 2010, p. 110). Um processo que se relaciona diretamente com o léxico é a relexicalização, a qual consiste em um “movimento mental por meio de que rearranjamos as categorias cognitivas e seus traços semânticos, realocando-as nas palavras, renovando assim o vocabulário”. (CASTILHO, 2010, p. 117). Entendido o contexto apresentado pela gramática funcionalista, a composição está inserida no processo de relexicalização e na sua ocorrência, “juntamos radicais pré-existentes, criando palavras compostas”. (CASTILHO, 2010, p. 117).

Parece-nos que os focos da gramática tradicional e da gramática funcional diferem. A primeira se atém ao fato da criação de um novo significado, já a segunda, destaca a pré-existência dos radicais. De todo modo, entendemos que é preciso que haja mais de um radical para que possamos formar uma nova palavra.

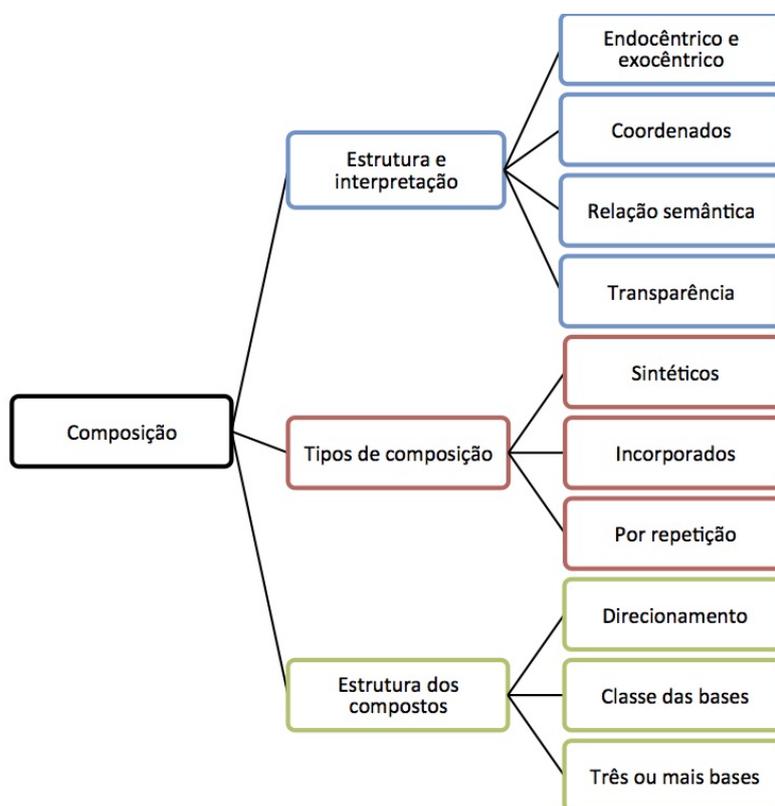
Selecionamos, ainda, um terceiro conceito de composição, advindo de um contexto em que o fator semântico começa a ser ressaltado em construções lexicais. Trata-se do conceito de Basílio, cunhado em sua obra *Teoria Lexical*, de 1987. Para a autora,

O que caracteriza e define a função do processo de composição é sua estrutura, de tal maneira que, das bases que se juntam para formar uma palavra, cada uma tem seu papel definido pela estrutura [...] a composição é um processo que vai permitir categorizações cada vez mais particulares. Com a utilização de estruturas sintáticas para fins lexicais, os processos de composição permitem a nomeação ou caracterização de seres pela junção de dois elementos semânticos, de existência independente no léxico, em apenas um elemento lexical. (BASILIO, 1987, p. 29-30).

Aqui, percebemos que não se trata apenas da junção de radicais já existentes ou de um significado constante. Temos uma relação mais direta com a carga semântica das bases pré-existentes e a motivação e/ou função da junção dessas bases. Além disso, o processo de composição se efetiva quando há a formação de um elemento lexical, ou seja, a palavra.

Apresentamos ainda o conceito de composição de Spencer. Para ele, a composição é prototipicamente a concatenação de palavras para formar outras palavras. (SPENCER, 1991, p. 309). Vinculado ao conceito de Spencer, também temos o conceito de Fabb (2007), que define a composição como uma palavra que consiste em duas ou mais palavras. Fabb é autor de um capítulo sobre a composição na obra *The handbook of morphology*, organizada por Spencer e Zwicky (2007). Fabb, em seu artigo, apresenta três aspectos em relação aos compostos: estrutura e interpretação, tipos de composição e estrutura dos compostos. Apresentaremos brevemente cada um deles, de acordo com o fluxograma abaixo, para fins de contextualização em relação ao que consideramos fundamental acerca desse processo de formação de palavras.

Figura 1. Esquema elaborado pelas autoras, baseado no texto de Fabb (2007)



Em relação à estrutura e interpretação, Fabb (2007) nos lembra que nem sempre há previsibilidade no significado da palavra composta. Isso se deve a duas características principais: compostos derivam de processos semânticos e há muitas possibilidades de relação semântica entre os compostos e suas partes. Desse modo, o autor apresenta quatro características dos compostos, considerando sua estrutura e interpretação.

Os compostos podem ser endocêntricos ou exocêntricos. Os primeiros são aqueles que possuem um núcleo, como em *sneak-thief*, em que temos uma especificação do ladrão, portanto, o núcleo seria a palavra *thief* (ladrão). Já os segundos não apresentam núcleo, pois não há como determinar qual seria mais relevante para a composição. Isso ocorre, comumente, na formação de compostos por dois nomes. Todavia, Fabb (2007) destaca que essa característica é passível de interpretação. Para Mioto e Figueiredo Silva (2009) e para Spencer (1991), a composição não preserva a endocentricidade.

O segundo traço apresentado é em relação aos compostos coordenados. São aqueles em que as bases que formam o composto compartilham a característica de núcleo igualmente, por exemplo, em “agridoce”. A terceira propriedade é a respeito da relação semântica entre as partes. Frequentemente, essa relação pode ser entendida em termos de modificação, como em “peixe-espada”. A última característica é a transparência do significado. Há alguns compostos em que o significado é transparente como em “sofá-cama”, que se trata de um sofá que pode funcionar como cama. Entretanto, alguns outros podem não ser tão transparentes, como em “olho-de-sogra”. Para Basílio, “o docinho referido certamente tem algo das características de um olho, mas certamente a associação com olho é desagradável, daí o uso do termo *sogra*, que é um personagem tido como desagradável em nossa cultura”. (BASÍLIO, 1987, p. 33).

O segundo aspecto apresentado por Fabb (2007) em relação à composição são os tipos. Para o autor, os compostos podem ser classificados em: sintéticos, incorporados e por repetição. Os compostos sintéticos são aqueles caracterizados pela coocorrência de características formais particulares com restrições particulares na interpretação. Seu núcleo é uma palavra derivada que consiste em um verbo e vários afixos, como em *window-cleaning* (*window-clean-ing*).

Fabb (2007) descreve que os incorporados, em algumas línguas, são simplesmente os compostos. Partimos do pressuposto que isso se aplica à língua portuguesa. Nesse caso, as palavras, tanto a base quanto a incorporada, existem como palavras

independentes na língua, por exemplo, “couve-flor”. Todavia, Fabb (2007) cita Bybee (1985), com a proposta de que os aspectos morfológicos e fonológicos das formas livres podem sofrer alterações quando incorporadas, sem perder os aspectos semânticos. E, por último, os casos que ocorrem por repetição são aqueles em que a duplicação resulta em uma nova palavra, como em corre-corre, por exemplo.

O último aspecto que consideramos aqui, exposto por Fabb (2007), é a estrutura dos compostos, que envolve sua constituição por duas (ou mais) palavras e que essa constituição se dá por diversas regras. Essa categoria se subdivide em outras três: direcionamento, classe das bases e três ou mais bases. Para nossos fins analíticos, vamos enfocar na categoria que diz respeito à classe das bases.

O que ocorre é que, tanto para Fabb (2007) como para Basílio (1987), a formação de palavras por composição segue, por analogia, algumas regras de formação de frases. Ou seja, acaba por utilizar estruturas sintáticas para fins lexicais. (BASÍLIO, 1987). Desse modo, em língua portuguesa podemos identificar as formações entre: substantivo + substantivo (sofá-cama), substantivo + adjetivo (cordão umbilical) e verbo + substantivo (mata-mosquito). Para Basílio, “com a utilização de estruturas sintáticas para fins lexicais, os processos de composição permitem a nomeação ou caracterização de seres pela junção de dois elementos semânticos, de existência independente no léxico, em apenas um elemento lexical”. (BASÍLIO, 1987, p. 31).

Para finalizar, assumiremos, para fins de análise neste trabalho, o conceito de composição exposto por Spencer, em consonância com algumas características expostas por Fabb (2007) e Basílio (1987). Isso porque, a partir do mapeamento que realizamos, acreditamos que os conceitos se complementam, atendem as nossas necessidades e compreendem que o processo de formação de palavras não pode ser restrito a determinados aspectos, já que muitos fatores podem influenciar nesse percurso. Partindo do exposto, apresentemos, agora, como ocorre a formação de compostos na língua alemã, em seguida a análise das notícias selecionadas.

4 A composição no alemão

Partindo da Gramática Tradicional, a formação de palavras compostas em língua alemã é muito semelhante à formação no português brasileiro (PB). Assim como no PB,

ela apresenta formação composta por aglutinação ou justaposição; e soma de vocábulos para formar novos, cujas bases podem ser nominais, verbais, adjetivas, preposicionais e adverbiais.

Segundo a *Textgrammatik der deutschen Sprache* (2007, p. 915)³, uma palavra composta, em língua alemã, é “um novo lexema complexo” oriundo da comunhão entre dois lexemas e terá na sua composição a soma de uma *forma base* que receberá uma *forma determinada*.⁴ Por exemplo, a palavra composta *Weltliteratur*⁵ será formada a partir do substantivo determinante “Welt” somado ao substantivo base “Literatur”. Essa separação em base e determinante é importante para a gramática alemã, pois no caso de substantivos, como o exemplo supracitado, será sempre o vocábulo ocupando a forma base que indicará o gênero da palavra e sua classe. Ou seja, a forma determinante virá sempre antes da base, mas será a base a responsável por apontar a qual classe o composto pertence (substantivo, verbo, adjetivo) e qual é o gênero da palavra (*der* para masculino, *die* para feminino e *das* para neutro). A base sempre será o último elemento da palavra composta, não importando quantas palavras adjunja-se a ela, como, por exemplo, *Wintergartenfachgeschäft*⁶ onde encontra-se (i) *der Winter*, (ii) *der Garten*, (iii) *das Fach* e (iv) *das Geschäft*, este último responsável por apontar a classe (substantivo) e o gênero (neutro, por conta do artigo ser o **das**). Sendo assim a estrutura fica:

Winter + Garten + Fach + Geschäft

D + D + D + B

Em português essa palavra composta seria equivalente à “loja especializada em jardim de inverno”, e loja (*das Geschäft*), então, a palavra mais importante do composto - a base. Também é a base que recebe a marca de plural da palavra composta. Se fossem “lojas”, o termo em alemão passaria a ser *Wintergartenfachgeschäfte*, sendo o **-e** o

³ Gramática do texto da língua alemã. Traduções do alemão sob nossa responsabilidade.

⁴ “Bei der Komposition (“Zusammensetzung”) wird in einem Text aus zwei Lexemen ein neues komplexes Lexem, das Kompositum (Plural: Komposita) gebildet. [...] Im Deutschen steht bei einem Kompositum die **Bestimmungsform** immer vor der **Grundform**.” (2007, p. 915, grifo nosso).

⁵ Literatura mundial.

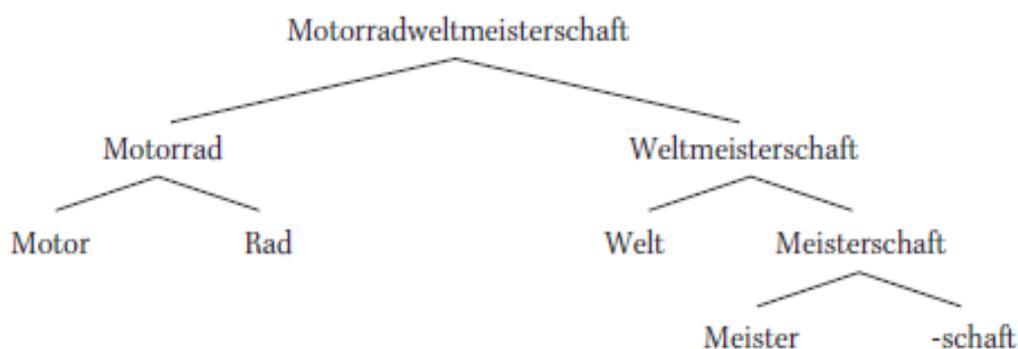
⁶ Disponível em: <http://www.aprenderalemao.com/2009/03/por-que-se-escreve-junto.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

morfema marcador de plural neste substantivo. Nesse caso o composto foi gerado por justaposição, por isso nenhum dos vocábulos perdeu nenhum elemento ao se fundirem e formarem a nova palavra, e também não foi inserido nenhum elemento de ligação entre as bases.

4.1 Estrutura

Outro exemplo de composto, retirado da gramática Duden (2009, p. 662), uma das mais populares na Alemanha, mostra como funciona a estrutura de maneira mais explícita, com a palavra *Motorradweltmeisterschaft*⁷, e pode ser observada no esquema a seguir:

Figura 2. Estrutura da palavra composta no alemão



O esquema aponta [Motor + Rad] + [Welt+[Meister + -schaft]] ou seja, a base nesse caso é a palavra, *Meisterchaft* (campeonato), que parece um composto mas não é. *Maister* é um prefixo que pode ser usado sozinho na língua, com sentido parecido, de campeão, por isso a fórmula usa + -schaft que seria a base, porém *Schaft* como palavra tem outro sentido, o de haste ou talo, então nesse caso não formam uma palavra composta; no caso de *Maisterschaft* temos uma derivação sufixal.

⁷Mundial de motociclismo.

4.2 Elemento de ligação

Muitas vezes, para receber um determinante e formar uma nova palavra através de composição, a palavra base precisa de um elemento de ligação, chamado *Fugenelement*, que exerce, literalmente, um encaixe. O elemento de ligação mais comum é o *Fugen-s*, originado do genitivo na língua. (WELKER, 2008, p. 347). Ele está presente em diversas formas de composto, como após um determinante no infinitivo; determinados substantivos; alguns morfemas específicos; e após componentes masculinos e neutros, que podem ser considerados adjuntos adnominais do componente seguinte, como por exemplo *Verlagsdirektor*(*der Direktor eines Verlag*)⁸ (grifo nosso), constituído por *Verlag* + *-s* + *Direktor*.

4.3 Palavras compostas

O processo de formação de compostos na língua alemã é “extremamente frequente e importante” (WELKER, 2008, p. 340) e recorrente. Por composição é formado o substantivo composto, o adjetivo, o verbo e o particípio (de presente e de passado, que normalmente são usados como adjetivos). Um falante nativo de alemão aceita que novos compostos sejam formados a qualquer instante; para explicar uma ideia em um contexto específico, para retomar termos, ou quando necessário, como explica Pickbrenner:

A língua alemã também permite que seus falantes façam uso de palavras formadas espontaneamente (WEINRICH, 1993). Os assim denominados *Spontan-Komposita* [compostos espontâneos] são compostos criados para fins argumentativos em determinado texto especializado, sendo somente compreendidos no contexto no qual estão inseridos. Para a compreensão de um *Spontan-Kompositum*, são importantes as retomadas de seu determinante e de sua base ou de suas variações lexicais no decorrer do texto. Através das retomadas de determinante, são formados novos compostos. (PICKBRENNER, 2008, p. 169).

Segundo os autores da gramática Duden, o substantivo composto é uma nova palavra que não precisa ser muito explicada, uma vez que seus elementos constituintes aparecem anteriormente no texto⁹, ou seja, as formas determinantes e básicas não

⁸ Diretor de editora (o diretor de uma editora). (WELKER, 2008, p. 347).

⁹ „Es wird als neues Wort eingeführt, muss aber nicht erklärt werden, da seine Konstituenten (Wüsten)ameise und Projekt bereits vorher im Text erwähnt sind.“ (DUDEN, 2009, p. 647).

perdem totalmente seu sentido original, como palavras sozinhas na língua, ao se juntarem para construir uma nova palavra ressignificada, pois muitas vezes esse processo ocorre espontaneamente, com elementos citados anteriormente, dentro dos mais variados formatos textuais. Apesar de a formação ser espontânea, depois de formado o composto, será a sua recorrência e relevância que o assegurarão ganhar prestígio e afirmação na língua.

4.4 Substantivo composto

Na língua alemã, existem compostos nas mais diversas classes de palavras, porém para os fins desta pesquisa, explicaremos a seguir como funciona o que nos interessa investigar também no PB, que são os substantivos compostos. No substantivo composto, os primeiros elementos poderão ser substantivos, adjetivos, verbos, advérbios e preposições; a base, ou último elemento, será obrigatoriamente um substantivo. Dentre esses vários tipos de determinantes, interessa-nos em especial o substantivo composto por composição de determinante adjetivo + base substantiva.

Segundo Weinrich (2007, p. 942), a ocorrência de adjetivos ocupando a forma determinante é frequente; eles são os responsáveis em designar a propriedade da base que recebe o determinante. O autor vai afirmar também que são poucos adjetivos específicos que irão ocorrer frequentemente nessas construções, e que os adjetivos que apresentam polaridades também aparecem com consistência na língua, como nos casos de *Schwartzbrot* / *Weissbrot*¹⁰ e *Hochland* / *Flachland*¹¹. Ou seja, quando o adjetivo ocupa somente o lugar do determinante ele vai atribuir sentido à base a qual se acopla.

4.5 Abreviação

Fenômeno muito recorrente na língua alemã, a abreviação (*abkürzung*) ocorre na transformação das iniciais das palavras do composto em uma sigla, bem como no uso de formas encurtadas daquele nome. A forma encurtada aparece no uso reduzido do vocábulo que ocupa o lugar do determinante (ou do 1º determinante, no caso de mais de um) na palavra, ou no uso do morfema prefixal sozinho na língua. Conforme a gramática

¹⁰ Pão preto / Pão branco.

¹¹ Planalto / Planície.

Duden, as formas encurtadas também são consideradas substantivos.¹² Esse fenômeno não ocorre somente com palavras compostas, é passível com qualquer substantivo da língua, como apontam os exemplos a seguir:

- a) der Krimi → (der) Kriminalfilm¹³, (der) Kriminalroman¹⁴;
- b) die AOK → Allgemeine Ortskrankenkasse¹⁵; (grifo nosso)
- c) die Lok → die Lokomotive¹⁶;

Elas são escritas e faladas na forma curta e recebem, muitas vezes, uma nova marcação de gênero na língua, respeitando as regras de gênero como se fossem de fato novas palavras, mas não são, pois referenciam a mesma coisa no mundo que a sua forma completa. As formas encurtadas também são modificadas quando na forma de plural (DUDEN, 2009, p. 733), por exemplo:

- d) das Foto → die Fotografie¹⁷;
- e) der Treff → Treffpunkt¹⁸ → die Treffs¹⁹ (plural);
- f) das Tief → Tiefdruckgebiet²⁰ → die Tiefs (plural);
- g) der/die Studi → Student/Studentin²¹ → die Studis (plural).

4.6 Separação com hífen

Na língua alemã também ocorre a separação de elementos do composto por meio do uso do sinal hífen. Segundo Welker (2009, p. 343-344), o hífen aparece quando

¹² Kurzwörter sind Substantive, und zwar Appellative (Gattungsbezeichnungen) und Eigennamen, die durch Kürzung komplexer Wörter oder syntaktischer Fügungen entstehen.“ (DUDEN, 2009, p. 733).

¹³ Filme policial.

¹⁴ Romance policial.

¹⁵ Empresa alemã de seguro de saúde. Disponível em: <<https://www.aok.de>>. Acessado em 28 de Setembro de 2015.

¹⁶ Locomotiva.

¹⁷ Foto / Fotografia.

¹⁸ Ponto de encontro.

¹⁹ Clubes.

²⁰ Zona de baixa pressão.

²¹ Estudante.

substantivos compostos estão coordenados, como em *Wirtschafts-, Steuer- und Sozialpolitik* (política econômica, fiscal e social); quando nomes próprios e substantivos referem-se a assuntos de conhecimento público, como em *die Müllmann-Entführer* (os sequestradores de Müllmann); e para não haver compreensão errada dos elementos, especialmente se ele for composto por mais de dois elementos, como em *Musiker-Leben* (vida de músico) ou *Musik-Erleben* (vivência da música). Na gramática Duden, além dos quesitos supracitados, o uso do hífen aparece como sendo obrigatório nos casos onde o primeiro elemento ou o segundo for uma sigla ou palavra encurtada, como nos exemplos: *UKW-Sender, Fußball-WM, DGB-eigene Uni-Alltag*.²²

5 As palavras compostas selecionadas: alemão e português

5.1 Alemão

Pensando no paralelo que seria feito entre as línguas selecionadas para esta pesquisa, escolhemos o gênero textual Notícia por tratar-se de uma estrutura textual recorrente cuja linguagem (via de regra) é clara, objetiva e precisa. As notícias escolhidas para análise foram encontradas de modo aleatório no portal, conhecido mundialmente, da *Deutsche Welle*.²³ Buscou-se pela mesma notícia, com mesmo conteúdo, redigida nas duas línguas escolhidas para análise: português do Brasil e alemão da Alemanha.²⁴ Ressaltamos que não se trata de tradução da notícia de uma língua para outra, e sim da mesma notícia nas duas línguas alvo, produzidas por jornalistas nativos da língua de cada uma delas.

²² Estação de Rádio FM, Copa do Mundo de Futebol, Confederação dos Sindicatos de Alemanha e dia a dia universitário.

²³ A “Deutsche Welle (DW) is Germany’s international broadcaster. Around 3,000 employees and freelancers from 60 countries work in DW’s headquarters in Bonn and main studio in Berlin.” Disponível em: <http://www.dw.com/en/about-dw/profile/s-30688>. Acesso em: 21 set. 2015.

²⁴ Por mais redundante que isso pareça, vale ressaltar que o alemão é língua oficial de seis países europeus: Alemanha, Áustria, Suíça, Luxemburgo, Lichtenstein, Bélgica e da União Europeia. Na Alemanha, na Áustria e em Lichtenstein o alemão é a única língua oficial; nos demais divide espaço com outros idiomas. Também é língua oficial local ou regional em: Dinamarca, Polônia, Itália (Trentino-Alto Ádige), Brasil (colônias alemãs no Sul), Eslováquia (Krahule); língua oficial da Namíbia até 1990, depois língua oficial regional; língua oficial da Guarda Suíça no Vaticano. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_alem%C3%A3. Acesso em: 21 set. 2015.

As notícias analisadas foram: “*Homo-Ehe in allen US-Bundesstaaten erlaubt*”²⁵ e “Casamento gay é legalizado nos EUA”.²⁶ Por se tratar de um acontecimento de relevância mundial, especialmente para a comunidade homossexual, e ter acontecido em um país de relevância internacional, as notícias encontradas encaixaram-se no perfil que estava sendo procurado.

O texto em alemão contém 223 (duzentas e vinte e três) palavras, sendo 15 (quinze) compostas em 23 (vinte e três) ocorrências, o que mostra que aproximadamente 10% do texto é formado por palavras compostas. Esse número é resultado da pesquisa e análise das autoras, e da contribuição externa de um falante nativo.

O texto em português tem um total de 362 (trezentas e sessenta e duas) palavras, sendo 6 (seis) compostas em 11 (onze) ocorrências, ou seja, três palavras se repetem, isso mostra que, aproximadamente, apenas 1,7% das palavras do texto são compostas. A diferença do número de palavras compostas encontradas no texto em alemão e no texto em português é evidente. Tem-se mais que o dobro de palavras compostas e o dobro de ocorrências em alemão. Destacamos ainda que o número total de palavras do texto em português é maior do que o texto em alemão.

O primeiro mapeamento e detecção das palavras compostas, no texto em alemão, foi realizado por uma falante de português brasileiro como língua materna, que possui alemão como segunda língua (L2) e também inglês. Foram selecionadas inicialmente 23 (vinte e três) palavras em 30 (trinta) ocorrências. Em um segundo momento, a pesquisa contou com a participação de um falante nativo de alemão, com idade aproximada da falante de português, que possui espanhol e inglês como L2. Ele recebeu o texto e a instrução de procurar no texto palavras que acreditasse ser compostas.

Foram selecionadas inicialmente 19 (dezenove) palavras em 25 (vinte e cinco) ocorrências. Antes de iniciarmos as análises específicas das diferenças encontradas entre os dois falantes, apresentamos no quadro 1, as palavras compostas selecionadas a partir dos dois textos, com ocorrência dentro do texto, a nossa tradução e a soma dos elementos da composição nas palavras. Em destaque no quadro encontram-se nas últimas linhas os

²⁵ Disponível em: <http://www.dw.com/de/homo-ehe-in-allen-us-bundesstaaten-erlaubt/a-18543576>. Acesso em: 28 jun. 2015.

²⁶ Disponível em: <http://www.dw.com/pt/casamento-gay-%C3%A9-legalizado-nos-eua/a-18543840>. Acesso em: 28 jun. 2015.

compostos que não foram marcadas pelo falante nativo de alemão, e os dois últimos não foram marcados pela falante nativa de PB.

Quadro 1. Palavras compostas em alemão

Oc.	Palavra	Tradução	Palavras-base e tradução
3	Homo-Ehe	Casamento gay	Homo (de homosexuell) + Ehe (casamento/matrimônio)
2	US-Bundesstaaten	Estados dos EUA	US(United States/Estados Unidos) + Bundesstaaten (pl. Estados confederados)
2	Supreme Court	Suprema Corte	Do inglês: Supreme (suprema) + Court (corte)
2	Gleichgeschlechtlich e + -er	Do mesmo sexo	Gleich (mesmo/igual) + geschlechtliche (sexual)
4	Bundestaaten	Estados Federativos	Bund (federação/liga/grupo...) + Staat (estado)
1	US-Richter	Juiz dos EUA	US (United States/Estados Unidos) + Richter (juiz/árbitro)
1	Gleichstellten	Equiparada/comparada	Gleich (mesmo/igual) + stellen(por/colocar...)
1	Regenbogenfahnen	Bandeiras do arco-íris	Regenbogen (arco-íris) + fahnen (bandeiras)
1	US-Präsident	O presidente dos EUA	US (United States/Estados Unidos) + Präsident (presidente)
1	Gleichbehandlung	igualdade	Gleich (mesmo/igual) + behandlung (tratamento)
1	Linksliberalen	esquerda-liberal	Links (esquerda) + liberalen (liberais/liberal)
1	Mehrheitsmeinung	opinião da maioria	Mehrheit(s) (maioria) + Meinung (opinião/pensamento)
1	Zusatzartikel	artigos adicionais	Zusatz (acréscimo/complemento) + Artikel (artigo)
1	US-Verfassung	Constituição dos Estados Unidos	US (United States/Estados Unidos)
1	Gleichbehandlungsggrundsatz	Princípio da igualdade de tratamento	Gleich (mesmo/igual) + behandlung (tratamento) (s) + Grundsatz (princípio/máxima)
3	Obersten	Supremo	Ober (superior) + Erste (primeiro) (aglutinação)
1	Hauptstadt	Capital	Haupt (cabeça) + Stadt (cidade)
1	Partnerschaften	Parcerias/Sociedade	Partner(parceiro) +schaft(haste)
2	Gerichtshofs	Tribunal	Gericht (julgamento/juizo/tribunal) + Hof (pátio/quinta/corte)
1	Befürworter	Apoiadores	Befür (raiz de befürchten/temer) + Worter (palavras)
1	Festgeschriebene	não comprometido	Fest (festa/fixo) + geschriebene (escrito-schreiben/escrever)
1	homosexuelle	Homossexual	Homo (radical grego para igual) + sexuelle (sexual)
1	Heterosexuelle	Heterossexual	Hetero (radical grego para diferente) + sexuelle(sexual)

Após a leitura da notícia em língua portuguesa, fizemos um mapeamento das palavras que encontramos e consideramos compostas, com o conhecimento de falantes nativos da língua. Buscamos nos distanciar dos possíveis critérios de análise para que pudéssemos observar as palavras selecionadas e buscar respostas que justificassem essas escolhas. Ao fim do texto, as seis palavras expostas no quadro abaixo foram selecionadas:

Quadro 2. Palavras compostas em português

Ocorrências	Palavras	Definição
2	Casamento gay	Casamento entre pessoas do mesmo sexo
4	Suprema Corte	Autoridade jurídica mais alta dos Estados Unidos da América
1	Estados Unidos	País da América do Norte
1	Sexta-feira	Sexto dia da semana
2	Casa Branca	Residência oficial e local de trabalho do presidente dos Estados Unidos da América
1	Arco-íris	Meteoro luminoso, em forma de arco, apresentando as sete cores do espectro solar (in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa)

Pensando nos critérios que elencamos para considerarmos que determinada construção é ou não uma palavra, partiremos deles para determinar se essas palavras encontradas podem ser ou não compostas. Vale destacar que nossa discussão principal está em torno do elemento *casamento gay*, tanto em língua portuguesa quanto em língua alemã, que foi o que mais nos chamou atenção na seleção e mais gerou debates acerca de sua formação lexical. Portanto, apresentamos antes as outras construções selecionadas e, por último, nossas considerações acerca dessa construção específica.

6 Análise dos compostos: alemão e português

6.1 Alemão

Ao observarmos os elementos que compõem os compostos das palavras não selecionadas pelo falante nativo, destacadas na tabela, há concordância na tese de que não se trata de compostos, salvo uma divergência, a palavra *Hauptstadt*. O falante nativo não anotou *Hauptstadt*, palavra supostamente composta em nossa opinião e há duas hipóteses para tal: a palavra está tão sedimentada na língua, devido à grande recorrência de uso, que ele já não a vê como composta; ou simplesmente não percebeu. Para o termo *cabeça* em alemão existe outra entrada mais recorrente na língua, que é *Kopf*, sendo *Haupt* encontrada com mais frequência em textos literários.

O falante nativo de alemão considerou *homosexuelle* e *heterosexuelle* como sendo compostas. O que não sucedeu com a falante de PB. A hipótese para essa divergência, nesse caso, é a de que, em língua portuguesa, as formas homo- e hétero- são prefixos que se adjungem à palavra *sexual*, portanto não seria caso de composição, mas derivação prefixal.

No caso da palavra *Homo-Ehe* (casamento gay) acreditamos que o que está sendo usado no composto seja a forma encurtada de *Homosexuelle*, por dois motivos: a existência de *Homo* sozinho na língua como forma encurtada e o uso do hífen, que é obrigatório quando formas encurtadas aparecem em compostos. O que atesta a entrada de **casamento gay** em alemão ser uma palavra composta. O objetivo do artigo não é discutir como as formas encurtadas viram entradas na língua; ou como em PB os mesmos morfemas que constituem as palavras citadas também existem sozinhos na língua, mas deixamos aqui registrada nossa inquietação com o tema.

Quando questionado sobre o porquê de algumas palavras não terem sido marcadas, o falante nativo de alemão respondeu que não conseguia pensar nessas palavras com seus elementos existindo sozinhos, porém no momento da entrevista não foi possível perguntar se o mesmo passava com *Hauptstadt*, *homosexuelle* e *heterosexuell*, dada a brevidade do encontro.

Por fim, consideramos compostos todas as outras palavras selecionadas pelos dois que tiveram acordo em ambos os testes de marcações. Pode-se perceber, nessa pequena amostra analisada, dentre os textos em PB e alemão, que a língua alemã aponta para

assertivas como sendo uma língua com recorrência maior de palavras compostas do que o português do Brasil. Aproximadamente 10% do texto em alemão contém palavras compostas, enquanto apenas 1,7% do texto em português, sendo que este apresentava quase 100% palavras a mais em sua base textual. Dados que evidenciam a recorrência de palavras formadas por composição nos textos em língua alemã.

6.2 Português

Na notícia “Casamento gay é legalizado nos EUA” destacamos seis palavras (ou não) compostas (ou não): Suprema Corte, Estados Unidos, Casa Branca, sexta-feira, arco-íris e casamento gay. Cinco palavras, das seis que selecionamos, já são cristalizadas como compostas na língua portuguesa, são elas: Suprema Corte, Estados Unidos, sexta-feira, Casa Branca e arco-íris.

Suprema Corte, Estados Unidos e Casa Branca são nomes próprios, o que já garante sua integridade lexical, ou seja, não podemos inserir elementos entre as bases que o compõem pois perderiam sua unidade de sentido, os quais são ressignificados quando da junção dessas bases, pois como compostos não são transparentes ou previsíveis. Ou seja, adquire-se um novo significado a partir da junção dessas duas bases como nome próprio para representar um órgão, um país e um local, específicos e únicos. Além disso, nenhuma das bases pode apresentar variação, o que garante seu caráter de composição do ponto de vista morfológico. E, também, em relação à prosódia, todas as bases, já existentes como palavras autônomas, mantêm seus acentos quando ligadas as outras bases.

Já as outras duas palavras encontradas, sexta-feira e arco-íris, são aqueles compostos que normalmente aparecem como exemplos na gramática tradicional. Apresentam a ortografia com hífen, o que facilita sua identificação. Os dois possuem duas bases que adquirem um novo significado quando juntas. Há integridade lexical, ainda mais evidente pelo hífen, unidade de sentido, não possibilita variação e os acentos das bases são mantidos. Ou seja, em todos os planos, sintático, semântico, morfológico e fonológico, essas duas palavras são consideradas compostas.

Por último, chegamos à discussão que nos é crucial: *casamento gay* é ou não é uma palavra composta? Pelo critério da integridade lexical, podemos considerar que sim. Pois

se adicionarmos alguma palavra entre as duas bases, como em: *casamento* totalmente *gay*, já temos uma mudança completa de sentido, ou seja, o composto se sustenta. Ao pensarmos no critério prosódico, também temos um composto, pois as duas palavras mantêm seu acento. Vale destacar que poderíamos considerar como um composto transparente, em que o significado se dá justamente pelo sentido que as bases têm como formas livres.

Porém, ao chegarmos no critério morfológico, o qual envolve a variação dos termos, entramos em um embate. Há uma variante na própria língua com o mesmo significado que seria *casamento homossexual*. Além disso, só há a necessidade de especificar o termo casamento por conta do contexto atual em que estamos inseridos, com a discussão da liberação do casamento entre pessoas do mesmo sexo, assim como já foi muito utilizada a expressão *casamento inter-racial*, que hoje já não nos parece ter sentido.

Portanto, do ponto de vista morfológico, não podemos classificar “casamento gay” como uma palavra composta. Talvez possamos assumir a hipótese de que caminhe para uma cristalização determinada pelo uso. Todavia, concordamos com Basílio que, ainda nos “é necessária, portanto, a análise cuidadosa das várias sequências normalmente consideradas como compostos, antes que possamos determinar quais são realmente os processos de composição na língua portuguesa”. (BASÍLIO, 2009, p. 17).

Considerações finais

Considerando os objetivos da pesquisa aqui apresentada, encontramos evidências na literatura que corroboram com a hipótese que nos instigou a iniciar este artigo. Pensando no conceito de palavra como um construto linguístico único cujo referencial no mundo é também único, palavras compostas são palavras geradas a partir da soma de duas ou mais palavras que juntas formam uma nova palavra ressignificada. Embora, muitas vezes apresente um significado transparente e previsível, mas de caráter especificador, que remete ao sentido das palavras existentes como formas livres.

Sobre a formação de novas palavras, nosso foco principal esteve na construção *casamento gay*, pois se trata de um termo que gera dúvidas em relação a sua formação. Consideramos que o termo *casamento gay* é, sem dúvida, um composto em língua alemã,

pois, trata-se da junção de duas formas livres no plano morfológico que, uma vez unidas, ganham um novo significado. E, além disso, nos planos fonológico, sintático e semântico, também demonstram características de palavra composta.

Já em português brasileiro, levantamos algumas hipóteses e realizamos alguns testes que evidenciaram um composto. Essas hipóteses foram confirmadas sintaticamente, semanticamente e fonologicamente. Porém, morfológicamente essa possibilidade não se sustenta, pois o termo pode apresentar variação. Desse modo, em língua portuguesa, *casamento gay* apresenta características de uma palavra composta, mas não em sua totalidade. Isso porque, no plano morfológico, sua sedimentação ainda não está consolidada. Assim, propomos que o termo apresenta majoritariamente características de um composto, apesar de, morfológicamente, ainda não ser considerado como tal.

Fica evidente, a partir da pequena amostra analisada, que a língua alemã se apresenta como uma língua de maior possibilidade na formação de palavras compostas, em relação à língua portuguesa. Consideramos que, ao selecionarmos uma mesma notícia, tratando do mesmo assunto, retirada do mesmo portal, temos uma amostra mais palpável para realizar essa afirmação. Além disso, percebemos que a ocorrência dos compostos é bem maior na língua alemã, talvez, justamente por possibilitar mais oportunidades para a formação de novas palavras, já que respeitando que o último elemento seja a base, pode se acoplar quantas determinantes quiser.

Assim, considerando a análise realizada, reiteramos que, em relação à formação de palavras por composição, as duas línguas apresentam possibilidades muito diferentes. Percebemos que, em língua portuguesa, o processo de formação, aceitação e cristalização pelo uso de uma palavra composta pode ser mais longo, justamente pelo fato de a própria língua não permitir tantas possibilidades de formação como a língua alemã permite.

Bibliografia

BASILIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Em torno da palavra como unidade lexical: palavras e composições. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 9 a 18, 2009.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- FABB, N. Compounding. In: ANDREW, S.; ZWICKY, A. M. (Ed.). *The Handbook of Morphology*. Blackwell Publishing, 2001. Disponível em: http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9780631226949_chunk_g97806312269496. Acesso em: 28 dez. 2007.
- GÖTZ, D.; HAENSCH, G.; WELLMANN, H. (Org.). *Langenscheidt: Grosswörterbuch Deutsch als Fremdsprache*. München, Deutschland: Langenscheidt KG, 2007.
- KUNKEL-RAZUM, K. et al. *DUDEN: Die Grammatik Unentbehrlich für richtiges Deutsch*. Mannheim: Dudenverlag, 2009.
- FIGUEIREDO SILVA, M. C.; MIOTO, C. Considerações sobre a prefixação. *ReVEL*, v. 7, n. 12, 2009.
- PICKBRENNER, M. B. Termos compostos em língua alemã: uma contribuição para o ensino de leitura instrumental em direito. 2008. Disponível em: http://www.corpuslg.org/journals/the_especialist/issues/29_special_2008/ARTIGO8_PICKBRENNER_29_esp_2008.pdf. Acesso em: 19 set. 2015.
- SPENCER, A. *Morphological Theory*. Oxford: Blackwell. 1991.
- WEINRICH, Harald. *Textgrammatik der deutschen Sprache*. Hildesheim: Georg Olms Verlag, 2007.
- WELKER, Herbert Andreas. *Gramática Alemã*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

Data de submissão na OJS: 31/03/2016

Data de aceite registrado na OJS: 15/09/2016

Anexos

Homo-Ehe in allen US-Bundesstaaten erlaubt

Der Supreme Court in Washington hat die gleichgeschlechtliche Ehe in allen US-Bundesstaaten legalisiert. Das in einigen Bundestaaten geltende Verbot der Homo-Ehe verstoße gegen die amerikanische Verfassung.

Die Entscheidung der Obersten US-Richter gilt als historisch. Während 37 der 50 Bundesstaaten sowie die Hauptstadt Washington homosexuelle und heterosexuelle Partnerschaften in den vergangenen Jahren gleichstellten, galt bislang in 13 US-Bundesstaaten weiter ein Verbot. Das hatten Gerichte in den einzelnen Staaten entschieden. Nun müssen diese Bundestaaten im Süden und Mittleren Westen der USA ihre Verbote für die Homo-Ehe kippen.

Freudeauch bei Obama

Vor dem Gebäude des Obersten Gerichtshofs mitten in Washington brachen Befürworter der Homo-Ehe in Jubel aus und schwenkten Regenbogenfahnen. US-Präsident Barack Obama nannte die Entscheidung des Obersten Gerichtshofs in einer ersten Reaktion einen großen Schritt in Richtung Gleichheit. In seinem Statement nannte er die Entscheidung einen "Sieg für die USA". Amerika könne "sehr stolz" sein.

Der Präsident betonte, dass das Urteil die Gleichbehandlung der Amerikaner vor dem Gesetz verstärke - unabhängig davon, wen sie lieben. Schwule und lesbische Paare hätten "das Recht zu heiraten, so wie alle anderen".

Die Entscheidung des Supreme Court fiel mit fünf zu vier Stimmen. Der konservative Richter Anthony Kennedy schloss sich dabei den vier linksliberalen Richtern an. In ihrer Mehrheitsmeinung schrieben die Richter, dass der im 14. Zusatzartikel der US-Verfassung festgeschriebene Gleichbehandlungsgrundsatz alle Bundesstaaten zur Legalisierung gleichgeschlechtlicher Ehen verpflichtet.

- ⤴ **Datum** 26.06.2015
- ⤴ ESI fragment of related auto topics
- ⤴ **Themenseiten** [Vereinigte Staaten von Amerika \(USA\)](#)
- ⤴ **Schlagwörter** [USA](#), [Home-Ehe](#), [Supreme Court](#), [Oberstes Gericht](#)
- ⤴ **Teilen** [Versenden](#) [Facebook](#) [Twitter](#) [google+](#) [mehr ...](#)
- ⤴ **Feedback:** [Schreiben Sie uns!](#)
- ⤴ **Drucken** [Seite drucken](#)

Permalink <http://dw.com/p/1Fo1w>

Casamento gay é legalizado nos EUA

Suprema Corte determina que todos os estados americanos devem reconhecer e formalizar as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Decisão apertada é recebida com festa por homossexuais e ativistas.

A Suprema Corte dos Estados Unidos determinou nesta sexta-feira (26/06) que o casamento homossexual é um direito em todos os estados do país. Numa decisão apertada de cinco votos a favor e quatro contra, a mais alta corte do país exigiu que todos os estados reconheçam e formalizem o casamento entre pessoas do mesmo sexo, com base na Constituição.

A decisão histórica, um dos anúncios mais aguardados em décadas, foi recebida com festa por ativistas dos direitos dos homossexuais que se concentraram na área do edifício da Suprema Corte, em Washington. "Nós vamos recordar este dia para o resto de nossas vidas", afirmou o movimento It GetsBetter Project, uma organização em prol dos direitos dos gays, num e-mail aos seus adeptos.

O presidente Barack Obama elogiou a decisão, que é uma vitória para a Casa Branca. "O dia de hoje é um grande passo na nossa marcha em direção à igualdade", pois casais de gays e lésbicas "têm o direito de se casar, como qualquer outro", escreveu Obama no Twitter. No Facebook, a foto do perfil da Casa Branca foi alterada e inclui as cores do arco-íris, símbolo do movimento pelos direitos dos homossexuais.

O caso havia sido levado à Suprema Corte por 14 casais homossexuais que haviam desafiado a proibição, na prática, ao casamento gay em Michigan, Kentucky, Ohio e Tennessee. Esses quatro estados insistiam, em suas respectivas constituições, que o casamento só pode ser a união entre um homem e uma mulher.

Escrevendo em nome do tribunal, o juiz conservador Anthony Kennedy afirmou que pessoas homossexuais que pretendem se casar esperam "não ser condenadas a viver na solidão, excluídas de uma das instituições mais antigas da civilização. Elas pedem igual dignidade aos olhos da lei. A Constituição lhes concede esse direito".

Excluir os casais homossexuais do casamento, disse, os priva da constelação de benefícios que os estados associam ao casamento. Kennedy foi acompanhado em seu voto pelos quatro juízes mais liberais da corte.

▲ **Data** 26.06.2015

▲ ESI fragment of related auto topics

▲ **Assuntos relacionados** [Barack Obama](#), [Estados Unidos](#)

▲ **Palavras-chave** [Estados Unidos](#), [casamento gay](#), [homossexuais](#)

▲ **Compartilhar** Enviar [Facebook](#) [Twitter](#) [google+](#) [Mais](#)

▲ **Feedback:** Comentário

▲ **Imprimir** [Imprimir a página](#)

Link permanente <http://dw.com/p/1Fo6C>

**A ORIENTAÇÃO DO MODAL DEÔNTICO PODER SIGNIFICANDO
PERMISSÃO EM DIFERENTES ESTRUTURAS:
UMA EVIDÊNCIA DOS DEÔNTICOS OUGHT-TO-BE**

DEONTIC ORIENTATION OF THE MODAL “PODER” MEANING PERMISSION IN
DIFFERENT STRUCTURES: OUGHT-TO-BE DEONTICS EVIDENCE

Carla Verônica D’Amato de Souza
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de
Santa Catarina
cv.damato@hotmail.com

Resumo: As propostas de Kratzer (1981, 2012) e Cinque (1999, 2006) têm sido referência no estudo dos auxiliares modais e, diferem, fundamentalmente, em relação a considerar tais núcleos como polissêmicos ou ambíguos. A proposta de Hacquard (2006) vai na direção de conciliar essas visões, postulando que um modal tem apenas uma entrada lexical, no entanto, pode receber diferentes interpretações a partir da posição em que é interpretado na sentença. Os epistêmicos correspondem a modais altos, que acessam o ato de fala e são orientados para o falante; já os deônticos são modais baixos, que acessam o evento principal e são orientados para o sujeito da sentença. Pires de Oliveira e Rech (2016), com base em trabalhos como os de Feldmann (1986) e Brennan (1993), constataram que o modal deôntico ‘deve’ pode ser interpretado em diferentes posições na sentença, podendo acessar tanto o evento principal (VP), sendo orientado para o sujeito da sentença, quanto o ato de fala, sendo orientado para o interlocutor. Para essas autoras, o modal deôntico precisa checar o traço agentividade [+Ag] com um dos participantes do evento sobre o qual o modal opera. Ancoradas nesta proposta, neste artigo, analisamos a orientação do modal *poder* em diferentes estruturas. A principal hipótese é de que a interpretação deôntica de permissão só pode recair sobre o sujeito da sentença se houver um participante agentivo no evento encaixado, caso contrário, recairá sobre o interlocutor, correspondendo, assim, a um deôntico alto, admitindo interpretação de permissão apenas se esta recair sobre o interlocutor.

Palavras-chave: Orientação do modal; Deôntico de permissão; Predicado encaixado; Núcleos funcionais.

Abstract: The proposals of Kratzer (1981, 2012) and Cinque (1999, 2006) have been reference in auxiliaries modal study, and differ, fundamentally in relation to consider these cores as polysemic or ambiguous. The Hacquard's (2006) proposal reconciling these views, postulating that a modal has only one lexical entry, however, a modal can receive different interpretations from the position in which it is interpreted in the sentence. The epistemic correspond to the high modals, that accessing the speech act and are oriented to the speaker; and deontics are low modals, that accessing the main event and are oriented to the subject of the sentence. Pires de Oliveira e Rech (2016), based on works such as Feldmann (1986) and Brennan (1993), concluded that the modal deontic 'deve' can be interpreted in different positions in the sentence and can access both the main event (VP), being guided to the sentence subject, as the act of speech, being guided to the addressee. These authors consider that, the deontic modal must check the +Ag feature with one of the participants of the event on which the modal operates. Taking this proposal as reference, this paper analyzes the orientation of the modal 'poder' in different structure. The main hypothesis is that the deontic interpretation of permission can only fall on the sentence subject if there is an agentive participant in the embedded event, otherwise falls on the addressee, thus corresponding to a high deontic, admitting interpretation of permission only if it falls on the addressee.

Keywords: Modal orientation; Permission deontic; Embedded predicate; Functional cores.

Introdução: estudo da modalidade

O interesse pela modalidade, segundo Lunguinho (2004), remonta à antiguidade; no entanto, o estudo dessa categoria adquiriu expressiva relevância com as propostas teóricas de Kratzer (1981, 1991) e Cinque (1999). A partir dessas propostas, estudiosos das áreas da semântica e da sintaxe vêm buscando desenvolver novos estudos visando a compreender os mecanismos envolvidos na interpretação de sentenças com auxiliares modais.

Kratzer (1981, 1991, 2012) propõe uma teoria, à luz do modelo da semântica formal, a qual preconiza o contexto como restrição necessária à interpretação de sentenças

com modais. A interpretação torna-se possível por meio de dois fundos conversacionais: a base modal e a fonte de ordenação. O mapeamento de mundos possíveis em um conjunto de mundos será a base modal, que pode ser de dois tipos: epistêmica, na qual os fatos relevantes são evidências de coisas no mundo; e de raiz, delineada por fatos relacionados por propriedades e circunstâncias típicas de indivíduos, coisas e locais. Já a fonte de ordenação organiza os mundos da base modal em mais próximos ou mais distantes do que venha a ser considerado como um mundo ideal; em outras palavras, dado um mundo “ideal”, tem-se, em gradação, os mundos que são mais próximos – mais possíveis – ou mais distantes – menos possíveis – desse mundo, segundo referência contextual. A fonte de ordenação evita que se coloque como possível todos os mundos, pois ordena os mundos em mais possíveis. Dessa maneira, base modal e fonte de ordenação interagem entre si, permitindo, assim, a interpretação do modal.

Cinque (1999), sob uma perspectiva sintática, propõe o estudo dos núcleos funcionais por meio do que ficou consolidado na literatura como a Hierarquia de Cinque (1999). Nela, elege a posição do modal como responsável por sua interpretação – epistêmica ou de raiz. Preconiza várias posições para os diferentes núcleos funcionais indicadores de modalidade, aspecto e tempo. A sua proposta é de que há mais de uma entrada lexical para os modais, diferenciando-se, assim, do modelo da Kratzer. Transcrevemos, a seguir, parte da hierarquia dos núcleos funcionais, presente em Cinque (2006, p. 93):

- (1) MoodP_{speech act} > MoodP_{evaluative} > MoodP_{evidential} > Mod_{epistemic} > TP_(past) > TP_(future) > ... Mod_{volitional} > Asp_{celerative(1)} > ... > Mod_{obligation} > Mod_{ability} > ... > Mod_{permission} > VP [...]

Em consonância à hierarquia dos núcleos funcionais, Rech e Giachin (2014) constataram que o português do Brasil (PB) segue, igualmente, este ordenamento, como ilustram as sentenças do exemplo (2):

- (2) a) Sandra pode ter que escrever a carta.
Mod_{Epistêmico}/*Mod_{Permissão} > Mod_{Obrigação}
- b) Mariana tem que poder dirigir com atenção
Mod_{Obrigação} > Mod_{Permissão}

Observamos, em (1), que os modais de raiz ($\text{Mod}_{\text{Permissão}}$, $\text{Mod}_{\text{Obrigação}}$ e $\text{Mod}_{\text{Capacidade/Habilidade}}$) encontram-se em uma posição baixa na hierarquia de núcleos funcionais, ocupando posições abaixo dos núcleos de tempo e da maioria dos núcleos de aspecto; já o núcleo modal epistêmico ($\text{Mod}_{\text{Epistêmico}}$) está localizado em posição alta, acima dos núcleos de tempo e aspecto. As sentenças em (2) mostram que esses núcleos seguem ainda um ordenamento rígido, como observa Cinque (1999; 2006), também no PB, não podendo assim, em determinados contextos, comutar as posições, sob pena de comprometer a boa formação das sentenças. Por exemplo, o ordenamento dos núcleos modais ‘*tem que*’ e ‘*pode*’ demonstrado em (2b), segue o ordenamento proposto por Cinque: $\text{Mod}_{\text{Obrigação}} > \text{Mod}_{\text{Permissão}}$. Uma vez que invertermos as posições dos núcleos modais nessa sentença, observamos que a leitura de permissão de *pode* é bloqueada, o que significa dizer que, a única leitura possível para *pode* é a epistêmica como demonstrado em (2a).

A proposta de Hacquard (2006) vai na linha de estabelecer uma interface entre as propostas de Kratzer e de Cinque. A autora segue a Kratzer ao considerar uma única entrada lexical para epistêmicos e de raiz, mas supõe que esses núcleos são interpretados em diferentes posições na derivação: os epistêmicos acima dos núcleos de tempo e de aspecto, e os de raiz, abaixo desses núcleos. A proposta deste artigo situa-se na linha do que propõe Hacquard, investigar as diferenças entre modais altos e baixos, enfocando o participante sobre o qual recai a interpretação deôntica. Para isso, vamos seguir Pires de Oliveira e Rech (2016), que relacionam interpretação deôntica baixa à presença de um predicado agentivo no domínio VP.

Pires de Oliveira e Rech (2016) baseiam seus estudos na distinção entre deônticos baixos (*ought-to-do*) e altos (*ought-to-be*), estabelecida por Feldman (1986) e revisitada nos trabalhos de Brennan (1993) e Hacquard (2006). Na proposta de Hacquard, como já observamos, os modais epistêmicos são realizados em uma posição alta e são orientados para o falante; já os de raiz, são realizados em uma posição baixa e orientados para o sujeito da sentença.

Pires de Oliveira e Rech (2016) ressaltam que sentenças como em (3), por exemplo, permitem interpretar o modal tanto como um deôntico baixo quanto como um deôntico alto:

(3) João deve dormir às 5h.

A obrigação expressa pelo modal ‘*deve*’ pode recair tanto sobre o sujeito da sentença (*João*) – acionando uma interpretação do tipo *ought-to-do*, quanto sobre o interlocutor – acionando uma interpretação do tipo *ought-to-be* para o deôntico.

As autoras, por meio da análise de um experimento realizado com falantes do PB, destacam que esses falantes aceitam sempre a interpretação *ought-to-do* com verbos inergativos e transitivos, mas rejeitam essa interpretação com verbos inacusativos quando não for permitido, de alguma maneira, atribuir traço [+Ag] para algum participante do evento descrito pelo verbo. Desta forma, supõem, então, que a interpretação deôntica *ought-to-do* requer que o argumento do predicado encaixado exiba o traço agentividade [+Ag].

Enfatizam, ainda, que com verbos inergativos, transitivos e inacusativos que permitem de alguma forma atribuir o traço [+Ag] a algum participante do evento, os falantes aceitam ambas as interpretações – deôntica *ought-to-be* e *ought-to-do*; já com verbos inacusativos que não permitem a atribuição de traço [+Ag] a nenhum participante do evento, a única interpretação possível é a *ought-to-be*, como mostram as sentenças em (4):

- (4) a) A criança deve guardar os brinquedos (*ought-to-do* e *ought-to-be*)
b) A criança deve nascer por volta das seis horas (apenas *ought-to-be*)
c) Paula deve chegar à noite (*ought-to-do* e *ought-to-be*)
d) Júlio deve comer o bolo (*ought-to-do* e *ought-to-be*)
e) O assassino deve morrer (apenas *ought-to-be*)

Contudo, Pires de Oliveira e Rech (2016) observam que a proposta da Hacquard (2006, 2010) parece bastante promissora para resolver problemas referentes à interface sintaxe-semântica dos modais, mas que ainda deixa lacunas ao não dar conta de explicar as diferenças entre as leituras *ought-to-be* e *ought-to-do* associadas ao deôntico.

Indo ao encontro desses estudos, ancoradas nos estudos de Pires de Oliveira e Rech (2016) e ressaltando, em consonância com Pires de Oliveira (2014), que ainda são poucos os estudos referentes à modalidade no português brasileiro, este artigo tem por objetivo geral mapear os fatores sintáticos que interferem na orientação do modal. Nosso objeto de estudo é o auxiliar modal '*poder*' significando permissão quando figura com predicados de diferentes naturezas e quando coocorre com outro núcleo funcional modal em uma sentença.

Contudo, este estudo se concentra no componente sintático, buscando depreender possíveis interferências da natureza do predicado encaixado ou do ordenamento entre núcleos funcionais modais na interpretação do modal deôntico de permissão. Assumimos, no entanto, em consonância com a literatura como preconizam Hacquard (2006, 2010), Cinque (1999), Ferreira (2009), Rech e Giachin (2014) entre outros, a divisão dos auxiliares modais em: epistêmico — modalidade que expressa uma possibilidade baseada em evidências, crenças ou ainda, conhecimento do falante a respeito do conteúdo proposicional; e de raiz — modalidade que expressa uma necessidade tendo em vista regras ou leis que partem de uma imposição, ou seja, aquela que consiste na avaliação do falante em relação à proposição. Essa avaliação pode estar relacionada à ideia de obrigação, intenção, preferência, desejo e manipulação.

2 A orientação do modal '*poder*' no PB em construções inergativas e transitivas vs construções inacusativas

Segundo Hacquard (2010), em relação à orientação do modal, modais epistêmicos acessam o ato de fala, assim, são orientados para o falante; já modais de raiz, acessam o evento principal e são orientados para o sujeito da sentença.

Seguindo essa perspectiva, nas sentenças em (5):

- (5) a. Maria pode viajar.
- b. Paulo pode cantar.
- c. Juliana pode visitar o marido.
- d. Rosa pode comer o bolo.

temos a possibilidade de uma leitura epistêmica, orientada para o falante, onde se interpreta algo como: dentro do que é conhecido pelo falante a respeito do sujeito da sentença (seus hábitos e/ou comportamento), há a possibilidade de que o evento descrito no predicado encaixado aconteça. Ou, ainda, de uma leitura de raiz, orientada para o sujeito da sentença, onde se interpreta algo: segundo regras ou leis que regem o evento descrito, o sujeito da sentença tem permissão para realizar o evento. No entanto, há, da mesma forma, a possibilidade de uma leitura deôntica alta, orientada para o interlocutor, onde interpretaríamos: está sendo dada permissão ao interlocutor para que permita ao sujeito da sentença realizar o evento descrito no predicado encaixado, o que corrobora os estudos de Pires de Oliveira e Rech (2016), pois o verbo do predicado encaixado seleciona um argumento externo com traço agentivo.

No entanto, em sentenças como em (6):

- (6) a. Karina pode morrer.
- b. Leonardo pode sobreviver.
- c. Patrícia pode viver.
- d. O bebê pode nascer.

há evidências de um bloqueio a uma leitura deôntica de permissão orientada para o sujeito da sentença à medida que a interpretação deôntica de permissão se torna possível quando a orientação do modal recai sobre o sujeito da sentença, pois o modal deôntico de permissão necessita de um sujeito para receber a orientação do modal – receber a permissão – e, como sabemos, não é possível permitir a alguém que morra, sobreviva, viva ou nasça. Desta forma, a única interpretação que parece possível é a epistêmica. Porém, podemos, em alguns contextos sintático-semânticos, verificar a possibilidade de uma leitura deôntica de permissão que não está orientada para o sujeito da sentença, mas orientada para o que Hacquard (2010) denomina por *Addressee*- o interlocutor. Ressaltamos aqui, os estudos de Brenna (1993), mais tarde referidos por Hacquard (2010) e Pires de Oliveira e Rech (2016), ao mencionar dois tipos de deônticos: os deônticos *Ought-to-be* e os deônticos *Ought-to-do*.

Segundo Pires de Oliveira e Rech (2016), ancoradas nos estudos de Brenna (1993), deônticos *ought-to-be* acessam o evento de fala e são orientados para o interlocutor. Desta maneira, teríamos um deôntico alto, realizado acima dos núcleos de tempo e

aspecto, mas que se difere dos epistêmicos em relação à orientação assim como, em relação à posição que ocuparia no ordenamento de núcleos funcionais firmado por Cinque (1999).

Considerando um experimento realizado com falantes do PB, Pires de Oliveira e Rech (2016) constataram que os falantes aceitam as leituras deônticas *ought-to-be* e *ought-to-do* quando o verbo do predicado encaixado possuir um traço agentivo, o que ocorre com os verbos transitivos e inergativos, mas rejeitam a leitura *ought-to-do* quando o verbo do predicado encaixado não apresentar tal traço, ou seja, com os verbos inacusativos.

Desta maneira, ao analisarmos sentenças como as em (7) e (8):

- (7) Maristela pode entregar o relatório amanhã
- (8) André pode comer chocolate.

Observamos que os verbos das sentenças encaixadas: em (7) é um transitivo que seleciona dois argumentos, sendo um deles agentivo; em (8) é um inergativo que apenas seleciona argumento externo-agentivo. Assim, observamos que ambos os verbos – *entregar* e *comer* – possuem o traço [+Ag], que segundo Pires de Oliveira e Rech (2016), é necessário para licenciar a leitura deôntica *ought-to-do*, além da leitura deôntica *ought-to-be*.

No entanto, em sentenças como as de (9) a (11):

- (9) A criança pode nascer de cesariana
- (10) Roberto pode viver
- (11) O assassino pode morrer

Os verbos do predicado encaixado são verbos inacusativos e, como tais, não selecionam argumento externo. Em outras palavras, em (7) e (8) temos a possibilidade de duas leituras deônticas de permissão: i) a *ought-to-be*, orientada para o interlocutor, onde temos uma interpretação do tipo: o interlocutor está permitindo que os sujeitos das sentenças – Maristela e André – realizem o evento descrito pelo predicado encaixado; e, ii)

a *ought-to-do*, orientada para os sujeitos das sentenças, com uma interpretação: os sujeitos das sentenças tem permissão direta para realizar o evento. Esse fato é possível devido a algumas propriedades do predicado encaixado, dentre estas, o traço agentivo selecionado pelo verbo.

Nas sentenças de (9) a (11), por outro lado, além da leitura epistêmica, temos, em alguns contextos, a possibilidade de uma leitura deôntica *ought-to-be*, orientada para o interlocutor. A seguir, ilustramos alguns exemplos de contextos que possibilitam uma leitura deôntica *ought-to-be* para as sentenças de (9) a (11) respectivamente:

Contexto- Juliana está na 40^a semana de uma gestação bastante complicada. Ao realizar um exame na paciente, o médico constata que é necessário que o bebê nasça o mais rápido possível ou então, pode vir a morrer. Diante disso, o médico apresenta um laudo ao representante do plano de saúde de Juliana, que evidencia a situação, e solicita a realização de uma cesariana. O representante do plano de saúde diz:

(9') A criança pode nascer de cesariana.

Contexto – Roberto tem uma grande dívida com um traficante de sua região. Este traficante, pensando que Roberto não havia pago a dívida no prazo que foi estipulado, ordena a morte de Roberto. No entanto, ao tomar conhecimento de que Roberto já havia pago metade da dívida, diz:

(10') Roberto pode viver.

Contexto – Fabrício, delegado da polícia militar, com mais de 20 anos de serviço, foi morto por um fugitivo, com dois tiros na cabeça. Diante desse fato, o novo delegado ao assumir o posto que era de Fabrício, chama os policiais do distrito e diz:

(11') O assassino pode morrer.

Contextos como estes, que licenciam uma leitura deôntica de permissão para verbos que não selecionam argumento externo e que pragmaticamente tornam inviável a permissão ao sujeito da sentença, parecem evidenciar a existência dos dois deônticos – o alto (*ought-to-be*), que acessa o evento de fala e o baixo (*ought-to-do*), que acessa o evento VP. No caso das sentenças de (9) a (11), as propriedades dos verbos inacusativos do predicado encaixado não permitem uma leitura deôntica do tipo *ought-to-do*, no entanto, conforme observamos por meio dos contextos apresentados, há a possibilidade de leitura

deôntica *ought-to-be*, que não é orientada para o sujeito da sentença, pois não acessa o evento VP, mas é orientada para o interlocutor, acessando assim, o evento de fala.

3 A orientação do modal ‘Poder’ no PB em coocorrência com outro núcleo funcional modal

Outro fator que nos permite evidenciar a existência de um deôntico alto de permissão- *ought-to-be*- é a coocorrência do modal ‘*poder*’ com o núcleo funcional modal ‘*ter que*’¹, quando o auxiliar modal ‘*poder*’ não ocupar a primeira posição na sentença.

Segundo a hierarquia dos núcleos funcionais de Cinque (1999), modais de raiz são realizados abaixo de tempo e da maioria dos núcleos aspectuais, conforme apresentamos em (12) um esquema parcial dessa hierarquia, incluindo núcleos de modo, tempo e aspecto:

- (12) MoodP_{Speech act} > MoodP_{Evaluative} > MoodP_{Evidential} > ModP_{Epistemic} > TP_(Past) > TP_(Future) > MoodP_{Irrealis} > ModP_{Alethic} > Asp_{Habitual} > Asp_{Finally} > Asp_{Predispositional} > Asp_{Repetitive(1)} > Asp_{Frequentative(1)} > ModP_{Volitional} > Asp_{Celerative(1)} > TP_(Anterior) > Asp_{Terminative} > Asp_{Continuative} > Asp_{Perfect} > Asp_{Retrospective} > Asp_{Proximative} > Asp_{Durative} > Asp_{Progressive} > Asp_{Prospective} > Asp_{Inceptive} > MoodP_{Obligation} > ModP_{Ability} > Asp_{Frustrative/success} > ModP_{Permission} > Asp_{Conative} > Asp_{Completive(1)} > VoiceP > Asp_{Celerative(II)} > Asp_{Inceptive(II)} > Asp_{Completive(II)} > Asp_{Repetitive(II)} > Asp_{Frequentative(II)}...

(CINQUE, 2006, p. 12, 93)

De acordo com o ordenamento de núcleos funcionais de Cinque (1999, 2006), em sentenças como: ‘*Paulo pode ter que viajar amanhã*’, temos o modal ‘*poder*’ interpretado como epistêmico- acima dos núcleos de tempo e aspecto- e o modal ‘*ter que*’ interpretado como de raiz – abaixo do núcleo de tempo e da maioria dos núcleos aspectuais - significando algo como: é possível que Paulo tenha a obrigação de viajar amanhã. No

¹ Consideramos monoclausais as sentenças modais com o operador modal ‘*ter que*’ apesar de o *QUE* ser encarado como um complementizador nas línguas românicas, pois, assumimos que caso o *QUE* fosse considerado como complementizador, não seria esperada sua alternância por *DE*, que não desempenha este papel na língua; da mesma forma, seria esperado um bloqueio do movimento do argumento do verbo lexical para a posição de sujeito da sentença, avançando sobre *CP*.

entanto, quando nos deparamos com sentenças do tipo: ‘*Mariana tem que poder viajar amanhã*’, percebemos um bloqueio à leitura epistêmica.

Desta maneira, podemos inferir que a única possibilidade de leitura, em sentenças nas quais o auxiliar modal ‘ter que’ e ‘poder’ formam sequência verbal é a deôntica. Termos assim, segundo Cinque (1999), dois modais de raiz – ‘ter que’ -Mod_{Obrigaçã}o e ‘pode’ - Mod_{Permissã}o.

Segundo Hacquard (2010), como já vimos anteriormente, modais de raiz são orientados para o sujeito à medida que acessam o evento VP, no entanto, observamos nas sentenças em (13):

- (13) a. Gustavo tem que poder entregar o trabalho
- b. As crianças tem que poder almoçar na escola
- c. Suzana tem que poder realizar os exames
- d. Jaqueline tem que poder jogar no torneio

que os núcleos funcionais modais – ‘ter que’ e ‘poder’, apesar de serem ambos de raiz, não parecem estar orientados para o mesmo sujeito. Nas sentenças em (13), podemos interpretar algo como: aos interlocutores – que se encontram no ato de fala- está sendo dada a obrigação de permitir que os sujeitos das sentenças realizem o evento descrito pelos predicados encaixados – entregar o trabalho, almoçar na escola, realizar o exame e jogar no torneio. Desta forma, os sujeitos das sentenças recebem uma permissão que é dada por outrem por meio de uma imposição. Assim, teríamos dois deônticos, um alto – *ought-to-be* – orientado para o ato de fala – ‘ter que’ – e um baixo – *ought-to-do* – orientado para o sujeito da sentença – ‘poder’.

Sentenças como as ilustradas em (13), nos permitem aferir a existência de dois deônticos - *ought-to-be* e *ought-to-do* à medida que permitem evidenciar que os auxiliares modais ‘ter que’ e ‘poder’ deônticos não estão orientados para o mesmo sujeito.

4 Considerações Finais

Argumentamos na direção de que o predicado encaixado que figura na posição de complemento do auxiliar modal interfere na interpretação de sentenças com modais, da mesma forma que os auxiliares modais ‘ter que’ e ‘pode’ em coocorrência, nos fornecem evidências da existência dos deônticos altos – *ought-to-be*.

As propriedades inerentes aos verbos transitivos, inergativos e inacusativos, quando figuram em posição de complemento do modal, evidenciam a relevância do nosso argumento uma vez que verbos transitivos e inergativos – que selecionam um argumento com traço agentivo- possibilitam a leitura epistêmica e as leituras deônticas – *ought-to-be* e *ought-to-do*. Já os verbos inacusativos- que não selecionam argumento externo- possibilitam a leitura epistêmicas e, apenas, a deôntica *ought-to-be*. Supomos, assim como Pires de Oliveira e Rech (2016), que esse fato esteja diretamente relacionado com a ausência do traço agentivo do verbo inacusativo do predicado encaixado.

Outro fator relevante para argumentar a favor da existência dos deônticos *ought-to-be* é a coocorrência do auxiliar modal ‘ter que’ com o auxiliar modal ‘poder’ quando formam uma sequência verbal. Contudo, importante ressaltar, assim como enfatiza Hacquard (2010), que a orientação do modal desempenha papel significativo e fundamental na interpretação de sentenças com modais.

Ressaltamos, entretanto, que o estudo dos fatores relevantes para a interpretação de sentenças com modais é ainda recente e que se fazem necessárias muitas pesquisas para que se chegue a um entendimento da maneira como o falante da língua interpreta essas sentenças, bem como, de onde se realizam os deônticos altos – *ought-to-be* no ordenamento dos núcleos funcionais.

Bibliografia

BRENNAN, V. M. *Root and Epistemic modal auxiliary verbs*. 455 f. Thesis, University of Massachusetts, Amherst, 1993.

CINQUE, G. *Adverbs and functional heads. A cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.

_____. *Restructuring and functional heads-the cartography of syntactic structures*. v. 4. New York: Oxford University Press, 2006. (Oxford Studies in Comparative Syntax series).

HACQUARD, V. *Aspects of modality*. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2006.

_____. *On the Event Relativity of Modal Auxiliaries*. *Natural Language Semantics*, v. 18, n. 1, p. 79-114, 2010.

KRATZER, A. *Modals and Conditionals*. New York: Oxford University Press, 2012.

LUNGUINHO, M. V. *Sobre a Concordância Modal em Português*. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 11, p. 117-140, 2010.

_____. *On the acquisition of root and epistemic modals in Brazilian Portuguese*. *ReVEL*, edição especial 8, 2014.

PIRES DE OLIVEIRA, R. *Apresentação: a modalidade na semântica formal das línguas naturais*. *ReVEL*, edição especial n. 8, 2014.

PIRES DE OLIVEIRA, R; PESSOTO, A. L. O que há de diferente entre 'pode' e 'podia'? In: *Anais do 8 Encontro do CELSUL*. Porto Alegre, 2008. p. 1-9.

PIRES DE OLIVEIRA, R; RECH, N. S. F. Flavors of obligation: the syntax/semantics of deontic *deve* in Brazilian Portuguese. *Letras de Hoje*, v. 51, n. 3, p. 349-357, 2016.

RECH, S. F.; GIACHIN, A. As interpretações disponíveis para os modais *pode* e *deve* em construções com predicados adjetivais. *ReVel*, edição especial n. 8, 2014.

Data de submissão na OJS: 30/08/2016

Data de aceite registrado na OJS: 12/12/2016

**PROCESSAMENTO DE SENTENÇAS E TEORIA DO LABIRINTO EM
ORAÇÕES RELATIVAS AMBÍGUAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
RESULTADOS PRELIMINARES**

PROCESSING OF SENTENCES AND GARDEN PATH THEORY IN AMBIGUOUS
RELATIVE CLAUSES IN BRAZILIAN PORTUGUESE: PRELIMINARY RESULTS

Aline Peixoto Gravina
Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul e doutora pela UNICAMP
alinegravina@yahoo.com.br

Alice Ribeiro Dionizio
PIBIC da Universidade Federal da Fronteira Sul
alicedionizio@hotmail.com

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre processamento de sentenças relativas ambíguas no português brasileiro. A pesquisa possui um caráter experimental e está inserida na área da Psicolinguística em interface com a Sintaxe/Semântica formal. O projeto visou investigar a preferência *Late Closure* (LC) versus *Early Closure* (EC) e se haveria a influência de aspectos semânticos no processamento dessas sentenças ambíguas. O trabalho se baseou nas ponderações já observadas por nomes como Frazier (1979), Cuetos e Mitchell (1988), Fodor (1998), Ribeiro (2005) e Finger e Zimmer (2005). A Teoria do Labirinto (*Garden Path*) foi essencial em nossas análises e os resultados dos dados nos apresentam um amplo cenário ainda a ser explorado, mas com indícios para seguir em algumas direções e afirmações.

Palavras-chave: Late Closure; Early Closure; Sentenças relativas ambíguas; Garden Path.

Abstract: This paper presents the results about the processing of ambiguous relative sentences in Brazilian Portuguese. The research has an experimental character and it is inserted in psycholinguistics interfaced with the Syntax / Semantics formal. The project aims to investigate the preference Late Closure (LC) versus Early Closure (EC) and whether there was the influence of semantic aspects in the processing of these ambiguous

sentences. The work is based on the considerations already observed by names like Frazier (1979), Cuetos and Mitchell (1988), Fodor (1998), Ribeiro (2005) and Finger and Zimmer (2005). The Garden Path theory was essential in our analysis and the results of the data present us with a broad scenario yet to be explored, but with clues to follow in some directions and statements.

Keywords: Late Closure; Early Closure; Ambiguous relative clauses; Garden Path.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados de um estudo experimental, a respeito do processamento de sentenças relativas ambíguas no Português Brasileiro (doravante PB). De maneira geral, o tema deste estudo já norteou pesquisas anteriores, nas quais se buscou perceber se há uma homogeneidade no processamento das sentenças relativas, bem como se o cumprimento da sentença e concordância de gênero afetariam na preferência dos falantes. Além desses estudos, efetuou-se ainda, pesquisas comparativas entre o comportamento linguísticos de informantes do PB e de informantes de outras línguas. Diante disso, nosso trabalho se justifica por buscar abordar variáveis ainda pouco consideradas e abarcadas, quando o assunto é o processamento das sentenças relativas, tais como questões semânticas que envolvem a natureza dos verbos e características sintáticas dos antecedentes nas sentenças.

Podemos dividir este artigo em dois principais polos: o primeiro, direcionado às leituras da bibliografia da temática e o segundo, responsável por apresentar os percursos e resultados de nossa própria pesquisa.

Neste sentido, a primeira seção, intitulada Revisão teórica: uma visão geral, descreve o início dos estudos referentes à subárea de Processamento de Sentenças em um âmbito mais geral, incluindo os mais influentes pesquisadores dessa área que, até o momento, norteiam as demais pesquisas sobre o fenômeno analisado nesse artigo. Feito isso, na seção seguinte, Estudos das relativas ambíguas no Português Brasileiro, apresentamos um resumo dos estudos já realizados sobre as ponderações mais pertinentes, quando se pensa em processamento de sentenças ambíguas no PB.

Concluída a apresentação dos preceitos teóricos, partimos para a Metodologia aplicada ao nosso trabalho. Nessa seção, elucidamos o passo a passo da construção do experimento: desde os Participantes envolvidos na pesquisa, até os Materiais e métodos empregados. Dessa forma, trazemos, nessa seção, o perfil dos participantes convidados, bem como a plataforma utilizada para a elaboração do experimento final.

Em seguida, na seção Resultados e discussões, mostramos os dados estatísticos e quantitativos encontrados no experimento, seguidos de análises que foram fundamentadas pelo arcabouço teórico delimitado nesse estudo. Ou seja, propomos nessa seção apresentar os resultados dos dados de forma descritiva e qualitativa. Finalmente, apresentamos na seção Considerações finais um panorama e um retrospecto dos resultados encontrados, além de discutirmos, mesmo que de maneira rápida, os possíveis desdobramentos da atual pesquisa. É importante ressaltar que nosso estudo é construído em um caráter de interfaces, ou seja, se utiliza não só dos conhecimentos estritos da Psicolinguística, mas também da Sintaxe Gerativista e de aspectos da Semântica Formal.

2 Revisão teórica: uma visão geral

Para estudar o processamento de sentenças, nesse trabalho, nos pautaremos nas diretrizes da Psicolinguística em interface com a Sintaxe. Os pesquisadores dessa área buscam compreender como se dá a ação do mecanismo humano de processamento, o *parser*, no campo sintático e as suas consequências no campo interpretativo. Ribeiro (2005) apresenta duas questões que são de extrema importância nesse processo e, por isso, merecem ser colocadas em destaque nas buscas por possíveis respostas:

- a) O *parser*, para atribuir significado a uma frase, computa de forma paralela todas as ações ou é mais prudente?
- b) O *parsing* baseia-se em qualquer informação disponível ou somente nas de ordem sintática?

(RIBEIRO, 2005, p. 51)

Relacionado a essas questões, os estudiosos têm buscado definir se há mecanismos de processamento universais a todas as línguas, ou se o que há são mecanismos “particulares” a cada língua e responsáveis por essas definições.

Além disso, sabe-se que o que mais tem inspirado esses estudos são as orações relativas ambíguas, pois interessa definir e analisar como um falante opta por uma das opções, quando se depara com uma sentença com, pelo menos, duas possíveis interpretações. Um exemplo canônico e bastante conhecido na literatura é representado pela seguinte sentença: “*Alguém atirou contra o empregado da atriz que estava na varanda.*”

A pergunta efetuada pelos estudiosos para entender como se dá o processamento da sentença acima, em determinanda língua, é a seguinte : “quem estava na varanda?” Ou seja, deseja-se saber quem é o agente de toda oração relativa introduzida pelo pronome relativo “que”. Para responder essa pergunta, há duas possibilidades: o empregado (SN1), que encontra-se em uma posição mais alta na sentença ou a atriz (SN2), que encontra-se em uma posição mais baixa.

É importante ressaltar que não há uma única resposta correta, uma vez que a sentença é ambígua, no entanto, o objetivo central seria tentar identificar qual seria o caminho mais comum para o processamento no cérebro, em diversas línguas, ao se deparar com tal ambiguidade.

Esses estudos baseiam-se, principalmente, nas ponderações feitas por Frazier e Fodor (1978), Frazier (1979), Frazier e Rayner (1982), que resultaram na chamada Teoria de *Garden Path* (doravante TGP), traduzida para o português como “caminho do jardim” ou, metaforicamente, como “teoria do labirinto”.

Em linhas gerais, se utilizarmos a metáfora do labirinto, teremos a oração como o próprio caminho a ser percorrido e o falante como a pessoa que avança por ele. Nesses termos, segundo Maia e Finger, a TPG

Trata-se de um modelo estrutural e o labirinto, à semelhança de uma frase, é uma estrutura, com várias bifurcações a serem escolhidas ao se trafegar por ele. Ao se entrar em uma sala em que há várias portas, escolhe-se uma delas, provavelmente a mais próxima e, algumas vezes, a escolha leva para fora, ao jardim, e não ao interior da estrutura, como pretendido. (MAIA; FINGER, 2005, p. 17).

Desse modo, a TPG diz respeito às escolhas de “entrada” que o falante faz, uma vez que ao optar por uma “porta” e perceber que esta não condiz com o esperado, a tendência é voltar, verificar as outras opções e fazer novamente a escolha.

No entanto, não podemos falar em unanimidade nas considerações feitas nesse campo de estudo, pois há muitas divergências de ponto de vista e formas de análise entre os pesquisadores. Diante esse cenário, nosso estudo contempla a proposta de Finger e Zimmer (2005) nas análises dos dados.

Segundo a autoras, há dois grandes grupos de pesquisadores preocupados com a temática do processamento de sentenças ambíguas. Um primeiro grupo considera os mecanismos computacionais e estratégias de processamento universais a todas as línguas, sendo que as diferenciações encontradas poderiam ser explicadas através das relações entre um *dispositivo universal* e os *dispositivos particulares*.¹ Dito de outra forma, defendem a existência de um *parser* universal. O segundo grupo defende o oposto, que há uma interação entre o mecanismo de processamento e os estímulos aos quais o falante acaba sendo exposto e um exemplo desses estímulos seriam os próprios parâmetros das línguas, logo, para esse grupo, as estratégias de processamento são variáveis e não universais.

Como exemplo do primeiro grupo, que defendem uma ideia de um *parser* universal, podemos citar os estudos de Fodor (1998), em que a autora teoriza sobre a Hipótese de Prosódia Implícita (HPI). Em linhas gerais, essa hipótese propõe que as línguas possuiriam certas regras prosódicas, não só de cunho explícito, e que essas repercutiriam nas escolhas para as resoluções de ambiguidades. (FINGER; ZIMMER, 2005).

Para tanto, a pesquisadora argumentou que a psicolinguística não deveria fugir ou ignorar esse fato. Especificamente o estudo que aqui utilizamos se vale da classificação – diferenciação – proposta por Lovrić (2001), que busca explicar alguns aspectos dessas diferenças a partir do fraseamento prosódico (FODOR, 2005). Segundo a autora, essa teoria propõe que há uma maior probabilidade de pausas antes de orações relativas curtas, em relação às orações relativas longas. Dessa forma, a autora apresenta alguns exemplos que elucidam essas relações entre as pausas prosódicas e o tamanho da sentença, sendo que em uma oração relativa curta como *who cried* [que chorou] teria muito mais

¹ Na linguagem gerativista, pode-se pensar nestes *dispositivos universais* como os princípios universais norteadores e presentes em todas as línguas, enquanto os *dispositivos particulares* seriam os parâmetros presentes em algumas e não necessariamente em todas. Dessa forma, o *parser* faria parte destes dispositivos universais e as diferenças encontradas entre as línguas não deveriam ser buscadas nele e sim nos dispositivos particulares de processamento das línguas.

probabilidade de uma pausa antecedente do que uma oração como *who cried all through the night* [que chorou a noite toda].²

No que refere ao cumprimento e pausas entre as línguas, a autora utiliza as ponderações de Selkirk (2000) e, a partir destas, defende que

tanto o inglês quanto o francês têm razões em realizar uma pausa, em alguns casos, entre um substantivo e uma OR³. Mas as suas razões são diferentes. Em francês, o Alinhamento-E da OR e o BinMin favorecem uma pausa antes de uma OR longa mas não de uma curta, não importando a altura da aposição da OR. Em inglês, o BinMin e o Alinhamento configuracional de XP favorecem uma pausa antes de uma OR longa mas não de uma curta, se a OR longa é aposta alta, mas não se for baixa. (FODOR, 2005, p. 106).

Em outras palavras, a autora chegou à conclusão de que os motivos que levam o inglês e o francês a realizarem pausas antes de uma oração relativa se distinguem, porque em inglês há uma influência de aposição, ou seja, só haverá pausa em uma oração relativa longa se esta for caracterizada pela preferência pelo sintagma menos encaixado, ou aposição alta, enquanto que no francês não se percebe esta diferenciação. Além disso, propõe que as fronteiras pré-OR influenciam na escolha pela aposição baixa ou alta, o que se relaciona com as diferenças encontradas pelos pesquisadores que trataremos nos próximos parágrafos.

Como exemplo do segundo grupo, que defendem a inexistência de um *parser* universal, podemos citar os estudos de Cuetos e Mitchell. Os autores argumentam que as estratégias de processamento não parecem universais a todas as línguas. Nesse sentido,

[...] em casos em que há ambiguidade na interpretação da oração relativa, o mecanismo de processamento favorece a análise que ocorre com maior frequência na língua (*The Tuning Hypothesis* ou Hipótese da Sintonia). Assim, os casos de ambiguidade na língua seriam inicialmente resolvidos

² Para definir o que é uma oração relativa curta e longa, consideramos os critérios utilizados por Lourenço-Gomes, Maia e Moraes (2005), segundo os quais uma oração relativa longa se caracteriza pela presença de duas ou mais palavras depois do pronome relativo 'que', enquanto uma oração relativa curta é caracterizada por apenas uma palavra após o pronome relativo.

³ A autora utiliza OR como sigla para Oração Relativa.

com base na prevalência estatístico presente no *input*. (CUETOS; MITCHELL, 1996 apud FINGER; ZIMMER, 2005, p. 117).

Esses pesquisadores dedicaram seus estudos a compreender como ocorre o processo de resolução de ambiguidades com falantes de espanhol e inglês. Para tanto, utilizaram um conjunto de orações testes para verificar se os falantes optavam mais pelo *Early Closure* (doravante, EC) ou *Late Closure* (doravante, LC).

O conceito de LC, ou aposição local, está vinculado à TPG, pois segundo Frazier, a TPG é governada basicamente por duas facetas: o LC e MINIMAL ATTACHEMENT (doravante, MA). (RIBEIRO, 2005). Podemos entender o LC a partir da seguinte declaração de Frazier, seguida por Ribeiro (2005, p. 53): “When possible, attach incoming material into the clause or phrase currently being parsed.”⁴ Já o MA, segundo Frazier, pode ser definido da seguinte maneira: “Attach incoming material into the phrase marker being constructed using the fewest nodes consistent with the well-formedness rules of the language.”⁵ (RIBEIRO, 2005, p. 53). Além disso, podemos pensar na tradução literal dos termos, em que consiste compreender que LC é um fechamento tardio, ou seja, está relacionado à entrada do falante em *garden path* após uma tentativa mal sucedida, enquanto EC é um fechamento antecipado, ou seja, não entra em *garden path*.

Mais especificamente, na resolução de sentenças ambíguas, o EC ocorre quando o falante opta pela aposição não-local, ou menos encaixada, ou ainda, a mais distante. Já o LC é resultado da escolha do falante pela aposição local, ou mais baixa, ou ainda, mais próxima.

Em realidade, os estudos realizados por Cuetos e Mitchell (1988) motivaram, e ainda motivam, muitas pesquisas na área de Psicolinguística, pois deixaram questionamentos em aberto que muitos buscam resolver. Basicamente, o estudo desses pesquisadores pode ser entendido a partir dos exemplos contidos em 1(a) e 1(b):

- (1) a. Someone shot the maid of the actress who was on the balcony.
- b. Alguien disparó contra la criada de la actriz que estaba en el balcón.⁶

(FERNÁNDEZ, 2005, p. 186)

⁴ “Se possível, ligue o material interveniente à oração ou ao sintagma que estiver sendo analisado no momento.” Traduções sob responsabilidade das autoras.

⁵ “Ligue o material interveniente à estrutura sintática que está sendo construída, utilizando o menor número de nós – de maneira consistente às regras de formação de frases da língua.”

⁶ “Alguém disparou contra o empregado da atriz que estava na varanda”.

Utilizando-se de sentenças como essas apresentadas acima, organizaram uma metodologia composta por questionários e por leitura auto-monitorada. A partir de suas observações, perceberam que enquanto os falantes de inglês preferiam a posição mais baixa – a atriz estava na varanda –, ou ainda LC, os falantes de espanhol preferiram dizer que, em realidade, era o empregado que se encontrava na varanda, ou EC. Esses resultados deram início a uma verdadeira “corrida” para comprovar ou refutar os resultados dos estudos desses pesquisadores.

3 Estudos das relativas ambíguas no português brasileiro

Ainda que sigam linhas teóricas diferenciadas, pesquisadores como Frazier (1979), Fodor (1998), Cuetos e Mitchell (1988), contribuíram e contribuem para o desenvolvimento de pesquisas acerca do PB. Nesse sentido, destacamos inicialmente o trabalho realizado por Finger e Zimmer (2005), com o objetivo de testar a hipótese de Fodor (1998) de que a interpretação de sentenças ambíguas se dá pela estrutura prosódica da língua.

Segundo as autoras, pretendia-se analisar a preferência de informantes nativos de língua portuguesa (brasileiros) em interpretar orações complexas (relativas ambíguas), controlando o tamanho da oração (oração curta *vs* longa), a concordância de gênero e número dos dados em estudo.

Para analisar o fator cumprimento, as autoras utilizaram de sentenças relativas curtas e longas, tais como em 2 (a) e 2 (b), respectivamente:

- (2) a. Ontem à noite, meu irmão lembrou do filho do dentista que morreu.
b. Ontem à noite, meu irmão lembrou do filho do dentista que morreu de um súbito ataque de pneumonia no ano passado.

(FINGER; ZIMMER, 2005, p. 123)

Além disso, as autoras buscaram compreender se haveria uma influência de gênero e número dos substantivos, ou seja, se havia uma diferenciação entre masculino e feminino, bem como entre singular e plural. Quanto ao primeiro caso, as sentenças contidas

em 3 (a) e 3 (b) exemplificam este contraste, enquanto o segundo é elucidado pelos exemplos contidos em 4 (a) e 4 (c):

- (3) a. O aluno ouviu falar da amiga da professora que partiu.
b. Minha irmã mais velha ouviu falar do neto do banqueiro que viajou.
- (4) a. O aluno ouviu falar da amiga da professora que partiu.
b. Todas as crianças adoram as vizinhas das senhoras que chegaram.

(FINGER; ZIMMER, 2005, p. 123)

A conclusão das pesquisadoras foi a seguinte:

Com relação às previsões feitas com base na HPI, os dados coletados comprovam que a estrutura prosódica da língua de fato exerce alguma influência sobre o processamento da oração relativa, embora não possibilitem apontar com exatidão onde nem como. (FINGER; ZIMMER, 2005, p. 129).

Além disso, os estudos realizados por elas “revelaram interação significativa entre o comprimento oração relativa (OR) e tipo de aposição, [...] os sujeitos demonstraram maior preferência para aposições altas em ORs-longas do que em ORs-curtas” (FINGER; ZIMMER, p. 120).

Outro famoso estudo realizado com o objetivo de compreender o funcionamento do português brasileiro, no que se refere ao processamento de sentenças ambíguas, foi feito por Ribeiro (2005), no qual o pesquisador buscou comprovar se os princípios universais de LC se confirmariam no PB. Para tanto, valeu-se tanto dos estudos de Frazier, quanto dos de Cuetos e Mitchell.

Ribeiro (2005), inicialmente, aplicou versões em português das orações utilizadas por Cuetos e Mitchell para avaliar o espanhol. Seu objetivo era o de compreender se nas orações relativas do português os falantes optariam pelo *late closure*. Um exemplo destas sentenças pode ser vista em (5):

- (5) Alguém atirou contra o empregado da atriz que estava na varanda.

Os participantes da pesquisa foram então convidados a responder questões simples, como: “Quem estava na varanda?”. Basicamente, os informantes optaram, na grande maioria, por dizer que o “empregado” estava na varanda, ou seja, ligaram ao antecedente mais alto, *Early Closure*, e uma minoria apontou que quem estava na varanda era a atriz, *Late Closure*. Conclusão: *Late Closure* não prevaleceu nas interpretações dadas pelos informantes para o PB. (RIBEIRO, 2005).

Os resultados encontrados por Ribeiro (2005) influenciaram diretamente na elaboração do presente estudo. Nosso objetivo é observar se diante de características semânticas mais especificadas ao contexto, a escolha por EC, em sentenças relativas ambíguas longas, continuaria sendo preferencial em relação a LC nos dados.

4 Metodologia

Nossa pesquisa foi elaborada a partir do arcabouço teórico já apresentado na revisão teórica desse artigo, buscando questionar/verificar se há, de fato, uma preferência no processamento de sentenças relativas ambíguas no PB. Neste sentido, o presente estudo foi construído com o objetivo de averiguar se outras questões, como a natureza do verbo, ou de seus antecedentes, influenciariam na escolha de um processamento EC ou LC nos dados.

4.1 Participantes

O grupo de informantes da pesquisa foi composto por 82 pessoas com idades entre 18 e 55 anos, consultados no período compreendido entre 02 a 16 de dezembro de 2015, sendo que desses, 50 possuíam apenas o ensino médio completo e outros 32 o ensino superior completo. Os envolvidos foram convidados, por via eletrônica, para responderem a um questionário com perguntas “abertas”, ou seja, perguntas com um espaço em branco para que pudessem escrever as respostas, segundo seus julgamentos. Além disso, os informantes aceitaram que essas respostas fossem utilizadas para fins acadêmicos. A

realização dessa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal da Fronteira Sul e possui registro de processo na Plataforma Brasil.⁷

4.2 Materiais e métodos

O experimento foi composto por 22 sentenças, sendo 7 sentenças distratoras e 15 sentenças-alvo. Na realização do experimento, buscou-se intercalar as sentenças-alvo com as distratoras como forma de dificultar a assimilação dos objetivos do experimento, por parte dos participantes, e, assim, evitar que fizessem o experimento de forma condicionada. A seguir, apresentamos as orações na ordem em que foram disponibilizadas aos informantes da pesquisa:

- [1] João viu o cachorro do menino que nadava muito bem.
- [2] Amanda acenou para o povo do padre que rezava.
- [3] Distratora – ‘Matheus viu Roberto que foi ao mercado’.
- [4] Esta tarde vi o médico da menina que atende a domicílio.
- [5] Conversamos com professor do aluno que ensina muito bem.
- [6] Distratora: ‘Carlos acompanhou Joana quando ela precisou ir ao médico.’
- [7] Júlia observou o dono do passarinho que cantava.
- [8] Marcus viu o cachorro do menino que nadava muito bem na piscina do clube.
- [9] Distratora: ‘Iara recebeu uma carta de seu namorado que está na Alemanha.’
- [10] Matheus acenou para o povo do padre que rezava fervorosamente na igreja.
- [11] Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio às terças e quartas
- [12] Distratora: ‘Sebastião ligou para Joana que estava no trabalho.’
- [13] Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem as questões de matemática.
- [14] Felipe observou o dono do passarinho que cantava de sua gaiola.
- [15] Distratora: Joana adotou um cachorro que latia muito alto.
- [16] Daniel viu o dono do cachorro que nadava muito bem.
- [17] Saulo acenou para o padre do povo que rezava.
- [18] Distratora: ‘Sarah anotou todas as tarefas que a professora passou no quadro’.

⁷ Número do processo aprovado pelo Comitê de Ética da UFFS na Plataforma Brasil – CAAE: 49494415.9.0000.5564.

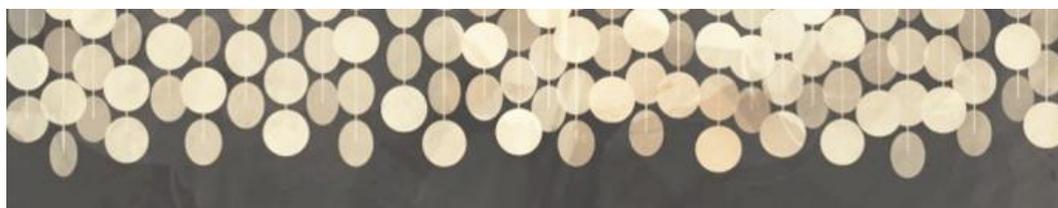
- [19] Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio.
- [20] Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem.
- [21] Distratora: Vimos quando o cachorro de Lauren fugiu de casa.
- [22] Ana observou o dono do passarinho que cantava na varanda.

A cada sentença, os participantes foram convidados a responder uma pergunta a respeito de qual seria o agente do verbo da oração relativa encaixada. Por exemplo, ao se deparar com a sentença [1]:

- (6) João viu o cachorro do menino que nadava muito bem.

O informante deveria ler a sentença e, em seguida, responder a pergunta que seguia abaixo da sentença (Figura 1), conforme seu entendimento. A pergunta era: “*Quem nadava muito bem?*”. Para isso, deveria utilizar o espaço disponibilizado para escrever qual antecedente era responsável pela atividade expressa na pergunta, ou seja, se era o “cachorro” ou o “menino” que nadava muito bem:

Figura 1. Sentença [1] apresentada no formulário online do experimento



Pesquisa Linguística - Processamento de Sentenças

*Obrigatório

"João viu o cachorro do menino que nadava muito bem." Pergunta: Quem nadava muito bem? *

« Voltar

Continuar »



15% concluído

As respostas a essas perguntas nos deram embasamento para nossas análises e, assim, buscamos compreender a que sintagma os informantes relacionavam a oração relativa encaixada: se a *Early Closure (EC)* ou *Late Closure (LC)*. Lembrando que a opção por EC é aquela em que o falante opta pelo sintagma menos encaixado (no caso do exemplo, 'o cachorro'), enquanto LC é a escolha pelo mais encaixado (o sintagma 'menino' no exemplo).

As sentenças-alvo tratavam-se de orações relativas ambíguas divididas em longas e curtas. De maneira geral, a diferença entre orações relativas curtas e longas podem ser exemplificadas nos exemplos (7) e (8):

(7) Julia observou o dono do passarinho que cantava.

Oração relativa curta: [que cantava]

(8) Felipe observou o dono do passarinho que cantava de sua gaiola.

Oração relativa longa: [que cantava de sua gaiola]

As sentenças utilizadas para “distrair” os informantes, a respeito dos objetivos do experimento, foram pensadas de modo a se aproximarem das sentenças-alvo para que não houvesse um “rompimento” muito visível no estilo das sentenças. Dito de outra forma, utilizamos uma estrutura semelhante das sentenças-alvo: um agente realizando uma determinada ação, seguida de perguntas que levavam os informantes a identificar qual seria esse agente. Portanto, as orações distratoras não eram ambíguas.

Figura 2. Exemplo de apresentação de sentença distratora no experimento

Pesquisa Linguística - Processamento de Sentenças

*Obrigatório

"Matheus viu Roberto que foi ao mercado." Pergunta: Quem foi ao mercado? *

« Voltar Continuar »

26% concluído

As orações foram alocadas em dois grandes blocos. No primeiro, tínhamos o objetivo de verificar se os traços presentes nos verbos, principalmente [+/-humano]; [+/-animado], influenciariam no processamento das sentenças; no segundo, tínhamos como principal objetivo o de verificar se o tamanho da sentença (curta ou longa), aliado a questões semânticas relacionadas ao verbo e aos antecedentes poderiam, de alguma forma, influenciar as escolhas de nossos informantes. A sentença [19] deixa claro o que estamos chamando de aspectos semânticos dos antecedentes. Além de ser longa, possui um sintagma que conota lugar e tende a ser muito mais relacionado com um antecedente [+animado] e [-humano], pois é mais “natural” que passarinhos fiquem na gaiola do que humanos:

Figura 3. Sentença [19] do experimento



Pesquisa Linguística - Processamento de Sentenças

*Obrigatório

"Felipe observou o dono do passarinho que cantava de sua gaiola." Pergunta: Quem cantava? *

« Voltar Continuar »

69% concluído

A sentença acima estabeleceu de forma direta as relações semânticas entre os termos “passarinho” e “gaiola”. O objetivo além de analisar a força semântica, seria também testar a atuação do processamento na sentença, em relação a EC e LC . É importante ressaltar que nem todas sentenças estabeleceram relações semânticas tão fortes e diretas, como visto em [19]. O experimento também se preocupou em abarcar sentenças com propriedades semânticas mais veladas ou menos diretas. Um exemplo é a sentença [22] do experimento, em que os sintagmas envolvidos para o informante analisar são: “dono”, “passarinho”, “cantar” e “varanda”. Percebam que diferentemente de “gaiola”, “varanda” é um ambiente em que tanto um traço [+humano], dono, quanto um traço [-humano], passarinho, podem ser relacionados ao verbo cantar para esse lugar, com maior naturalidade. Logo, o objetivo principal, ao colocar uma sentença como essa, é o de analisar como ocorre o julgamento dos informantes para o processamento da sentença no diz que respeito a EC e LC.⁸

⁸ Link da plataforma online em que o experimento foi realizado:

https://docs.google.com/forms/d/1M7N8Us3UAdkpRUXoI2Xg8mC3AoNyBKQ4KI7pp2MV_KA/formResponse

Figura 4. Sentença [22] do experimento



Pesquisa Linguística - Processamento de Sentenças

*Obrigatório

"Felipe observou o dono do passarinho que cantava de sua gaiola." Pergunta: Quem cantava? *

« Voltar Continuar »

69% concluído

5 Resultados e discussões

Como anteriormente citado, nosso estudo foi construído a partir de dois eixos norteadores: i) traços [+/-humano], [+/-animado] do verbo e ii) relações entre tamanho da oração relativa e suas relações semânticas estabelecidas entre os componentes da sentença. No entanto, no decorrer das análises, pudemos perceber que existem outros desdobramentos para posteriores estudos e aprofundamentos.

Desse modo, apresentamos a seguir os resultados estatísticos e quantitativos, seguidos de discussões acerca destes dados. Para tanto, utilizaremos a seguinte organização: em um primeiro momento, apresentaremos as análises individuais de todas as orações e, em seguida as análises e os comentários dos pares de orações como o objetivo de averiguar nossas hipóteses.

5.1 Análises do processamento de sentenças relativas ambíguas do experimento

Muitos são os estudos realizados acerca do processamento de sentenças relativas ambíguas no PB. Nomes como Finger e Zimmer (2005), Myamoto (2005), Ribeiro (2005), dentre outros, são referências básicas neste cenário. Por este motivo, baseamos em seus estudos para construir nosso experimento e realizar nossas análises.

Neste sentido, é importante ressaltar que Finger e Zimmer (2005) defendem que em sentenças relativas curtas, há uma preferência no PB pelo sintagma mais encaixado, ou *Late Closure*, (LC) enquanto em orações relativas longas haveria uma preferência pelo sintagma menos encaixado, ou *Early Closure*, (EC). Estas ponderações nos ajudarão a entender os resultados apresentados no decorrer desta seção. Ressaltamos ainda que os números das sentenças, apresentados nessa seção, seguem a mesma numeração utilizada na listagem da seção 4.2 Materiais e métodos, desse artigo.

Abaixo, o leitor perceberá que o primeiro grupo de sentenças analisadas se comportou como o que já havia sido sinalizado pelos estudos de Finger e Zimmer (2005), ou seja, em orações relativas curtas, o sintagma mais encaixado foi o preferencial entre os informantes, enquanto em sentenças relativas longas, o sintagma menos encaixado foi o mais escolhido.

Tabela 1. Sentenças que se comportaram conforme estudos de Finger e Zimmer (2005)⁹

Sentenças	SN1 (%)	SN2 (%)	Outros ¹⁰ (%)
[3] Amanda acenou para o povo do padre que rezava	41.46%	52.43%	6.1%
[4] Esta tarde vi o médico da menina que atende a domicílio.	75.61%	24.39%	-
[5] Conversamos com professor do aluno que ensina muito bem.	70.73%	29.26%	-
[7] Júlia observou o dono do passarinho que cantava.	25.61%	74.39%	-
[17] Saulo acenou para o padre do povo que rezava.	29.27%	70.73%	-

⁹ Todas as tabelas aqui apresentadas foram construídas pelas pesquisadoras, por isso não possuem fonte externa referenciada.

¹⁰ Houve sentenças que obtiveram respostas inesperadas às perguntas realizadas. Por esse motivo, respostas não esperadas foram classificadas como “outros” em nossas classificações. No caso específico da oração [3], cinco pessoas optaram por dizer que tanto povo quanto padre rezavam, o que não desfaz a ambiguidade e nem responde a pergunta de acordo com o esperado pelas pesquisadoras.

As cinco orações acima apresentaram resultados em concordância com os estudos já realizados por Finger e Zimmer (2005), ou seja, orações relativas curtas, [3], [7] e [17] apresentaram preferência pelo sintagma mais encaixado (SN2); e as orações relativas longas, como em [4] e [5], apresentaram uma preferência significativa pelo sintagma menos encaixado (SN1).

A seguir, descreveremos as orações que apresentaram resultados distintos das proposições feitas por Finger e Zimmer (2005). Nossa hipótese é a de que a natureza de alguns traços dos verbos, associados com os aspectos semânticos dos sintagmas de seus antecedentes, influenciariam na resolução de ambiguidades das orações.

A oração relativa encaixada “que nadava muito bem” da Sentença 1, Tabela 2, se enquadra em uma oração relativa longa, uma vez que há dois elementos, após o verbo da sentença (“muito” e “bem”), critério estabelecido por Finger e Zimmer (2002). Em seus estudos, sentenças como essas deveriam apresentar a preferência pelo sintagma mais alto, ou menos encaixado, “cachorro”. Entretanto, de um total de oitenta participantes, cinquenta seis (representando uma porcentagem de 70%) optaram pelo sintagma mais baixo: o menino, ou seja, a preferência seria pela interpretação: “o menino que nadava muito bem” e não “o cachorro que nadava muito bem”, como prediz a teoria. Dessa forma, nossos resultados apontam indícios para dizer que o verbo “nadar” teria o traço [+humano] mais forte que o traço [-humano], quando apresentados em uma sentença ambígua e que essa relação semântica seria mais forte que o processamento linguístico entre EC e LC.

Tabela 2. Sentença [1]

[1] João viu o cachorro do menino que nadava muito bem.		
Cachorro (SN1)	24/82	29.27%
Menino (SN2)	56/82	68.29%
Outros ¹¹	02/82	2.44%

¹¹ A possibilidade de outras respostas se deu porque as perguntas foram construídas de modo a possibilitar respostas abertas aos participantes, ou seja, havia um espaço no qual poderiam escrever a respostas conforme seu entendimento. Os casos em que as respostas não corresponderam a um dos antecedentes, dissolvendo a ambiguidade das sentenças, foram enquadradas em “outros”.

A sentença [8], apresentada na Tabela 3 a seguir, apresentou um resultado que direciona para, mais uma vez, indícios de interferência de aspectos semânticos dos sintagmas presentes na sentença em relação ao processamento. Isso porque, quase 80% por cento dos entrevistados optaram pelo sintagma mais baixo ou mais encaixado, menino, contrariando a expectativa do processamento de sentenças relativas longas, que, para o PB, o esperado seria uma aposição mais alta, ou seja, preferência pelo sintagma cachorro na sentença em questão.

Tabela 3. Sentença [8]

[8] Marcus viu o cachorro do menino que nadava muito bem na piscina do clube.

Cachorro (SN1)	17/82	20.73%
O menino (SN2)	65/82	79.27%

Nossa hipótese é de que o sintagma “na piscina do clube” carregue em si traços muito mais humanos, ou seja, soa muito mais natural dizer que um menino nadava na piscina do clube do que um cachorro. Percebemos aqui, indícios que tanto na sentença [1], quanto na sentença [8] a preferência de um antecedente [+humano] para o verbo “nadar”, em contexto de ambiguidade, se sobressaindo em relação a posição sintática do antecedente no processamento das sentenças no que diz respeito a LC ou EC.

Na sentença [10], o verbo em análise exige traços [+animado] e [+humano] para compor sua configuração. Apesar de possuírem os mesmos traços, os sintagmas “povo” e “padre” se diferenciam pelo fato de “povo” ter um caráter de coletivo. Mesmo ambos estando no singular, “povo” remete a ideia de muitos e o objetivo era averiguar se a ideia de “número” poderia interferir no processamento da sentença. De maneira geral, tanto “povo” quanto “padre” foram aceitos de forma recorrente pelos informantes:

Tabela 4. Sentença [10]

[10] Matheus acenou para o povo do padre que rezava fervorosamente na igreja.

O povo (SN1)	35/82	42.7%
O padre (SN2)	45/82	54.9%
Outros ¹²	02/82	2.4%

¹² A possibilidade de outras respostas se deu porque as perguntas foram construídas de modo a possibilitar respostas abertas aos participantes, ou seja, havia um espaço no qual poderiam escrever a respostas conforme seu entendimento. Os casos em que as respostas não corresponderam a um dos antecedentes, dissolvendo a ambiguidade das sentenças, foram enquadradas em “outros”.

O que chama nossa atenção no resultado dessa oração relativa encaixada longa é que, segundo Finger e Zimer (2005), o SN1, povo, deveria ser preferencial no processamento, o que não ocorre: há sim, uma preferência pelo sintagma SN2, padre, mais encaixado. Deste modo, caracterizamos nessa sentença a ideia de “profissão” assumida pelo antecedente padre, que corresponde também à função de rezar. Em outras palavras, mesmo ambos sintagmas, “povo” e “padre”, corresponderem ao mesmo conjunto de traços semânticos [+humano] e mesma possibilidade de realização com o verbo “rezar”, a preferência dos informantes pelo sintagma “padre”, nos faz partir da hipótese que o termo “padre” possa estar associado de forma mais direta com o verbo rezar, em relação a povo, uma vez que padre, em sua profissão, exerce a função de rezar como atividade específica e já o sintagma povo carrega em si muitas outras possibilidades de atividades. Um outro aspecto, que podemos levantar para ser analisado de forma mais detalhada, futuramente, seria o fato de um elemento indicar coletivo e outro singular, talvez, a preferência possa estar relacionada ao número e à concordância com o verbo.

Abaixo, na Tabela 5, apresentamos quatro sentenças ambíguas com orações relativas longas, na quais, segundo Finger e Zimmer (2005), a preferência do processamento linguístico, nesse contexto, seria o sintagma menos encaixado, SN1. No entanto, houve uma preferência majoritária, nesse conjunto de sentenças, pelo sintagma SN2, em nossos dados.

Tabela 5. Sentenças com orações relativas longas e resultados LC

Sentenças	SN1 (%)	SN2 (%)	Outros (%)¹³
[11] Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio às terças e quartas.	6.09%	93.9%	-
[13] Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem as questões de matemática.	19.51%	80.49%	-
[19] Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio.	9.76%	90.24%	-
[20] Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem.	17.07%	82.93%	-

¹³ Houve sentenças que obtiveram respostas inesperadas às perguntas realizadas. Por esse motivo, respostas não esperadas foram classificadas como “outros” em nossas classificações. No caso específico da oração [3], cinco pessoas optaram por dizer que tanto povo quanto padre rezavam, o que não desfaz a ambiguidade e nem responde a pergunta de acordo com o esperado pelas pesquisadoras.

A expressiva porcentagem de mais de 90% dos informantes optarem pelo SN2 na sentença [11] nos chamou bastante atenção e nos traz forte indícios da importância dos aspectos semânticos envolvidos no processamento de sentenças. A preferência do termo “médico” em detrimento de “paciente” para o verbo atender, chega a mostrar que, talvez, para alguns informantes, essa sentença nem deva ter lhes causado ambiguidade de interpretação, entendendo que “atender” não pode ser relacionado com paciente. A sentença [13] apresenta um comportamento muito parecido com o que houve na sentença [11]. Assim como na sentença anterior, a posição, se LC ou EC, não é prioridade no processamento na interpretação dos informantes. O sintagma “professor” é o preferido para o verbo ensinar, em relação ao sintagma “aluno”. As mesmas afirmações podem ser feitas para a sentença [20], mesmo com uma relativa longa com menos elementos após o verbo que a sentença [13], a preferência continuar em relacionar o verbo “ensinar” ao sintagma “professor”.

Abaixo, a sentença [14] classifica-se como relativa longa e possui dois antecedentes de traços semânticos diferentes para interpretação. O antecedente que ocupa a posição de SN1 pode ser caracterizado como [+animado] e [+humano], “dono”, enquanto o SN2 é ocupado por um antecedente [+animado] e [-humano], “passarinho”.

Tabela 6. Sentença [14]

[14] Felipe observou o dono do passarinho que cantava de sua gaiola.		
O dono (SN1)	04/82	4.88%
O passarinho (SN2)	77/82	93.90%
Outros	01/82	1.22%

Os resultados apontam para uma preferência significativa pelo antecedente “passarinho”, que corresponde as características de [+animado] e [-humano]. Nossa hipótese é de que este número percentual de quase 94% para o SN2 seja resultado da presença do sintagma “de sua gaiola”, que está mais relacionado a “passarinho” que “dono”. Ou seja, é muito mais natural que um passarinho cante a partir de sua gaiola do que um ser humano. Deste modo, pode-se afirmar que as relações semânticas estabelecidas na estrutura oracional influenciaram no processamento e na desambiguação.

Na oração [16], representada na Tabela 7, mais de 50% dos participantes optaram pelo sintagma mais encaixado, “cachorro”, contrariando as preposições de Finger e Zimmer. Nessa sentença, o interessante a ser destacado é que a porcentagem já não foi tão expressiva (acima de 80%, 90%), como nos casos anteriormente analisados. Nossa hipótese é que houve uma maior dúvida entre os informantes, já que a sentença não possui nenhum sintagma com aspectos semânticos mais específicos relacionado ao verbo ou a determinado antecedente, como é o caso de “na piscina do clube” da sentença [8], por exemplo. O verbo nadar pode ser aplicado para os dois antecedentes, tanto o que ocupa a posição SN1 [+animado] e [+humano] quanto o que ocupa a posição de SN2 [+animado] e [-humano], logo, temos um resultado mais equilibrado, em que percebemos a atuação de EC e LC no processamento da sentença.

Tabela 7. Sentença [16]

[16] Daniel viu o dono do cachorro que nadava muito bem.		
O dono (SN1)	38/82	46.34%
O cachorro (SN2)	43/82	52.44%
Outros	01/82	1.22%

A sentença [22], abaixo, foi elaborada com o verbo cantar nos mesmo moldes da sentença [14], no entanto, no lugar da expressão “de sua gaiola”, foi utilizada a expressão “na varanda” após o verbo. O objetivo de criar duas sentenças parecidas seria o de contrapor “gaiola” *versus* “varanda”. Imaginávamos que “gaiola” seria ligada com mais facilidade a passarinho, como realmente aconteceu, e varanda seria mais relacionado com o sintagma [+humano], dono, o que não ocorreu como pode ser visto nos resultados:

Tabela 8. Sentença [22]

[22] Ana observou o dono do passarinho que cantava na varanda.		
O dono (SN1)	19/76	25%
O passarinho (SN2)	57/76	75%

Portanto, a nossa hipótese inicial não se fez verdade. Acreditamos que a preferência pelo antecedente [-humano] seja pelo fato de ao compararmos “dono” e “passarinho”

com o verbo cantar, o campo semântico de passarinho seja mais restrito que dono, ou seja, donos [+humano] fazem mais atividades que passarinhos [-humano], logo, por ser mais específico, “passarinho” estaria mais propício a cantar que “dono”, daí a preferência por esse antecedente na desambiguação.

Na próxima seção, faremos uma análise mais detalhada dessas ocorrências, contrapondo, ao mesmo tempo, as sentenças [14] e [22]. Além desse par, outros pares de sentenças formadas com estruturas semelhantes serão reanalisadas, a partir de um ponto de vista de similaridades e diferenças, buscando explicações para os resultados das ocorrências do fenômeno estudado.

5.2 Análise dos pares de sentenças: comparando resultados

A seguir, apresentaremos as análises das orações em pares comparativos, com o objetivo de verificar se houve alguma alteração significativa nos julgamentos dos falantes, a partir de mudanças na construção da ordem dos sintagmas das sentenças. Os dados aqui apresentados também serão discutidos e comparados em relação às hipóteses iniciais desse trabalho. Além disso, é importante ressaltar que se tratam das mesmas orações analisadas anteriormente, só que, agora, organizadas em pares para análises.

O par de orações [4] e [19] apresenta uma situação interessante: em ambas houve uma preferência significativa pelo antecedente “médico”, independentemente de sua posição. Ou seja, em [4] ele ocupou SN1, enquanto em [19] ocupou a SN2, e, nos dois casos, esse vocábulo foi a preferência dos informantes. O verbo “atender” conota um fazer profissional facilmente relacionável ao médico, e não a uma menina ou paciente. Logo, mesmo tendo a estrutura sintática e lexical que cumprem os requisitos de uma oração relativa ambígua, o estatuto semântico que o verbo e seus antecedentes carregam consigo, deixa a sentença em contexto de uma não ambiguidade. Além disso, essa relação semântica estabelecida entre verbo e antecedente parece, pelos dados obtidos tanto nas análises individuais das orações como nesta em pares, ter prevalecido sobre as “dicotomias” de oração longa/posição alta e oração curta/posição baixa, uma vez que mesmo se tratando de uma oração relativa longa, mais de 90% dos participantes optaram pela posição mais baixa em [19].

Tabela 9. Análise comparativa entre as sentenças [4] e [19]

[4] Esta tarde vi o médico da menina que atende a domicílio.		
O médico (SN1)	62/82	75.61%
A menina (SN2)	20/82	24.39%

[19] Esta tarde vi a paciente do médico que atende a domicílio.		
A paciente (SN1)	08/82	09.76%
O médico (SN2)	74/82	90.24%

A seguir, o par de orações [20] e [5] demonstra preferência dos informantes pelo antecedente “professor”, independentemente da posição ocupada na oração (SN1 ou SN2), assim como aconteceu com o antecedente “médico” nas orações analisadas anteriormente. É interessante observar que os resultados apresentados pelo julgamento da oração [20] se apresentam em consonância com os estudos de Finger e Zimmer (2005), enquanto os da oração [5] não. Ou seja, mais uma vez parece haver uma tendência a um julgamento não baseado apenas na extensão da sentença relativa, mas sim, uma avaliação mais direcionada às relações existentes entre o verbo e o antecedente com restrições semânticas ao ser relacionado ao contexto.

Tabela 10. Análise comparativa entre as sentenças [20] e [5]

[20] Conversamos com o filho do professor que ensina muito bem.		
O filho (SN1)	14/82	17.07%
O professor (SN2)	68/82	82.93%

[5] Conversamos com professor do aluno que ensina muito bem.		
O professor (SN1)	58/82	70.73%
O aluno (SN2)	24/82	29.26%

Nas sentenças abaixo, na Tabela 11, nossa hipótese inicial era de que o verbo *nadar* não apresentaria uma preferência tão acentuada por um determinado antecedente. Dito de outra forma: inicialmente nossa hipótese era de que tanto um cachorro [-humano],

quanto um menino [+humano] poderiam nadar e, por isso a hipótese inicial seria que o tamanho da sentença teria alguma influência na escolha por um processamento EC ou LC.

Tabela 11. Análise comparativa entre as sentenças [1] e [16]

[1] João viu o cachorro do menino que nadava muito bem.		
Cachorro (SN1)	24/82	29.27%
Menino (SN2)	56/82	68.29%
Os dois	02/82	2.44%
[16] Daniel viu o dono do cachorro que nadava muito bem.		
O dono (SN1)	38/82	46.34%
O cachorro (SN2)	43/82	52.44%
Os dois	01/82	1.22%

Como pode ser visto, nas duas sentenças, [1] e [16], a preferência se deu pelo sintagma mais encaixado, LC, o que contraria os pressupostos estabelecidos por Finger e Zimmer (2005) e Maia e Moraes (2005), segundo os quais, em uma oração relativa longa haveria uma preferência pela aposição mais alta, ou *Early Closure*. Pelas porcentagens dos resultados, podemos dizer que essas duas sentenças trouxeram dúvidas aos informantes e não podemos dizer de uma preponderância de interpretação em relação a outra. Mesmo alternando o sintagma [+humano], menino, com o sintagma [-humano], cachorro, observou-se que a preferência pelo sintagma mais encaixado não foi algo estabelecido pelas propriedades semânticas do verbo e seus antecedentes, pois diferentemente do que aconteceu com os verbos “atender” e “ensinar” e seus antecedentes, nas Tabelas 9 e 10, respectivamente, o verbo “nadar” não demonstrou uma preferência categórica (acima de 70%) por nenhum dos sintagmas apresentados.

Acreditamos que a ausência de um sintagma como “na piscina do clube”, como utilizado na sentença [8], *Marcus viu o cachorro do menino que nadava muito bem na piscina do clube*, analisada na seção anterior, pode ter auxiliado no “equilíbrio” dos resultados das

sentenças da Tabela 11. A não especificação de um espaço ocupado geralmente por humanos, como é o caso de um *clube*, parece ter influenciado na decisão dos participantes na análise da sentença [8]. Ao compararmos os resultados entre [1] e [16], podemos dizer que, comparativamente, a sentença [1] apresenta porcentagens mais altas para o sintagma “menino”, [+humano], que cachorro [-humano], e, talvez, o verbo “nadar” possa ter um traço semântico associado a sintagmas [+humano] mais que forte que com sintagmas [-humanos], no entanto, deixamos para aprofundar essa questão em estudos futuros.

O próximo par de orações traz o verbo “rezar”, mesmo modificando as posições dos antecedentes, povo e padre, não foi verificada uma preferência por um dos sintagmas com valores tão acentuados como nos outros exemplos.

Tabela 12. Análise comparativa entre as sentenças [2] e [17]

[2] Amanda acenou para o povo do padre que rezava.		
O povo (SN1)	34/77	44.15%
O padre (SN2)	43/77	55.84%
[17] Saulo acenou para o padre do povo que rezava.		
O padre (SN1)	24/82	29.27%
O povo (SN2)	58/82	70.73%

Por se tratarem de orações relativas curtas, as sentenças da Tabela 12, acima, deveriam apontar para uma preferência pelo sintagma mais baixo, o que foi confirmado nos dois resultados. A sentença [17] registrou uma maior expressividade na quantidade, cerca de 70% dos informantes preferiram o SN2. Dessa forma, ambas sentenças confirmam as hipóteses de Finger e Zimmer (2005) para esse contexto de realização de sentenças ambíguas relativas curtas.

É interessante retomar aqui a análise da sentença [10], *Matheus acenou para o povo do padre que rezava fervorosamente na igreja*. Diferentemente do que aconteceu com as

sentenças relativas curtas, que corroboram os estudos de Finger e Zimmer (2005), a sentença [10], que contem uma oração relativa longa, não obteve resultados que corroboraram os estudos das pesquisadoras. Ou seja, o mesmo verbo teve comportamento diferente a depender do tamanho da oração relativa, uma vez que os traços semânticos dos sintagmas relacionados a ele eram os mesmos nos dois contextos.

Por fim, na Tabela 13, abaixo, são apresentadas duas sentenças, na quais nossa hipótese inicial era de que o sintagma “de sua gaiola” levaria a uma escolha preponderante pelo antecedente “passarinho” na oração [14], uma vez que é mais natural que um passarinho esteja em sua gaiola e cante de lá. Os resultados foram nessa direção e mais de 93% dos participantes optaram pelo SN2 neste caso, ainda que se trate de uma oração relativa longa, em que a preferência seria por uma EC. Essa sentença já foi analisada na seção anterior, mas agora colocamos em comparação direta com a sentença [22]:

Tabela 13. Análise comparativa entre as sentenças [14] e [22]

[14] Felipe observou o dono do passarinho que cantava de sua gaiola.		
O dono (SN1)	04/82	4.88%
O passarinho (SN2)	77/82	93.90%
Os dois	01/82	01.22%
[22] Ana observou o dono do passarinho que cantava na varanda.		
O dono (SN1)	19/82	23.17%
O passarinho (SN2)	57/82	69.51%
Os dois	06/82	07.32%

Se compararmos as duas orações, perceberemos que ambas possuem uma indicação de lugar da ação da sentença encaixada. No caso da sentença [14], a indicação de lugar é uma gaiola, enquanto na oração [22] se trata de uma varanda. Esta mudança foi proposital e tinha como objetivo verificar se “gaiola” estaria mais ligado ao antecedente [-humano] e [+animado], pássaro, da mesma forma que tínhamos a hipótese de que “varanda” poderia levar nossos participantes a optarem pelo antecedente [+humano].

Dessa forma, os resultados contrariaram, em partes, nossa hipótese: os informantes continuaram a preferir relacionar o verbo “cantar” ao antecedente [-humano]. No entanto, é interessante ressaltar que houve uma diminuição percentual significativa – no caso da oração [14], mais de 90% dos informantes optou pelo passarinho, enquanto que na oração [22] este número caiu para menos de 70%. Ou seja, os informantes julgaram, de fato, mais possível um ser humano cantar de uma *varanda* do que de uma *gaiola*. Portanto, podemos concluir que a sentença [14] não se trata de uma sentença ambígua, a relação entre os sintagmas “passarinhos”, “cantava” e “gaiola” fornecem formações suficientes para eliminar qualquer dúvida a respeito do sintagma [+ humano], dono, como agente da ação.

Considerações finais

Em suma, nosso experimento foi construído a partir da hipótese de que alguns aspectos semânticos, como os traços do verbo e características dos antecedentes [+/- animado] [+/-humano], bem como extensão da sentença e sintagmas que indiquem lugar ou situações mais relacionáveis com um ou outro antecedente estabelecidos na construção das sentenças poderiam, de alguma forma, influenciar no processamento das sentenças relativas ambíguas no PB, no que diz respeito a Early Closure e Late Closure. Os resultados de nossas análises confirmam algumas de nossas hipóteses e nos apontam para outras possibilidades de análises e aprofundamentos futuros, como foi apresentado no decorrer das análises.

A partir dos resultados encontrados, percebemos que orações relativas ambíguas curtas contidas nas sentenças [5], [7] e [17] obtiveram resultados que concordam com a teoria estabelecida por Finger e Zimmer (2002) : preferência de desambiguação pelo sintagma mais encaixado ou LC; já as orações relativas longas [4] e [5] apresentaram preferência pelo antecedente menos encaixado, EC, confirmando as expectativas das autoras. Em contrapartida, sentenças como [1], [8], [10], [11], [13], [19], [16], [20] e [22], todas relativas longas, apresentaram preferência pelo sintagma mais encaixado, LC, contrariando o esperado estipulado pelo arcabouço teórico desse trabalho. Nosso objetivo, no estudo, foi tentar apontar justificativas para essas ocorrências.

Quanto às sentenças apresentadas em pares, destacamos que as comparações realizadas permitiram verificar o funcionamento de determinado verbo com diferentes antecedentes. Dessa forma, destacamos que os dados organizados na Tabela 9 apresentam preferência pelo antecedente “médico” (75.61% e 90.24%), independente de sua posição na sentença, se mais alto ou baixo. A Tabela 10 sistematiza a preferência pelo sintagma “professor” (82.93% e 70.73%), em qualquer das posições; e a Tabela 13 apresenta a mesma situação para o sintagma “passarinho” (93.90% e 69.51%). A preferência específica por um dos sintagmas deixa claro a interferência de traços semânticos do verbo com os sintagmas, em detrimento da organização de ambiguidade sintática e de processamento psicolinguístico esperado pela literatura para essas sentenças. A Tabela 11 (Sentença [1] João viu o cachorro do menino que nadava muito bem/ e Sentença [16] Daniel viu o dono do cachorro que nadava muito bem) apresenta alternância de preferência de sintagmas pelos informantes, em um mesmo contexto, mas essa alternância não se faz, à primeira vista, por questões semânticas, uma vez que não há uma escolha de um dos sintagmas e vai no sentido oposto do estabelecido por Finger e Zimmer (2005) para o processamento psicolinguístico. Por serem sentenças relativas longas, deveriam apresentar uma preferência por EC, mas em ambas sentenças, a preferência é por LC. Uma possível afirmação para o verbo “nadar”, a partir dos resultados desse trabalho, seria uma preferência por um sintagma [+humano] na desambiguação. A Tabela 12 contrapõe o verbo rezar com dois sintagmas no singular, mas um deles no coletivo, “povo”. Nas duas sentenças relativas ambíguas curtas, os informantes seguiram o esperado demonstrado nos estudos para o PB, isto é, uma preferência pelo sintagma mais baixo, mais encaixado, LC. O contraponto interessante aqui é que a sentença [10] com o verbo “rezar” em um contexto de relativa longa, os informantes continuaram preferindo a LC no lugar da EC. Deixamos em aberto essa questão para ser aprofundada em estudos futuros.

Destacamos ainda o resultado da Sentença [14], *Felipe observou o dono do passarinho que cantava de sua gaiola*, pois há indícios que EC e LC foram preteridos em favor de um “juízo de naturalidade”, ou seja, os informantes parecem ter analisado a oração sob um viés de conhecimento de mundo, segundo o qual a relação de passarinho com gaiola é muito mais natural que a de um ser humano com gaiola. Além disso, é importante frisar que as construções aqui apresentadas foram pensadas, justamente, para testar as possibilidades de interpretação de nossos informantes. Podemos ainda dizer que tal sentença apresentou indícios de que não haver ambiguidade em sua construção devido a

relação semântica dos termos presentes na oração. Logo, as características dos antecedentes parecem também influenciar nesse processamento e não apenas a estruturação de uma sentença.

Diante dos resultados apresentados e analisados, acreditamos que é possível ainda muitos desdobramentos referentes às questões de processamento e interfaces sintáticas/semânticas. Além disso, seria interessante a realização de uma pesquisa mais aprofundada com verbos como *ensinar*, *atender* e *rezar*, que demonstraram comportamentos diferenciados nas sentenças analisadas desse artigo.

Bibliografia

CUETOS, F.; MITCHELL, D.C. Cross Linguistic differences in parsing: restrictions on the use of the Late Closure strategy in Spanish. *Cognition*, v. 30, p. 73-105, 1988.

FERNÁNDEZ, E. M. Os bilíngues são como dois monolíngues em uma única pessoa? Evidências da pesquisa sobre a ambiguidade de posição de orações relativas. In: MAIA, Ma; FINGER, I. (Org.). *Processamento da linguagem: Série Investigações em Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL*. Pelotas: Educat, 2005. p. 179-220.

FINGER, I.; ZIMMER, M. Processing short and long relative clauses in Brazilian Portuguese. Trabalho apresentado no GT de Psicolinguística durante o XVII Encontro Nacional da ANPOLL. Gramado, 2002.

_____. A preferência de interpretação de orações relativas curtas e longas no português brasileiro. In: MAIA, M.; FINGER, I. (Org.). *Processamento da linguagem: Série Investigações em Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL*. Pelotas: Educat, 2005. p. 111-129.

FRAZIER, L.; FODOR, J. D. The Sausage Machine: A new two-stage parsing model. *Cognition*, v. 6, 1978. p.291-326.

FRAZIER, L. *On comprehending sentences: Syntactic parsing strategies*. Tese (Doutorado) – University of Connecticut, 1979. (Reproduzida por: Indiana University Linguistics Club).

FRAZIER, L.; RAYNER, K. Making and correcting errors during sentence comprehension: Eye movements in the analysis of structurally ambiguous sentences. *Cognitive Psychology*, v. 14, p. 178-210, 1982.

FODOR, J. D. Learning to parse? *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 32, p. 167-195, 1998.

FODOR, J. D. A psicolinguística não deve escapar da prosódia. In: MAIA, M.; FINGER, I. (Org.). *Processamento da linguagem*: Série Investigações em Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL. Pelotas: Educat, 2005. p. 91-110.

GRAVINA, A. Sentenças 'Garden Path' Orações Relativas Ambíguas e o Princípio Late Closure. *Revista Gatilho (PPGL/ UFJF. Online)*, v. IV, 2008, p. 1-13.

LOURENÇO-GOMES, Maria C.; MAIA, Marcus; MORAES, João. Prosódia implícita na leitura silenciosa: um estudo das orações relativas estruturalmente ambíguas. In: MAIA, M.; FINGER, I. (Org.). *Processamento da linguagem*: Série Investigações em Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL. Pelotas: Educat, 2005. p. 131-161.

LOVRIĆ, N.; BRADLEY, D.; FODOR, J. D. Silent prosody resolves syntactic ambiguities: Evidence from Croatian. Trabalho apresentado na SUNY/CUNY/NYU Conference, Stonybrook, 2001.

MYAMOTO, E. T. Orações relativas ambíguas e a homogeneidade do processamento de sentenças. In: MAIA, M.; FINGER, I. (Org.). *Processamento da linguagem*: Série Investigações em Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL. Pelotas: Educat, 2005. p. 71-89.

RIBEIRO, A. J. C. Late closure em parsing no português do Brasil. In: MAIA, M.; FINGER, I. *Processamento da linguagem*: Série Investigações em Psicolinguística GT de Psicolinguística da ANPOLL. Pelotas: Educat, 2005. p. 51-69.

SELKIRK, E. O. The interactions of constraints on prosodic phrasing. In: HORNE, M. *Prosody: Theory and experiment*. Dordrecht: Kluwer Academic. 2000. p. 231-261.

Data de submissão na OJS: 02/04/2016

Data de aceite registrado na OJS: 27/09/2016